

cescontexto

Direitos e Dignidade

Trajetórias e experiências de luta

IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos
Africanos – VOLUME I

Organização

Maria Paula Meneses

Bruno Sena Martins

Nº 13

Abril de 2016

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2182-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2016

Agradecimentos

Esta coleção de trabalhos não teria conhecido a luz do dia se os/as colegas que organizaram as edições anteriores do Congresso não nos tivessem desafiado a dar continuidade ao projeto. À Itziar Ruiz-Gimenez Arrieta e à Clara Carvalho (e respetivas equipas), agradecemos pelo desafio e pelo apoio que nos prestaram.

Um agradecimento muito especial ao Centro de Estudos Sociais (CES), cuja equipa profissional assegurou a logística do evento, designadamente: à Alexandra Pereira, Inês Costa, André Caiado, Alberto Pereira e ao seu diretor executivo, João Paulo Dias. Em vários momentos, muitos foram os/as que nos apoiaram e ajudaram a dar corpo a esta iniciativa. Sem ser possível agradecer a todos/as, gostaríamos de referir especialmente o contributo da Romina Mello Laranjeira, da Carolina Peixoto, do Nuno Gonçalves, da Begoña Dorronsoro e do Carlos Nolasco. Um agradecimento especial à Inês Elias pela edição dos textos, assim como à coordenadora desta coleção, pelo apoio na edição dos três volumes que integram parte importante dos temas apresentados durante o congresso.

Os nossos agradecimentos estendem-se igualmente aos colegas da Comissão Organizadora do IX Congresso: Margarida Calafate Ribeiro (CES), José Luís Pires Laranjeira (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), Fernando Florêncio (Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra), Fabrice Schurmans (CES), Tiago Castela (CES), Elena Brugioni (Universidade do Minho), Sheila Khan (Universidade do Minho), Cristina Valentim (CES) e Inês Rodrigues (CES), que nos apoiaram no construir desta iniciativa.

Este congresso não teria tido lugar sem o apoio incondicional da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em cujas instalações este se realizou.

O reconhecimento do nosso apreço estende-se igualmente ao CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), por todo o apoio dado e solidariedade para com a iniciativa (e a oferta de livros à biblioteca do CES). O nosso apreço igualmente a Peter Prout e à EuroSpan igualmente pelos livros oferecidos à biblioteca do CES.

Finalmente, a nossa gratidão às instituições que acreditaram no projeto e generosamente o apoiaram financeiramente, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, o Banco BIC, a Fundação Portugal-África, a Porto Editora, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (especialmente através do projeto PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531) e a Associação IUNA.

Índice

Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins

Introdução..... 10

Bianca Pazzini, Gilberto Paglia Júnior e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

A segregação no Brasil e a utopia da igualdade racial: Reflexões a partir da História, da Literatura e do Direito 14

Bruno Sena Martins

A violência colonial no Portugal democrático: memórias, corpos e silenciamentos 24

Carolina Peixoto e Iolanda Vasile

Dos traumas da (des)colonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais: o caso de Angola-Portugal..... 33

Miguel Cardina

O lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva..... 49

Maria Paula Meneses

Só revendo o passado conheceremos o presente? Alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique 56

Luísa Marroni

Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa 67

Carla Patrícia Silva Ribeiro

História e Império. Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a Iª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português 88

Cristina Portella, Maria Melícias e Verónica Leite de Castro

A descolonização de Angola nos jornais de Esquerda portuguesa (do 25 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975)..... 101

Alfredo Pazmiño

Génesis y empoderamiento del activismo social para la defensa de los Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans (LGBT) en el África Lusófona: El caso de la ciudad de Mindelo, Cabo Verde..... 113

Alain Souto Rémy

As autoridades tradicionais angolanas e o paradigma jurídico ocidental 131

Bruno Santos de Araújo Fernandes e Karla Gobo

As mudanças na relação Brasil-Portugal: uma análise acerca das colônias portuguesas na África na década de 1970 138

Sofia Roborg-Söndergaard e Paulo Castro Seixas

Entre dilemas e escolhas: Consciência cultural e tradução cultural nas ONGD 151

José Luiz Telles e Ana Paula Abreu Borges

Velhice desamparada? A transição demográfica na região da África Subsaariana e os desafios para os sistemas locais de saúde..... 169

Violeta Maria de Siqueira Holanda e Márcio Luiz Mello

A relação entre saúde e cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ 182

Introdução ao Volume I

Este volume, que integra vários textos resultantes de apresentações feitas durante o IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos, intitula-se *Direitos e Dignidade – trajetórias e experiências de luta*.

Esta edição do Congresso teve como temática de fundo a *África Hoje – tempos e espaços de transformação*, procurando refletir sobre as mudanças que têm marcado o contexto africano de expressão ibérica nos últimos 40 anos. Central ao debate foi a análise da história recente de cinco novas nações independentes – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe –, das situações coloniais cuja resolução continua por definir, como é o caso do povo Saharai, e das relações do continente africano com as suas diásporas.

A permanência da centralidade da luta por direitos, pela sua história além da representação colonial, como os textos que integram este volume discutem, aponta a importância de imaginar um mundo ético e justo onde se cumpra a promessa de humanismo, do retorno da dignidade. Esta mudança de imaginário, para além de uma ideia de um ‘universal linear generalizante’, com várias implicações, como a questão da identidade nacional, exige um confronto direto com as realidades e heranças desconfortáveis produzidos pelo encontro colonial, incluindo as contínuas representações preconceituosas sobre a alteridade. Ou seja, um reclamar de justiça cognitiva (Meneses, 2009) como uma questão fulcral das políticas de conhecimento, da forma como o conhecimento de matriz colonial produziu e continua a produzir alteridades excludentes.

Um dos corolários das mudanças que o continente tem conhecido desde a década de 90, parcialmente resultante das políticas geradas pela agenda neoliberal, tem sido a explosão de políticas de identidade. E não se trata apenas de políticas étnicas, mas igualmente de políticas de género, sexualidade, idade, raça, religião, de classe, etc., onde as lutas políticas pelo alargar da cidadania, têm vindo crescentemente a reclamar outros direitos, pelo reconhecer da dignidade, a partir da sua própria história, da sua experiência. Este reclamar do Sul global é um desafio permanente às representações forjadas por qualquer saber que, sendo local, se procura projetar como global. Este posicionamento teórico e metodológico, como é o caso das políticas coloniais, é a afirmação de uma única ontologia, de uma epistemologia única, cujas tentativas de universalização importa analisar.

Como vários textos que integram este volume sublinham, a latência do projeto político colonial, enquanto paradigma, segue presente num conjunto de axiomas, conceitos e discursos através dos quais se representa o continente africano como objeto de conhecimento. O resultado da apropriação política, económica e científica do continente pelo moderno projeto colonial assentou na negação do reconhecimento da diversidade que a ideia de África esconde e olvida. A persistência perversa deste projeto que Valentin Mudimbe (1988) descreve como ‘bibliotecas coloniais’ resulta particularmente visível na contínua afirmação de fraturas e de uma hierarquia de saberes, produzindo sociedades assumidas como mais desenvolvidas que outras, reproduzindo-se esta segregação hierárquica em múltiplos lugares: nas instituições, no vocabulário, nos saberes, nas imagens, nas doutrinas, etc..

Apesar de ser impossível desfazer a violência do encontro colonial, o apelo à descolonização passa pela emancipação económica e epistémica dos povos colonizados, onde o fundamento da libertação reside no direito inalienável de um povo a ter a sua própria história, a tomar decisões a partir da sua realidade, da sua experiência, a readquirir plena posse da sua dignidade. Neste contexto, descolonizar o conhecimento passa por uma revisão

crítica de conceitos centrais, hegemonicamente definidos pela racionalidade moderna – estrutura de saber que legitima a expansão do projeto civilizacional moderno ocidental no mundo.

Este volume abre com um texto escrito por Bianca Pazzini, Gilberto Paglia Júnior e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger. Juntos problematizam a segregação no Brasil e a utopia da igualdade racial a partir da História, da Literatura e do Direito. Defendem que para que se instaure, de facto, o princípio da igualdade entre todos os brasileiros, faz-se necessário superar o paradigma epistemológico colonial, substituindo-o por uma visão de mundo que reconheça o direito às identidades dos diferentes grupos que compõem a trama social, sobretudo os historicamente oprimidos, valorizando a contribuição de suas culturas como conhecimentos relevantes para a constituição da própria identidade brasileira.

No capítulo dois discute-se a violência colonial no Portugal democrático, problematizando memórias, corpos e silenciamentos. O autor, Bruno Sena Martins, parte dos relatos de homens que ficaram marcados por uma deficiência no curso da Guerra Colonial (1961-1974) para construir uma reflexão sobre o lugar ocupado pela violência colonial na memória e na experiência social no Portugal contemporâneo.

Carolina Peixoto, Iolanda Vasile escreveram o capítulo 3, cujo enfoque vai dos traumas da (des)colonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais, analisando especificamente o caso das relações entre Angola e Portugal. As autoras analisam a presença de ideias ligadas às heranças históricas da (des)colonização em discursos utilizados por alguns dos principais meios de comunicação angolanos e portugueses ao retratarem as atuais relações entre os dois países.

Miguel Cardina, com um texto que questiona o lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva, demonstra, neste capítulo 4, que o colonialismo e a Guerra Colonial continuam a ser temas incómodos em Portugal. O autor chama a atenção para uma simultânea exaltação e rasura destes temas num conjunto de discursos proferidos, entre 2006 e 2014, particularmente nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril e do 10 de Junho, pelo então Presidente da República Portuguesa.

O capítulo 5, de Maria Paula Meneses, questiona a importância de revisitar o passado para compreender alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique. A autora analisa o processo de mudança da toponímia em Moçambique, no período que antecedeu de imediato a independência (março-junho de 1975), para questionar, de forma mais ampla, os processos de ‘descolonização’ mental, experimentados naquele país, nos anos que se seguiram à independência nacional.

No capítulo 6, “Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa”, Luísa Marroni analisa algumas das estratégias empregues na construção, bem como nos meios de divulgação, da Iª Exposição Colonial Portuguesa realizada com o propósito de combater a ignorância da população portuguesa em relação aos domínios ultramarinos, apresentando meios para educar os portugueses, quer fossem letrados ou não, para os assuntos coloniais e para o projeto imperial.

Na mesma linha, o capítulo 7, de Carla Patrícia Silva Ribeiro, explora, de forma comparativa, o papel da História e do Império nas representações identitárias do Estado Novo, nomeadamente ao longo dos anos 1930 e no princípio da década de 1940, período em que as exposições com temáticas coloniais se destacaram enquanto espaços e momentos privilegiados para a sustentação de uma orientação ideológico-histórica colonialista, permitindo avaliar a receptividade da opinião pública a este tipo de discursos, e procurando suscitar o interesse da população pela questão colonial.

O capítulo 8, da autoria de Cristina Portella, Maria Melícias e Verónica Leite de Castro, versa sobre a descolonização de Angola nos jornais da esquerda portuguesa. As autoras, a partir de uma amostra significativa de jornais publicados pela esquerda portuguesa, entre de abril de 1974 e novembro de 1975, mostram as diversas análises e propostas para a resolução de um dos problemas mais complicados que a jovem democracia portuguesa teve de enfrentar com o processo da descolonização de Angola.

Alfredo Pazmiño, com um trabalho sobre a génese e empoderamento do ativismo social para a defesa dos direitos humanos LGBT no Mindelo – Cabo Verde – constitui o capítulo 9. Neste capítulo, o autor narra, a partir de uma abordagem jurídico-etnográfica, o desenvolvimento do movimento LGBT cabo-verdiano e os processos de luta por empoderamento de uma população que não se contenta com o reconhecimento da igualdade jurídica e vai conquistando o espaço público em busca de igualdade social.

O capítulo 10 trata da relação entre as autoridades tradicionais angolanas e o paradigma jurídico ocidental. Neste capítulo, o autor, Alain Souto Rémy, apresenta os primeiros estudos de caso, bem como as hipóteses e meta-hipóteses iniciais, que fazem parte de uma investigação em andamento e cujo objectivo é problematizar a integração das chamadas ‘autoridades tradicionais’ na atual ordem jurídica estatal de Angola, tendo em atenção o facto de que tal integração permanece marcada por influências dos processos de colonização e descolonização.

Bruno Santos de Araujo Fernandes e Karla Gobo são os autores do capítulo 11. Neste trabalho, intitulado “As mudanças na relação Brasil-Portugal: uma análise acerca das colônias portuguesas na África na década de 1970”, os autores partem de uma análise da política externa brasileira para identificar algumas variáveis que podem ajudar a explicar as transformações das relações Brasil-Portugal-Moçambique ao longo da década de 1970.

No capítulo 12, de Sofia Roborg-Söndergaard e Paulo Castro Seixas, os autores exploram os conceitos de ‘consciência cultural’ e ‘tradução cultural’ utilizando como estudos de caso o trabalho realizado por duas Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) na área da saúde, nomeadamente a promoção de medidas de prevenção contra o VIH e do tratamento de pessoas seropositivas no norte de Moçambique. Os autores destacam a importância da incorporação do conhecimento local no trabalho das ONGD e analisam os processos através dos quais é feita a tradução dessa consciência cultural.

José Luiz Telles e Ana Paula Abreu Borges no capítulo 13, intitulado “Velhice desamparada? A transição demográfica na região da África Subsaariana e os desafios para os sistemas locais de saúde”, destacam a situação demográfica e social em que vivem as pessoas idosas na região subsaariana para elencar os principais desafios que se impõem aos governos de países onde a população idosa mais cresce em números absolutos, apesar do processo lento de envelhecimento populacional que caracteriza a região.

Este volume encerra com um capítulo de Violeta Maria de Siqueira Holanda e Márcio Luiz Mello. Intitulado “A relação entre saúde e cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ”, o capítulo demonstra que os terreiros de Umbanda estudados não são apenas locais de culto religioso, mas também locais de promoção da saúde, tendo em vista a constatação de que as práticas terapêuticas da Umbanda têm complementado as práticas médicas oficiais e que este diálogo de saberes tem ajudando as pessoas nas suas aflições, mesmo em cidades onde a grande maioria da população tem acesso ao sistema oficial de saúde.

Referências

Meneses, Maria Paula (2009), “Justiça Cognitiva”, in Antonio David Cattani, Jean-Louis Lavelle, Luis Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina/CES, 231-236.

Mudimbe, Valentin Y. (1988), *The Invention of Africa*. Bloomington: University of Indiana University Press.

A segregação no Brasil e a utopia da igualdade racial: Reflexões a partir da História, da Literatura e do Direito¹

Bianca Pazzini,² Universidade Federal do Rio Grande, Brasil
biancapazzini@gmail.com

Gilberto Paglia Júnior,³ Universidade Federal do Rio Grande, Brasil
gilbjr@live.it

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger,⁴ Universidade Federal do Rio Grande,
Brasil
rsberguer@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objeto refletir acerca da desigualdade racial que delinea a história brasileira desde o início da colonização portuguesa, o que será feito a partir de intersecções entre direito, história e literatura. Isso porque é fato que a escravidão gerou consequências ainda não sanadas, permanecendo a sociedade brasileira em um ciclo elitista fechado. A realidade social do Brasil, extremamente verticalizada, acaba apresentando-se de maneira tão brutal que a igualdade entre os seres humanos parece ser uma utopia que nunca será alcançada. Para tanto, é necessária a consagração das culturas das minorias étnicas e sociais por meio da afirmação de um direito à identidade – o que será possível quando superado o paradigma epistemológico colonial e sobrelevada uma visão de mundo que considere as formas de conhecimento daqueles historicamente oprimidos.

Palavras-chave: Brasil, Desigualdade racial, Degregação, Cultura, Identidade.

¹ Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistêmicas das transições”, no *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

² Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista CAPES de Pesquisa. Pesquisadora do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade (GTJUS) da FURG e do Grupo de Pesquisa em Direito e Justiça Social da FURG. Advogada.

³ Graduando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Bolsista de Cultura – EPEM/FURG.

⁴ Pós-doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito pela UFPR. Professora adjunta da graduação em Direito e do mestrado em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professora convidada da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Responsável pelo Grupo de Estudos sobre o Constitucionalismo Latino-americano da FURG. Advogada.

Introdução

As desigualdades sociais no Brasil não são um fato exclusivamente contemporâneo, pois a escravidão gerou consequências ainda não sanadas. Vivemos em uma sociedade extremamente verticalizada, onde a desigualdade social predomina de maneira alarmante.

Muito interligadas entre si, além de enraizadas no imaginário nacional, as desigualdades raciais e econômicas resultam em uma profunda marginalização do negro (que geralmente também é pobre), e uma consequente discriminação e desvalorização da cultura afro.

A nação brasileira, apesar de possuir enorme diversidade étnica, permanece atrelada a um ciclo elitista fechado, que aceita apenas indivíduos que se encaixam nos seus restritivos estereótipos – não restando ao negro pobre qualquer enquadramento dentro desse grupo ‘seleto’. Tal realidade social acaba por se apresentar de maneira tão brutal que a igualdade entre os seres humanos parece ser uma utopia que nunca será alcançada – inclusive porque esse preconceito é erroneamente suposto como já combatido pelo poder público.

Trazido ao Brasil sob uma condição indigna para qualquer ser vivo, o negro foi extremamente explorado durante a época escravocrata, submisso aos interesses da elite branca.

Os séculos passaram e a liberdade formal foi alcançada, mas a submissão material ainda assombra a nação. Isso porque o fim da escravidão representou um marco muito idealizado. O ‘escravo liberto’ encontrou nessa suposta liberdade uma sociedade inapta a tratar de maneira igualitária seus “novos” indivíduos. Dessa maneira, como se viu no decorrer da história brasileira dos últimos séculos, o preconceito contra uma etnia tornou-se algo corriqueiro, não encontrando o afro-brasileiro quaisquer chances de se integrar à sociedade.

Os ex-escravos, na expectativa de viverem nos centros urbanos, acabaram sendo marginalizados e se viram obrigados a viver nas regiões periféricas – formando as tão populares favelas brasileiras –, uma vez que as oportunidades de trabalho não iam além daquelas atinentes às profissões desprezadas ou que necessitassem, para desempenho satisfatório, demasiado esforço físico.

O ‘branqueamento’ da população brasileira foi um fato extremamente difundido no início do século XX, tendo o Brasil recebido imigrantes europeus que desembarcaram em solo nacional já com melhores condições e tratamento social do que os negros. Esse fenômeno perdura até os dias atuais, pois o tratamento entre os pobres ainda é diferenciado em virtude da cor da pele – os brancos notadamente têm mais chance de emprego e renda que os negros da mesma ‘casta’ econômica.

Pelo que se vê, a discriminação é difusa, profunda e complexa, e sua superação cabe a cada cidadão, que pode contribuir de maneira positiva para extirpá-la, proporcionando oportunidades para atingir a igualdade. É chegado o momento superar o paradigma colonial que marca a história nacional. Deve-se construir um modo de pensamento que inclua todas as formas de cultura e conhecimento, deixando-se de lado a ótica eurocêntrica – que, por sua vez, é pautada na exploração e subordinação do ‘outro’.

Dessa maneira, objetiva-se com este trabalho realizar um panorama histórico e cultural acerca da discriminação de ordem étnica no cenário nacional, defendendo-se a necessidade de consagração das culturas das minorias étnicas e sociais por meio da afirmação de um direito à identidade – o que será possível apenas quando superado o paradigma epistemológico colonial e consagrada uma visão de mundo que considere as formas de conhecimento daqueles historicamente oprimidos.

1. A Epistemologia do Norte e a Segregação Cultural

Sendo o ser humano um animal político, acaba sempre por buscar a socialização com seus semelhantes. Nesse sentido, as culturas acabaram sendo criadas e fixadas ao longo da história, tornando-se referenciais que ainda hoje auxiliam na configuração da contemporaneidade. Hodiernamente o fenômeno se mostra como ainda mais difuso, pois as culturas atravessam oceanos e fronteiras geopolíticas, mostrando-se um elemento primordial para o sentimento humano de coletividade.

Apesar de a experiência de conhecer novas culturas ser muito construtiva, é notório que o ser humano possui dificuldades em aceitar o diferente – nos mais diversos contextos históricos ou ainda na atualidade. Mesmo com o advento da globalização, é árdua a aceitação do ser humano ou de uma sociedade em relação a uma cultura nova ou algo que rompe com o fixado no sistema (*status quo*). A má aceitação do diferente acaba gerando uma hierarquia decorrente do triunfo da cultura mais forte em detrimento do ‘outro’, visto como discrepante, obtuso e não correto.

A cultura do opressor – e o conhecimento decorrente dessa cultura – sempre se pretende unânime e soberana, não permitindo a convivência pacífica de outras formas de conhecimento. Dessa realidade acaba sempre por preponderar um conhecimento abissal, que culmina na existência de uma distinção entre colonizadores e colonizados ou entre poderosos e oprimidos, redundando em invisibilidade e “ausência” daqueles que não detêm o poder.

Visto de outra forma, pode-se dizer que o oprimido é eventualmente visto, mas apenas quando suas diferenças precisarem ser suprimidas a fim de manter o status daquela sociedade que oprime. As discrepâncias que aparecerem no âmbito da cultura dominante – dentro de um contexto de conhecimento abissal – precisam ser enxergadas para depois serem suprimidas. Em sentido semelhante é a lição de Carlos Rodrigues Brandão:

A história dos povos repete seguidamente a lição nunca aprendida de que os grupos humanos não hostilizam e não dominam o “outro povo” porque ele é diferente. Na verdade, tornam-no diferente para fazê-lo inimigo. Para vencê-lo e subjugar-lo em nome da razão de ele ser perversamente diferente e precisar ser tornado igual: “civilizado”. Para dominá-lo e obter dele os proveitos materiais do domínio e, sobre a matriz dos princípios que consagram a desigualdade que justifica o domínio, buscar fazer do outro: o índio, o negro, o cigano, o asiático, um outro eu: o índio cristianizado, o negro educado, o cigano sedentarizado, o asiático civilizado. (Brandão, 1986: 8)

A história do Brasil é um quadro perfeito dessa teoria, pois repleta de atrocidades nesse sentido – contra minorias sexuais, raciais, étnicas etc. Os indicadores socioeconômicos atuais refletem o passado de descaso e opressão contra nossos povos nativos (indígenas) e descendentes de africanos, que permanecem à margem da sociedade. Os impactos da história ainda estão muito presentes na configuração socioeconômica da realidade latino-americana, pois ainda não conseguimos nos desvencilhar do que ficou conhecida como “ocidentalização do mundo”, remanescendo vários aspectos negativos da cultura do opressor – dentre os quais o racismo, que ainda aflige a realidade pátria.

Essa chamada “ocidentalização do mundo”, nas palavras de Morin e Kern,

[...] começa tanto pela imigração de europeus nas Américas e na Austrália quanto pela implantação da civilização europeia, de suas armas, de suas técnicas, de suas concepções, em todos os seus escritórios, postos avançados, zonas de penetração.

A era planetária se inaugura e se desenvolve na e através da violência, da destruição, da escravidão, da exploração feroz das Américas e da África. É a idade de ferro planetária, na qual estamos ainda. (Morin e Kern, 2003: 23)

Permanece uma linha divisória muito clara que divide opressores de oprimidos, dominantes de dominados e senhores de escravos, muito embora hoje sob outras nomenclaturas, tais como ricos e pobres ou patrões e empregados. Fato é que os negros sempre ficam no segundo grupo, antes como dominados ou escravos, hoje como pobres ou empregados.

A epistemologia do homem branco e europeu é dominante e permanece sendo aplicada. Tal forma de conhecimento é chamada por Boaventura de Sousa Santos de a ‘epistemologia do Norte’ – não obstante estejamos geograficamente no sul – pois o Brasil é um país notadamente colonizado. Paradoxalmente, permanecemos aplicando o conhecimento eurocêntrico a essa realidade multicultural sulista que clama por uma ‘sociologia das emergências’, apta a enxergar realidades emergentes e a tratar de maneira correta uma realidade multicultural que clama pelo convívio de realidades distintas (Santos, 2010).

Em decorrência do desenvolvimento de conhecimentos náuticos e de fatores socioeconômicos, Portugal acabou por iniciar o período conhecido como de grandes navegações, que teve grande influência na formação do mundo no qual vivemos na contemporaneidade. A relação histórica dos povos europeus com novas culturas possuiu caráter de dominação e julgamento de culturas nativas, considerando-as inferiores. Recorrendo novamente à Boaventura de Sousa Santos, trata-se da já referida epistemologia do Norte ou ‘colonização epistêmica’ (Santos, 2010).

De acordo com Miguel Vale de Almeida (2007: 35), “*a concessão de cidadania aos negros brasileiros após a abolição colocou-os numa situação ‘não étnica’, diferente da das populações indígenas ou dos grupos de imigrantes*”, uma vez que para serem aceitos – ou minimamente tolerados –, devem renunciar a sua condição de negros, colocando-se em uma condição amorfa e sem identidade cultural (muito embora tal cultura fosse riquíssima em símbolos, valores e tradições). A população negra, após a abolição, iniciou uma tentativa de firmar sua cidadania, mas inicia com um nível socioeconômico quase indigno, o que evidencia que a desigualdade social e racial no Brasil não são fatores contemporâneos.

De outra banda, entende-se que apesar de terem entrado em contato com a cultura europeia vigente no Brasil Colônia, os povos africanos não perderam seus aspectos culturais – restando ‘apenas’ suprimidos. Graças a eles, muito da cultura brasileira possui os ricos traços africanos.

É por isso que compreender as relações de opressão, a escravidão e o processo histórico de formação das culturas trata-se de tema primordial para que nossa história seja compreendida da maneira correta – baseada em princípios de justiça e igualdade.

2. A Escravidão, o Branqueamento Segregador e o Racismo

Quando se fala nas características da escravidão no Brasil, o que se pensa é que o trabalho forçado se dava sempre no âmbito rural, longe do cenário urbano. Porém, havia escravos na cidade, que desempenhavam diferentes profissões, ou dentro das casas das famílias mais abastadas, servindo exclusivamente ao serviço doméstico. De qualquer forma, os negros estabeleciam com a terra uma relação de uso sem qualquer valor econômico, pois quando estavam trabalhando como escravos, enxergavam na terra somente um meio de exaurimento de suas forças físicas; de outra forma, quando fugidos ou libertados, tinham nos quilombos as instalações mínimas para sobrevivência nessa nova vida de restrita liberdade.

Por outro lado, o fim do tráfico de escravos em 1850 gerou uma elevação do preço dessa “mão de obra”, o que acarretou na vinda de imigrantes europeus para trabalharem no Brasil. Tamanha alteração no costume brasileiro, passando do paradigma do trabalho escravo para o

do imigrante europeu, não aconteceu de maneira igualitária nas regiões do país, mas predominou nas regiões sul e sudeste.

Assim, embora liberto, o ex-escravo não tinha emprego e tampouco terras para trabalhar – uma vez que os preços dos lotes agrários inflacionavam com a excedente procura pelos imigrantes. O negro pagou um preço alto pela sua liberdade (formal), ficando subjugado e à margem de uma sociedade que não queria lhe dar um espaço digno (sem uma efetiva liberdade material).

Os ex-escravos não possuíam as mesmas oportunidades para integrarem-se à sociedade, e acabavam aceitando atividades subalternizadas e temporárias nos centros urbanos, ou ainda quaisquer trabalhos no campo – segregação essa que até hoje influencia a realidade brasileira.

A população negra que vivia nos centros urbanos mais desenvolvidos acabou sendo obrigada, por razões econômicas, a viver em moradias em situações precárias. Marginalizados pela sociedade na qual viviam, originaram as grandes favelas e guetos que hoje ainda fazem parte do cenário nacional – ainda superpovoados por negros, muito embora agora pesadamente compostos também por brancos. Tais ambientes contrastam tristemente com os ‘maravilhosos’ espaços urbanos supervalorizados, e simbolicamente retratam o quanto a desigualdade social ainda é presente no Brasil.

Com a imigração europeia, quem detinha o poder de empregar alguém optava por contratar indivíduos europeus, pois entendiam o negro como inferior – o que auxiliava no agravamento do processo de marginalização dos ex-escravos perante o restante da sociedade.

Nessa toada, interessante sobrelevar a conclusão de Mário Theodoro:

Efetivamente, o racismo, que nasce no Brasil associado à escravidão, consolida-se após a abolição, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e difunde-se no país como uma matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. As interpretações racistas, largamente adotadas pela sociedade nacional, vigoraram até os anos 30 do século XX e estiveram presentes na base da formulação de políticas públicas que contribuíram efetivamente para o aprofundamento das desigualdades no país. (Theodoro, 2008: 24)

O branqueamento da população brasileira – com a chegada desses imigrantes europeus (que, frise-se, também eram vítimas de segregação econômica) demonstra o quão racista nossa sociedade era, o que ainda hoje se revela como herança presente no imaginário social.

A criação do estereótipo do ‘mulato’ é mais um dos reflexos desse racismo, pois acabou sendo uma alternativa para compreender inclusive o negro no referido processo de branqueamento, negando-lhe todas as raízes nativas do ex-escravo e procurando criar um indivíduo miscigenado, que tem em seus genes ao menos um pouco do homem europeu.

3. O Exótico além do Atlântico: Algumas Aproximações com a Literatura

Como país colonizador, Portugal acabou exercendo inúmeras influências à cultura do Brasil. A relação entre os dois territórios existe desde o momento em que os indígenas brasileiros tiveram o primeiro contato com navegadores portugueses.

A relação conturbada entre metrópole e colônia não é um caso exclusivo de Brasil e Portugal. Os conflitos de interesses ocorreram inúmeras vezes com variadas intensidades, e os acontecimentos históricos geraram efeitos negativos em ambas as partes. As diferenças de concepções acabaram sendo retratadas em obras marcantes da literatura brasileira.

Devido às diferenças, surgiu o estereótipo contra o português, considerando-o parasita. Ocorre que classificações desse tipo nunca são benéficas, pois acabam gerando segregações e enfraquecem o sentimento de que todos pertencem a uma só nação. Obras marcantes da literatura brasileira – como ‘O Cortiço’, de Aluísio de Azevedo – retrataram o aspecto do

estereótipo (Rowland, 2007: 399), mostrando o protagonista (português) como alguém que enriquece às custas de um povo ingênuo e dentre outras coisas, troca sua primeira companheira (negra, pobre e ex-escrava) por uma branca abastada (filha do vizinho rico). O sentimento de diferença entre os povos presentes em nosso território acaba tumultuando uma relação já cheia de tensões – em virtude do próprio processo de colonização –, mantendo a segregação e a marginalização de determinados grupos étnicos ou sociais.

A criação de uma identidade brasileira ufanista ‘inimiga’ do colonizador serve apenas para gerar ódio desnecessário, em nada atenuando os problemas sociais e antropológicos internos que o país enfrenta. Falar ‘mal’ do português – atribuindo-lhe estereótipos e pechas – serve apenas para tirar do foco a segregação racial que continua a ocorrer – isso para não falar também das exclusões relativas aos indígenas, às mulheres, aos pobres e aos animais.

De outra banda, a mistura de raças ocorrida no Brasil (em meados do século XIX) entre povos de diferentes origens étnicas era vista na Europa como algo que exprimia inferioridade do povo brasileiro. De acordo com Robert Rowland, “*mesmo antes da independência, este facto estivera na base de estereótipos negativos projectados sobre brasileiros em Portugal continental*” (2007: 403). A miscigenação, que na contemporaneidade globalizada é algo extremamente corriqueiro, outrora fora utilizada como critério pejorativo e para legitimar a ‘supremacia’ branca no sistema escravocrata.

Para pregar que havia ‘civildade’ no território brasileiro, foi exposto o estereótipo da idealização do nativo, ficando o indígena conhecido como “o bom selvagem”. Assim, “*o binómio ‘civilização europeia-natureza tropical’ permitia recuperar aspectos do discurso nativista e romântico, valorizando simbolicamente (mas numa posição claramente subalterna e quase folclórica) o elemento indígena*” (Rowland, 2007: 404). Além disso, a literatura pregava personagens idealizados, procurando representar o indígena com aspectos vistos como corretos pela cultura europeia da época – como ocorre no famoso romance de José de Alencar, onde Iracema (que dá o título do romance) é simbolicamente vista como a mulher indígena e subalterna que se apaixona pelo homem português bravo, guerreiro e colonizador.

Ela, representando o lado indígena, é vista como uma mera beleza exótica, descrita como “[...] *a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira. O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado*” (Alencar, 1865: 5). Ele, diferentemente, é sempre descrito como um bravo guerreiro, demonstrando a força do colonizador europeu. Ainda que não retrate a questão do negro escravo, o romance acima comentado retrata a questão do ‘outro’ em relação ao colonizador, que tratava subalternamente tanto índios (nativos brasileiros) quanto negros (de origem africana).

Posteriormente, no final do século XIX, os autores procuraram retratar em suas obras aspectos mais próximos à realidade brasileira. Os temas escritos não eram mais as tais idealizações, mas uma valorização de personagens inspirados na realidade, acrescido de uma irônica crítica social. Tais fatos acabaram servindo como um expoente para que os grupos marginalizados começassem a ganhar face, aliando a isso o aspecto de que essas populações eram tão (ou mais) parte da população que os brancos que depois chegaram ao país. Às populações negras e indígenas também deveria ser consagrado o papel de cidadão, com os mesmos direitos dos até então tidos como superiores.

A literatura, que a princípio era exclusivamente escrita para classes dominantes – que integravam uma pequena minoria alfabetizada e possuíam condições financeiras de adquirir livros –, aos poucos foi se difundindo e ganhando contextos mais próximos da realidade. Assim, a cultura nacional foi sendo construída através da miscigenação, sendo impossível

falar de identidade cultural brasileira sem mencionar a inúmera contribuição de africanos, indígenas, portugueses e outros imigrantes.

O mito do ‘bom selvagem’ continua sendo associado ao Brasil, mesmo após séculos do início do movimento, permanecendo a figura de um país exótico. Ainda há uma associação pejorativa de muitos elementos de nossa cultura, como por exemplo do carnaval, que para muitos é apenas um meio de favorecimento do turismo sexual, e não uma festa popular brasileira que contém a história de nossa nação.

Ademais, pela existência de vários elementos miscigenados, a cultura nacional é desvalorizada também pelos próprios brasileiros – brancos e de classe média, geralmente – que veem nos elementos da cultura apenas um folclore bobo e que não os representa. Essas pessoas entendem que as culturas norte-americana e europeia é mais próxima a sua realidade. Nesse sentido, a Coca-Cola lhes é muito mais próxima do que o chimarrão (bebida típica do sul do país) ou o tereré (bebida típica do estado do Mato Grosso do Sul). Tal panorama deve ser repensado de maneira a conectar todo brasileiro com sua cultura local, atribuindo valor ao que lhe pertence de fato.

4. A Necessária Promoção dos Direitos Culturais pela Superação da Intolerância

As minorias sempre foram marginalizadas por não se enquadrarem na cultura pregada pelos que possuíam o poder. No entanto, o fator cultural é um grande expoente de um povo e contém aspectos históricos preciosos, que não podem ser deixados de lado sob pena de esfacelamento da identidade – de onde decorre a importância da consagração dos direitos culturais à memória e à identidade – previstos hodiernamente no ordenamento jurídico com status constitucional, nos artigos 215 e 216 da Carta Magna.⁵

O referido artigo 215 da Constituição Federal apresenta grande importância por consagrar o respeito à cultura, e por incumbir ao Poder Público o dever de promovê-lo. In verbis: “*O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais*”.

De maneira um pouco diversa, mas não menos relevante, o artigo 216 da Lei Maior dimensiona quais são esses bens a serem preservados, delimitando um patrimônio cultural do Brasil, que se quer democrático e atinente a todos os povos habitantes de seu território. Nesse sentido, o artigo 126 estabelece:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

⁵ Brasil, Constituição Federal, Brasília, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm, consultado a 14 de Junho de 2014.

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁶

Ocorre que, não obstante a previsão constitucional de 1988, o século XXI começou em um contexto globalizado atroz, uma vez que “*os múltiplos processos de mundialização (demográficos, económicos, técnicos, ideológico etc.) são interferentes, tumultuosos, conflituosos*” (Morin e Kern, 2003: 25).

Os processos de integração dos países são tumultuosos e as culturas têm limites cada vez mais tênues. Assim, “*não apenas cada parte do mundo faz cada vez mais parte do mundo, mas o mundo enquanto todo está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isso se verifica não só para as nações e os povos, mas também para os indivíduos*” (Morin e Kern, 2003: 34-5).

Nessa toada,

Detrás de la moda de la globalización existe la necesidad por comprender la interconexión de diferentes partes del mundo, por explicar los nuevos mecanismos que dan forma a los movimientos de capital, gentes y cultura, y por explorar las instituciones capaces de regular dichos movimientos transnacionales. Lo que falta en los actuales debates sobre la globalización es la profundidad histórica de las interconexiones y un análisis preciso de las estructuras y los límites de los mecanismos de conexión (Sandoval, 2010: 249).

Com as desigualdades e crises, o ser humano acaba demonstrando o seu pior lado, como acontece com o repúdio – em países ricos – a imigrantes de países pobres, o que desconstrói o conceito de globalização como algo bom. Falar em cosmopolitismo é utopia para um indivíduo que vive em condição de extrema pobreza em um país ‘subdesenvolvido’. Além disso, muitos indivíduos agem com indiferença no que diz à desigualdade social que o sistema capitalista proporciona.

A aceitação das minorias étnicas não é unânime, tanto em países pobres como ricos. Um grande empecilho é que as minorias acabam sendo condenadas e isoladas em função de sua cultura, sendo classificadas como marginais. No entanto, nem sempre as minorias são minorias em termos demográficos. O conceito de minoria corresponde, na verdade, a pessoas que não estão no ‘padrão’ social pregado pelas classes dominantes e dirigentes de uma nação – independentemente do número de habitantes que representa.

Acontece que os movimentos sociais se degradam até se transformarem no contrário deles mesmos - afirmação comunitária, rejeição do estrangeiro ou do diferente, violências contra as minorias ou contra o que se considera heresia ou cisma. Isto ocorre quando a ação coletiva se define pelo ser ou pelo ter que ela defende, não por sua referência a um valor universal, e, para que se forme esta referência, a condição primeira é que o ator ou o combatente reconheçam num outro essa ascensão para o universal que ele sente em si mesmo. Quando o movimento de libertação nacional se transforma em nacionalismo, quando a luta de classe se reduz a um corporativismo, quando o feminismo se limita à supressão das desigualdades entre homens e mulheres, deixam de ser movimentos sociais e sucumbem à obsessão da identidade (Touraine, 2007: 177).

Essa situação de intolerância ou discriminação geral – especialmente das chamadas minorias étnicas – é objeto de preocupação, e de relevância social tamanha que há interesse internacional em minimizar as diferenças e estabelecer metas para um crescimento

⁶ Ibidem.

contextualizado e globalizado do ser humano. Pretende-se neutralizar a possibilidade de que um comportamento social anacrônico permita que situações nefastas sejam repetidas. Enquanto isso, permanece a sensação de termos na igualdade racial – seja em termos econômicos, sociais ou culturais – uma das maiores utopias da contemporaneidade.

Conclusão

Pelo que se viu, a discriminação acentua a condição de periférico que os negros sofrem, posto que oportunidades de emprego e renda muitas vezes são perdidas simplesmente pela cor da pele do indivíduo.

Além disso, o século XX foi conturbado em termos socioeconômicos para o Brasil, e as políticas de inclusão e redução das desigualdades foram pouco debatidas ou postas em prática. Entretanto, após o período ditatorial, a Constituição de 1988 surge com intuito de garantir as condições mínimas de igualdade e dignidade – tanto pelo conhecido texto de seu artigo 5º como pelo dos artigos 215 e 216 desta Carta Magna. Tal Lei Maior traz o peso de tentar salvaguardar a cultura das minorias étnicas, com grande observância à dignidade de toda pessoa humana que habite o território por ela regido.

Assim, a tentativa de redução das desigualdades sociais e raciais tornaram-se cada vez mais difundidas no cenário brasileiro. Porém, o preconceito e discriminação contra o negro seguem de forma avassaladora no país, uma vez que ainda não superado o paradigma da colonização epistêmica. Outra problemática aventada neste trabalho se refere ao fato de que a maioria branca tende a permanecer negando que as desigualdades remanescem, vivendo na utopia de que nosso país é igualitário e que todos possuem as mesmas oportunidades de desenvolvimento.

Combater tais malefícios requer mais que políticas públicas, sendo necessário reconstruir um processo de aquisição de conhecimento – pós-colonial – que respeite as diversidades e negue estereótipos.

De qualquer sorte, as políticas públicas, especialmente por meio das ações afirmativas – podem auxiliar bastante nas reduções das desigualdades. Ocorre que, como se disse, só isso não basta, é necessário que toda população abrace a causa de um país igualitário. Cada ser humano tem um valor intrínseco incomensurável, independentemente da cor da pele, do gênero e das condições socioeconômicas.

Referências

Alencar, José de Alencar (1865), *Iracema*. Acedido a 14 de junho de 2014, disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=71.

Almeida, Miguel Vale de (2007), “O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso ‘lusófono’”, in Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida, Bela Feldman-Bianco (orgs.), *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: UNICAMP.

Bauman, Zygmunt (2011), *Vida em Fragmentos: Sobre a ética pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar.

Brandão, Carlos Rodrigues (1986), *Identidade e Etnia: Construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense.

Morin, Edgar; Kern, Anne Brigitte (2003), *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Editora Meridional.

Rowland, Robert (2007), “A Cultura Brasileira e os Portugueses”, in Cristiana Bastos; Miguel Vale de Almeida; Bela Feldman-Bianco (org.), *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: UNICAMP.

Sandoval, Pablo (2010), *Repensando la subalternidad: Miradas críticas desde/sobre América Latina*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Santos, Boaventura de Sousa Santos (2010), *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad.

Theodoro, Mário (2008), “A Formação do Mercado de Trabalho e a Questão Racial no Brasil”, in *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Touraine, Alain (2007), *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis, Vozes.

A violência colonial no Portugal democrático: memórias, corpos e silenciamentos^{1,2}

Bruno Sena Martins,³ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
bsenamartins@gmail.com

Resumo: O silenciamento da Guerra Colonial portuguesa/Guerras de Libertação (1961-194) constitui um dos elementos mais estruturantes da reconstrução democrática e pós-imperial da sociedade portuguesa. Partindo de uma extensa recolha de histórias de vida de “deficientes das Forças Armadas”, o presente texto procura analisar as lutas pelo sentido trazidas pelas suas narrativas.

Palavras-chave: Guerra Colonial, Guerras de Libertação, Memória, Deficiência, Violência.

Introdução

Neste texto, auscultando os homens que viveram e fizeram a guerra, em particular os que ficaram marcados por uma deficiência no seu curso, refletimos sobre o lugar que a violência colonial ocupa na memória e na experiência social em Portugal.⁴

Identificamos um sistema de significado, dominante, no qual, durante décadas, a violência da Guerra Colonial foi ostensivamente apagada, silenciada e empurrada para o esquecimento. Este sistema de significado é aquele que se concerta com as representações míticas sobre a identidade portuguesa, nomeadamente a ideia, ainda vigente, de Portugal como uma potência colonial não violenta ou como um país de brandos costumes.

¹ Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531; PTDC/CS-SOC/102726/2008 - FCOMP-01-0124-FEDER-009271 e, também, no âmbito da bolsa de Pós-Doutoramento SFRH/BPD/81077/2011.

² Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistémicas das transições”, no *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

³ É Doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra, sendo atualmente investigador no Centro de Estudos Sociais da mesma universidade, onde integra a equipa de investigação de vários projetos que se dedicam a temas como Guerra Colonial portuguesa e a inclusão social das pessoas com deficiência. Sempre enleado na questão das representações culturais, tem dedicado o seu trabalho de investigação aos temas do corpo, deficiência e conflito social.

⁴ Conforme refere Carlos Matos Gomes, aquando do final da Guerra Colonial, “*dos cerca de 170 mil homens nos três teatros de operações, cerca de 83 mil eram de recrutamento local, o que representa aproximadamente 48%*” (2013: 127). Dado bem evidente no importante contingente de populações brancas instaladas nas colónias – sobretudo nas colónias de povoamento, Angola e Moçambique - ou na magnitude da vaga migratória dos ditos retornados, após o 25 de Abril (cf. Castelo, 2007; Meneses e Antunes, 2013).

Identificamos outro sistema de significado, subalterno na sociedade portuguesa, em que a Guerra Colonial emerge não só como um facto incontornável da história recente de Portugal, desalojando o lugar ocupado por “*excesso mítico de interpretação*” (Santos, 1999: 49), mas como um facto que persiste marcando uma paisagem social no presente.

Assumimos uma perspetiva que, incidindo mormente na experiência dos “Deficientes das Forças Armadas” (DFA) que após a Guerra regressaram a Portugal, se encontra situada por um análogo trabalho de recolha junto dos combatentes africanos residentes em Moçambique, tanto os que lutaram pela independência de Moçambique (combatentes da Luta de Libertação Nacional), como aqueles que, tendo feito parte do exército português, após a guerra cumularam à deficiência o estigma da traição. Não sendo este o espaço para analisar a singularidade de cada um destes percursos, cabe sublinhar que os diferentes lados do pós-guerra se inscreveram em processos histórico-políticos sumamente distintos. Por exemplo, no que à contextualização narrativa da deficiência diz respeito, é suficientemente ilustrativo percebermos como nas histórias ex-combatentes da FRELIMO a deficiência surge como signo de um sacrifício conducente à conquista da autodeterminação e ao fim do jugo colonial, como um signo de uma narrativa heroica do sangue fundador de uma nação independente (ainda que o devido reconhecimento político desse sacrifício seja um ponto de acesa controvérsia). Num tal quadro, em que a Guerra Colonial ganha o nome de Luta de Libertação Nacional, a relação entre deficiência, memória social e narrativa pessoal encontra-se constituída em termos muito diversos dos oferecidos pela realidade portuguesa. Neste texto, centramo-nos no contexto português para analisar a persistência de uma construção colonial nos próprios mecanismos que fazem da violência colonial algo suficientemente longínquo ou insignificante para que se trivialize ou denegue.

1. Os Deficientes das Forças Armadas

Não é difícil supor as enormes repercussões de um conflito em que o exército português terá mobilizado mais de um milhão de homens ao longo de 13 anos, em que terão morrido 8 290 soldados, e em que o número de combatentes que adquiriram deficiências permanentes (físicas e psicológicas) se estima nas muitas dezenas de milhar (ADFA, 1999).

Nenhuma instância materializa tão bem o abandono e exclusão social vividos pelos DFA como o invariável espaço de moratória destes ex-combatentes no seu regresso da guerra: o Hospital Militar, em Lisboa. Como a gravidade das situações clínicas o justificasse, ou porque o acesso a cuidados médicos fosse escasso tal a quantidade de feridos face às estruturas de resposta, muitos DFA ficavam longo tempo, às vezes anos, no hospital militar de Lisboa. A toponímia de algumas das valências do hospital é esclarecedora. O designado “Depósito de Indisponíveis”⁵ exprime bem a sensação de abandono expressa por muitos dos ex-combatentes que ali viveram (sentindo que ali foram literalmente depositados); já o “Texas”, designação informal popularizada do anexo do Hospital Militar Principal,⁶ refere o ambiente de cais e desordem generalizada (qual *far west*) que se vivia.

Relativamente aos DFA, tudo se passa numa contradição entre o “excesso de memória” destes ex-combatentes (na medida em que carregam as marcas biográficas, psicológicas e

⁵ Situado no Largo da Graça.

⁶ Situado na Rua da Artilharia 1.

corpóreas da Guerra Colonial) e o manifesto silêncio da sociedade portuguesa face a um tão significativo conflito. Assim, a fim de entendermos cabalmente este desencontro, convém perceber alguns fatores e conjunturas que potenciaram o ativo de apagamento da memória Guerra Colonial da memória social portuguesa.

Em primeiro lugar, importa perceber que o Movimento das Forças Armadas, responsável pela revolução, nasce do descontentamento de oficiais de níveis intermédios em relação à guerra. Ou seja, o poder que se estabelece no 25 de Abril é fortemente marcado pela presença de militares que, a despeito das suas posições críticas – corporativas ou políticas – em relação à guerra, foram parte ativa no esforço de guerra. Assim, o tema da guerra implicava os mesmos agentes que se tornaram responsáveis pela revolução e que assumiram inequívoco protagonismo na transição democrática. Se ao regime ditatorial cabe, inequivocamente, a responsabilidade política pela assunção de guerra, o regime democrático nasce pela mão de um movimento de militares que, tendo estado implicados na guerra, estavam longe de verem de um modo inteiramente distanciado.

Em segundo lugar, sendo verdade que a evocação condenatória da guerra estava estrangida pelas figuras que protagonizaram a mudança de regime, pouco espaço haveria para a sua evocação através da reivindicação heroica. Vários fatores explicam este facto, a saber: a noção de que, mesmo do ponto de vista estratégico-militar, se tratou uma guerra perdida⁷ (ou, pelo menos, que não poderia ser ganha); a deposição dos poderes políticos que sustentaram a bondade patriótica da guerra; e a condenação internacional a uma guerra que, no seu esforço de deter a vaga de descolonizações, percebidas inevitáveis, se veio conceber, quase consensualmente, como absurda e anacrónica. Portanto, a ‘comunidade imaginada’ (Anderson, 1983) que em Portugal se constituiu após o 25 de Abril extirpou a guerra do seu passado, não obstante ser um recente facto com enorme impacto ou, se quisermos, talvez exatamente por causa da magnitude do impacto traumático que dela resultou.

Paul Ricoeur exprime bem o desafio que o testemunho coloca conquanto nos remete para ‘testemunhas históricas’ cuja capacidade de demover os lugares comuns – acerca da sociedade e do seu passado – muitas vezes corresponde à solidão da memória:

[...] em última análise, o nível elementar da segurança da linguagem numa sociedade depende confiabilidade, e portanto na prova biográfica de cada testemunha, caso a caso. É contra este fundo de suposta confiança de que emerge, tragicamente, a solidão das “testemunhas históricas” cuja experiências extraordinárias dificultam a capacidade para uma compreensão habitual e ordinária. Mas existem também testemunhas que nunca encontram uma audiência capaz de as ouvirem ou de escutarem o que têm a dizer. (Ricoeur, 2004: 167)

A solidão das testemunhas, neste caso, resulta do modo como o silenciamento da guerra produz como “extraordinárias” as experiências – afinal tão triviais – daqueles cujas biografias ficaram marcadas pelo irremediável da guerra. Mais do que a confiabilidade, o que aqui avulta é, pois, a falta de interlocutores que validem as violências impostas pela guerra. A possibilidade de partilha do trauma e da violência é, assim, um elemento essencial para a resignificação do sujeito isolado pelo excesso de memória:

⁷ Facto mais flagrante em Moçambique e na Guiné-Bissau do que em Angola.

O trauma partilhado por uma comunidade inteira cria um espaço público potencial para reenunção. Se uma comunidade concorda que os eventos traumáticos aconteceram e incorpora este facto na sua identidade, então a memória coletiva sobrevive e a memória individual pode encontrar um lugar (ainda que transformado) dentro dessa paisagem. (Kirmayer, 1986: 189-190)

Estamos perante a busca de hospitalidade à memória e ao reconhecimento da identidades passíveis de se afirmarem dentro de uma comunidade, numa transformação recursiva entre sujeito e narrativa social:

O espaço social ocupado por histórias de populações marcadas por feridas pode permitir que se quebrem os códigos culturais rotineiros veiculando contradiscursos que ponham em causa os significados adquiridos acerca de como as coisas são. Dessas histórias desesperadas e subjugadas pode bem surgir o apelo que altere os lugares comuns – tanto ao nível da experiência coletiva como da subjetividade individual. (Kleinman e Das, 2001: 21)

A memória da Guerra Colonial constitui um espectro que assola, ainda, a sociedade portuguesa. Para as representações hegemónicas os DFA constituem algo de uma presença fantasmática, corpos estranhos à narrativa social dominante cujas vozes remetem para um tempo radicalmente inscrito no passado ou determinado como não existente.

Para os DFA a deficiência emerge como o segundo fator na produção de uma exterioridade em relação à sociedade portuguesa. Conforme fica patente nos diversos relatos sobre o regresso a Portugal e sobre a busca de itinerários de inclusão social, os Deficientes das Forças Armadas, não obstante algumas as garantias que foram conquistadas na legislação compenstória, confrontaram-se e confrontam-se com a fortíssima discriminação social a que as pessoas com deficiência estão expostas na nossa sociedade. Assim, mesmo após uma reconstrução pessoal e colectiva em que a difícil herança da guerra é assumida como parte de percurso a ser empreendido, permanece um linha de desigualdade social que junta, excluindo, os DFA às demais pessoas com deficiência. A realidade pessoas com deficiência em Portugal persiste marcada por fortísimas condições de marginalização social e exclusão económica (Martins, 2006). Tal perpetuação acontece a despeito das sucessivas transformações legislativas e das políticas sociais que foram sendo introduzidas nas últimas décadas.

Reside esse entrave numa conceção de deficiência que se encontra profundamente ancorada a uma ‘narrativa da tragédia pessoal’ (Oliver, 1990), uma gramática cultural que permeia as vidas das pessoas com deficiência qual poderoso referente que cria as condições da sua verdade.

À semelhança do que acontece noutras sociedades, as pessoas com deficiência em Portugal estão sujeitas a enormes obstáculos à sua participação social: atitudes e conceções discriminatórias, barreiras arquitetónicas e comunicativas, apoio inadequado no acesso à educação, critérios excludentes no acesso ao mercado de trabalho, salários baixos e condições de trabalho precárias. Se é verdade que as estruturas e valores excludentes das pessoas com deficiência são comuns em muitas sociedades, este aspeto – relativamente a outros países – é agravado em Portugal pela fragilidade do movimento social de pessoas com deficiência (Martins, 2006; Fontes, 2009). Trata-se de um movimento cuja capacidade reivindicativa é, ainda, muito reduzida, porventura uma duradoura consequência do controlo que o Estado exerceu sobre a sociedade civil durante a longa ditadura do século XX (Santos e Nunes, 2004). Ao contrário do que acontece, por exemplo, no Reino Unido ou nos Estados Unidos da América, onde a politização da deficiência tem tido um importante impacto (Barnes, 2003; Hahn, 2002), em Portugal prevalecem as abordagens que fatalistas que individualizam a deficiência e naturalizam suas implicações. Dadas as condições de vida das pessoas com deficiência, as organizações que as representam, desde o início, têm-se investido mais na

provisão de serviços, funcionado como uma extensão do Estado Social. Desse modo, os recursos humanos disponíveis nas organizações tendem a ser desviados de um posicionamento político passível de transformar a sociedade – naquilo que são as suas estruturas discriminatórias das pessoas com deficiência.

Neste particular, cabe reconhecer o importantíssimo papel da ADFA enquanto parte ativa na reivindicação política. Na verdade, muitos dos direitos legislativos adquiridos pelas pessoas com deficiência após o 25 de Abril foram inicialmente conquistados pelos ‘deficientes de guerra’ e só mais tarde alargados à generalidade das pessoas com deficiência. No entanto, podemos dizer que a ação da ADFA tem sido mais contundente na demanda de compensações financeiras pelas deficiências adquiridas na guerra, do que na construção de uma sociedade inclusiva em que as pessoas com deficiência possam participar de uma forma cabal.

A luta assumida pelos Deficientes das Forças Armadas (DFA) entre 1974 e 1975, sob diversas formas — manifestações, tomada de espaços públicos, etc. —, granjeou à ADFA um reconhecimento público e político que se mostrou essencial tanto para a legislação que viria a ser promulgada para garantir reparações como para a afirmação da ADFA enquanto um interlocutor merecedor da atenção do poder político. Como dizíamos, a luta dos DFA, sem dúvida, um importante efeito em muita da legislação e das estruturas de reabilitação que depois seriam alargadas às demais pessoas com deficiência. Esta associação detém hoje cerca de 14 mil associados e, além da representação política dos interesses dos DFA, dos direitos e reparações, presta serviços aos associados e suas famílias, fundamentalmente ao nível do apoio jurídico e administrativo, mas também na vertente médico-social. Devido à especificidade das reivindicações da ADFA, as suas conquistas e agendas não são inteiramente transponíveis para as demais pessoas com deficiência. Ou seja, o elevado poder reivindicativo da ADFA na defesa intransigente dos direitos dos DFA, seja pelo modo como historicamente soube dar prova da sua capacidade de mobilização, seja pela elevada dívida simbólica que as deficiências adquiridas ao serviço da nação colocam ao Estado, terá feito mais pelas compensações atribuídas aos DFA do que, propriamente, por transformação social capaz de criar uma sociedade inclusiva para as pessoas com deficiência.

2. A Violência Colonial

Quando nos debruçamos no modo como a guerra surge nas histórias dos DFA, confrontamos-nos com as múltiplas instâncias da violência: violências sofridas, violências testemunhadas ou perpetradas. Em relação à generalidade dos ex-combatentes, os testemunhos dos DFA têm de singular a invariável existência de um evento ou experiência que, engendrando uma deficiência, estabelece um antes e depois nas suas vidas.

Na gramática da violência a que os combatentes estiveram sujeitos, o momentos que inscrevem a deficiência nas suas vidas não são, em si, necessariamente, excepcionais. O convívio com corpos de companheiros mutilados, com o medo do rebentamento de uma mina antipessoal, com a incerteza das emboscas, de algum modo trivilizava os episódios que puderam suscitar marcas irreversíveis. No entanto, o facto de essa violência se inscrever de forma definitiva no próprio corpo, como inapagável marca da existência, carrega, do ponto de vista da experiência vivida e da biografia, um singularidade que é, em larga medida, aquela que se liga à incomensurabilidade – ou difícil comunicabilidade – da experiência incorporada. As implicações da deficiência não são separáveis das lógicas discriminatórias e excludentes em vigor nas nossas sociedades, no entanto, reconhecemos igualmente que para muitas dos DFA a guerra trouxe, por via de um ferimentos ou de memórias disruptivas, transformações

(corpóreas, ontológicas, fenomenológicas) que transcendem as possibilidades de ‘restituição’ social.

Estamos, pois, em face de realidades que fogem às apreensões discursivas, e onde o corpo vivido assoma com incontornável vigor. A esta dimensão do sofrimento pessoal, eminentemente corporal, não totalmente apreensível na sua relação com elementos sociais, chamamos angústia da transgressão corporal (Martins, 2006, 2008). A angústia da transgressão corporal refere-se à vulnerabilidade na existência dada por um corpo que nos falha, que transgride as nossas referências na existência, as nossas referências no modo de ser-no-mundo. Assim entendida, a angústia da transgressão corporal concita-nos a reconhecer dimensões de dor, sofrimento e ansiedade existencial onde, contra sedimentada negligência, o corpo vivido e o conhecimento incorporado e as emoções adquirem estatuto nobre nas reflexões sócio-antropológicas.

Quando nos centramos nos eventos que causaram a deficiência nas longínquas frentes de combate, os DFA emergem marcadamente como vítimas da história: instrumentos de uma guerra cujos termos raramente percebiam e cuja justiça, hoje, poucos subscrevem.⁸ Pese embora as diferentes visões políticas sobre a guerra que constituem o universo do Deficientes das Forças Armadas, pese embora a incipiente posição crítica que tendeu a marcar a hora da partida dos jovens combatentes, é lícito dizer que o universo dos Deficientes das Forças Armadas é dominado por um posicionamento de condenação da guerra. Tal quadro deve-se, como acima referimos, a alguns fatores que nalguns casos se cumularam: deve-se à perspetiva histórica forjada seja pelo 25 de Abril, seja ao reconhecimento dos ventos da história que um pouco por todo o mundo vieram a sancionar a legitimidade da senda anticolonial pela autodeterminação dos povos: deve-se ao confronto pessoal com a violência da guerra e iniquidade do colonialismo; deve-se ao modo como a deficiência adquirida exacerbou a noção de uma guerra sem sentido ou o sentimento de força descartável; deve-se, igualmente, como veremos à frente, ao modo como a própria AFDA se veio a estabelecer politicamente contra uma narrativa de celebração heroica, bem patente no mote que viria a ser consagrado: “A Força Justa das Vítimas de uma Guerra Injusta!”.

No entanto, atentando às muitas formas de aparição da violência nas experiências e narrativas que nos foram sendo confiadas, logo percebemos a insustentabilidade de uma narrativa que configure os DFA como meras vítimas. Vítimas e perpetradores e testemunhas de violência: são vítimas da guerra no sentido em que nela adquiriram deficiência, no sentido em que muitos lutaram um combate que nunca sentiram como seu, mas são vítimas paradoxais: porque foram parte de um exército imperialista, e porque muitas das suas histórias retratam-nos, igualmente, como perpetradores de violências.

Nos relatos que nos foram sendo confiados, o impacto deferido pelos atos cometidos na guerra prende-se com atos censuráveis cometidos sobre as populações enquanto episódios da violência da guerra muitas vezes sob o ímpeto colérico de vingar a morte ou ferimento de um

⁸ O distanciamento em relação à justeza da guerra exprime tanto o desconhecimento ou a incipiente formação política com que muitos dos DFA foram enviados para a guerra, mas exprimirá, igualmente, um processo posterior de renúncia a causas patrióticas anteriormente abraçadas: pelo impacto do sentimento de abandono e injustiça que se seguiu à deficiência; pelo modo como a ADFA se constitui com base numa ideologia, amplamente dominante, de uma condenação da guerra; e pelo efeito da queda do regime ditatorial e os seus ‘regimes de verdade’.

camarada ou de punir as populações por suspeita de conluio com o inimigo. De igual modo, estes momentos mais afeitos a reprovação ulterior surgiam no trato com os prisioneiros.

Esta consciência que nalguns DFA consagra uma autorreflexividade memorativa, que concilia o reconhecimento de próprio sujeito enquanto vítima e agressor, é diferentemente avivada pela noção do excesso e da responsabilidade pessoal, pela assunção do vazio de valores morais imposto pelo absurdo da guerra, ou pelo facto de que julgamento da história esmagadoramente definir Portugal como o agressor colonialista, anacronicamente travando os ventos da mudança. No fundo, muitas vezes, o aporismo entre o simultâneo reconhecimento da violência sofrida e a violência exercida justapõe-se, sem um encaixe estabilizado, ao aporismo do reconhecimento do duplo lugar de ex-combatente de um exército colonial e crítico da violência colonial e das suas consequências.

Conclusão

Além da violência de deficiência infligida devido à Guerra Colonial, além da violência da discriminação imposta na nossa sociedade sobre as pessoas com deficiência, os DFA confrontaram-se durante a parte mais significativa das suas vidas com a violência do silenciamento das suas experiências, marcadas que foram por uma guerra que, antes e depois do 25 de Abril, foi ‘interditada’ do espaço e do debate público. Ainda que o espaço associativo como o da ADFA, ou o espaço convivial dos jantares de batalhão ou de companhia recuperem essas experiências, socializando-as, isso acontece mormente num circuito relativamente fechado. A solidão da vivência e da marca traumática da guerra (corpórea ou relativa à memória) foi e é continuamente experimentada nas suas vidas sociais quotidianas (família, trabalho, comunidades de residência). Não obstante o reconhecimento das trajetórias particulares que engendraram um longo desencontro entre a memória vivida da Guerra Colonial e o justo reconhecimento da centralidade histórica deste conflito, acreditamos que, em última instância, a incomodidade trazida ao corpo social pelos DFA reflete algo de mais fundo. Referimo-nos ao modo como no Ocidente a experiência colonial persiste sendo ativamente produzida como inexistente, numa óbvia perpetuação daquilo a que Boaventura chama as ‘linhas abissais da modernidade’ (Santos, 2007).

As narrativas dos DFA, no modo paradoxal como nos permitem aceder à violência colonial, constituem uma perspectiva muito particular de uma gramática mais ampla que nos instiga à busca de diálogos e de sujeitos que, a Sul, nos trazem de latitudes onde o esquecimento da senda colonial nunca chegou a ser uma hipótese. O silenciamento da Guerra Colonial portuguesa (1961-194) constitui um dos elementos mais estruturantes da reconstrução democrática e pós-imperial da sociedade portuguesa. Partindo de uma extensa recolha de histórias de vida de ‘deficientes das Forças Armadas’, o presente texto procura analisar as lutas pelo sentido trazidas pelas suas narrativas. Por um lado, procuramos perceber os termos de um confronto entre uma memória da violência, corporalmente inscrita, e a denegação da violência colonial no senso comum do Portugal democrático. Por outro, procuramos compreender de que modo a noção de uma guerra evitável e injusta, crescentemente sedimentada após o seu ocaso, cria um paradoxo para aqueles que, tendo sido parte de uma força agressora, se configuram como vítimas.

Referências

- ADFA (1999), *ADFA 25 anos: 1974-1999*. Lisboa: Associação dos Deficientes das Forças Armadas.
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- Barnes, Colin (2003), "What a Difference a Decade Makes: reflections on doing 'emancipatory' disability research", *Disability & Society*, 18(1), 3-17.
- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África: o Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento.
- Das, Veena; Kleinman, Arthur (2001), "Introduction", in Arthur Kleinman; Veena Das; Margaret Lock; Mamphela Ramphele; Pamela Reynolds (orgs.), *Remaking a World: Violence, Social Suffering and Recovery*. Berkeley: University of California Press.
- Fontes, Fernando (2009), "Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: da caridade à cidadania social", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 73-93.
- Gomes, Carlos de Matos (2013), "A Africanização na Guerra Colonial e as suas Sequelas Tropas Locais – Os vilões nos ventos da História", in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (org.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 123-142.
- Hahn, Harlan (2002), "Debates and Political Advocacy: The US Disability Movement", in Mike Oliver; Len Barton, (org.), *Disability Studies Today*. Cambridge: Polity Press.
- Kirmayer, Laurence (1996), "Landscapes of memory: trauma, narrative, and dissociation", in Paul Antze; Michael Lambek (org.), *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. New York: Routledge, 173-198.
- Martins, Bruno Sena (2006), *E se eu fosse cego: narrativas silenciadas da deficiência*. Porto: Afrontamento.
- Martins, Bruno Sena (2008), "The suffering body in the cultural representations of disability: the anguish of corporal transgression", in Thomas Campbell; Fernando Fontes; Armineh Soorenian; Chris Till (org.), *Disability Studies: emerging insights and perspectives*. Leeds: The Disability Press.
- Meneses, Maria Paula; Gomes, Catarina (2013), "Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa", in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (org.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 59-107.
- Oliver, Michael (1990), *The Politics of Disablement*. Houndmills: The Macmillan Press.
- Ricoueur, Paul (2004), *Memory, history, forgetting*. Chicago: University of Chicago Press.

Santos, Boaventura de Sousa (1999), *Pela Mão De Alice: O Social e o Político Na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Santos, Boaventura de Sousa; Nunes, João Arriscado (2004), "Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal", *South European Society & Politics*, 9(2), 1-15.

Dos traumas da (des)colonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais: o caso de Angola-Portugal^{1,2}

Carolina Peixoto,³ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
carolina.peixoto@gmail.com

Iolanda Vasile,⁴ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
iolanda.vasile@gmail.com

Resumo: Quarenta anos depois do fim do império português os impactos e latências políticas, culturais e epistémicas da forma como se deu a transição para a independência de Angola continuam a influenciar as relações entre este país e Portugal. Considerando a descolonização enquanto um fenómeno social complexo movido pelo questionar do impacto das relações de violência e exploração vivenciadas durante a colonização (Meneses, 2008: 12), *analisaremos o recurso às heranças históricas relacionadas com a (des)colonização no discurso utilizado por meios de comunicação angolanos e portugueses que, ao longo do último ano, abordaram os altos e baixos da relação entre os dois países.* Interessa-nos desvelar que imagens, lembranças e esquecimentos têm sido destilados na memória coletiva de angolanos e portugueses a partir do resgate desta herança nem sempre reconhecida pelos seus potenciais herdeiros.

Palavras-chave: relações Angola-Portugal, heranças históricas, (des)colonização, meios de comunicação, análise do discurso.

¹ Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, no âmbito do projeto PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531. E, também, no âmbito das bolsas individuais de Doutoramento SFRH/BD/64059/2009 e SFRH/BD/73005/2010.

² Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistémicas das transições”, no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9), organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

³ Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES); Doutora em Pós-colonialismos e cidadania global pela Universidade de Coimbra; Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

⁴ Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES); doutoranda do programa Pós-colonialismos e cidadania global coordenado pelo CES em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

1. Breve panorama histórico das relações político-económicas entre Portugal e Angola

Portugal e Angola mantêm uma longa e complexa relação marcada por um intrincado conjunto de particularidades históricas, culturais, económicas, políticas e diplomáticas. Para um país pequeno e de economia aberta como Portugal o comércio exterior tem um papel muito importante e é neste cenário que a relação com Angola se destaca.

As ligações económicas entre Portugal e Angola, que durante o período colonial chegou a ser considerada a ‘jóia da coroa’ do império português, sofreram um significativo decréscimo em decorrência do fim da relação colonial, mas principalmente devido aos efeitos da guerra civil e da desestabilização nacional que teve início em Angola antes mesmo da consolidação da independência. Apesar disso, tanto alguns membros da sociedade civil como as autoridades portuguesas nunca abandonaram de todo a ideia de promover o estreitamento das relações bilaterais entre os dois países (Ferreira, 2005).

A partir da segunda metade dos anos 1980 as circunstâncias tornaram-se mais favoráveis para um aumento significativo das relações entre os dois países. Por um lado, o colapso da URSS enfraqueceu as relações estratégicas dos governantes de Angola com aqueles que tinham sido seus principais aliados durante a fase de consolidação da independência. Esta mudança no contexto internacional coincidiu com a emergência, no interior do MPLA, o partido no poder em Angola, de vezes sugerindo a substituição do modelo económico de planeamento centralizado por um que se baseasse nas forças de mercado. Esta pressão por uma reorientação política e económica foi um reflexo não só da baixa performance do sistema de planeamento adotado em Angola durante a primeira década pós-independência, mas também da emergência dos interesses de classe naquele país. Neste contexto, em 1987 o governo de Angola lançou seu primeiro programa de reformas económicas marcando o início da liberalização económica do país e criando espaço para o desenvolvimento do setor privado e da sociedade civil (Hodges, 2004: 11). Por outro lado, Portugal vivia um período de estabilidade política e sua nova posição como membro da Comunidade Europeia tornava-o bastante atrativo para os governantes angolanos, pois a ex-metrópole poderia servir como um meio privilegiado para facilitar o estreitamento das relações de Angola com o Ocidente (Raimundo, 2013: 246).

Desde 2002, com a consolidação da paz em Angola e o maior nível português de concentração comercial na Europa, tem aumentado a importância do mercado angolano para a antiga metrópole (Seabra e Gorjão, 2011). Entre 2002 e 2008 Angola passou da 19ª para a 4ª posição como principal destino das exportações portuguesas tornando-se o principal mercado português fora da União Europeia. Como revelam estes números, as relações económicas bilaterais, de fato, se intensificaram. (Raimundo, 2013: 247).

Debilitado por uma grave crise económica durante os últimos anos Portugal tem pressionado mais abertamente pela formalização de uma ‘parceria estratégica’ com Angola. Isto é, pela adoção de um mecanismo que o governo angolano já estabeleceu com Brasil, EUA e China. Mas, apesar da ex-metrópole colonial continuar a jogar um papel de interlocutor privilegiado entre Angola e a União Europeia, os governantes da ex-colónia, completamente adaptados à lógica de funcionamento da economia de mercado e conscientes do alto valor dos recursos estratégicos de seu país não demonstram grande preocupação com o suporte que Portugal pode proporcionar para o desenvolvimento e as ambições de crescimento internacional de Angola. Estas posturas assumidas por Portugal e Angola podem ser encaradas como reflexos de uma inversão dos papéis assumidos por cada um desses países numa relação de dependência iniciada naquele que alguns portugueses, bem como grande

parte das obras canônicas que registram a História de Portugal, insistem em considerar o “glorioso período dos descobrimentos”?

Como veremos a seguir a partir da análise de um caso concreto, este questionamento parece assombrar o imaginário de alguns setores da sociedade portuguesa. Nomeadamente aqueles que insistem em apostar na ideia de encarar Angola como um *el dorado* que pode ajudar no processo de superação das limitações portuguesas, sobretudo aquelas intrínsecas à condição de país de pequeno porte e pobre em recursos estratégicos. Em contrapartida, o que desassossega as elites angolanas é perceber intenções (neo)colonialistas no tratamento que lhes é dado por certos nichos da elite portuguesa. O que pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho é que enquanto vigorar a diplomacia do silêncio que tem marcado as relações entre Portugal e Angola ao longo das últimas quatro décadas, as tensões herdadas junto com o legado colonial continuarão a dificultar o presente e comprometer o futuro destes dois países.

2. O caso das ‘desculpas diplomáticas’ – repercussões e desdobramentos em alguns dos principais meios de comunicação social angolanos e portugueses

A 18 de Setembro de 2013, numa entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA), em Luanda, Rui Machete, então Ministro dos Negócios Exteriores de Portugal, referindo-se às investigações do Ministério Público português a angolanos de destacada posição política, declarou:

Tanto quanto sei, não há nada substancialmente digno de relevo, e que permita entender que alguma coisa estaria mal, para além do preenchimento dos formulários e de coisas burocráticas e, naturalmente, informar as autoridades de Angola pedindo, diplomaticamente, desculpa, por uma coisa que, realmente, não está na nossa mão evitar. (Machete *apud* Rádio Nacional de Angola)

Este diplomático pedido de desculpa causou polémica em Portugal e insuflou um extenso debate mediático envolvendo o *Jornal de Angola* e dois dos principais meios de comunicação social portugueses, o *Expresso* e o *Público*. De acordo com uma matéria estampada neste último jornal, este debate marcaria o recrudescimento de uma troca de “ataques e desmentidos” iniciada em novembro de 2012, quando o diário angolano teria começado a reagir “à primeira de duas notícias do semanário *Expresso* sobre a abertura, pela PGR [Procuradoria Geral da República] em Lisboa, de um inquérito-crime por fraude fiscal e branqueamento de capitais contra três altas figuras do Estado angolano” (Cordeiro, 2013).

A 6 de outubro de 2013, o *Jornal de Angola* publicou um artigo onde Álvaro Domingos chamou a atenção dos leitores para o fato de que “Portugal está no centro de uma grave crise social e económica sem fim à vista” e que, diante desta situação, milhares de jovens quadros portugueses que buscam o “pão nosso de cada dia” eram “bem-vindos e têm o apoio e a solidariedade dos seus irmãos angolanos”. Tendo esclarecido que em Angola não há[via] nada contra os imigrantes portugueses, o jornalista passou a contra-atacar as “elites reinantes” em Portugal, aqueles que têm destruído o Estado Social que nasceu com a Revolução de Abril, que hoje são os “deserdados dos dinheiros do depauperado Estado Português” e de quem “Angola é[ra] sempre o alvo”. O autor enfatizou que, quando o então Ministro dos Negócios Estrangeiros

pediu diplomaticamente desculpa (não desculpas diplomáticas) pelas patifarias cometidas pelo Ministério Público e órgãos de comunicação social contra o Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, e o Procurador-Geral da República, João Maria de Sousa. Os mais assanhados membros das elites corruptas e caloteiras portuguesas trucidaram o ministro e por tabela lançaram a habitual chuva de calúnias contra os dirigentes angolanos, eleitos democraticamente. (Domingos, 2013).

Recordando que faltariam “*três meses para organizar a Cimeira Angola-Portugal*”, o artigo termina

[...] a exigir que a Procuradora-Geral Joana Vidal e a Direcção Central de Investigação e Acção Penal expliquem aos angolanos e portugueses quem foram os membros do Ministério Público que violaram o segredo de justiça, violando gravemente a honra e o bom nome de duas altas figuras do Estado Angolano. (Domingos, 2013)

Ficava assim lançada uma ameaça velada. A parte angolana, consciente da sua importância económica e, inclusive, política para Portugal, dado que vinha recebendo um crescente número de trabalhadores portugueses contribuindo assim para mitigar os índices relativos ao desemprego naquele país, mas descontente com o tratamento que lhe era dado por parte da elite portuguesa, poderia suspender a realização do encontro que há muito vinha sendo articulado para estreitar as relações bilaterais Angola-Portugal.

Neste mesmo dia, 6 de outubro, o *Expresso* publicou o texto intitulado “Machete, Angola e os outros” onde Henrique Monteiro afirmava:

O mal não é Angola ter um regime de que se gosta ou não, o mal é o país que é Portugal ter esta atitude subserviente há anos⁵ e que, finalmente, um MNE tornou clara aos microfones de uma rádio de Luanda. Sim! Queremos saber do dinheiro, do bago, do investimento. De resto, somos atentos, veneradores e obrigados ao regime de José Eduardo dos Santos e família, fingindo que tudo aquilo é normal. (Monteiro, 2013)

No trecho destacado os leitores são instigados a lembrar da herança histórica do ‘glorioso’ império colonial português. Afinal, ainda que Angola tenha sido considerada em tempos a ‘jóia da coroa’ deste império, quem envergava a ‘coroa’ abrilhantada por esta jóia era Portugal. Daí a indignação com aquilo que poderia ser encarado como uma inversão de papéis, já que na atual conjuntura eram os portugueses que se encontravam ‘obrigados’ ao regime angolano.

No dia seguinte, 7 de outubro, foi a vez de o *Público* apresentar o seu parecer sobre a questão. Para agregar valor às informações e opiniões que divulgava este jornal português recorreu à análise de um especialista, que, não por acaso também se tratava de uma *persona* pública angolana, sobre o impacto das declarações do ministro Rui Machete à RNA. De acordo com este jornal, Justino Pinto de Andrade, apresentado aos leitores como “*professor de Economia da Universidade Católica de Luanda e líder do Bloco Democrático*”, considerava que “*a forma como ‘as elites políticas’ de Lisboa se relaciona[va]m com o poder em Luanda passou a linha da cumplicidade para o campo da ‘subserviência’*”. Além disso, segundo o referido especialista angolano, o discurso de Rui Machete teria promovido “*uma ‘má imagem’ de Portugal em Angola*”, o que, “*ao contrário do que pode[ria]m pensar os políticos portugueses, ‘não ajuda[ria] a fomentar as relações entre os dois países’*” porque “*as autoridades angolanas não respeitam quem se põe de joelhos*” (Cordeiro, 2013). O parágrafo de conclusão desta matéria trazia ainda o seguinte argumento:

⁵ Sublinhados acrescentados pelas autoras.

As investigações abertas em Portugal são referentes a suspeitas de actos em território português, nota Justino Pinto de Andrade. A “promiscuidade entre a Justiça e a política” em Angola impede “o apuramento” das suspeitas de “actos ilícitos que envolvem entidades angolanas”, realça. “Se os actos ilícitos que envolvem as entidades angolanas em território português fossem investigados, nós em Angola teríamos melhor forma de pressionar os políticos corruptos” (Cordeiro, 2013).

Depois da constatação de que a adoção de uma postura de subserviência seria contraproducente para lidar com as autoridades angolanas, promove-se a ideia de que o Poder Judiciário português teria capacidade para levar a cabo uma tarefa interdita ao seu congénere angolano e que isso ajudaria a fortalecer a oposição angolana contra os políticos corruptos. Esta suposição de que ações portuguesas poderiam ter efeitos benéficos para a política interna angolana convida, ainda que sutilmente, a recordar um dos argumentos reiteradamente acionados para justificar a presença colonial portuguesa em Angola: a ideia de que os africanos não teriam capacidade de se autogovernarem.

Dando continuidade à discussão do tema, uma peça jornalística estampada pelo *Público* em 8 de outubro enfatizava que pedidos de desculpas diplomáticas eram “raridade” em relações bilaterais. Mais uma vez o jornal utilizou a estratégia de solicitar o parecer de especialistas, desta vez diplomatas de carreira, que avaliassem a atitude de Rui Machete. Segundo a peça em questão, um diplomata veterano teria dito que Machete “*quis pôr água na fervura, mas rebaixou o Estado*”. Esta matéria foi concluída com a seguinte frase, parte de uma citação da avaliação feita por “*um diplomata com anos de experiência em relações multilaterais*” sobre a situação: “*Este caso expõe apenas uma coisa: uma relação de dependência*” (Reis, 2013).

No dia 10 de outubro, o *Jornal de Angola* publicou um artigo de opinião cujos quatro primeiros parágrafos dedicavam-se a recordar as características assumidas pela colonização portuguesa no país e o fato de que a luta de libertação nacional empreendida pelos angolanos e pelos demais povos colonizados por Portugal em África foi um “*factor determinante da independência das colónias e, conseqüentemente, da liberdade do povo português*”. Na sequência deste raciocínio, o autor afirmava:

A atitude da imprensa portuguesa, de determinados políticos e muitas outras figuras públicas portuguesas, que verberaram irracionalmente contra o pedido de desculpas apresentado por um governante português a Angola, não é nada mais que o sofisma da humilhação que eles sentem naquelas palavras relativamente ao Povo Angolano. [...] A soberba irracional dessa gente nunca lhes permitiu pedir perdão ou desculpas ao Povo Angolano pelos maus tratos, humilhação e desonra infligidos durante tantos anos de ditadura e exploração colonial. [...] / Tal como o Papa humildemente pede perdão pelos crimes dos seus sacerdotes, nunca seria demais que os governantes e políticos portugueses em consciência tivessem a humildade de também pedirem perdão e apresentarem as suas sinceras desculpas, não apenas ao Povo Angolano, mas tornando-as extensivas a todos os povos das ex-colónias. Foram estes povos que, em conjunto, permitiram aos senhores políticos portugueses serem agora muito zelosos na obediência à separação de poderes da sua Constituição. (Pombares, 2013)

Ou seja, na avaliação do autor os portugueses, quer reconheçam ou não, têm uma dívida moral com os ex-colonizados que, ao libertarem-se do jugo colonial, abriram caminho à democracia e à liberdade hoje em vigor em Portugal. Este artigo revela que em Angola o

impacto das heranças históricas referentes ao período de (des)colonização⁶ eram acionadas com muito mais ênfase para explicar a repercussão do caso das ‘desculpas diplomáticas’ que ameaçava abalar as relações bilaterais com a ex-metrópole. Chamando a atenção para o fato de que este artigo “foi publicado no dia em que o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação chegou a Luanda para preparar a cimeira luso-angolana” (Lusa e Público, 2013), na peça jornalística intitulada “*Jornal de Angola diz ser necessária clarificação nas relações com Portugal*” (Lusa e Público, 2013), a imprensa portuguesa interpretou o referido artigo como uma retomada do “tom contra Portugal” na imprensa angolana. Nenhuma reflexão sobre a influência do legado da herança colonial nas relações atuais com Angola foi acrescentada, o que revela uma completa desconsideração dos argumentos apresentados no artigo publicado pelo *Jornal de Angola*.

O editorial do *Jornal de Angola* de 12 de outubro começou esclarecendo que as relações entre Portugal e Angola estavam “num ponto alto”, apesar de enfrentar “alguns percalços no percurso” como a “violação do Segredo de Justiça, apenas para julgar na praça pública altas figuras do Estado Angolano”. Quanto a esta questão, o jornal assumia a seguinte opinião:

Investiguem quem quiserem. Mas não violem o Segredo de Justiça para assassinar a honra de altas figuras do Estado Angolano. Essas formas de actuar são profundamente anti-democráticas e só têm paralelo com as campanhas de calúnias desencadeadas pelo regime fascista contra os seus opositores e os dirigentes dos movimentos de libertação das antigas colónias. (Jornal de Angola, 2013a)

Aqui é claramente retomada a ideia da manutenção de uma postura colonialista de um extrato da sociedade portuguesa em relação aos angolanos. Fica subentendido que esta seria a explicação para a soberba com que alguns portugueses reagiam aos investimentos angolanos, encarando-os como atos criminosos e não como uma oferta de ajuda para superação da crise económica que assolava Portugal, tal como descrito no seguinte excerto:

[...] Portugal, segundo o senhor vice-primeiro-ministro do Governo Português, é um protectorado. Lamentamos profundamente esta situação, mas pouco podemos fazer. E se pudéssemos, provavelmente as forças políticas portuguesas não aceitavam qualquer tipo de ajuda. Basta ver a forma como altos responsáveis partidários falam dos investimentos de Angola em Portugal. Alguns encaram-nos como crimes! Esses que se manifestam e outros que assim pensam mas não se pronunciam, seguramente que rejeitavam a mão solidária de Angola para Portugal deixar de ser um protectorado. [...] / Os investimentos angolanos em Portugal são limpos. Os investidores angolanos, particulares ou institucionais, são honestos. Mas apesar disso, todos os dias saem notícias na Imprensa contra esses investimentos e investidores. Gostávamos de saber que outros investidores no mundo arriscavam um euro num país em que até membros do seu Governo consideram um protectorado. Os angolanos não querem ter em Portugal um estatuto especial, ainda que os laços afectivos profundos que nos unem o justificassem. Mas exigem respeito. Não podem aceitar que magistrados do Ministério Público retirem dos processos que têm à sua guarda, factos que são cozinhados em “redacções únicas” para assassinar a honra de altas figuras do Estado Angolano.

⁶ Termo adotado para fazer referência simultaneamente ao processo de transição para a independência e à relação de exploração colonial que o precedeu determinando a forma assumida por esta transição.

No final de uma matéria dedicada a comentar este editorial o jornal português *Público* afirmava que:

Os editoriais contra Portugal no principal jornal angolano, que representa um canal directo para o MPLA e a Presidência de Angola, tornaram-se recorrentes desde que, em Novembro passado, o semanário Expresso publicou uma primeira de várias notícias sobre a abertura de inquéritos a figuras próximas do Presidente José Eduardo dos Santos ou titulares de órgãos de soberania em Angola, como o procurador-geral da República de Angola, por suspeitas de fraude fiscal e branqueamento de capitais. / O tom manteve-se desde então com o jornal a denunciar uma “campanha contra Angola” e a defender o fim dos investimentos angolanos em Portugal. (Lusa e Público, 2013)

Dessa maneira o jornal português exacerbou a reação da imprensa angolana que, até então, havia apenas constatado que as relações bilaterais Angola-Portugal vinham sendo abaladas pelo clima de desconfiança difundido pela imprensa portuguesa sobre a idoneidade dos investimentos angolanos em Portugal.

Talvez por isso, em 13 de outubro de 2013, o *Jornal de Angola* trouxe a público dois textos dedicados a oferecer uma interpretação ou uma explicação para o clima de tensão que vinha ameaçando a manutenção de boas relações entre Angola e Portugal. O editorial assinado pelo diretor-adjunto do jornal, Filomeno Manaças, comentava a passagem de Luís Ferreira, secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, por Luanda com o intuito de preparar a cimeira entre os dois países. De acordo com o autor, durante a visita “o político português tratou de situar as relações Angola-Portugal no patamar da excelência e assim afastar quaisquer veleidades que possam afectar o seu bom andamento”. Manaças afirmava estar “inteiramente de acordo” com as declarações feitas pelo representante do governo português, sobretudo quando este reconhecia que “as relações entre Angola e Portugal têm ainda um grande potencial de crescimento por explorar e elas devem desenvolver-se na base do respeito mútuo”. Em seguida, o autor aproveitou para fazer menção ao que ocorreu em Portugal a propósito das declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal à RNA:

Esperamos que não vá alguém em Lisboa entender que Luís Ferreira deve ir à Assembleia da República dar explicações pelo que disse - e bem dito -, pois não se concebe que as relações entre dois Estados não respeitem premissas básicas.

Uma visão e um discurso pragmático foram o que o visitante trouxe na bagagem. Com isso tratou de enviar um recado claro aos que ainda persistem em manchar as relações entre os dois países sublinhando, nas entrelinhas, que Angola e Portugal têm muito a ganhar e muito também a ensinar se souberem suplantarem o subjectivismo que, de tempos em tempos, teima em constituir-se em escolho ao normal desenvolvimento da cooperação bilateral. (Manaças, 2013)

Em contraste com o tom apaziguador deste editorial, no artigo intitulado “*Uma doença que tem cura*”, Filipe Zau foi buscar contribuições nos trabalhos de vários intelectuais portugueses e estrangeiros para respaldar a acusação de que “alguns portugueses” sofreriam de uma “*síndrome de europite aguda*”, o que explicaria porque as relações entre os dois países não podiam transcorrer com normalidade.

Zau iniciou seu artigo citando um trecho de um livro atribuído a “Gaspar da Silva, ex-embaixador e professor na Universidade do Minho”, onde este teria afirmado, que “no âmbito das várias acções de carácter diplomático a desenvolver no domínio da Sociologia, haveria a necessidade de *fazer desaparecer definitivamente a ideia reaccionária de que o africano não é completamente normal, mas que pode ser «assimilado»*”. O objetivo desta citação seria “*ilustra(r), de certo modo, as razões, porque uma determinada elite de baixo nível em Portugal continua[va] incapaz de assumir princípios de horizontalidade em relação aos*

povos ex-colonizados, particularmente, os negros”. De acordo com Zau, os portadores da “*síndrome de europite aguda*” apresentariam como sintoma principal uma

[...] mentalidade tacanha e racista [...] esquecendo-se que, durante muito tempo (e se calhar ainda hoje), muitos portugueses foram alvo de discriminação na própria Europa, já que esta considerava como inferiores não só os negros, mas também os brancos que socialmente e/ou sexualmente se relacionassem com os negros. (Zau, 2013)

O autor considerava que tinha sido como um mecanismo de defesa contra esta discriminação intra-europeia que muita gente tinha passado “*a pensar, de forma errónea, que era superior aos africanos que colonizou*”. O que Zau concebia como uma ‘enfermidade’ era a manutenção desta percepção equivocada da realidade que era capaz de provocar transtornos sociais como o que vinha sendo reportado pelos jornais, como fica explícito no excerto a seguir:

Mas veja-se agora o seguinte e quem quiser que analise através da leitura diária de outros jornais, mesmo na internet. Em nenhum outro país do mundo se constata actualmente um tipo de paranóia tão ostensiva, paternalista e esquizofrénica contra as autoridades angolanas como em Portugal, que persiste em dar lições de democracia, ética e moral que, durante séculos, através da sua “missão civilizadora” em África, não foi capaz de ensinar a ninguém, nem a si próprio. Pelo menos, os portugueses que vivem em Angola podem comprovar como os angolanos já foram capazes de ultrapassar “a síndrome do colonialismo”. (Zau, 2013)

Zau conclui o texto alertando que “*basta[ria] apenas um pouco mais de educação e sentido de alteridade*” para “curar” os portugueses que ainda padeciam desta enfermidade.

Ainda no dia 13 de outubro uma matéria no *Público* enfatizava o tom “positivo” do editorial assinado por Filomeno Manaças e recordava aos seus leitores que, “*com este editorial, o Jornal de Angola dedicou desde o passado dia 6 um total de três editoriais e cinco artigos de opinião às relações luso-angolanas*”. O artigo de Filipe Zau não recebeu outra menção para além da observação de que também fazia parte desta última edição do diário angolano. Ou seja, nem com as provocações lançadas por Zau os meios de comunicação portugueses mobilizam-se para discutir os impactos da herança colonial nas relações atuais entre os dois países.

De acordo com a versão reproduzida na edição do *Jornal de Angola* de 16 de outubro de 2013, em seu discurso sobre o estado da nação, proferido no dia anterior, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, teria feito a seguinte declaração:

No plano bilateral, Angola tem relações estáveis com quase todos os países do mundo. Com muitos deles tem uma cooperação económica crescente e com benefícios recíprocos. / O nosso país tornou-se um destino turístico e de investimento estrangeiro porque o seu prestígio e a confiança dos seus parceiros está a crescer. / Só com Portugal, lamentavelmente, as coisas não estão bem. Têm surgido incompreensões ao nível da cúpula e o clima político actual, reinante nessa relação, não aconselha a construção da parceria estratégica antes anunciada!

Ainda no dia 15 de outubro, na sequência deste discurso em que o presidente de Angola abordou pela primeira vez o tema da tensão nas relações com Portugal, o semanário *Expresso* publicou sete textos dedicados a avaliar o passado, o presente e o futuro das relações entre os dois países: “*Angola anuncia fim da parceria estratégica com Portugal*”, de Rosália Amorim e Luísa Meireles; “*Governo surpreendido com declarações de Eduardo dos Santos*”, de Manuela Goucha Soares; “*Presidente angolano ‘responde a situação interna’*”, de Luísa Meireles; “*Presidente de Angola ‘sente-se incompreendido’*”, “*O que é a parceria estratégica*

Portugal-Angola” e “*Quantos portugueses e empresas trabalham em Angola?*”, assinados por Rosália Amorim; “*Angola e o medo de dizer*”, de Henrique Monteiro.

“*O governo não quer acreditar na rutura anunciada pelo Presidente de Angola, e reitera a importância que continua a atribuir ao bom relacionamento dos dois países*” (Soares, 2013). Estas foram as palavras escolhidas como introdução da peça jornalística construída em torno da divulgação da reação do governo português ao comunicado do presidente angolano, expressa através de um “*curto comunicado sobre as relações de Portugal com Angola*” (idem) emitido pelo gabinete do então primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho. Descontada a introdução, outros três pequenos parágrafos compunham esta matéria que pouco mais aportava aos leitores além de citar o que a jornalista interpretou como sendo os excertos mais significativos da referida declaração oficial. A pouca importância dada ao tema parece indicar um menosprezo pela postura assumida pelo governo português.

Os três textos assinados por Rosália Amorim, incluindo o escrito em parceria com Luísa Meireles, tinham como característica central o tom alarmista e o fato de pautarem-se na ideia de que no discurso sobre o estado da nação “*o Presidente José Eduardo dos Santos pôs fim à parceria estratégica com Portugal*” e que, por isso, a primeira cimeira bilateral entre Portugal e Angola, prevista para se realizar, em Luanda, em fevereiro de 2014, “*corre[ria] agora o risco de ser cancelada*” (Amorim e Meireles, 2013). Estes textos reuniram dados e argumentos para demonstrar o “*forte impacto negativo para a economia lusitana*” caso viesse a ter fim a “*parceria que tinha sido estabelecida entre Cavaco Silva e o Presidente angolano, em julho de 2010*” (Amorim, 2013a) e cujos efeitos do bom funcionamento eram até aquela altura notórios, sobretudo, no que dizia respeito às relações comerciais. Uma destas matérias enfatizava os “*números de um casamento inevitável, entre duas economias que precisa[va]m uma da outra, independentemente das relações políticas*” (Amorim, 2013c), citando, por exemplo que: estimava-se que, pelo menos, 150 mil portugueses estivessem a trabalhar em Angola; havia 8800 exportadoras portuguesas presentes no mercado angolano; Angola era o 4º maior mercado cliente de Portugal; Portugal foi o 4º maior investidor estrangeiro em Angola em 2012, assim como no primeiro trimestre de 2013; em julho de 2013, foram anunciados 300 milhões de euros em novos investimentos portugueses em Angola; Angola foi o 11º maior investidor estrangeiro em Portugal em 2012; em matéria de comércio de bens, as exportações de Portugal para Angola cresceram 8,8% entre 2008 e 2012 e comparando o primeiro trimestre de 2012 com o de 2013, esse crescimento foi de 7,5%.

Ou seja, estes textos demonstravam que Angola vinha funcionando como “*uma espécie de 'balão de oxigénio' para muitas empresas lusitanas que se defronta[va]m com a crise que assola Portugal e a Europa*” (Amorim e Meireles, 2013). Reconhecendo a importância político-económica de Angola para Portugal estas peças jornalísticas incluíam também avaliações atribuídas a uma série de observadores económicos e políticos segundo os quais “*a forma de fazer política deve[ria] ser repensada*”, dando a entender que o polémico caso do pedido de “*desculpas diplomáticas*” não tinha contribuído em nada para melhorar as relações entre Portugal e Angola, antes, pelo contrário. O que justificaria a necessidade de uma mudança de postura política para resolver a questão.

O texto de Henrique Monteiro (2013b) chamou nossa atenção por enfatizar a interdependência histórica existente entre Portugal e Angola colocando Portugal numa posição de protagonismo e não como uma espécie de vítima das circunstâncias como os demais textos publicados na edição de 15 de outubro de 2013 do *Expresso* davam a entender. Monteiro partia do princípio que

[...] as relações entre Portugal e Angola não se deteriora[ria]m com um discurso, com um ministro, com um Governo nem mesmo com um Presidente. Angola faz[zia] parte do passado e do presente português e Portugal é[ra] fundamental para a estratégia de Angola, apesar do estado de espírito que possa ter José Eduardo dos Santos (Monteiro, 2013b).

A edição do dia 15 de outubro do jornal *Público* também dedicou uma longa reportagem à análise do estado das relações entre Portugal e Angola. Com o apaziguador título “*Cimeira Portugal-Angola continua marcada para Fevereiro*”, a reportagem começava garantindo que “o Ministério das Relações Exteriores de Angola não tinha transmito ‘qualquer informação’ que indicasse a alteração da data da 1.ª Cimeira Portugal-Angola, marcada para Fevereiro de 2014” (Cordeiro *et al.*, 2013). Com a ajuda de uma fonte angolana, “que pediu para não ser identificada”, os jornalistas do *Público* elucidaram que

José Eduardo dos Santos não anunciou qualquer ‘corte de relações’ com Portugal, ‘nem sequer o fim da prevista parceria estratégica’. ‘Disse simplesmente que, no actual clima político, não era ‘aconselhável’ prosseguir com esse tipo de relacionamento especial. No quadro da parceria estratégica teriam já sido discutidos alguns projectos que eventualmente sofrerão agora um compasso de espera, enquanto o tal ‘clima político’ descrito não se esclarecer. (idem)

A reportagem lembrava que o discurso de José Eduardo dos Santos tinha sido precedido por uma série de editoriais em que o *Jornal de Angola*,

[...] que é público mas representa o órgão oficial do MPLA liderado pelo Presidente da República e funciona em ligação directa com a Presidência da República, tinha repetido críticas à Justiça portuguesa e aos media que responsabilizou por uma campanha contra Angola e os titulares dos órgãos de soberania. (idem)

O que dava margem para interpretar as palavras do presidente angolano como uma espécie de oficialização do endosso às mensagens de retaliação transmitidas anteriormente pelo principal meio de comunicação angolano.

Por outro lado, a mesma reportagem citava uma declaração do presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, Carlos Bayan Ferreira, que teria afirmado que os empresários portugueses e angolanos continuariam a investir nos dois países, “apesar das ‘lutas políticas’ e das perturbações diplomáticas”. Informação que servia para reforçar a ideia de que, apesar das ameaças de um corte de relações feitas pelo governo angolano, não havia indicações reais de que isso viesse a ser colocado em prática, pelo menos no que dizia respeito às relações económicas.

Na última sessão do artigo os jornalistas apresentaram a perspectiva de dois angolanos, o jornalista e ativista Rafael Marques, crítico do regime, e o professor universitário e analista em relações internacionais Belarmino Van-Dúnem. Este último teria afirmado à Televisão Pública de Angola (TPA) que ao se pronunciar oficialmente sobre a tensão provocada pelas declarações de Rui Manchete o governo angolano “fê-lo ‘muito bem, numa atitude de legitimidade’”. Argumentando que a criação da imagem, “é[ra] essencial para o desenvolvimento das relações entre os Estados” e responsabilizando “uma imprensa portuguesa” por “alguma atitude deliberada de manchar ou pelo menos fragilizar a imagem do Estado angolano”, este professor teria afirmado que enquanto existisse tensões do ponto de vista público, “não é[ra] confortável para os empresários angolanos continuarem a investir em Portugal, não é[ra] confortável para o Estado angolano continuar este relacionamento”. Já na opinião de Rafael Marques, o discurso do presidente angolano continha “apenas uma ameaça”, que não merecia ser levada muito a sério porque

[...] o regime angolano ‘nunca esteve tão dependente de Portugal como hoje’. ‘Os principais gestores das fortunas angolanas, incluindo a de Isabel dos Santos, são portugueses. O Presidente falou da boca para fora. Os grandes contratos nacionais com o exterior passam por escritórios de advogados em Portugal, assim como as ligações financeiras de Angola com o exterior passam por Portugal.’ (Cordeiro *et al.*, 2013)

Enquanto Rafael Marques, através do *Público*, e Henrique Monteiro, via *Expresso*, tentavam desacreditar a promessa de revisão das relações Angola-Portugal contidas no discurso de José Eduardo dos Santos difundindo a ideia de que as elites angolanas sempre dependeram e continuavam a depender de Portugal, o editorial do *Jornal de Angola* de 16 de outubro de 2013 esclarecia e denunciava:

Para muitas organizações ocidentais, um africano rico só pode ser corrupto. Mas têm que se habituar à realidade exposta pelo Chefe de Estado, revelada no discurso do Estado da Nação. Os empresários angolanos precisam de músculo financeiro. Angola precisa de uma classe que acumule capital. De resto, todo o mundo ocidental fez isso há muitos séculos e essa é a base do sistema que hoje está implantado no mundo. Por que haveríamos de ser nós diferentes? Não há igualdade de direitos?

Angola tem os seus ricos e todos esperamos que haja cada vez mais. Os fomentadores do sistema exigiram que Angola aderisse à economia de mercado. Aí está ela. Mas quem fez essa exigência tinha uma ideia: dominarem eles o mercado angolano e mandarem na nossa economia. Enganaram-se redondamente. Os angolanos comandam a economia e dominam o mercado. O Presidente José Eduardo dos Santos neste aspecto foi lapidar: as grandes empresas multinacionais que operam em Angola registam lucros de milhares de milhões todos os anos. E mesmo assim não querem a concorrência dos empresários angolanos.

Mais uma causa perdida. Já existem empresários angolanos com músculo financeiro para concorrerem em todos os domínios, com as grandes multinacionais. E como são angolanos, é natural que tenham direito de preferência em relação aos estrangeiros. Como não é nenhum escândalo se forem privilegiados nas relações comerciais e financeiras. Os representantes dos grandes interesses financeiros mundiais têm de se habituar a esta realidade. Em Angola ninguém troca matérias-primas estratégicas por espelhos e missangas. Muito menos por elogios enganadores. [...]

O Presidente José Eduardo dos Santos não hesitou: e anunciou que é preciso ponderar a cooperação estratégica com Portugal, país onde são cozinhadas todas as campanhas contra a honra e o bom-nome de altas figuras do Estado. Os portugueses reconhecem que é impossível impedir o Ministério Público de violar gravemente o Segredo de Justiça. Se num país democrático, num Estado de Direito, os criminosos são impunes e podem caluniar e desonrar altas figuras do Estado Angolano, então não há condições para prosseguir uma parceria estratégica. Se em Portugal titulares do Poder Judicial podem violar o Segredo de Justiça para desonrar os nossos legítimos representantes, à boa maneira colonialista, então o melhor é os responsáveis políticos assumirem com coragem que Portugal não tem condições para se relacionar, de igual para igual, com Angola.⁷ (Jornal de Angola, 2013b)

O texto explica, sobretudo aos que insistiam em tecer críticas – consideradas infundadas pelo *Jornal de Angola* – ao processo de enriquecimento dos angolanos, que a formação da elite económica de Angola seguia o modelo aplicado ao longo da história em “*todo o mundo ocidental*”. Diante disso, tais críticas só se justificavam pela cobiça alimentada por aqueles que “*exigiram que Angola aderisse à economia de mercado*” com a intenção de controlarem o mercado angolano. Mas as elites económicas angolanas já dominariam tão bem a lógica do sistema que não aceitariam nada menos do que ser tratados em pé de igualdade pelos antigos colonizadores.

Depois do novo *boom* de análises sobre as relações Portugal-Angola inspiradas pela divulgação do discurso proferido pelo presidente angolano em 15 de outubro de 2013, o tema

⁷ Todos os sublinhados foram acrescentados pelas autoras.

foi paulatinamente perdendo espaço, apesar de não desaparecer completamente dos meios de comunicação, tanto angolanos como portugueses, pelo menos até a altura da comemoração dos 40 anos do 25 de Abril, quando passou a dar lugar a outras lembranças do legado da (des)colonização. Em resumo, as reverberações do caso das “desculpas diplomáticas” permaneceram em aberta discussão por mais de seis meses nos dois países, ainda que os debates tenham oscilado entre picos de maior e menor intensidade.

Considerações finais

Como destaca Lubkemann (2005: 258), uma análise crítica da situação pós-colonial requer um exame do processo de memória seletiva e esquecimento nas antigas sociedades coloniais.

Ao analisar o discurso dos meios de comunicação portugueses sobre as relações atuais entre os dois países percebemos que estes textos não contribuem para incentivar o questionamento do impacto das relações de violência e exploração vivenciadas durante a colonização portuguesa em Angola, antes pelo contrário. De modo geral estes discursos têm difundido uma perspectiva que justifica ou corrobora, mas quase nunca desafia ou contradiz, a história da colonização segundo a versão hegemônica, isto é, o conteúdo do discurso oficial produzido pela Europa imperial. Na maioria das vezes a intervenção colonial é vista pelos meios de comunicação portugueses como uma experiência positiva. Sua essência, a violência de negar ao outro o direito de ser percebido como igual, é silenciada e relegada ao esquecimento. Entretanto, recentemente algumas vozes dissonantes começaram a aparecer rompendo a lógica do silenciamento. Neste novo cenário merece destaque o artigo de opinião evocativo das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril assinado por Daniel de Oliveira e publicado pelo jornal *Expresso*.

No texto “25 de abril (2): “D” de descolonização”, que veio a público em 23 de abril de 2014, Daniel de Oliveira compartilhou com os leitores as seguintes reflexões:

A descolonização deve ser o tema que mais paixões acende em Portugal. E é natural que assim seja. O fim definitivo e tardio do império português implicou uma mudança radical na vida de mais de um milhão de portugueses. Mudar radicalmente de vida de um dia para o outro não é coisa pequena. Deixa traumas profundos. Junte-se a isto uma guerra colonial de 13 anos cujas memórias foram, até ao final dos anos 80, vividas em silêncio pelos ex-combatentes. Não quero aqui polemizar muito. Sobre a descolonização propriamente dita, apenas gostaria de dizer que a ideia de que a nossa descolonização foi mal feita parte de quatro equivocos.

O primeiro: que a descolonização foi feita exclusivamente por nós. Ou seja, que os portugueses tinham o poder absoluto de determinar como poderia ser feita essa descolonização. Neste raciocínio o descolonizado e a sua vontade pura e simplesmente não existem. Na realidade, é o raciocínio colonial aplicado à própria descolonização.

O segundo: que Portugal tinha condições para, em pleno processo de instauração da democracia e com estruturas frágeis de poder (ou até com vazios de poder), manter qualquer tipo de comando militar e político capaz de sustentar os movimentos de libertação e impor a vontade portuguesa [...]

O terceiro: que tudo o que depois sucedeu nas ex-colônias, e em particular em Angola, resultou da descolonização. Em nenhum momento parece passar pela cabeça de quem assim pensa que, pelo contrário, a inexistência de condições políticas para uma transição pacífica para a independência e a própria inviabilidade de um sistema democrático, nos anos seguintes, nas ex-colônias, resulta de séculos de colonialismo. [...]

Quarto: que o colonialismo português era mais moderado ou bondoso que os restantes colonialismos europeus. Este mito, alimentado pelas patranhas luso-tropicalistas, mantém-se quase intacto. E, no entanto, o colonialismo português foi tão desumano e cruel como qualquer outro⁸ [...]. (Oliveira, 2014)

Ao tornar explícitas as interpretações equivocadas sobre a (des)colonização que têm sido difundidas ao longo dos últimos 40 anos o autor convida a sociedade portuguesa a romper o silêncio e fazer a catarse necessária para a superação dos “traumas profundos” relacionados a este processo histórico.

Para completar esta catarse seria preciso falar das heranças coloniais, o que implicaria, como bem observa Maria Paula Meneses (2008), em primeiro lugar, reconhecer as histórias partilhadas ao longo das relações coloniais, e admitir que estas relações continuam a influenciar a forma como os atores sociais nela envolvidos vêem o mundo, embora esta herança não seja sempre reconhecida, quer num sentido legal, quer num sentido cognitivo, pelos seus potenciais herdeiros.

Se entendermos por descolonização um projeto radical, de recomeço, teremos que admitir que, apesar de concretizada uma transição política que permitiu que Angola, assim como as demais colónias portuguesas em África, se tornasse um Estado independente,⁹ as heranças e memórias portuguesas e angolanas ainda estão muito aquém de uma efetiva descolonização. Não se trata de um recorte ou de uma simples delimitação cronológica, de uma transição contável em meses ou anos, senão de um complexo processo de renegociação identitária que envolve visitar os documentos de arquivo, bem como os corpos vivos das memórias seletivas reunidas nas entrevistas feitas a figuras políticas e nos relatos de cidadãos comuns que vivenciaram o fim do império colonial português na metrópole e/ou nas ex-colónias. Para que esta renegociação identitária deixe de ser feita “às cegas” e em silêncio é preciso levantar o véu e debater, com menos soberba, de forma loquaz, as nuances do passado colonial que insistem em fazer-se presentes.

Referências

Amorim, Rosália (2013a), “O que é a parceria estratégica Portugal-Angola”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/o-que-e-a-parceria-estrategica-portugal-angola=f835719#ixzz2kokRnniC>.

Amorim, Rosália (2013b), “Presidente de Angola ‘sente-se incompreendido’”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de Novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/presidente-de-angola-sente-se-incompreendido=f835729#ixzz2kojwOZMd>.

⁸ Todos os sublinhados foram acrescentados pelas autoras.

⁹ Apesar da formação, em 1974-1975, de uma Comissão de Descolonização responsável, entre outros aspetos, por negociar a cooperação com os futuros Estados africanos e a possibilidade dos portugueses ficarem em Angola depois da independência – discutida de um lado entre Spínola e Mobutu e do outro lado entre Spínola e Nixon –, os desentendimentos no seio do MFA, assim como o favorecimento explícito de certos setores angolanos (Marques, 2013: 33; 59), contribuíram para que a descolonização de Angola não passasse de uma mera “*transferência de poderes*”.

Amorim, Rosália (2013c), “Quantos portugueses e empresas trabalham em Angola?”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de Novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/quantos-portugueses-e-empresas-trabalham-em-angola=f835733#ixzz2kokAjkXz>.

Amorim, Rosália; Meireles, Luísa (2013), “Angola anuncia fim da parceria estratégica com Portugal”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/angola-anuncia-fim-da-parceria-estrategica-com-portugal=f835706#ixzz2kojSkalB>.

Cordeiro, Ana Maria et ali. (2013), “Cimeira Portugal-Angola continua marcada para Fevereiro”, *Público*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 17 de novembro de 2013, disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/jose-eduardo-dos-santos-anuncia-fim-da-parceria-estrategica-com-portugal-1609156#comments>.

Domingos, Álvaro (2013), “Criminosos portugueses contra as suas próprias vítimas”, *Jornal de Angola*, Luanda, 06 de outubro. Consultado a 16 de Novembro de 2013, disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/criminosos_portugueses_contra_as_suas_proprias_vitimas.

Ferreira, M. E. (2005). “O Império e as Relações Económicas com África”, in Pedro Lains, P. e Á. F. da Silva, (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*. Vol. III: O Século XX. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais - ICS-UL.

Hodges, Tony (2004), *Angola: anatomy of an oil state*. Bloomington: Indiana University Press. [2.^a ed.].

Jornal de Angola (2013a), “Editorial: Clarificação necessária”, *Jornal de Angola*, Luanda, 12 de outubro. Consultado a 15 de novembro de 2013, disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/editorial/clarificacao_necessaria.

Jornal de Angola (2013b), “Editorial: A Nação é assim”, *Jornal de Angola*, Luanda, 16 de outubro. Consultado a 15 de Novembro de 2013, disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/editorial/a_nacao_e_assim.

Lubkemann, Stephen C. (2005), “Unsettling the Metropole: Race and Settler Reincorporation in Postcolonial Portugal”, in Caroline Elkins; Susan Pedersen (org.), *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 257-270.

Lusa e Público (2013), “Jornal de Angola diz ser necessária clarificação nas relações com Portugal”, *Público*, Lisboa, 12 de outubro. Consultado a 14 de novembro de 2013, disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/jornal-de-angola-diz-ser-necessaria-clarificacao-nas-relacoes-com-portugal-1608903>.

Manaças, Filomeno (2013), “As relações entre Angola e Portugal”, *Jornal de Angola*, Luanda, 13 de outubro. Consultado a 15 de novembro de 2013, disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/a_palavra_do_director/as_relacoes_entre_angola_e_portugal.

Marques, Alexandra (2013), *Segredos da descolonização de Angola*, Alfragide: Dom Quixote.

Meireles, Luísa (2013), “Presidente angolano ‘responde a situação interna’”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/presidente-angolano-responde-a-situacao-interna=f835746#ixzz2koicrYAw>.

Meneses, Maria Paula (2008), *Reconfigurações identitárias e a fractura colonial: a encruzilhada de histórias esquecimentos e memórias*. (mimeo)

Monteiro, Henrique (2013), “Machete, Angola e os outros”, *Expresso*, Lisboa, 06 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 201, disponível em <http://expresso.sapo.pt/machete-angola-e-os-outros=f834180#ixzz2kopfGWk1>.

Monteiro, Henrique (2013b), “Angola e o medo de dizer”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/angola-e-o-medo-de-dizer=f835774#ixzz2kooLbOBb>.

Oliveira, Daniel de (2014a), “25 de abril (2): “D” de descolonização”, *Público*, Lisboa, 23 de abril. Consultado a 24 de Abril de 2014, disponível em <http://expresso.sapo.pt/25-de-abril-2-d-de-descolonizacao=f866649>.

Pombares, Carlos (2013), “O pedido de desculpas de Rui Machete”, *Jornal de Angola*, Luanda, 10 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/o_pedido_de_desculpas_de_rui_machete.

Rádio Nacional de Angola (2013), “Portugal pede ‘Desculpas diplomáticas’ à Angola”, *Canal A*, Luanda, 19 de setembro, consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://www.rna.ao/canalA/noticias.cgi?ID=78347>.

Raimundo, António (2013), “Between Europeanization and Domestic Influences: Portugal’s Post-colonial Relations with Angola”, *Journal of Contemporary European Research*, 9 (2), 242-260.

Reis, Bárbara (2013), “Pedir desculpa é uma expressão que não é do léxico da diplomacia”, *Público*, Lisboa, 08 de outubro. Consultado a 14 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/pedir-desculpa-e-uma-expressao-que-nao-e-do-lexico-da-diplomacia-1608488>.

Seabra, Pedro; Gorjão, Paulo. (2011), “Intertwined Paths: Portugal and Rising Angola”, *SAIIA Occasional Paper*, 89.

Soares, Manuela Goucha (2013), “Governo surpreendido com declarações de Eduardo dos Santos”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/governo-surpreendido-com-declaracoes-de-eduardo-dos-santos=f835772#ixzz2koko8h4w>.

Zau, Filipe (2013), “Uma doença que tem cura”, *Jornal de Angola*, Luanda, 13 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/uma_doenca_que_tem_cura.

O lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva¹

Miguel Cardina,² Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
miguelcardina@ces.uc

Resumo: Num país que tem oscilado entre a nostalgia imperial e os avatares de uma sociedade europeia e democrática, os ecos do ciclo africano, encerrado em 1974/75, continuaram a reverberar em Portugal no período democrático. A evocação dos tópicos associados ao passado colonial tem frequentemente surgido através de um duplo mecanismo de revelação e ocultação. Por um lado, retomam-se narrativas associadas à ‘grandeza pátria’ e à excepcionalidade da gesta expansionista lusitana. Por outro lado, este discurso celebratório tem caminhado a par com reconfigurações semânticas, desvios interpretativos e leituras parcelares. O texto que se segue observa a permanência contemporânea deste lugar problemático do colonial – ou seja, a sua simultânea exaltação e rasura – num conjunto de discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva. Toma-se como objecto primordial de análise as intervenções feitas, entre 2006 e 2014, nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril e do 10 de Junho.

Palavras-chave: colonial, democracia, representações, Cavaco Silva.

O colonialismo e a guerra continuam a ser temas incómodos em Portugal. Tem sido particularmente estudado o modo como o campo literário no pós-25 de Abril produziu obras capazes de se transformar em *locus* privilegiado de reflexão e catarse sobre a experiência colonial portuguesa e a forma como se processou o seu desfecho (Teixeira, 1998; Medeiros, 2000; Ribeiro, 2004; Vecchi, 2010). Este conjunto de romances e poemas foram-se constituindo, a partir de finais da década de 1970 e durante as décadas de 1980 e 1990, como mecanismos de problematização acerca de um tempo sobre o qual – nomeadamente no que à guerra colonial dizia respeito – escasseavam os trabalhos de natureza historiográfica. Mais recentemente, a literatura sobre o Império e sobre a guerra veio a sofrer um novo surto editorial, frequentemente através de obras de cunho autobiográfico, que ora assumem um distanciamento crítico face ao período colonial, ora revelam traços explícitos de saudosismo por África.

¹ Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistémicas das transições”, no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9), organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

² Investigador do Centro de Estudos Sociais, onde co-coordena o Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz, e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Os seus atuais interesses de investigação centram-se na temática do colonialismo, do anticolonialismo e da guerra colonial, na análise das dinâmicas entre história e memória e na reflexão sobre os usos e as particularidades da História Oral.

O título de uma recente colectânea de textos do ensaísta Eduardo Lourenço – recolhendo artigos produzidos nas últimas cinco décadas – identificava precisamente a experiência colonial como um “nosso impensado” que se foi reconfigurando durante o tempo da ditadura, os anos da revolução e o período democrático. Esse impensado assumiu várias formas e cruzou diferentes tempos. Desde logo, manifestou-se na apologia do Império efectuada pelo Estado Novo³ mas também na dificuldade da generalidade das oposições em propor narrativas alternativas e socialmente enraizadas a esse Portugal uno e indivisível que ia do Minho a Timor. Caída a ditadura, a herança traumática de um passado por exorcizar continuaria a produzir efeitos, observáveis nos ressentimentos sobre a ‘perda’ de África, nas manchas de silêncio sobre a guerra colonial ou no modo como se desenhou a imaginação da Europa enquanto novo desígnio nacional (Lourenço, 2014).

Num país que oscila entre a nostalgia imperial e os avatares de uma sociedade europeia e democrática (Santos, 2002), os ecos do ciclo africano, encerrado em 1974/75, continuaram pois a reverberar nos anos seguintes. A evocação dos tópicos associados ao passado colonial surge frequentemente através de um duplo mecanismo de revelação e ocultação. Por um lado, retomam-se narrativas associadas à ‘grandeza pátria’ e à excepcionalidade da gesta expansionista lusitana. Por outro lado, este discurso celebratório tem caminhado a par com reconfigurações semânticas, desvios interpretativos e leituras parcelares. O texto que se segue observa como a permanência contemporânea deste lugar problemático do colonial – ou seja, a sua simultânea exaltação e rasura – ocorre num conjunto de discursos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva. Toma-se como objecto primordial de análise as intervenções feitas, entre 2006 e 2014, nas sessões solenes comemorativas do 25 de Abril e do 10 de Junho.

A primeira data evoca, como é sabido, o dia em que o Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou a ditadura do Estado Novo. O golpe militar viria a dar lugar a um período revolucionário marcado por uma intensa participação popular em dinâmicas reivindicativas manifestadas em fábricas e nos campos, nas ruas e nos bairros populares, nas escolas e nos hospitais, nos órgãos do Estado e nas Forças Armadas. Desafiando a imagem de um povo resignado e de ‘brandos costumes’, durante 19 meses destruiu-se o aparelho repressivo proveniente da ditadura, questionou-se o capital e a estrutura da propriedade, ensaiaram-se novas formas de organização e expressão da vontade popular, conquistaram-se liberdades públicas e conduziu-se ao cessar da guerra, ao mesmo tempo que se assistiam a processos de independência de antigas colónias africanas. Pela sua centralidade, o 25 de Abril tem um termómetro particularmente sensível às mutações que o país foi sofrendo nas últimas quatro décadas, sendo alvo de múltiplas, conflituantes e por vezes truncadas evocações (Loff, 2014).

Por sua vez, as comemorações do 10 de Junho têm uma história mais antiga: as suas origens remontam às celebrações republicanas do tricentenário de Camões, em 1880, e o dia seria depois transformado pela República em feriado municipal de Lisboa. Em 1933, com o Estado Novo, viria a ser nomeado como ‘Dia da Raça’, e recriado a partir de 1963 num aparatoso momento de glorificação pública do esforço de guerra conduzida em África. Com a queda da ditadura, a celebração seria interrompido para a data voltar a ser festejada como ‘Dia

³ Exacerbando e conferindo centralidade ao que vinha já vinha sendo definido, ainda que de forma mais mitigada, desde finais do século XIX. Cf. Alexandre, 1995.

de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas’ a partir de 1977, decorrendo a cerimónia anualmente numa diferente cidade do país.

Enaltecendo o regime político e a Nação, ambos os feriados condensam momentos retóricos que manejam e deixam sugeridas certas interpretações da história nacional. Ao serem articulados pela instituição máxima da República, estes quadros históricos adquirem evidentemente um maior alcance político e simbólico. Pela sua natureza, estes são momentos não apenas retóricos mas também performativos, que não são imunes às circunstâncias sociopolíticas em que ocorrem e às quais os discursos aludem. Por outro lado, importa ainda frisar que os discursos a observar não têm a reflexão sobre a história como objecto primordial mas, apesar disso, aí se faz uma permanente articulação entre acontecimentos, características e contextos do passado com um presente político na qual a voz do Presidente procura reverberar e causar efeito.

A análise destes dezasseis discursos – oito proferidos no 25 de Abril, oito proferidos no 10 de junho - permite identificar a presença de cinco tópicos fundamentais associados à temática colonial. O primeiro tópico reside na imaginação da colonização como tendo consistido essencialmente num encontro de culturas. No discurso de 10 de Junho de 2008,⁴ afirma Cavaco Silva:

Portugal não se limitou a andar pelo mundo e a conhecer vagamente outros povos com quem se defrontou ou negociou. Portugal entendeu-se e misturou-se realmente com os outros, criou raízes fora de casa, lançou as bases para novas nações e pontes para o diálogo internacional que hoje tanto reivindicamos.

Este breve excerto condensa três ideias fortes que parecem sugerir a benignidade do colonialismo português relativamente a outros colonialismos. Em primeiro lugar, vinca-se a diferença do seu cosmopolitismo (“não se limitou a andar pelo mundo” mas efectivamente “criou raízes fora de casa”). Em segundo lugar, define-se a relação histórica entre os portugueses e os povos colonizados à luz das noções de convívio e miscigenação (“Portugal entendeu-se e misturou-se realmente com os outros”). Por fim, indica-se, de forma algo imprecisa, que “as novas nações” resultaram das “bases” lançadas pelos portugueses.

É possível identificar aqui uma espécie de reconfiguração de traços fundamentais do luso-tropicalismo. Essa teoria elaborada pelo brasileiro Gilberto Freyre teve recepção significativa em Portugal, sobretudo a partir de meados da década de 1950, quando veio substituir as teses de matriz mais claramente racistas, usadas para sustentar a legitimidade do que, do Acto Colonial de 1930 em diante, vinha sendo designado como ‘Império Colonial Português’ (Castelo, 1999). Apontando a capacidade inata dos portugueses em se miscigenar e interpenetrar culturalmente, o luso-tropicalismo teve incorporação nas elites do regime mas também expressão visível diversificada na cultura de massas durante os anos finais da ditadura (Cardão, 2012), o que ajudará a explicar a força e a presença desses postulados no Portugal democrático e pós-imperial.

⁴ Nesse ano, instado a comentar uma manifestação de camionistas que então decorria, Aníbal Cavaco Silva contornou o tema afirmando à comunicação social: “*Hoje eu tenho de sublinhar, acima de tudo, a raça, o Dia da Raça, o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas*”. As declarações do Presidente da República, evocando o modo como a data era comemorada na ditadura, motivaram acesa polémica, suscitando comentários de partidos políticos, artigos em publicações periódicas e discussão nas redes sociais.

O segundo tópico presente nos discursos de Aníbal Cavaco Silva reside na evocação do excepcionalismo da presença portuguesa no mundo. Essa inscrição específica na História seria produto do que, no mesmo discurso a 10 de Junho de 2008, se define como ‘universalismo português’. É esse impulso que originou a “*aventura que lançou os alicerces do mundo tal como ele se apresenta em nossos dias*”⁵. Esse universalismo teria assim dado lugar a uma presença no mundo não apenas singular mas ainda hoje culturalmente viva, politicamente frutuosa e socialmente estimada nos territórios outrora sob administração portuguesa. Um sintoma evidente da adopção desta chave de leitura está, não só nas palavras que se escolhem dizer, mas também nas que se entendem omitir: termos como ‘colonialismo’, ‘colonização’, ‘racismo’ ou ‘escravatura’ não surgem uma única vez nos dezasseis discursos analisados.

Articulado com o segundo tópico, uma terceira linha de força baseia-se na identificação da língua, da cultura e do património como os produtos históricos daquela ‘vivência universalista’ dos portugueses. O espaço da ‘lusofonia’ surge aqui como a reconfiguração contemporânea de um lastro histórico de encontros com outros povos. Curiosamente, a palavra surge apenas uma única vez, no discurso do 25 de Abril de 2014. A palavra ‘língua’, no entanto, surge com muito mais frequência - 15 vezes nos discursos do 10 de Junho; 7 vezes nos discursos do 25 de Abril – funcionando justamente como o elemento que permite referenciar a existência de uma História partilhada.⁶ Muito frequentes são também as alusões ao valor artístico do património edificado e ao Mar entendido, simultaneamente, como veículo central da grandeza passada e desígnio nacional contemporâneo.

Com efeito, o Mar e a sua relação com a história do país tem lugar em praticamente todos os discursos do 10 de Junho. No Porto, em 2006, fala-se da “*insatisfação colectiva que nos levou por mares tão longínquos*”. Em 2007, em Setúbal, menciona-se o facto de “*conhecermos o mar como ninguém*”. Em 2008, em Viana do Castelo, evoca-se o “*povo que se fez ao mar*”. Em 2009, em Santarém, refere-se a “*aventura marítima*”. Em 2012, em Lisboa, recordam-se as “*grandes epopeias náuticas de Quinhentos*”. O Mar sinaliza uma espécie de novo desígnio nacional que fazia ecoar a ancestral simbiose com esse elemento: daí as referências ao “*cluster do mar*”, à “*aposta portuguesa no mar*” e à “*economia do mar*” (2007). Esta leitura está em linha, aliás, com iniciativas como a campanha governamental “*Portugal é Mar*”, que teve uma das suas facetas na obrigatoriedade de afixação nas escolas de um mapa que mostrava um país que não era pequeno, se consideradas as suas adjacências marítimas.

Um quarto tópico consiste em definir como europeu o Portugal que então empreendeu a aventura colonial. Como é dito em 2007, “*foi Portugal quem primeiro levou a Europa ao encontro de outros povos, tornando assim real e concreto o universalismo que é timbre dos valores europeus*”. Na verdade, o feixe de palavras mais mencionadas nestes discursos são ‘Portugal’ – ‘portugueses’ – ‘portuguesas’ – ‘português’ (cerca de 400 vezes), logo seguido de ‘Europa’ – ‘Europeu’ – ‘Europeia’ (que surgem 167 vezes). São várias as expressões que

⁵ Discurso do 10 de Junho de 2007. Ai se acrescenta: “*a obra que os Portugueses realizaram não desapareceu, nem ficou perdida no tempo. Longe de ser apenas uma recordação nostálgica, essa obra permanece viva, quer em cada uma das muitas paragens onde constituímos comunidades, quer nessa rede global de contactos em que o planeta está hoje transformado.*”

⁶ “*O facto de nos entendermos na mesma língua e de partilharmos uma História que foi comum durante alguns séculos não é irrelevante*” (10 de Junho de 2008).

põem como actor da aventura colonial um “*Portugal europeu*” e, conseqüentemente, uma Europa entendida como farol do mundo. Em 2007, por exemplo, considera-se que Portugal foi “*o rosto visível da civilização europeia nos quatro cantos do mundo*”. Em 2010 afirma-se que “*difundimos por toda a parte a cultura de um continente ancestral, que durante muitos séculos vivera voltado sobre si mesmo*”.

A maioria das referências faz eco obviamente da actualidade política e da relevância da União Europeia na definição dos destinos do país (acentuada com o incremento da dependência político-económica a seguir ao resgate da troika, em 2011). Com esse pano de fundo, as referências de teor histórico tendem a procurar demonstrar o carácter ancestralmente europeu do país, tornando ‘natural’ a pertença, não só ao continente, como ao ‘projeto europeu’. Ao mesmo tempo, buscam vincar uma especificidade cujo traço essencial, neste caso, estaria no espírito pioneiro com que “*revelámos à Europa dois terços do planeta*” (25 de Abril de 2010).

Por fim, um quinto e último tópico remete para o silêncio sobre a guerra colonial - que é, no fundo, um silêncio sobre as razões do fim do Império e os antecedentes do 25 de Abril. Quando tem necessidade de mencionar o tema - como aconteceu em 2011 na “*Cerimónia de Homenagem aos Combatentes da Guerra em África*”⁷ - Cavaco Silva usa as expressões ‘Guerra em África’ ou mesmo ‘Guerra do Ultramar’. Esta era, recorde-se, a designação usada pelo Estado Novo para indicar a guerra que decorria, não nas ‘colónias’, mas nas ‘províncias ultramarinas’, nomenclatura introduzida com a revisão constitucional de 1951 e suscitada pelos ventos descolonizadores do pós-guerra. Efectivamente, a expressão ‘guerra colonial’ não surge uma única vez nos discursos observados, mas o próprio termo ‘guerra’, sem outro qualificativo apenso, aparece uma única vez, no discurso de 25 de Abril de 2010, fazendo-se aí menção abstracta a um tempo histórico em que “*caía um regime cansado de guerra*”.

A queda do regime é assim interpretada essencialmente à luz dos direitos cívicos coartados e da evocação descontextualizada da acção do MFA, omitindo-se o papel da guerra colonial e o lugar dos movimentos de libertação africanos no desgaste decisivo da ditadura. Importa notar que a leitura do 25 de Abril veiculada por Cavaco Silva é composta por dois cortes: um primeiro corte, entre o “*regime autoritário*” (expressão usada quatro vezes, em detrimento de Estado Novo ou ‘fascismo’) e a democracia; e um segundo corte, entre a democracia e as ameaças à sua consolidação, identificadas nas movimentações políticas e sociais empreendidas nos momentos mais quentes da revolução. Desta forma, rasura-se a importância do processo revolucionário, entendendo-se a consolidação da democracia como resultado da derrota da revolução e não como um produto histórico originado por um compromisso em que se conteve a revolução mas dela se recolheram traços e conquistas substanciais (Rosas, 2014).⁸

Estes cinco tópicos apontam para a persistência de um imaginário de traços coloniais num espaço-tempo pós-colonial. Nos discursos de Cavaco Silva, a questão colonial é deslocada através de um mecanismo que omite os processos históricos ligados ao racismo, à

⁷ Aníbal Cavaco Silva (2011/2012), *Roteiros VI*, pp. 49-51. Nos discursos militares do 10 de Junho, a menção à guerra colonial aparece por duas vezes, sempre designada como “*guerra em África*”.

⁸ Essa valorização da democracia *apesar* do processo revolucionário está presente em excertos como este: “*Em 1974, foi necessário fazer uma revolução para mudar de regime. Mas, depois, foi necessário construir um regime novo, um regime democrático. (...) O regime democrático encontra-se atualmente consolidado porque o bom senso prevaleceu sobre o aventureirismo, porque o sentido de responsabilidade foi mais forte que as tentações extremistas.*” (25 de Abril de 2012).

escravatura e à dominação económica e cultural e que, em alternativa, realça o papel da língua, do património e do Mar como componentes diferenciadoras da experiência colonial portuguesa. Nenhum destes elementos é propriamente novo, reciclando - com recurso a uma nova linguagem e conferindo destaque a outros aspectos, como a tónica num certo discurso eurocêntrico que vinca a identidade de um ‘Portugal europeu’ - um conjunto de tópicos sobre os ‘Descobrimientos’ e a diferença do “*modo português de estar no mundo*” (Castelo, 1999). Se estas interpretações do passado revelam uma dada leitura da História – e dos seus usos no presente – elas dão conta também da dificuldade em evocar a dimensão violenta do colonialismo e a forma traumática como se encerrou o ciclo do Império.

Referências

Alexandre, Valentim (1995), “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX), *Penélope*, 15, 39-52.

Cardão, Marcos (2012), *Fado tropical. O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL.

Castelo, Cláudia (1999), *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.

Loff, Manuel (2014), “Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014)”, in Manuel Loff, Luciana Soutelo, Filipe Piedade (orgs.), *Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*. Coimbra: Almedina.

Lourenço, Eduardo (2014), *O colonialismo como nosso impensado*. Organização e prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva.

Medeiros, Paulo de (2000), “Hauntings: memory, fiction, and the Portuguese colonial wars”, in Timothy Ashplant, Graham Dawson, Michael Roper (orgs.), *Commemorating War: The Politics of Memory*. New York: Routledge, 47-76.

Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos. Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.

Rosas, Fernando (2014), “Ser e não ser – notas sobre a revolução portuguesa de 74/75 no seu 40.º aniversário”, *Vírus*, 5, 4-12.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-Identity”, *Luso-Brazilian Review*, 39 (2), 9-43.

Silva, Aníbal Cavaco (2011/2012), *Roteiros VI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Silva, Aníbal Cavaco, Discursos proferidos entre 2006 e 2014 nas sessões solenes do 25 de Abril e nas comemorações civis do 10 de Junho. Consultados na página oficial da Presidência da República: <http://www.presidencia.pt/>.

Teixeira, Rui de Azevedo (1998), *A Guerra colonial e o Romance Português. Agonia e Catarse*. Lisboa: Editorial Notícias.

Vecchi, Roberto (2010), *Excepção Atlântica. Pensar a Literatura da Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento.

Só revendo o passado conheceremos o presente?

Alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique^{1,2}

Maria Paula Meneses,³ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
mpmeneses@gmail.com

Resumo: Em 1975, com a independência, Moçambique herdava uma complexa situação política, fruto da violência colonial a que o país estivera sujeito. A tentativa de remodelação política - transformação de província ultramarina em Estado - em estado-nação, e a consequente ampliação da ‘base’ de apoio a esse regime político, entre outros fatores, explicam os antagonismos e debates que cruza(va)m uma sociedade em construção. Central à construção da ‘moçambicanidade’, um dos objetivos fortes do regime político no poder, estava a ideia da dignidade, do saber ser, estar e pertencer a um projeto político de raiz africana. Desafiando uma visão que recorre à descolonização como um termo prescritivo, uma fase na maré teleológica da história, este trabalho percorre o processo de mudança da toponímia em Moçambique, no período que antecedeu de imediato a independência para, de forma mais ampla, questionar os processos de ‘descolonização’ mental experimentados em Moçambique, nos anos que se seguiram à independência nacional.

Palavras-chave: Moçambique, descolonização, toponímia, história pública

1. Porquê o retorno da história?

A explosão de estudos pós-coloniais cruzando a história, a literatura, a antropologia, a sociologia, entre outras disciplinas académicas tem procurado preencher uma das mais notáveis ausências no exame da história do mundo ocidental: o colonialismo e as continuidades deste projeto político para além das independências políticas. Este impulso mostra que este passado não está esquecido. Muito do trabalho académico realizado pelas

¹ Este trabalho resultou de vários projetos de investigação, nomeadamente: Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, no âmbito do projeto PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531 (coordenado pela autora) e FCT EXPL/ATP-EUR/1552/2012 (projeto coordenado por Tiago Castela).

² Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistémicas das transições”, no *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

³ Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É doutorada em Antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA) e Mestre em História pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia). É também membro do Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança, em Moçambique. Trabalha temas relacionados com processos identitários e descolonização, com enfoque nos contextos africanos.

ciências sociais e humanidades tiveram por objetivo produzir conhecimento que justificassem a posição de superioridade civilizadora da metrópole. As formas complexas que estão na origem da moderna ideia de Europa foram feitas pela conjugação de imagens produzidas por percepções eurocêntricas produzidas quer nas então colónias, quer através de categorias eurocêntricas produzidas para se compreender o ‘espaço colonial’. Valentin Mudimbe analisa nos seus textos (1988: 208) como parte significativa do saber sobre o continente africano continua refém de saberes produzidos por bibliotecas coloniais, impossibilitando uma leitura plural – pluriversalista e poliracional – do mundo. Este posicionamento teórico e metodológico trouxe no seu bojo a destruição das relações sociais, a descontinuidade e subalternidade de instituições e a perda dos territórios. Para Edward Said, se o imperialismo representou a teoria, o colonialismo traduziu-se numa prática que transformou os territórios considerados inutilmente desocupados em novas versões úteis da sociedade metropolitana (1980: 78). Nestes lugares ‘vazios’ do continente africano, os poderes coloniais construíram novas sociedades, permitindo a emergência de ‘pequenas europas’ espalhadas por toda a Ásia, África e Américas, cada uma refletindo as circunstâncias, os instrumentos específicos da cultura dos países de origem, dos seus colonos. Estas geografias imaginadas pelo binómio poder-saber imperial traduziram-se em ações concretas, através da produção de mapas e da nomeação de territórios, a partir de referências europeias. O impacto político destas ações traduziu-se no desmantelamento dos territórios e ocupação do espaço africanos, trazendo consigo o dilacerar da terra, das formas de ser africanas, a expropriação das terras dos africanos, a eliminação de seus símbolos, a implementação de medidas administrativas e jurídicas destinadas a limitar a liberdade dos africanos e a obrigatoriedade do pagamento do imposto em dinheiro, a definição do lugar da residência, foram alguns dos duros impactos da moderna colonização.

A relação colonial produziu mentes dominadas por lógicas externas, obrigadas a adaptar e a copiar lógicas e formas de pensar exógenas. Dando eco ao repto lançado por Wa Thiong’o (1986), a descolonização emerge como um dos elementos políticos mais importantes do século XX. Descolonizar implica abrir o espaço a outros saberes sequestrados, condição para ampliar o resgate da história, democratizando-a. Em Moçambique, no período de transição para a independência,⁴ um episódio pouco tratado do processo de descolonização tem a ver com a reinscrição e a reapropriação da identidade africana, a partir da recuperação histórica e geográfica do território. A partir de março de 1975, várias praças, ruas, vilas e cidades viram os seus nomes serem desafiados por outras histórias, refletindo saberes ocultados e subalternizados, mas não esquecidos. A (re)conquista do poder de narrar a própria história – e, portanto, de construir a sua imagem, a sua identidade, de recuperar e assumir uma diversidade de saberes – tem de passar por um diálogo crítico sobre as raízes das representações contemporâneas, questionando as geografias associadas aos conceitos. Isso explica por que o direito à história emerge como uma reivindicação central para os movimentos emancipatórios que se vão desenvolver no continente pós- Segunda Guerra Mundial; os africanos irão reivindicar o direito de decidir sobre o seu próprio destino (soberania) e de pertencer a si mesmos (autonomia). Estas mudanças de perspectiva exigiram a reapropriação do seu conhecimento, da sua capacidade de conhecer o mundo de forma

⁴ Depois da tomada de posse do governo de transição e até à independência do país, ou seja, entre Setembro de 1974 e Junho de 1975.

autónoma, para representá-lo e, conseqüentemente para se autodefinirem (Mbembe, 2002: 242), ampliando o sentido das lutas pela ‘descolonização’.

Este texto apresenta vários aspetos do processo de reapropriação do território, parte da luta pela descolonização do Moçambique que se emancipava do projeto colonial. O argumento central é que a descolonização da paisagem política de Moçambique foi produzida em diálogo com o governo de transição, numa altura e que se perspectivava já uma mudança radical da reconstituição das referências políticas nacionais. A remoção de monumentos – ícones coloniais – e a produção de uma nova topografia política do país anunciavam uma nova paisagem em construção. Neste novo contexto, a descolonização traduziu-se como um conceito que se anuncia em sentidos mais amplos de mudança, para além da independência e a transferência de poderes aos africanos. A descolonização, ao exigir o direito à história, para além da narrativa eurocêntrica, desdobra-se em desafios: um, ontológica - a renegociação das definições do ser e dos seus sentidos - e, outro, epistémico, que contesta a compreensão exclusiva e imperial do conhecimento (Meneses, 2009).

Este trabalho é composto por três partes. A primeira argumenta que os nomes dos locais são um instrumento político utilizado para interligar o lugar aos processos identitários, especialmente em contextos coloniais. A segunda parte apresenta o contexto da nomeação política colonial, tendo como enfoque Moçambique. Na terceira parte são apresentados dois casos de renomeação de topónimos como (re)criadores de outras identidade do lugar, respondendo aos desafios da construção do projeto político nacional. No caso sob análise – Moçambique –, os acordos sobre a (re)nomeação do lugar, através da alteração toponímica, são reveladores de um processo de reivindicação de outra história, com outros atores, história esta cuja reapropriação (incluindo os debates e opções sobre as ‘novas’ nomeações) desafiavam o privilégio epistémico do Norte global, apontando a necessidade de se repensarem aspetos das transições políticas, sobre quem tem o poder e como o utiliza.

2. Ocupando espaços, atribuindo nomes

A ocupação colonial do território que hoje constitui essencialmente Moçambique ocorreu na segunda metade do séc. XIX. O rigor académico da época não reconhecia como possível uma relação de igualdade no processo de socialização de saberes. O ‘outro’ que agora chegava para ‘colonizar’ África não podia existir no mesmo espaço-tempo do ‘negro’ subalterno, e partilhar com este a experiência da ‘descoberta’ de novos espaços que afinal se encontravam ocupados. A pesquisa científica que vai traduzir a diversidade africana para o mundo europeu denotava o interesse das potências coloniais em conhecer para ocupar. Para tal importava o direito de primazia, de descoberta, que Portugal vai agitar (como outras potências coloniais europeias), combinando a reivindicação de direitos históricos com informação científica credível, produzida segundo os *standards* da época e por exploradores europeus.

Juntamente com as campanhas militares de ocupação, as viagens de reconhecimento que tiveram lugar na África subsaariana a partir da segunda metade do séc. XIX, eram concebidas e organizadas segundo os métodos académicos com reputação credível na época. O que contava não era tanto o conhecimento sobre, mas o formalismo das técnicas que envolvia o processo de exploração, e que legitimavam e consagravam esse saber. Para se declarar um lugar descoberto, este tinha de estar desprovido de qualquer saber ou informação sobre ele. Era preciso primeiro criar a ignorância sobre o local, para depois o recheio de informações, novas designações e, finalmente, de colonos. Neste sentido, a viagem iniciada em 1884 por Capelo e Ivens de Moçamedes (costa Angolana) até Quelimane (costa de Moçambique),

atravessando o continente africano, foi declarada como tendo passado por território inexplorado por europeus (Capello e Ivens, 1886).

Os resultados desta expedição, a exemplo de outras, foram registrados através de desenhos, fotografias, mapas e relatos escritos sobre os ‘novos’ lugares. Esses registros ilustram as atitudes da época sobre o chamado ‘continente negro’, referindo-se com frequência aos habitantes africanos (incluindo os que participaram nas epopeias de exploração) como ‘nativos incivilizados’ ou ‘bons selvagens’ (ex. Oliveira Martins, 1904: 254, 286; Lupi, 1907: 240). Como resultado, a contribuição dos africanos para a exploração científica de África foi apagada da história,⁵ circunscrita a simples notas de rodapé, ou às imagens sem voz de carregadores.

Pela mão da geografia colonial, territórios imensos, cujos habitantes se encontravam envolvidos em redes internacionais de comércio, tornaram-se espaços despovoados, prontos a serem ocupados pelos colonos de origem europeia que chegavam ao continente, pós-conferência de Berlim (1884-1885). Por exemplo, escrevendo sobre a região da atual Nampula, em Moçambique, O’Neill contrapõe o despovoamento da região e o desconhecimento de Portugal sobre a região à necessidade de o império britânico ocupar a região: “*Este esplendido porto [Nacala] ainda não é conhecido, embora seja um dos melhores da África Oriental [mas] nos mapas britânicos este local não está ainda referenciado* (O’Neill, 1895: 373). Mais adiante o autor acrescenta que a região se encontra quase deserta devido às guerras tribais que a assolaram recentemente (1895: 374). Omitindo as razões subjacentes a muitas destas guerras – as campanhas de ocupação e os tratados coloniais feitos com autoridades locais – o mito de uma terra vazia antes da colonização serviu os propósitos políticos coloniais. Como Edward Said refere (1978), o mapa transformou-se num (pre)texto, que preparou o mundo para a conquista científica colonial. Durante o século XX, os mapas políticos de África constituíram a expressão da atitude colonial: a ocupação de território, a formatação de fronteiras que se sobrepunham a qualquer outro tipo de formação política ou cultural. Mais: ao retalhar o mapa em espaços coloniais este tipo de mapa político sugeria implicitamente que os países aí representados – estes espaços, as culturas assim delimitadas e as pessoas que os ocupavam – eram fundamentalmente diferentes umas das outras. Tal como noutros contextos coloniais, estes mapas sobre a África colonial não contêm referência alguma a qualquer exigência ‘indígena’ sobre territórios; os habitantes anteriores do continente desaparecem nos meandros ocidentais da construção plana de um espaço abstrato.

Fruto de um projeto imperial iluminista, esta produção científica trouxe novas preocupações sobre o conceito de observação e de classificação de factos empíricos, relegando, em paralelo, para um lugar secundário, o conhecimento existente sobre os lugares, os recursos, as pessoas. As prospeções e as explorações sistemáticas realizadas por europeus foram preenchendo o continente africano de nomes estranhos, de matriz europeia, sinónimo da ocupação deste espaço por outro projeto político.

Moçambique foi constituído historicamente como uma colónia de povoamento, para receber colonos de Portugal (Meneses e Gomes, 2013). Este fato exige que se retome a discussão sobre os processos migratórios em contexto colonial – processos estes cuja complexidade não tem sido suficientemente explorada do ponto de vista socio-histórico e

⁵ Por exemplo, as travessias do continente realizadas por africanos antes de travessias ‘científicas’ não foram reconhecidas (Amara e Amaral, 1984).

político. Um dos aspetos menos visíveis deste processo tem a ver com a ocupação do lugar através de mudanças toponímicas. No caso de Moçambique, a moderna ocupação colonial traduziu-se na irrupção de inúmeras localidades com designações associadas à história e memória de feitos de Portugal e portugueses. Lugares de feitos heroicos e seus paladinos, memórias do passado deixado para trás, foram criando uma cartografia colonial, a sublimação do espaço, a que Camões faz referência, e como se analisará mais detalhadamente a seguir. Lichinga transformou-se em Vila Cabral, Angoche deu lugar a António Ennes, e Xai-Xai metamorfoseou-se em João Belo – ou seja, uma homenagem aos heróis das campanhas de ocupação. A renomeação deu lugar também ao aparecimento de réplicas europeias, como Vila de Nova Freixo,⁶ Nova Viseu,⁷ Olivença,⁸ Aldeia de Santa Comba,⁹ Aldeia da Madragoa,¹⁰ Nova Lusitânia,¹¹ que uniam estes espaços coloniais à metrópole europeia. Como estes exemplos lembram, uma das características das atribuições toponímicas foi justamente perpetuar nomes que justificassem e legitimassem as políticas coloniais de Portugal em África, e que aproximassem estes espaços ‘mal utilizados’ de réplicas – institucionais e culturais – do espaço metropolitano (Meneses, 2010). O corolário desta atitude em relação a África foi a construção da história de África como uma macro ausência (Santos, 2002: 246); ou seja, a negação de qualquer facto histórico no continente que antecederesse a presença europeia. A partir do Iluminismo, mas consagrada com o apoio da ciência geográfica moderna intimamente associada à história, África transforma-se num continente sem história, vazio de passado.

3. Renomeando lugares, (re)construindo a história

A construção da alteridade não é apenas um produto do pensamento evolucionista ou de qualquer dos outros projetos de afastamento, cujo objetivo ideológico é hoje sobejamente conhecido, como sublinha Johannes Fabian (2013: 230). Os nomes de lugar, os topónimos, são um dos elementos constitutivos da identidade dos lugares, sendo um dos vetores constitutivos de qualquer projeto ideológico. A toponímia foi um dos instrumentos políticos usados pelo colonialismo em Moçambique, para alicerçar a sua presença neste território. Através do paradigma colonial - conjunto de axiomas, conceitos e discursos – Moçambique transformou-se num objeto de conhecimento para Portugal. Como Baudrillard mais tarde teorizaria (1994: 1), a construção do projeto colonial em Moçambique assentou e desenvolveu-se a partir de um mapa mental que precedeu o território. As representações do espaço – e a sua nomeação – estavam tão perniciosamente presentes nas representações identitárias que eram vistas como desprovidas de qualquer carga colonial negativa por muitos dos brancos que estavam em Moçambique no período de transição. Os mapas cognitivos sobre Moçambique, resultado do devaneio colonial, funcionavam como fonte de autoridade

⁶ Atual Cuamba. Esta designação do tempo colonial foi uma homenagem, por parte de colonos portugueses, a um antigo Ministro do Ultramar de Portugal e, posteriormente, Governador de Moçambique, almirante Sarmento Rodrigues, natural de Freixo de Espada à Cinta, em Portugal (Cabral, 1975: 123).

⁷ Atual Mtelela.

⁸ Atual Lipiliche.

⁹ Atual Mahalazene.

¹⁰ Atual Chilembene.

¹¹ Atual Buzi.

na luta pelo território (Huggan, 1994). A partir do final do séc. XIX, a moderna administração foi, como já referido, criando um novo sentido de território, ao preencher o espaço com outros saberes, outros símbolos, outras referências. No extremo norte do país, onde a ocupação definitiva aconteceu no virar para o séc. XX, Pemba, então um pequeno entreposto comercial, foi promovido à categoria de povoação, sede de uma das mais importantes companhias majestáticas da colónia. Esta promoção foi acompanhada por uma mudança toponímica, tornando-se Porto Amélia, em homenagem à última rainha de Portugal. O texto da decisão desta nomeação é exemplar da estrutura de poder associada à mudança toponímica:

Tendo o Exmo. Conselho de Administração da Companhia do Niassa deliberado dar o nome de Sua Majestade a Rainha Senhora Dona Amélia à nova povoação de Pemba, que deve ser a futura capital dos territórios, prestando assim um preito de homenagem, respeito e simpatia a tão Excelsa Senhora.¹²

Mais para oriente, mas nas mesmas latitudes, surge uma povoação – Lichinga – que na língua dos povos da região – Yao – significa grande muro, em referência clara à parede montanhosa que rodeava a região. Nas primeiras décadas do séc. XX esta povoação foi elevada à categoria de sede do distrito com a designação de Vila Cabral, em homenagem ao então Governador-Geral de Moçambique.

Por terras de Quelimane, por exemplo, a vila de Gurué, é outro caso paradigmático. O Gurué pertencia inicialmente ao Prazo Lomuè, passando posteriormente a povoação a ser posto sede, numa zona conhecida pela excelência do chá que aí se produzia. No pós Segunda Guerra Mundial, e na busca de homenagear um dos pioneiros portugueses da produção maciça de chá na região - Manuel Saraiva Junqueiro – passou a denominar-se Vila Junqueiro, até à independência de Moçambique, altura em que voltou a chamar-se Gurué.

E as opções de designação refletiam igualmente os apoios e as reações regionais e internacionais a que Portugal pertencia. Mais a sul, na convergência fronteiriça entre Moçambique, a África do Sul e a então Rodésia do Sul,¹³ o topónimo escolhido – Malvénia¹⁴ – celebrava a ação colonial integracionista de um súbdito britânico - Sir Godfrey Huggins, Visconde de Malvern, e antigo primeiro ministro da Federação da Rodésia e Niassalândia.¹⁵

Marracuene, no sul de Moçambique, entraria na história através da famosa batalha com o mesmo nome, que ocorreu na madrugada de 2 de Fevereiro de 1895. Opondo forças do reino de Gaza ao exército português, este momento da ocupação militar de Moçambique marcou o fim de Ngungunhane e do seu estado. António Ennes, que era então Alto Comissário de Moçambique, e que organizara politicamente várias das campanhas militares na região, sublinhava a importância estratégica deste local, explicando a sua decisão em (re)fundar a povoação com o mesmo nome porque estava “[...] *desgostoso de tantas destruições, também desejei construir*. [Marracuene] *tinha comunicações com a cidade [...], o seu chão era*

¹² *Boletim da Companhia*, n.º 23, de 13 de Janeiro de 1900.

¹³ Atual Zimbabué.

¹⁴ No lado rodésiano da fronteira a designação era a mesma – Malvern. Depois da independência Malvénia foi chamada de inicialmente de Chicualacuala (Cabral, 1975: 38), nome porque era anteriormente conhecido este lugar. Posteriormente esta vila fronteiriça foi renomeada Vila Eduardo Mondlane, em honra ao primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique, embora continue a ser conhecida pelo seu nome local.

¹⁵ Este político tinha promovido a aproximação regional, apoiando o desenvolvimento do caminho-de-ferro que ligava os portos de Moçambique ao interior do continente.

fecundo e a presença militar dava-lhe segurança” (Ennes, 1898: 433). Esta pacata vila¹⁶ seria renomeada na década de 1940 (em vão, já que esta designação seria muito pouco utilizada no quotidiano) Vila Luísa, em homenagem à filha de um dos ‘construtores’ da capital, Joaquim José Machado.¹⁷ Então major de engenharia, Joaquim José Machado teve a seu cargo a coordenação da expedição das Obras Públicas a Moçambique, momento impulsionador da nova política colonial de Portugal, e que produziu o primeiro plano urbano da capital. Finalmente, algumas décadas passadas (1968), e em homenagem ao então chefe do governo de Portugal, António Salazar, a Vila da Matola, satélite da capital da colónia, foi renomeada Salazar (ascendido a cidade em 1972), embora o nome tenha conhecido fraca adesão.

Foi este mapa cognitivo colonial, este roteiro de ocupação, que as novas forças políticas desafiaram desde cedo. Questionado a propósito urgência das alterações de toponímia, Amaral Matos, que liderava um dos pelouros do Conselho Municipal de Maputo, afirmou:¹⁸

A nossa história é parte de quem somos; qualquer pessoa conhece a sua história, as suas ligações familiares, as línguas que fala, a sua cultura, ligações religiosas. É isso que nos marca, nos dá identidade. A mudança dos nomes foi parte do processo de descolonização, da mudança da história. É essa história que nos liga [...], que nos dá chão. Mudar a situação colonial passou por dar a conhecer a nossa história, as nossas raízes, o nosso ponto de encontro.

Esta posição era partilhada por vários intelectuais e políticos em Moçambique. Alguns anos antes Aquino de Bragança escrevera que *não bastava pôr fim ao sistema colonial português*. [...] *A luta contra o sistema colonial tinha necessariamente de passar por uma rutura a todos os níveis: conceção da história, conceção das relações sociais, económicas e políticas*”.¹⁹ Por isso, para os moçambicanos que aguardavam com ansiedade a chegada da independência, as alterações da toponímia eram um sinal profundo de mudança epistémica que se anunciava. Os nomes ligam as identidades aos lugares, acrescentando uma dimensão histórica, até então silenciada, à contemporaneidade dos lugares. As alterações, como se verá de seguida, significaram a rutura da hegemonia colonial, símbolo do desvincular de Moçambique da herança colonial e do retorno do controlo sobre os sentidos dos lugares pelos seus habitantes. O fim do império e a chegada do governo de transição promoveram ativamente a descolonização do lugar, reflexo da urgência em ultrapassar as representações simbólicas da ocupação do espaço pelo projeto colonial, trazendo no seu bojo a segregação racial e a discriminação de outros saberes. A reconstituição da identidade africana de Moçambique foi assim uma das primeiras iniciativas de mudança toponímica. Numa das cidades satélites da capital de Moçambique, na Matola, que havia recuperado a sua designação logo após o golpe de estado de 25 de Abril de 1974,²⁰ já em fevereiro de 1975 surgiram as primeiras propostas de mudança de nome de bairros e de ruas (Castela e Meneses, 2015). Esta notícia era apresentada como o retomar da personalidade africana desta

¹⁶ Hoje um subúrbio da cidade de Maputo.

¹⁷ Foi também Governador do Território da Companhia de Moçambique (1892/1897), Governador Geral de Moçambique, e também Governador Geral da Índia portuguesa.

¹⁸ Entrevista realizada em Junho de 1990, em Maputo.

¹⁹ CEA (1983), “Editorial”, *Não Vamos Esquecer*, Maputo, nº1, p.3-5.

²⁰ Então Lourenço Marques, tendo sido renomeada Maputo a 3 de Fevereiro de 1976. Veja-se o decreto-lei nº 10/76, de 13/3/1976, que confirmou a mudança de topónimos de origem colonial após a independência de Moçambique.

localidade,²¹ assinalando a rutura com o peso simbólico da cartografia colonial. Nomes como ‘Marcelo Caetano’, ‘Silva Cunha’, ‘Sarmiento Rodrigues’, ‘Rui Patrício’, líderes políticos do regime colonial-fascista português, foram abandonados, passando os bairros a conhecer novas designações, que perduram até aos nossos dias.²² A participação popular nos processos políticos locais era intensa, sendo os programas de planeamento da gestão urbana discutidos frequentemente em plenário, contando com o apoio da população da urbe.²³

A reocupação do espaço através da sua renomeação foi acompanhada pela alteração da designação de ruas, e pela remoção de monumentos erguidos durante o período colonial, que “representam valores de uma época que a história ultrapassou.”²⁴ Em Maio de 1975, um mês antes da independência, o processo de remoção de estátuas aprofundou o sentido de desligação do país em relação à história da antiga metrópole.

Pouco depois Samora Machel, acompanhado por outros líderes da FRELIMO, deu início à viagem ‘do Rovuma ao Maputo’. Durante cerca de um mês, atravessando o país em diálogo com as populações, Samora Machel procurou conhecer os problemas que afetavam o país que ia nascer, explicando, em atento contacto com as populações, as razões da luta e o processo político em curso.²⁵ Na então Vila Cabral, um dos lugares que a delegação da FRELIMO escalou, Samora Machel questionou abertamente a razão do nome da cidade:

Viva o povo de Litchinga (não conheço quem foi Cabral)! Viva a emancipação da mulher moçambicana! A luta continua! Independência ou morte! Abaixo o colonialismo! Abaixo a opressão! Abaixo a discriminação racial! Abaixo a humilhação! Viva a humanidade! [...] Aqui não é Vila Cabral, aqui é Tchinga. Cabral foi um grande colonialista que mereceu a honra de o capitalismo batizar uma das nossas cidades com o seu nome, por ter sido um grande explorador, grande opressor, e grande colonialista. [...]

José Álvaro Cabral foi governador aqui no tempo em que Moçambique era mesmo colónia. Ele aplicou bem o sistema do colonialismo e então mereceu essa honra! Ouviram?! Nós não conhecemos e, quando começamos a guerra aqui, a população de Niassa não conhecia esta cidade como Vila Cabral. Não conhecia [...] por isso não é Vila Cabral esta cidade, ouviram? Se é caso de dar nome, daremos um nosso... Daremos o nosso, menos Cabral.²⁶

Mensagem semelhante aconteceria noutros locais. Por exemplo, no comício que orientou na cidade de Porto Amélia, Samora Machel indagaria a população da cidade sobre a origem do nome, afirmando: “Esta terra não é Porto Amélia. É Pemba. É ou não é? Vai sair essa coisa de Porto Amélia...”²⁷

²¹ “Matola retoma a sua personalidade: nomes coloniais vão ser banidos por proposta entregue ao governo”, *Notícias* de 1 de maio de 1975, pág. 3.

²² Veja-se também “Bairro de Lourenço Marques perde nome colonial – Mahlazine”, *Notícias* de 18 de março de 1975, pág. 3.

²³ “Câmara da Matola propõe programa de reconstrução da cidade para ser discutido com a população, idem”, *Notícias* de 8 de fevereiro, pág. 3.

²⁴ Como estipulava a decisão tomada sobre estes monumentos, estes deveriam ser “conservados no nosso país para, em museus, constituírem futuros elementos de estudo do nosso passado histórico”, como veio, de facto, a acontecer em várias situações. “Conservação em museus de monumentos coloniais”, *Notícias* de 5 de maio de 1975, pág. 1 e “Última hora - começou as primeiras horas desta madrugada a remoção dos monumentos coloniais existentes em Moçambique”, *Notícias* de 9 de maio de 1975, pág. 1.

²⁵ “Conhecer a fundo os problemas do povo - objetivo da viagem de Samora Machel”, *Notícias* de 26 de maio, pág. 1.

²⁶ “Estabelecer justiça e acabar com a humilhação - objetivos reafirmamos por Samora Machel”, *Notícias*, de 2 de Junho de 1975, pag. 1, 2 e 4.

²⁷ *Notícias da Beira*, de 31 de maio de 1975, pág. 2.

O questionar da história, apelando à participação de outros saberes, tornou possível a denúncia persistente do projeto colonial. A análise do posicionamento geopolítico sobre o conhecimento revela o que se sabe e como é que esse saber é produzido, uma combinação que Boaventura de Sousa Santos tem vindo a designar de sociologia das ausências e emergências (2002). Como procurei apontar neste curto texto, o processo de transição conheceu, desde cedo, a emergência da releitura da história dos lugares, momento fundamental da descolonização mental.²⁸

A descolonização do conhecimento passa pelo reconhecer das fontes e das localizações da geopolítica dos produtores de conhecimento, ao mesmo tempo que se afirma modos e práticas de conhecimento que foram negados pela predominância de formas particulares de saber que almejaram globalizar-se como universais. Ciente desta realidade, Samora Machel desafiava abertamente a presença colonial portuguesa em Moçambique, produzindo uma cartografia alternativa das alianças da FELIMO:

Em nome da civilização Portugal permaneceu em Moçambique mais de 400 anos. Nós servimos como animais de transporte. Ao longo de mais de 400 anos provamos que não há colonialismo humano e muito menos democrático. A presença de colonialismo, de qualquer colonialismo significa crime, presença de crime. As tarefas essenciais do colonialismo foram a liquidação dos nativos, fisicamente, mentalmente. A sua tarefa essencial era oprimir, reprimir, humilhar e destruir. [...] Enriquecemos Portugal à custa do nosso esforço, do nosso sangue. Quando começamos a luta armada, é porque não havia outra via, não havia outro caminho, senão a violência. E o mundo dividiu-se. O mundo 'civilizado' o chamado mundo livre, o ocidente, apoiou o colonialismo. A Inglaterra, a França, e a Alemanha federal instalou fábrica de armas em Portugal. O outro mundo, a zona livre da humanidade, a zona libertada, onde o poder pertence as massas, imediatamente foi para o lado do povo moçambicano.²⁹

O direito a outras histórias (e o fim da macro-narrativa hegemónica eurocêntrica) traduziu-se em Moçambique num aspeto fulcral do direito à autodeterminação, um momento de luta pelo reconhecimento da diversidade, pela abertura do cânone da participação, para além da matriz colonial moderna. Desta forma foi possível, ainda no período de transição, desafiar os mapas cognitivos coloniais, reintroduzindo a história nos debates que marcam as sociedades contemporâneas, problematizando as visões de mundo, a partir de um diálogo intercultural que potencie a pluriversalidade. Pensando simultaneamente local e globalmente, este turbulento processo político mostrou que é possível criar histórias entrelaçadas, concorrendo para conhecer e compreender a teoria e os sentidos da pesquisa a partir das perspetivas de cada sociedade / comunidade e segundo os seus próprios propósitos (Santos, Meneses e Nunes, 2004). A descolonização íntegra, para além das lutas políticas, a exploração de sonhos, do possível, como este trabalho procura dar conta. É uma ponte política entre anseios e raízes de experiências.

Como Aquino de Bragança teorizou, a leitura das transições políticas no cone austral de África deve ser lida como um processo dinâmico que passa, também, pela libertação do poder de contar a própria história, a partir de outras experiências e referências.

²⁸ Machel, Samora (1982), “Descolonização mental: nosso atual problema”, *Revista Tempo* (23 de Maio), nº 606, pp. 26-31.

²⁹ *Notícias* de 4 de junho, pág 3.

Referências

- Amaral, Ilídio do; Amaral, Ana (1984), “A viagem dos pombeiros angolanos Pedro João Baptista e Amaro José entre Mucari (Angola) e Tete (Moçambique), em princípios do século XIX, ou a história da primeira travessia da África central”, *Garcia de Orta, Série Geografia*, 19 (1-2).
- Baudrillard, Jean (1994), *Simulacra and Simulation*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Cabral António Carlos Pereira (1975), *Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique – Sua Origem*. Lourenço Marques: Empresa Moderna.
- Capelo, Hermenegildo; Ivens, Roberto (1886), *De Angola à contra-costa: descrição de uma viagem através do continente africano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2 volumes.
- Castela, Tiago; Meneses, Maria Paula (2015), “Naming the Urban in Twentieth-Century Mozambique: Towards Spatial Histories of Aspiration and Violence”, in Carlos Nunes Silva (org.), *Urban Planning in Lusophone African Countries*. Aldershot: Ashgate, 215-224.
- Ennes, Antonio (1898), *A guerra d'África em 1895: memórias*. Lisboa: Typographia do Dia.
- Fabian, Johanne (2013), *Time and the Work of Anthropology: Critical Essays 1971-1981*. New York: Routledge.
- Huggan, Graham (1994), *Territorial disputes: Maps and Mapping strategies in Cotemporary Canadian and Australian Fiction*. Toronto: University of Toronto Press.
- Lupi, Eduardo (1907), *Angoche: breve memória sobre uma das capitánias-móres do Districto de Moçambique*. Lisboa: Tipografia do Anuario Commercial.
- Mbembe, Achille (2002), “African Modes of Self-Writing”, *Public Culture*, 14 (1), 239-273.
- Meneses, Maria Paula (2010), “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”, *E-cadernos CES*, 7, 68-93.
- Meneses, Maria Paula; Gomes, Catarina (2013), “Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa”, in Maria Paula Meneses; Bruno Sena Martins (org.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 59-107.
- Mudimbe, Valentin Y. (1988), *The Invention of Africa*. Bloomington: University of Indiana University Press.
- Oliveira Martins, Joaquim Pedro (1904), *O Brasil e as colónias portuguesas*. Lisboa: Parceria António Mário Pereira.
- O'Neill, Henry E. (1895), “Some remarks upon Nakala (Fernão Veloso) and other ports on the northern Mozambique coast”, *Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography*, 7(6), 373-377.

Said, Edward (1978), *Orientalism*. New York: Pantheon.

Said, Edward (1980), *The Question of Palestine*. New York: Vintage.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa; Nunes, João Arriscado; Meneses, Maria Paula (2004), “Para Ampliar o Cânone da Ciência: a diversidade epistemológica do mundo”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 25-68.

Wa Thiong’o, Ngũgĩ (1986), *Decolonizing the Mind. The politics of language in African literature*. London: Heinemann.

Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa¹

Luísa Marroni,² Ministério da Educação e Ciência
luisa.marroni@sapo.pt; mlmarroni@gmail.com

Resumo: Em 1934, o Porto recebeu a Iª Exposição Colonial Portuguesa, idealizada para conhecimento científico acerca das colónias, como ‘catequese’ para esbater a ignorância da população acerca das questões e domínios ultramarinos, sendo divulgado na imprensa e, com destaque, no Boletim da Agência Geral das Colónias.

A Exposição Colonial rentabilizou o espaço público do Jardim e do Palácio de Cristal, no Porto, na ‘lição de colonialismo’ dada ao público-alvo convergiu ao Porto, urbano e rural, conduzido numa *volta* ao mundo colonial português, em experiências de colonialismo e de testemunho do progresso, desenvolvimento e grandeza da Nação, graças a esquemas de discurso (escrito, gráfico e sensorial) e a estratégias de atracção reeditadas de outras mostras, *arquitectura singular* no reforço da ideia e política imperial, base política e ideológica de construção da unidade nacional iniciada nesta Iª Exposição do Estado Novo.

Palavras-chave: Exposição Colonial Portuguesa, pedagogia cerimonial, Boletim Geral das Colónias: Estado Novo.

Introdução

A Iª Exposição Colonial Portuguesa, em 1934, e forma como o passado histórico, o colonial e o império colonial português foram idealizados e exibidos naquele evento são motivo de interesse (especialmente quanto ao ensino *não formal* acerca das colónias) e explicam o tema aqui desenvolvido. Neste texto, procuraremos, por um lado, evidenciar o tratamento dado a um conjunto de várias estruturas simbólicas que funcionam como ensaio (ou contributo) para a exaltação nacionalista do Estado Novo e do Império Colonial Português, testemunhos de inegável investimento em termos de imagem gráfica, de edificação de obra e *obras públicas*

¹ Texto referente à comunicação apresentada no painel “Políticas e Traduções”, no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9), organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014 (texto editado pelos organizadores do volume).

Este texto não obedece ao acordo ortográfico.

Texto editado pelos organizadores do volume.

² Portuguesa, licenciada em História, variante de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1997), concluiu o Mestrado em História e Educação, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2008). Completou curso de doutoramento em História (não conferente a grau). Interessa-se por temas relacionados com educação, formal e não formal. Técnica superior (2000), quadro único de pessoal dos serviços do Ministério da Educação e Ciência.

talhadas para marcar *rupturas* face à *nova* organização na vida económica, social e cultural portuguesa estribados em pretextos ideológicos firmemente assumidos pelo governo e, por outro lado, revelar o *velado* comprometimento de diversos actores.

O norte de Portugal e a cidade do Porto foram locais da Exposição Colonial, em 1934, promovida como *Primeira (I) do género*, como evento nacional e como ‘lição’ do conhecimento colonial para o povo português. A exibição utilizou o espaço público Jardim do Palácio de Cristal, no Porto, central, vedado, ajardinado, com árvores e lagos, para uma “demonstração que instrua, divulgue e convença” e que *dissolva* o “*Portugal pequeno*” e a “*África atrasada*” (Moreira, 1934: 76-81) ou para uma viva “lição de colonialismo” através de diferentes formas de discurso (escrito, gráfico e sensorial) ao serviço de uma experiência sensitiva de temática colonial e de experiência elementar das colónias, *ideia unitária de Império que ganhe o espírito*. O evento rentabiliza conhecimentos adquiridos com a presença em vários eventos similares, alguns de temática exclusivamente colonial, concretizados em vários locais do mundo ocidental e oriental, ainda que se proclame a singularidade do certame.

Procuram-se destacar algumas das estratégias empregues, consideradas como alicerces de *memória cultural* da nação colonial e como sendo arquitectadas³ naquele momento específico para a ‘lição’ ou ‘catequização’ acerca das colónias. Recursos como cartazes, frases, esquemas escultóricos, arquitectónicos, brindes transportáveis, esquemas, criações ou comunicações demonstrativas e sensitivas, as estratégias na Exposição procuravam causar impacto e potenciar mudanças no visitante (e na sociedade portuguesa da época). Por outro lado, observado o local e o momento da Exposição pelo conceito instrumental da unidade de análise *pedagogia cerimonial* (Schriewer, 2009), na sua vertente cultural, concentrado no conjunto de estruturas simbólicas de que se vale (espaço, representações sociais, indivíduos e grupos de indivíduos comprometidos com a mudança), a Exposição Colonial de 1934 configura um momento de ruptura com o passado, uma opção experimentada com vista ao desenvolvimento e à disseminação do projecto colonial, e à re-socialização da população metropolitana.

Para este texto, escolhemos como fonte primordial o Boletim da Agência Geral das Colónias,⁴ nas edições regulares e nos artigos especificamente dedicados ao evento, edições do evento, bem como, as disposições oficiais, um e outras complementados com bibliografia consultada sobre o tema das exposições internacionais, trabalhos académicos e outras abordagens e estudos nacionais, de temática etnográfica, antropológica, museológica ou de arquitectura, especificamente atinentes ao tema da exposição colonial portuguesa de 1934, e contributos da sessão do congresso.

³ Entendido pelo sentido figurado, quanto à forma e ou à estrutura; a contextura pela qual é urdida e/ou é projectada a ideia de Portugal – nação colonial e imperial, território vasto e indivisível.

⁴ O *Boletim Geral das Colónias*, designado abreviadamente neste artigo como Boletim, foi publicado mensalmente, com excepção dos meses de Agosto e Setembro editado num volume e dupla numeração. Para este artigo consultaram-se vários números relativos aos anos de 1932 a 1935. A escolha aprecia a forma entusiástica com que o Boletim aborda o tema colonial em geral e a exposição em particular e, sobretudo, o facto do Boletim ter sido distribuído mensal e gratuitamente pelos estabelecimentos de ensino secundário e superior, fundamento do nosso interesse pela fonte para este texto (que dedico a Luís Grosso Correia). Acresce referir que o acesso à fonte, está actualmente bastante facilitado graças à biblioteca digital das “Memórias de África e do Oriente”, que passou a disponibilizar a obra em formato digital, em <http://memoria-africa.ua.pt/Library/BGC.aspx>.

Dos vários artigos editados pelo Boletim sobre o evento, destaca-se o seguinte, pela síntese que apresenta da *produção*⁵, desde a fachada da Exposição (metáfora da Nação), como se transcreve:

[...] vimos assim surgir um edifício, sem arquitectura digna de apontar, embora de largas tradições, uma obra nova, que se impõe pela sobriedade e pela elegância das suas linhas, a que não faltam, ao mesmo tempo, imponência e majestade.

O que observámos exteriormente promete-nos muito, porque, além da transformação radical da fachada, podemos admirar monumentos originais ou reproduções de outros apreciados, a provarem que o plano quer superiormente orienta a Exposição obedece à intenção de mostrar o respeito pelo passado, a certeza no presente e a confiança no futuro.

Mesmo em frente da entrada principal da Exposição, o monumento à Colonização afirma o que nós, portugueses, fizemos nas cinco partes do Mundo, espalhando uma civilização, educando, assistindo e protegendo as raças indígenas dos nossos domínios ultramarinos. Esse monumento é rodeado por canteiros onde, em mosaico-cultura, se vê o mapa das nossas colónias. Ao fim da avenida das Tílias, a reprodução o Arco dos vice-reis da velha Goa recorda-nos as terras da Índia, cujo caminho marítimo fomos nós, portugueses, os primeiros a percorrer e a ensinar aos outros [...].

Entra-se, depois, nas naves central e lateral do Palácio e a impressão que se sente não esmorece e antes se torna mais profunda e empolgante.

[...] A forma como estão sendo executados todos os trabalhos demonstram a excelência do plano superior que organizou a Exposição e dos seus objectivos [...].

Nós, que sabemos quão grande tem sido o esforço do distinto estadista [Armando Monteiro], pela realização do objectivo patriótico que se pretende atingir, afirmamos-lhe, como portugueses, o maior e mais sincero agradecimento por mais esta pedra lançada na obra enorme da ressurreição colonial [...].

O Boletim, que acompanha a obra desde a sua origem, evidencia as transformações que vão sendo operadas⁶ no local como metáfora de mutações desejadas na sociedade:

Para além dos vastos portões por completo agora fechados sobre a rua, e dos gradeamentos, arquitectos, pintores, decoradores, electricistas, jardineiros operários dos mais variados mesteres, trabalham – porque no Palácio a “ideia colonial” operou a maravilha de um renascimento – afanosamente, com um ritmo que marca a decisão e fervor.

Onde até há pouco tempo tudo era desolação, silêncio, o quadro de um lento e triste envelhecer, – a miniatura de um Império ganhou terreno, alarga-se a cada dia mais surpreendente define as suas formas às suas linhas evocadoras...⁷

1. Do ensaio ao ensinamento

A exposição, 1ª *Exposição Colonial Portuguesa* architectada para a *capital do norte* foi inaugurada no dia 16 de Junho de 1934, com a marca da *junção entre o urbano e o rural*⁸ do Norte de Portugal e, como resultado do empenho da sociedade local e apoio institucional do

⁵ Cf., “Exposição Colonial Portuguesa (Diário de Notícias, de 17 de Abril)”, em “Revista da Imprensa Colonial. Secção Portuguesa”, *Boletim Geral das Colónias*, Volume X, n.º 107 (1934: 281-283).

⁶ Referindo alguns dos operários envolvidos.

⁷ “Informações e Notícias”, “Secção Portuguesa”, *Boletim Geral das Colónias*, Volume X, n.º 109 (1934: 91).

⁸ As exposições constituem fenómeno urbano. No século XIX, a escolha do espaço para localização de exposições motivava debates e as infra-estruturas que resultavam para as cidades envolvidas (como o metro de Paris, em 1900). No evento português de 1934, a escolha teve em conta o espaço no centro do Porto, vedado e arborizado, e enfatiza-se a junção do urbano e do rural e a estratégia nacional colonialista exaltante do “*nosso esforço colonizador, a nossa alta missão civilizadora*” (Livro da Iª Exposição Colonial Portuguesa. Porto: 1934: 9).

governo central e de indivíduos particularmente empenhados no projecto imperial como Armindo Monteiro,⁹ então Ministro das Colónias. No tempo, foi promovida como primeira exposição colonial nacional e pensada como forma prática de mostrar a acção colonizadora portuguesa, a extensão territorial e os recursos e as actividades económicas do Império:

A exposição será organizada com critério essencialmente prático, mostrando a extensão, intensidade e efeitos da acção colonizadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as possibilidades de estreitamento de relações comerciais entre as várias partes da Nação”.¹⁰

O entusiasmo, o empenho e o apoio financeiro saíram de intervenientes locais, como associações industrial, comercial e de comerciantes, Liga Agrária do Norte, centro comercial do Porto, Agência Geral das Colónias, e anónimos constituídos em Movimento Pró-Colónias.¹¹ Outros entusiastas demonstram empenho na concretização e, sobretudo, na divulgação com destaque para grande parte do clero do norte e do Bispo do Porto que divulgavam o evento nas missas. Para o sucesso conseguido no número de visitantes houve outros intervenientes,¹² mais ou menos comprometidos com os objectivos específicos da mostra colonial, todos empenhados unanimemente em fazer *ressurgir* uma *política colonial* e em *restabelecer* finalidades imperiais dessa política colonial (Galvão, 1934c: 4).

Concretizada no edifício do Palácio de Cristal e jardim envolvente,¹³ omnipresente, a exposição que durou três meses e meio – de 16 de Junho a 30 de Setembro de 1934 – culminou com a realização de um cortejo alegórico¹⁴ que percorreu as ruas do Porto, desde a foz do Rio Douro até ao Jardins do Palácio. Enquanto decorreu, foram assinalados *dias marcantes* da História de cada Colónia, vulgarizando o tema e enfatizando o carácter educativo do evento, ao grupo dilatado de participantes e visitantes.

Apesar da alegada escassez de *recursos*, a mobilização de meios empregue procurou evidenciar domínio político e capacidade económica; à falta de capacidade financeira foram mobilizados meios materiais (próprios de sociedade moderna, que se imitava) e outros que resultaram da simplicidade do discurso (lúdico, pitoresco e exótico), do envolvimento emocional das massas visitantes, juntamente consumidores da apresentação e participantes,¹⁵ caracterizando a Nação no todo, como *demonstração exuberante de domínio cultural e político* (Cunha, 2001: 96), em que a dimensão económica surge como mote para o projecto de integração nacional que não discute a redução da diversidade a uma identidade, em que o espírito imperial da nação portuguesa e o espírito empreendedor da exposição se mistura com a acção política; a capacidade, a vontade, a missão, superam a falta de meios ou recursos.

⁹ “Portugal pode ser apenas uma nação que possui colónias ou pode ser um império” (Monteiro, s/d: 56).

¹⁰ Artigo 2.º, do Decreto n.º 22.987, de 28 de Agosto de 1933.

¹¹ Grupo que se organiza no Porto em 1931 (*Boletim Geral das Colónias*, Ano VII, n.º 68, 1931: 177).

¹² Excursões ferroviárias e rodoviárias (“Grande Excursão Nacional”) provenientes de vários pontos do país e tendo o Porto como destino com pontos de partida em cidades como: Beja, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Madrid, Viana do Castelo, Vigo, entre outras; as excursões rodoviárias do Norte do país (e de Vigo, na Galiza) eram organizadas por diversas entidades, ocorriam aos Domingos, e algumas resultaram de apelo feito pelos párocos, nas missas.

¹³ O Palácio de Cristal e o jardim envolvente acabam reabilitados para a realização do evento.

¹⁴ O cortejo alegórico do ‘Império colonial’ português continha retratos e alegorias de episódios e figuras da história (Descobrimientos) e da actualidade do País, com destaque para exemplares de produtos, animais e de humanos das vinte e uma regiões do país metropolitano e colonial (*Boletim Geral das Colónias*, Ano X, n.º 110-111, 1934: 214).

¹⁵ Parada Regional entre o Douro e o Minho realizada em 15 de Julho.

Da experiência à expectativa

Na década de noventa do século XIX os industriais portugueses defendiam a ‘complementaridade dos mercados metropolitano e ultramarino’. No século XX, com a crise económica verificada (finais dos anos vinte) o mercado colonial apresenta-se como tema de debate, sobretudo em sectores ligados à indústria e ao comércio externo. O *renascer* do interesse pelas questões e mercados coloniais, redobra após o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Os factores económicos e políticos¹⁶ e a experiência adquirida com a participação portuguesa nas diversas exposições internacionais (algumas de cariz colonial¹⁷), com celebrações,¹⁸ congressos e exposições¹⁹ e outras festividades, todos parecem ter funcionado como estímulo para a produção de um evento colonial singular, à escala da nação, com semelhanças com a exposição de Paris,²⁰ realizada em 1931. A exposição colonial em 1934 não foi o primeiro evento do género a realizar-se em Portugal. Iniciativas anteriormente concretizadas permitiram a exibição dos recursos materiais e humanos das colónias, como a Exposição Insular e Colonial Portuguesa, em 1894,²¹ concretizada na cidade do Porto e no Palácio de Cristal. Na última metade do século dezanove, de 1851 até ao final do século, Portugal participou ou esteve representado em cerca de uma dúzia de eventos internacionais, industriais e coloniais,²² prática que não se altera nas primeiras décadas do século XX, ainda que poucas sejam exclusivamente de temática colonial (Moreira, 1934; Schroeder-Gudehus e Rasmussen, 1992; Pimentel, 2005).

Na concretização do evento colonial portuense, conjugaram-se diversos esforços procedentes de agregados sectoriais diferentes e, mesmo, concorrentes na região, que se organizaram com antecedência, ou seja, pouco depois do envolvimento português na exposição francesa, os delegados do movimento Pró-Colónias reuniam-se com vista à organização de um evento do género, elegendo a cidade do Porto.²³ Na imprensa escrita foi sendo advogado como necessário que o país realizasse um evento similar ao francês, à escala

¹⁶ As décadas de vinte e trinta do século XX são determinantes em termos de acontecimentos na Europa. Em Portugal, no período de 1926 a 1933, sucedem episódios que parecem impulsionadores do processo de decisão e, posteriormente, de concretização da Exposição. Internamente, a constituição da organização política oficial – União Nacional – fundada em 1930; o Acto Colonial (Decreto nº 18.570, de 8 de Julho de 1930); a consagração do Acto Colonial e do Estatuto Nacional do Trabalho na Constituição de 1933 (vindo a substituir a designação de ‘províncias ultramarinas’ por ‘colónias’). Externamente, persistia a pressão exercida pela Sociedade das Nações para acabar com o trabalho forçado nas possessões ultramarinas portuguesas.

¹⁷ De 1851 até ao final do século, Portugal participou ou esteve representado em diversos eventos internacionais.

¹⁸ Efemérides do 28 de Maio de 1926, nos anos de 1930 e de 1933.

¹⁹ No de 1934, em Lisboa, o I Congresso da União Nacional, no Coliseu dos Recreio e a Exposição sobre a Obra da Ditadura, organizada por António Sérgio.

²⁰ João Mimoso Moreira, Chefe de Divisão de Propaganda e Publicidade, referia: “*As recentes exposições internacionais em que Portugal se fez representar criaram naturalmente esta aspiração: depois das exposições, seguidas, em três anos, que fizemos no Estrangeiro onde gastámos importantes quantias, porque não repetimos no País essa demonstração, para conhecimentos dos portugueses que não puderam visitar esses certames?*” (1932: 53).

²¹ Exposição Insular e Colonial Portuguesa, Palácio de Crystal, Porto, 1894.

²² Na segunda metade do século XIX Portugal participou ou esteve representado em eventos internacionais, industriais e coloniais. Como Moreira sublinha, em 1855, em Paris, Portugal participou na ‘Exposition Universelle des Produits de l’Agriculture, de Industrie et des Beaux-Arts’, citada como sendo “*a primeira vez que os domínios coloniais tiveram representação no estrangeiro*” (Mimoso, 1934: 17-21).

²³ O Porto teve a seu favor interesse manifesto e a “*maior soma de interesses materiais*”, junto com a inexistência de manifestações de propaganda colonial e pela *densidade populacional* “*que se pode fazer convergir ao local da Exposição, numa catequese de salutareos efeitos*” (Moreira, 1932: 53-61).

nacional. No Boletim o tema é debatido; considerações e sugestões quanto ao tipo de certame e aspectos a ter em conta com a respectiva organização²⁴ e com a ideia em curso, sucedem-se congressos e colóquios de enquadramento colonial (congressos de Agricultura Colonial, de Antropologia Colonial,²⁵ de Ciência Militar Colonial, de Ensino Colonial).

Aquela que ficou como 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 agregou duas diferentes associações sectoriais (comercial e industrial) do Porto²⁶, nem sempre em sintonia; contou com o empenho do Ministro das Colónias e da Agência Geral das Colónias “*animador principal e obreiro do ressurgimento da ideia colonial*”²⁷ (que visitou o espaço, enquanto decorriam os trabalhos de recuperação do Palácio de Cristal e Jardim); teve como ideólogo Henrique Galvão, o director técnico, um dos principais defensores do Império.²⁸ O tema da Exposição, em geral, foi objecto de interesse na imprensa escrita antes, durante e após a respectiva realização; contou com um jornal oficial da Exposição designado de *Ultramar* e a empresa do Comércio do Porto concebe um jornal privativo da Exposição intitulado *Comércio do Porto Colonial*.²⁹

Frequentes notícias sobre o tema surgem publicada ou republicadas no Boletim da actividade da Agência Geral das Colónias, mesmo reproduzindo (multiplicando) notícias de outros jornais. Os artigos, sobre os mais diversificados aspectos atinentes ao tema ou ao evento, promovem,³⁰ disseminando a notícia e o acontecimento, vulgarizando e familiarizando a exposição, o tema colonial e alguns tópicos do enredo, assim como, naturalmente, promotores e apoiantes. Noticiar o evento parece representar, em si, uma missão da Agência Geral das Colónias pelo Boletim.

A publicação do tema na imprensa auxilia a função pedagógica; contribui para criar necessários laços entre a população metropolitana e os territórios ultramarinos (Martins, 2012: 163) e para a produção e reprodução notícias sobre a exposição contribuem diversos momentos e motivos que sustentam a expectativa de uma experiência no universo do colonial; enquanto decorriam os preparativos, o director técnico conduziu diversos convidados pelo

²⁴ “Para o momento presente entendemos que seria de mais alto e proveitoso significado mostrar o que existe e se fêz nas colónias neste último quarto de século [...]. Compôr, por exemplo, uma colecção de trabalhos científicos de estudos, de assistência, como os ingleses apresentaram nas exposições de Antuérpia e Paris e como os franceses igualmente expuseram no seu certame do ano passado [...]. Igualmente se pode organizar uma demonstração da evolução da ocupação militar nas colónias até à fase da entrega do poder aos civis de todos os territórios nacionais pacificados. A acção da soberania nacional através dos tempos, desde a alforria aos negros até às modernas reformas legislativas, códigos de indigenato, reformas sociais, cartas orgânicas, conselhos de colaboração local, assistência moral, etc. Relêvo aos trabalhos e estudos etnográficos, geológicos, botânicos, cartográficos e tantos outros, mostrando, como dissemos, o trabalho desta geração, marcando-se posição, neste ponto, das colónias há 25 ou 30 anos e a de hoje.” (Mimoso, 1932: 53-61).

²⁵ Em Agosto, decorreu o Congresso de Agricultura Portuguesa promovido pela Liga Agrária do Norte e Associação Central de Agricultura Portuguesa; a Sociedade de Antropologia da Universidade do Porto promoveu o Congresso de Antropologia Colonial, que decorreu em Outubro de 1934.

²⁶ A Associação Industrial Portuense apoia financeiramente o evento promovido pelo Movimento Pró-Colónias, com sede na Associação Comercial do Porto, então liderada por António Calém, subscrevendo parte do capital da sociedade anónima criada para o efeito e participando em diversos eventos.

²⁷ Expressão que consta do telegrama de 06 de Setembro de 1934, do Presidente do Conselho de Ministros ao Ministro das Colónias, Armindo Monteiro (*Boletim Geral das Colónias*, Ano X, 109, 1934: 4).

²⁸ Henrique Carlos da Mata Galvão era oficial da carreira militar, tendo participado no 28 de Maio de 1926. Foi administrador do concelho de Montemor-o-Novo; governador da província de Huíla (Angola), responsável por alguns eventos de promoção colonial realizados na década de 30 do século XX, incluindo as ‘Feiras de Amostras Coloniais’ concretizadas em 1932, em Luanda e Lourenço Marques.

²⁹ Veja-se *Comércio do Porto*, edição de 2 de Outubro de 1934.

³⁰ Incluindo na Rádio Corunha, no Jornal Voz da Galícia, da Corunha e no diário La Nación (Madrid).

recinto dando a conhecer aos poucos o projecto e sustentando notícias sobre o evento. Os visitantes, os convidados, as informações prestadas e outras informações relacionadas mereceram destaque na imprensa nacional e estrangeira.³¹ Alguns apontamentos, permitidos pelo director, antecipavam a utilização projectada para cada espaço edificado, jardim envolvente e espaços cobertos, criavam expectativa.

Das preferências e dos propósitos expositivos de Galvão para a Nave Central sabe-se antecipadamente que seria

[...] aproveitada para, duma maneira, expressiva, marcar o passado, o presente e o futuro da nossa epopeia colonial. A entrada far-se-á por um ‘hall’ onde a luz coada formará um ambiente místico [...]. Na segunda divisão da nave ficará a documentação do nosso esforço no Ultramar desde há cinquenta anos, afirmando um magnífico sentido de ressurgimento nacional [...] utilizar-se-á, de preferência, o diorama cenográfico. Impressões vivas. Aspectos movimentados. Interesse palpitante.³²

O espaço recebe o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, numa *excepcional visita oficial* à cidade do Porto³³, onde assiste ao *lançamento de uma primeira pedra*. Na inauguração solene, no Palácio da Bolsa, esteve o Presidente da República Óscar Carmona, para efeitos da abertura oficial da Exposição Colonial (Mota, 2011) e antes do encerramento da Exposição, em Setembro, o evento recebeu pela segunda vez o Presidente do Conselho de Ministros.³⁴

A exposição colonial realizada teve como propósito, combater a ignorância da população em relação aos domínios ultramarinos, fundamento para educar os portugueses (letrados e iletrados) para os assuntos coloniais e para o projecto imperial. Concluída a Exposição, Henrique Galvão refere ter ocorrido no “*momento próprio*” (1935: 7-8) com cunho imprescindível e que se realizou com “*bastante soma de elementos para convencer os mais renitentes, com bastante de processos para ensinar os menos letrados e os próprios analfabetos*” (Galvão, 1935: 14), admitindo presumir que a originalidade de processos não terá sido a mais adequada para letrados.

Conformidades – Exibições (1931 e 1934)

A experiência adquirida com a participação portuguesa em várias exibições parece ter sido marcante para concretização do evento de 1934, e a eleição, por unanimidade, do tenente Henrique Galvão, então director das Feiras de Amostras Coloniais³⁵ testemunha a indispensabilidade de garantir o sucesso, quer do evento em si, quer dos fins pretendidos, facto que é evidenciado na sessão inaugural realizada no Palácio da Bolsa, com alusão aos grandes certames internacionais referindo Sevilha, Paris e Antuérpia.

³¹ *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, 107, 1934: 270.

³² *Boletim Geral das Colónias*, Ano IX, 100, 1932: 177-179.

³³ “Visita oficial do sr. Presidente do Conselho à Cidade do Porto», em *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, 107, 1934, 223-233. A visita do Presidente do Conselho ao Porto – referida como “excepção que faz ao Porto” – concretizou-se por ocasião do lançamento da primeira pedra do núcleo de casas económicas n.º 50, com visita às obras do Porto de Leixões e aos trabalhos da Exposição.

³⁴ Visita realizada em 06 de Setembro de 1934.

³⁵ Henrique Galvão era o director das Feiras de Amostras Coloniais, membro da Comissão Organizadora e Administrativa da Exposição Colonial do Porto, membro da Comissão Executiva designado que acaba eleito, por unanimidade, para exercer o cargo de director técnico (*Boletim Geral das Colónias*, Ano X, 100, 1933: 176-181).

A participação portuguesa na *Exposition Internationale Coloniale* realizada em Vincennes, França, em 1931, permite apreciar, comparar estratégias e recursos utilizados nos dois eventos, ou perceber a adaptação introduzida para o evento português de modelos experimentados,³⁶ não obstante o director técnico procurar destacar as originalidades

Não imitámos pois – procurámos, pelo contrário, fugir a qualquer semelhança, por não satisfazer as nossas conveniências nem servir os nossos objectivos – e porque só assim alcançaríamos os fins sociais e políticos que tínhamos em vista”. Vincennes “sob o ponto de vista de lição colonial – à parte o que pudemos ver no magnífico pavilhão holandês – a realização francesa foi inferior, incompleta, e não poderia suscitar a nenhum colonialista, que tivesse a preocupação de dar uma expressão superior à propaganda colonial, o desejo de a imitar. (Galvão, 1935: 15-16)

A comparação torna-se facilitada pela proximidade cronológica dos eventos face a paradigmas aproveitados e, ainda, pela experiência análoga dos responsáveis técnicos de cada um dos eventos; quer Galvão quer o Marechal Louis Hubert Gonzalve Lyautey representam militares de carreira com experiências de governação em possessões³⁷ dos respectivos países.

Deste ponto de vista, a *missão civilizadora de Portugal*, a vocação e o dever moral de Portugal colonizar, de promover a defesa indefectível das populações colonizadas que é promovida em 1934, assemelha-se ao exemplo utilizado no evento francês, que se autoproclamava *boa nação colonizadora*: conjuntos de elementos utilizados em ambas as exposições, para difundir a consciência ideológica da nação e dos valores que representa. Num e no outro, recorre-se à legitimidade concedida pelo passado heróico ou glorioso da história e à exaltação do orgulho pátrio que, no evento português, é experienciado com o restabelecimento de feitos de valorosos navegadores e heróis da época dos descobrimentos. A estátua de Afonso de Albuquerque, de Diogo de Macedo, concebida em pedra, em 1930, para a Internationale Coloniale de Paris, ganha nova localização no espaço da Exposição Colonial do Porto. No novo local, o lendário protagonista da história de Portugal apresenta-se forte, imponente, com um castelo na mão, símbolo da conquista.

O evento francês advogara o legado da paz, o triunfo do direito, a justiça e a emancipação dos povos. As duas exposições coloniais – Paris e Porto – servem-se da *missão* que incumbe às metrópoles em relação às respectivas possessões. A adequação surge ao nível dos discursos, especialmente, a tese do imperialismo sustentado em três mitos: político, económico e moral. A questão colonial portuguesa centra-se na alegação de que a incumbência da metrópole é a exploração das colónias, constituindo a marca do imperialismo português, que a explica como solução para a crise em que o País se encontrava, angariando o apoio económico das colónias para com a metrópole, como *mito económico*; a acumulação de território domina igualmente o imperialismo francês, sobretudo a necessidade da conquista para impedir ataques (sendo o caso Francês, entendido como processo de colonização secundária que tem como inspiradora uma colónia e não a metrópole).

A escolha do confronto corográfico associa a mensagem de uma vasta extensão territorial, cromática, visualmente intuitiva, que marca a questão da dimensão territorial nem cada um dos eventos. Em 1934 a vastidão do império português surge interpretada em mapa

³⁶ “A Primeira Exposição Colonial Portuguesa é filha de um pensamento de política Imperial que, na larga e brilhante representação portuguesa na Exposição Internacional de Paris teve a sua realização inicial” (Galvão, 1934a: 7).

³⁷ Ambos com experiências vividas em África; Henrique Galvão viveu em Angola, como governador, Hubert Lyautey viveu em Marrocos.

colorido,³⁸ representativo da amplitude do território português, em mancha, sobreposto ao espaço da Alemanha, França e Europa Central, com o título ‘Portugal não é um país pequeno’, esquema que recorda a mensagem utilizada em 1931, em Paris, proclamando ‘plus grande France’, ‘territoire couvrant vingt deux fois celui de la métropole, où flotte le drapeau tricolore’.

O aproveitamento da exibição nortenha como *volta ao mundo* colonial português, ao ar livre, como *aula* sobre as *coisas* coloniais, como experiência do mundo colonial, reproduz modelo já anteriormente utilizado. A função didáctica da exposição portuguesa é realçada como sendo destinada para o conhecimento (‘ensinamento’) do *vasto e inexplorado território lusitano* (que permanecia desconhecido para a maior parte da população metropolitana). Ou seja, admitia-se que ao percorrerem (a pé, no ‘comboio colonial’ ou no ‘cabo eléctrico’) o espaço da exposição colonial do Porto, seria como uma espécie de *volta ao mundo* do império colonial português, na qual os visitantes poderiam apreender que colónias portuguesas existiam, riquezas e produtos delas, tipo de animais as habitavam, como eram os habitantes, de que forma viviam e se organizavam. Os equipamentos lúdicos de viagem, a novidade dos animais e o exotismo dos nativos fariam com que a *lição* se efectivasse através dos sentidos.

A ‘lição de colonialismo’ oferecida ao povo português, recorda uma funcionalidade semelhante atribuída pela imprensa francesa à Exposição de Vincennes, em 1931, exposição intitulada a ‘volta ao mundo em um dia’.

A questão da *escassez de meios*, ou recursos financeiros envolvidos para tamanha empreitada, apresenta semelhanças nos artigos de imprensa de um e de outro evento. No caso português, insiste-se no facto da Exposição de 1934 ter sido concretizada com *poucos recursos*, com *escassez de meios*, sublinhando o facto de ser um País pequeno capaz de se transformar em grande (‘Portugal não é um País pequeno!’ ‘Portugal é, se nós quisermos, uma grande e próspera nação. Sê-lo-á’). Enfatiza-se a contenção das despesas com uma boa gestão dos proveitos tidos no evento, demonstrando a sintonia com o proclamado equilíbrio das despesas públicas, conseguido pelo *timoneiro* do País, *o homem ao leme*³⁹ (António Salazar).

A exposição colonial portuguesa recolheu contributos de mostras e exposições coloniais internacionais, nas quais Portugal participou ou se fez representar. Concluída, esta Iª Exposição Colonial Portuguesa serviu como preparatória de eventos ulteriores como a Exposição Histórica da Ocupação, realizada em 1937, com outros públicos; ambas contribuíram para a preparação da Exposição do Mundo Português, em 1940. A experiência de 1934 constitui um saber que vai sendo partilhado e sucessivamente, de cerimónia em cerimónia, mais bem desenvolvido a cada evento subsequente, dando origem a uma nova memória comum. O sentido estético, as formas de representação e novas concepções da ordem social base, auxiliam a função instrumental e cultural das cerimónias vistas como pedagogia para disseminação de programas legitimadores dos mitos e ideologias, e do estabelecimento destes para a re-socialização da população.

³⁸ Recuperando o exemplo de mapa utilizado na 1.ª República, com a imagem colorida da dimensão do império português sobre países europeus (Farinha, 2013: 43-52).

³⁹ Referência à peça escultórica “Rumo às Colónias” concebida para a Exposição, atribuída a Américo Gomes como Alegoria ao Grupo da Navegação. A escultura *Homem do leme* pode actualmente ser apreciada, no Porto, em outro material e num novo local, de frente ao Atlântico na foz do rio Douro.

2. A Exposição de 1934 e a ‘imagética nacionalista’⁴⁰

O espaço aproveitado para a exposição, sensivelmente rectangular, recebia os visitantes numa praça oval ajardinada chamada de Praça do Império, tendo no centro o monumento evocativo do Esforço Colonizador do povo português, num mosaico ajardinado. Imponente e vertical, com cerca de três metros de altura não ocultava a renovada fachada do Palácio de Cristal, canalizando o olhar na sua direcção. A fachada encontrava-se despojada de acessórios que realçavam a inscrição ‘Palácio das Colónias’, em tons brancos, ostentava o elefante, como símbolo, encimando a frontaria Palácio. Dentro, no centro, encontrava-se a secção oficial da exposição.

A organização tinha dividido a Exposição em duas secções; a secção particular constituída por expositores privados de diferentes sectores (indústria, comércio, agricultura e serviços), demonstrativo do peso e do empenho destes relativamente aos interesses coloniais e, também, testemunho da intenção de serem intervenientes activos do alargamento de mercados para os diferenciados produtos industriais, comerciais e agrícolas e prova da capacidade rural, comercial ou empresarial do País da abundância e do modernismo. Produtores, produtos, empresas e maquinaria marcam presença atestando serem parte interessada, e activa, dispostos a dar ‘Tudo pela Nação’⁴¹ a colaborar para a consolidação da propaganda, para a construção da nação imperial, no *rumo* definido pelo Estado e pelo *homem do leme*.

A secção oficial integrava quinze áreas ou temas – história da obra colonial portuguesa, representação etnográfica, representação militar, monumentos, parque zoológico, teatro oficial, cinema oficial, informações, correios e telégrafos, livraria colonial, socorro e assistência aos ‘indígenas’, sala de exposição de arte, conferências e congressos, posto de provas de produtos coloniais, entre outros. O espaço tinha representações encenadas, esquemas originais de discurso acerca do tema das colónias e da acção portuguesa nela.

O evento possibilitou a idealização e construção de reportório de elementos para serem entendidos por massas (cartazes, exemplares de filatelia⁴² profusamente divulgados, edificação de monumentos para memória futura, filmes, publicação de teses, livros e álbuns) e outros tanto materializados, objectos promocionais para perpetuarem o evento por muito tempo (postais,⁴³ pisa-papéis, cinzeiros, medalhas, pratos, taças e peças miniaturas⁴⁴). Facilitou que fosse produzida e difundida vasta descrição geográfica, económica, botânica, demográfica e outra de cada colónia, desenvolveu a organização de eventos paralelos, como concursos, congressos, romagens, provas desportivas, excursões (incluindo de escolares) entre outros.

⁴⁰ Expressão colhida em Vieira, 1999: 56.

⁴¹ ‘Tudo pela Nação’ corresponde ao excerto de um discurso de Salazar aplicado na filatelia (0\$25, azul; 1\$00, vermelho. Selos de linhas geométricas monocromático da autoria de Almada Negreiros, datado de 1932).

⁴² Uma série de selos emitidos pelos Correios portugueses, com a representação de busto indígena, desenhados por Almada Negreiros e Arnaldo Fragoso.

⁴³ Postais com motivos das colónias, da Lito Invicta, Lda.

⁴⁴ A fábrica da Vista Alegre produziu peças para a Exposição, como pratos e taças decorados motivos diversos, com predomínio para a representação de elefantes (mascote), a representação da fachada da Exposição, de produtos coloniais e outros, em alguns casos com identificação do evento no verso.

Redundou num acontecimento que registou a presença de *ilustres* visitantes,⁴⁵ e menos ilustres, que a estatística oficial contabilizou com o número impressionante de um milhão e trezentos mil visitantes,⁴⁶ multidões que as fotografias do espaço e do cortejo evidenciam. O resultado da afluência de visitantes à Iª Exposição Colonial legitima ver o evento como capaz de ficar retido (registado) memória e que da visita resultasse algum conhecimento do tema ou das colónias.

Na imagética utilizada em cartazes, selos, miniaturas promocionais, com correspondência em livros, mapas, esculturas e outras obras foi recuperada uma simbologia de cariz nacional, evocativa do passado ‘glorioso’ e ‘heróico’ (as quinas, as ameias, as cruzes de Cristo, o uso do gótico (incluindo da letra gótica), os costumes medievais de luta pela independência e a expansão marítima) procurando, por um lado, defender a ideia de povo eleito (raça) com uma missão superior de acção *civilizadora* (cristã)⁴⁷ e de grandeza imperial a quem falta “*uma vasta obra de educação política do povo português para que tome consciência da grandeza e da missão providencial da Nação*” e, por outro, evidenciar a vasta dimensão do Império (que se estende ‘do Minho a Timor’, território tão vasto que *o sol nunca se põe*), com uma extensão territorial capaz de estender-se e sobrepor-se a toda a Europa continental como ostenta o já referido mapa intitulado ‘Portugal não é pequeno...’. O evento do Porto “*demonstrou perante o mundo a finalidade europeia de Portugal*”.⁴⁸

A qualidade e a profusão gráfica do material produzido para a exposição rivalizaram com os modelos *ao vivo*. A figuração de usos e costumes das terras e dos povos colonizados, como estratégia, foi a que mais impacto causou. O tipo de surpresa e a garantia de sucesso tinham resultado em eventos anteriores, nomeadamente, na Exposition Coloniale National de Marseille, em 1922 e em 1931 da Exposition Coloniale Internationale, Vicennes, Paris, pelo que o modelo foi obviamente replicado no Porto.

Vindos do calor das respectivas zonas para o frio nortenho os ‘indígenas’ chegaram ao Porto e ao espaço da Exposição para a habitação que será a sua durante os três meses e meio que durará o evento, para serem vistos pelo público, como se estivessem em Angola,⁴⁹ Cabo Verde,⁵⁰ na Guiné,⁵¹ Índia,⁵² Moçambique,⁵³ São Tomé, e Timor.⁵⁴ O número assinalável⁵⁵ e

⁴⁵ Várias individualidades deixaram ‘autógrafos’ atestando a sua passagem ou presença no evento. O Boletim evidencia, entre outras, a presença de “O Príncipe de Gales na Exposição Colonial do Porto” e a “Visita do sr. Tschoffen, Ministro Belga das Colónias, a Portugal” (*Boletim Geral das Colónias*, Ano, X, 110-111, 1934: 241-242; 244-245); veja-se também “O Estrangeiro e a Exposição”, em Livro da 1ª Exposição Colonial Portuguesa. Porto: 1934: 7.

⁴⁶ “Frase final”, Livro da 1ª Exposição Colonial Portuguesa. Porto: 1934: 4.

⁴⁷ Sobre o carácter da colonização veja-se artigo “O carácter da colonização portuguesa (Diário de São Paulo, Brasil, transcrito pelo Diário Português, n.º 391, do Rio de Janeiro)”, no *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, 1934: 261-262, assim como a explicação detalhada do ‘Cristianismo português’ e da ‘doutrina do lustrropicalismo’ (veja-se Castelo, Cláudia (2011), “Uma incursão no Lusotropicalismo de Gilberto Freyre, IICT, bHL, blogue de História Lusófona, Ano VI, Setembro. Consultado em 05 de novembro de 2014, em, http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL_Ano_VI_16_Claudia_Castelo__Uma_incursao_no_lusotropicalismo.pdf).

⁴⁸ “O Estrangeiro e a Exposição”, no *Livro da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa*. Porto: 1934: 7.

⁴⁹ As notícias antecipavam a vinda de um grupo de ‘indígenas’ da Damba, referindo como sendo a primeira vez que “*virão à Europa alguns mucancalas (...) tipos merecedores de curiosidade pelos seus costumes e hábitos e de estudo pelos homens da ciência*” (*Boletim Geral das Colónias*, Vol. X, n.º 107, 1934: 263).

⁵⁰ O Boletim Geral das Colónias anunciava a chegada, em Junho, vindos de Cabo Verde, de quatro pares de dançarinos e um quinteto musical, entre outros elementos, para exibições folclóricas típicas e coreográficas. (*Boletim Geral das Colónias*, Vol. X, n.º 107, 1934: 263).

⁵¹ Referido como primeiro grupo a chegar a Lisboa, em 07 de Maio de 1934, composto por dezoito homens Bijagós, vinte e quatro balantas, mandingas e fulas, dos quais catorze mulheres e vinte homens, cinco artifices, o régulo Mamadú Sissé

o facto de se tratar de comunidades humanas, *exóticas* (Blanchard, *et al.*, 2002) arquitectadas e fixadas como diapositivos etnográficos ao vivo, folclóricos, que demonstram formas de organização social e familiar, dedicam-se à produção de artefactos para o público da metrópole, imagem desprovida de voz, sujeitos pacíficos do Estado a quem incumbe proteger (Cunha, 2001: 100-101). O exótico e a cor e os corpos desnudados atraíram os portugueses da metrópole. A festa, em espaço público transformado em espaço colonial, facilitava a audiência: o público indispensável à “lição de colonialismo”.

3. A ‘lição’ de colonialismo

Nos pressupostos para a realização da exposição colonial portuguesa verificam-se referências a período temporal oportuno (‘tempo certo’) e fins determinados (‘lição de colonialismo’), como que concebida em *momento oportuno* e com fins pedagógicos. Objectivos que se estribam num processo de ruptura com o passado próximo que procura introduzir alterações sociais e culturais, sobretudo na sociedade metropolitana, e que conta com grupos de indivíduos (com interesses políticos e económicos) empenhados nessa mudança.

Tal como tinha sido antecipado, o ‘aspecto de feira’ com *atracções recreativas e especulativas* (como as existentes no evento e que parisiense que chocaram a alguns) eram reconhecidamente ‘necessárias’; uma “*colecção de atracções exóticas*” deveria existir sem ofuscar o “*objectivo educador e insinuante*” (Moreira, 1932: 60). Assim, na concretização, a Iª Exposição Colonial Portuguesa combina um conjunto de meios, dispositivos organizados ou adaptados para veicular informação escrita ou sensorial que possibilitam interpretar o significado do evento no seio de uma geração nacionalista em formação, quer para a sobrevivência e reforço da ideia e política imperiais (no século XX) mas, sobretudo, como base política e ideológica da construção da unidade nacional, ou, usando um conceito da época, de ‘ressurgimento imperial’.⁵⁶

O visitante deveria conhecer e sentir-se familiarizado com o passado, glorioso dos antepassados, que muitos desconhecem, e com o território (amplificado com as possessões) maior do que as fronteiras físicas do Portugal metropolitano admitem.

Na idealização e desenvolvimento do evento portuense parece patente quer o processo de ruptura incitado durante o período do Estado Novo, circunstância de transformação na sociedade portuguesa (Vieira, 1999: 56) na política nacionalista da educação que atribuía tarefas aos professores o importante papel, simbolicamente representado como de *arquitectos da mentalidade portuguesa*, função complementada com o princípio do *livro único* – garantia

(chefe de guerra, segundo tenente), a mulher, dois filhos, um dos quais Abdulai Sissé (referido como intérprete) e dois ‘criados’. (*Boletim Geral das Colónias*, Vol. X, n.º 108, 1934: 158).

⁵² Algumas bailadeiras, encantadores de serpentes e artificies (*Boletim Geral das Colónias*, Vol. X, n.º 108, 1934: 161).

⁵³ De Moçambique, cinco famílias de landins e uma orquestra de marimbas. “*No dia 28 do corrente [Maio] devem estar em Lisboa a companhia de landins de Moçambique e a banda da companhia indígena de Angola, que representam a tropa negra no certame e farão parte na parada que, nesse dia, se efectua na capital*” (*Boletim Geral das Colónias*, Vol. X, n.º 107, 1934: 263).

⁵⁴ Grupo esperado com interesse de “*divulgação das virtualidades étnicas da População de Portugal de além oceano*” (*Boletim Geral das Colónias*, Vol. X, n.º 108, 1934: 205-207).

⁵⁵ Patrícia Ferraz de Matos refere entre duas a três centenas de indígenas, alguns vindos especificamente para a Exposição (2006: 194-199).

⁵⁶ “*O ressurgimento colonial é um capítulo do movimento nacional de ressurreição e de resgate em que o Sr. Presidente do Ministério tão valorosamente e dedicadamente nos lançou*” (Galvão, 1934: 12).

do controlo de conteúdos e da qualidade normalizada dos manuais (para veicular doutrinas) de multiplicarem o ensinamento, caixilho de uma cultura didáctica normativa –; aos alunos, a imperiosa necessidade de conhecerem a grandiosa Nação a que pertencem, o passado e o presente, o esforço feito para valorização dos territórios; ao público, às massas, aos visitantes da Exposição em geral (na maior parte iletrados, desconhecedores das questões coloniais) uma ‘lição de colonialismo’ única, com palavras simples e imagens fortes, demonstrativa de um governo estável, forte e organizado, a Nação grande, única, chefiada por um líder capaz. Lição que, conseqüentemente, comprova o valor e o significado pessoal e institucional do chefe de estado.

A criatividade impera no conceito e na distribuição espacial dos diversos instrumentos expositivos, alguns com soluções engenhosas de sugestivo efeito, mesmo penetrante, como a cenografia arquitectada para a ‘aldeia’ da Guiné – habitações típicas⁵⁷ construídas no lago do jardim, rodeadas de água, numa espécie de península ligada pelo istmo ao resto do espaço –, ao lado, de frente para o mesmo lago, numa cota mais elevada, a ‘aldeia’ timorense e representante,⁵⁸ com as *uma*⁵⁹ edificadas numa espécie de penhasco, junto ao lago, insinuando a ilha e, talvez, o ponto mais distante e mais alto (intitulado) do Portugal imperial⁶⁰ como postal ou uma fotografia.

O uso da fotografia foi impactante e, a par com a pintura, parece vocacionada para outro tipo de público, mais instruído. Em Novembro de 1933 a casa comercial, Fotografia Alvão, demonstra interesse pela reportagem da Exposição Colonial obtendo aprovação, por despacho exarado em Janeiro de 1934, excluindo a “*instalação das Fotografias para Retratos no recinto da Exposição*” (Figueiredo, 2000: 299). O fotógrafo portuense Domingos Alvão, reconhecido no país e no estrangeiro pelos retratos e apreciados por muitos elementos da sociedade nacional (com recursos financeiros para pagar as encomendas) manifestara interesse na Exposição. A forma como compõe, de forma cuidada, as cenas a fotografar, seleccionando modelos e colocando-os em poses delicadas e de discreta sensualidade, em ângulo e luz característica para a composição define-o como fotógrafo e justifica que seja apreciado e procurado.

Pela qualidade dos trabalhos fotográficos e por mérito do artista, obras suas são garantia de divulgação na imprensa

As fotografias de Alvão correram por todos os jornais que durante o decorrer da exposição iam noticiando os eventos mais marcantes, mas também nos guias e catálogos oficiais que buscavam na Exposição de Paris de 1931 um modelo. O sucesso que alcançou deve-se também a Alvão e ao seu trabalho difundido na comunicação social. O carácter eminentemente político e propagandista desta exposição fazem das fotografias de Alvão um elemento activo na construção de uma mensagem política de dimensão nacional. (Figueiredo, 2000: 302)

A monopolização visual do espaço público é óbvia e a penetração é feita através de um catálogo de símbolos particulares, apropriados com o objectivo de mostrarem, imporem

⁵⁷ *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, n.º 109, 1934: 373.

⁵⁸ Nai-Seço ou Aleixo Corte-Real (nome adoptado após baptismo, conversão ao cristianismo) participou na Exposição Colonial, de 1934, no Porto, acompanhado da mulher Maria Amado de Jesus Corte-Real e do filho Adriano (Belo, 2013: 81).

⁵⁹ Tipo de casa tradicional timorense, com a suspensão do espaço habitável, totalmente feita em material vegetal.

⁶⁰ Monte Ramelau ou Foho Tatamailau, em Timor-Leste, com 2.963 metros de altitude.

(interpretando ou substituindo) as representações existentes, admitem nova récita, pela via da pedagogia, associada à ideia de progresso conseguida também pela lente e objectiva.

O mérito e a qualidade do fotógrafo nesta Exposição contribuíram para difundir a Exposição o tema Colonial a outros públicos e para disseminar o sistema; as estruturas que simbolicamente recriaram a ambiência das colónias envolvida por modernismos da metrópole – representação etnográfica marcada pela exibição de nativos e nativas das colónias, habitações típicas, os povoados encenados, vida, a família, os usos e costumes, os trajes (e a ausência de traje) – engendrando cenas fixadas, admitindo tais comunidades *imaginadas* (Anderson, 2005) como estando em Cabo Verde, na Guiné, Angola, Moçambique, Índia ou Timor, modelos vivos numa espécie de diapositivo folclórico, cristalizado, como código de representações.

O exotismo das populações humanas expostas acabou difundido e compreendido como um fim em si, pouco serve outros objectivos “*sem negros e sem negras, a Exposição atrairia, afinal, pouca gente (...). Os indígenas porque são pretos, porque são amarelos, porque são pardos, da cor do chocolate, da cor da cidra, da cor do bronze, têm o favor incontestável do público*” (Martins, 2012: 146). O povo das colónias distingue-se do povo da metrópole, como um *outro* em espaços confinados, orientando os olhares e distraindo os visitantes (operam sobretudo como componente lúdica, como feira ou atracção, não servem para ensinar).

O espaço da mostra estava ainda pontuado por referências e equipamentos modernos, sofisticados (caminhos-de-ferro, portos marítimos, nova arquitectura, reconstrução de cidades, escolas, fábricas e outros). Pelo espaço da Exposição circulava o “cabo-electrico” (teleférico) ou o comboio-turístico (mini-comboio) que transitava cheio de passageiros pelas avenidas com nomes de terras, contornando ‘aldeias’ e ‘indígenas’. A nação exposta e a nação visitante atestam o desfazamento existente entre a população da metrópole e a população das colónias e, acima de tudo, evidenciam o discurso e a prática no período de construção do império português e da identidade unitária da nação.

O público vai à exposição, ao encontro do *outro* (num primeiro contacto massivo com a alteridade), incentivado pela propaganda ambígua que, por um lado, convida para um espectáculo típico de parque de diversões e, por outro, para uma *verdadeira lição de colonialismo*. Para receber o visitante preparou-se um conjunto de informações que coloca no mesmo espaço o *eu* e o *outro*, criando um processo de inclusão que é também de discriminação, esquema que alarga a percepção de mundos no mundo, justifica comparação e exemplos com diferentes níveis e hierarquias.

O público visitante, confrontam-se com um *outro* que o aguarda, exposto, só ou em grupo, qualificado por características imprecisas por defeitos ou pela cor, sem voz, presente para ser visto como atracção, como matéria-prima, como recurso (Matos, 2006: 194-199) admite interpretações diversas e prova inequivocamente diferenças existentes entre uns e outros (o *eu* e o *outro num* mesmo espaço) distingue o *outro*, aquele que está exposto, realçando a percepção do que diferencia. Contribui, por um lado, para avultar a ideia de modernidade de uma das partes e, por outro lado, reforça a planeada representação de grandeza da nação de ambas.

A racionalidade científica da alteridade admite hierarquias raciais que são disseminadas pelas exposições étnicas e, como na exposição colonial portuguesa de 1934, facilitam a fabricação do ser humano *exótico*, do *selvagem*, do *atrasado*. A percepção da *inferioridade dos povos exibidos* resulta das construções perenes (como que em patamares inferiores da evolução humana), é sublinhada no mesmo espaço físico, circunscrito para uns e de livre circulação para outros, nomeadamente para visitantes metropolitanos, europeus, vestidos, e é frisada pela parafernália eléctrica ou mecânica moderna, legitimando a ideia de *povos*

colonizáveis (Blanchard *et al.*, 2011: 9-61). Ao exporem seres humanos, como *diferentes*, como *inferiores*, as nações imperiais adquiriram argumentos legitimadores das políticas concretizadas nos espaços ultramarinos. O cenário de exotismo, original e sensacional, bastava para compreender os princípios que suportam.

A actualidade do tema, a urgência colonial e a vontade política dos vários intervenientes interessados na realização do evento, não seriam por si só motivos suficientemente válidos para levar público à Exposição Colonial realizada no Porto, porém a concretização da exposição com construções típicas das colónias (reproduzidas) com fulas, balantas, bijagós, hindus, timorenses e outros *exóticos*, expostos de forma individual ou organizados em grupos de família, povoações de diferentes regiões da *nação portuguesa*, compensam na metrópole, pela função da *excentricidade*, a representação (e a mensagem) do desfasamento existente entre o *nós* (europeu) e o *outro* (não europeu) cooperando para desenvolver o vínculo (*a missão*) do Estado em civilizar o *outro*, o que supostamente apenas poderia ser conseguido com o empenho da nação colonizadora.

Deste ponto de vista, a Exposição Colonial Portuguesa, de 1934, admite outra ideia de modernidade e de competência tecnológica: a missão de civilizar substitui a conquista (característica do passado e dos governos anteriores) garantindo, de uma forma diferente da que foi adoptada pelos anteriores governantes (que não souberam impedir que o povo se mantivesse *atrasado*), que o novo estado estava empenhado em gerir todos recursos das colónias. Associada a esta ideia está uma nova liderança (Estado Novo) que procura passar a mensagem de *cuidar*, civilizar e rentabilizar as colónias e recursos nelas existentes.

Semelhante tipo de percepção chegou ao público letrado (que optou, eventualmente, por não visitar a exposição), que acaba confrontado com fins e meios arquitectados na Exposição quer através de meios áudio visuais, imprensa escrita, quer pela capacidade para adquirir as fotografias de Alvão ou reproduções, álbuns, livros e materiais editados para o efeito.

4. Representação de discursos da ‘lição’

Na concepção dos monumentos da Exposição não estão nomes conhecidos, como sucede na fotografia. Alguns são *amadores*, sem experiência comprovada, como sucede com duas referências na entrada da Exposição Colonial Portuguesa, no caso a fachada do Palácio e o Monumento ao Esforço Colonizador Português na Praça do Império.

A fachada do Palácio de Cristal é redecorada ocultando a fachada anterior, (datada de 1865); acompanha a mudança que sucede no jardim, que de espaço de fruição pública passa a espaço colonial, e no edificado, que se transforma em Palácio das Colónias. A nova fachada apresenta-se depurada, ao gosto *art-déco*, em tons de branco, atribuída a Mouton Osório⁶¹ (Abreu, 1996: 165).

O espaço de recepção, denominado como Praça do Império, acolhe o conjunto figurativo denominado ‘Monumento ao Esforço Colonizador Português’,⁶² de Alberto Ponce de Castro,

⁶¹ Referido como «*chefe dos serviços técnicos da exposição Mouton Osório: um ‘desportista e decorador amador, [...] coadjuvado pelos decoradores e cenógrafos Octávio Sérgio, José Luís Brandão e Ventura Júnior, mais ou menos amadores também’*».

⁶² Da autoria de Alberto Ponce de Castro, *Ex-libris* da Exposição Colonial Portuguesa, o *Monumento ao Esforço Colonizador* sintomaticamente não nasce da criação de um escultor académico, mas é projecto do alferes Alberto Ponce de Castro: um obscuro militar que conhece Teixeira Lopes e que o realiza graças à colaboração de Sousa Caldas, encontrando-se o seu

com a forma de obelisco, composto por seis figuras, enormes, estáticas, ligadas entre si pelas mãos, em corrente, à volta do pilar que encima o padrão com as armas de Portugal (Abreu, 1996: 165-171). O monumento personifica a colonização portuguesa e enaltece alguns dos intervenientes nela: o guerreiro, o missionário, o comerciante, o médico, o agricultor e a mulher. A ruptura que representa é evidente na forma depurada dos volumes e pela estilização das figuras e ruptura conceptual

[...] pelo entendimento da comemoração histórica, não como rememoração nostálgica de um tempo perdido, mas como instauração de um presente que se apropria dos poderes de um passado que mais do que histórico se adivinha mítico, teatralizando enredos onde realidade e récita se incorporam e se confundem, recorrendo a cenografias de fácil apreensão popular, onde abundam a efabulação e o mito (Abreu, 1996: 165-171).

Este monumento outorga um *“novo papel para a estatuária: ser um veículo de propaganda ao serviço do poder e um meio de paulatina conversão à ideologia nacionalista, ideologia que em António Ferro aparecia associada a uma ideia de modernidade”*.⁶³

Os artistas demonstram compromisso na reprodução de discursos pelas obras e monumentos, cooperando para a consolidação da propaganda do Estado nacionalista e imperial. Como obra em construção, os alunos, familiarizam-se com o termos dos discursos de professores e reitores comprometidos. O discurso do Reitor do Liceu de Aveiro, João Joaquim Pires, em 1934, referindo-se à visita de estudo à Exposição, qualifica como: *“Ótima lição sobre colónias – Mostrar com documentos vivos e provas irrefutáveis – [Mostrar] o esforço que temos feito e estamos fazendo para valorizar os territórios que foram descobertos ou conquistados pelos portugueses* (Pires, 1934: 11), engrandecendo o discurso do director técnico da Exposição, Henrique Galvão, que considera a Exposição de 1934 como: *Lição de colonialismo – Não se pode conhecer através de simples palavras – Não podem amar-se [as colónias] sem se conhecer* (Galvão, 1934b: 86-91).

nome ligado à concepção de monumentos de exaltação nacionalista e patriótica como o da *Arrancada do 28 de Maio* que figurou no Porto, no cruzamento da Avenida Marechal Gomes da Costa com a Avenida da Boavista.

⁶³ Este Monumento ao Esforço Colonizador Português, como um vestígio *“arqueológico da Exposição Colonial”*, pode ser apreciado num novo local, no Porto, na Praça do Império, como um ‘local de memória’ cuja *“rede toponímica que envolve o Monumento e a Praça é disso testemunha. A Praça do Império está ligada à Avenida Marechal Gomes da Costa, que homenageia o chefe do golpe militar que deu origem ao Estado Novo. Também a Rua D. Nuno Álvares Pereira se inicia na Praça do Império. Assim se recorda mais um pilar de identidade nacional durante o Estado Novo: a afirmação perante a hegemonia castelhana. Mas também se liga às ruas Bartolomeu Velho, Diogo Botelho, João de Barros, Gil Eanes, Rua de Diu e Avenida do Brasil – que transportam a memória dos Descobrimentos. Finalmente encontram-se aqui também a Rua Henrique Mendonça e a Rua Alfredo Keil, que recordam os criadores de um dos símbolos nacionais mais importantes: o hino. Esta rede de memória constitui um contexto semiótico que confere ao monumento um significado semelhante àquele que lhe atribuía o contexto da Exposição Colonial. O Monumento ao Esforço Colonizador Português evoca o Império Colonial como um dos pilares da identidade nacional – juntamente com os Descobrimentos, os símbolos nacionais e a afirmação perante Castela”* (Pinheiro, 2008: 90).

5. Pedagogia cerimonial⁶⁴ aplicada à Exposição colonial de 1934

Considerações de síntese

A estatuária produzida para a Exposição e o grafismo aplicado deram início a uma praxe político-cultural de aquisição do tema oficial, nacionalista e historicista, com vista à criação de uma mística peculiar, na qual colaboram artistas dispostos a consolidar a propaganda do governo, com argumentos suficientes e nem sempre lógicos para intentar uma deliberada alternativa ideológica de massas capaz de dispensar outras explicações sociológicas ou políticas.

A unidade documental de análise *pedagogia cerimonial*, do ponto de vista cultural, serve-se de um conjunto de estruturas simbólicas, espaços, representações sociais, bem como de indivíduos e grupos de indivíduos comprometidos com a mudança, idealizada para clarificar ou legitimar opções de disseminação de programas legitimadores dos mitos e ideologias e estratégias criadas, para a re-socialização das pessoas (Schriewer, 2009: 14). Na concepção e no desenvolvimento, a primeira exposição portuguesa concretizada em 1934, no Porto, para massas de visitantes, quer no espaço público, vedado e arborizado do Jardim do Palácio de Cristal, quer nas ruas do percurso do Cortejo Colonial, sugere sinal de ruptura na profunda transformação na sociedade portuguesa iniciada pelo Estado Novo, relativamente ao tipo de conhecimento das questões coloniais, a nível político e na representação da nação unificada.

A necessidade de iniciar um período novo, de ruptura com o anterior, surge por ocasião da visita oficial feita à cidade do Porto que levou António Salazar a visitar os trabalhos da Exposição, o Presidente do Conselho apelidou de *revolução* o processo iniciado “*A revolução que teve o seu comêço em 28 de Maio de 1926 e se tem desenvolvido quasi desde o primeiro momento sob alta direcção do sr. Presidente da República, não teria explicação nem defesa se não fôsse profunda nos seus objectivos, séria nos seus processos, visceralmente popular. Ela devia ainda assegurar à alma nacional a continuidade da nossa missão histórica (...)*”⁶⁵

Para prova, apronta-se a primeira exposição colonial entendida como “*primeira lição de colonialismo dada ao povo português*” (Galvão, 1935: 14), justificando que a festa e a escolha do espaço público sejam encarados como estratégia para uma vasta cena de instrução (pedagogia) sobre as colónias, com informação uniformizada, planeada e desenvolvida por intervenientes ligados ao poder vigente (ou identificados com o projecto colonial), conveniente para mudar comportamentos de pertença a um território (alargado).

O conhecimento das diferentes colónias – a vastidão territorial, a abundância e riqueza de recursos – na sociedade, é concorde com o rumo definido pelo novo governo: inculcar uma cultura imperial na população metropolitana, base da política ideológica, federadora, de unidade nacional.

A exposição deve, ainda, ser encarada pelos objectivos consistentes para alcançar envolvimento de toda a nação na divulgação da mensagem de reorganização do estado, para

⁶⁴ Conceito formado pelos dois vocábulos “pedagogia” e “cerimonial” fora do objecto de estudo ou dos manuais das ciências sociais e ou políticas. A aproximação ao sentido pretendido considerou conceitos similares como “cerimónia” ou “estudos cerimoniais” do campo da Filosofia. Os estudos históricos sobre a Revolução Francesa originam o conceito de pedagogia cerimonial delineando a aplicação pedagógica espacial do facto e o conjunto de mensagens sensoriais (muito visuais) adoptadas pelo Estado para inculcar nas multidões, pela encenação, a nova ordem.

⁶⁵ “Discurso do Sr. Presidente do Conselho”(*Boletim Geral das Colónias*, Ano X, 107, 1934: 225-231).

realçar a legitimizar o líder, neste caso recorrendo à encenação da presença sentimental (mais do que pela presença física), e às referências e frases curtas que lhe eram atribuídas. A emulação em demonstrar modernidade e efectiva colonização (face ao atraso ou ameaça de intervenção externa) levam a que o Estado Novo recorra à encenação de técnicas extraordinárias, para apresentar, representar e comunicar o projecto imperial e, ainda, a vontade de anular o passado político de *desordem*, introduzindo nova *ordem* que passa pelo controlo, centralização e rentabilização das Colónias.

Deste prisma, a exposição deve ser analisada como oportunidade do projecto de *re-socialização massivo* da sociedade portuguesa metropolitana, prescindindo das referências do período anterior a 1926, salientando a obra conseguida pelo Estado Novo, como um âmbito único para a mensagem actuar e para modelar o conhecimento da população portuguesa acerca da política ideológica presente rompendo com o passado.

A percepção de *imperativos de modernização*⁶⁶ em curtos horizontes temporais ajusta-se, no caso português com posições externas no sistema estatal internacional, de utópica parcialidade quanto ao futuro das colónias face à cobiça velada e manifestada por potências estrangeiras. Espécie de consciência remota do relativo atraso no processo de modernização e industrialização e, concomitantemente, relutância quanto ao poder rival, à superioridade tecnológica e militar de outras potências internacionais.

Empenhados no projecto imperial estão os promotores desta primeira exposição colonial portuguesa. Vários intervenientes em diferentes níveis: a chefia ideológica e orientação intelectual – com altos responsáveis políticos como o Ministro das Colónias, as instituições de propaganda, como a Agência Geral da Colónias, secundada por agentes de carácter mais executivo que concebem as mudanças de programa e formas de organização.⁶⁷ Conta com o empenho e envolvimento de representantes locais que garantem o apoio necessário para o desenvolvimento e sucesso do projecto (autarquia portuense, clero nortenho, associações industrial, comerciais e profissionais, representações concordes ou dissonantes, a controvérsia coopera também para vulgarizar mensagens), conta com o envolvimento dos artistas que reproduzem os discursos em obra e conta com a cooperação da imprensa.

O envolvimento pretendido em 1934 era desejavelmente assegurado pelos sentidos, pelo visual, combinando as diversas formas de representação (como cerimónias públicas, cortejos alegóricos, desfiles e multidão, deposição de flores nos túmulos), aliadas a uma *arquitectura falante*, narrativa mítica em esculturas fulcrais da exposição, reforçada por mensagens curtas e precisas do líder (Salazar)⁶⁸ ou pelos monumentos carregados de simbologia de fácil reconhecimento e pelos símbolos da nação resultantes da memória histórica, evocando um sentido de proximidade, de pertença, de identidade e de legitimidade, a unidade indivisível do império português. Afastando a ordem antes estabelecida, avoca-se a *glória sacral* na figura do líder carismático (Salazar) obtida através de montagem de técnica de prestígio conseguida igualmente pela pedagogia cerimonial.

⁶⁶ Expressão utilizada por Eisenstadt (1987), e que defende a modernidade como representação de um novo tipo de civilização global, adoptado segundo diferentes padrões de significação e de organização e que configurações socioculturais específicas com potencial para desenvolver programas de modernização autóctones.

⁶⁷ A direcção superior constituída pelo director técnico, Henrique Galvão, director adjunto, João Mimoso Moreira (Chefe da Divisão de Propaganda e Publicidade da Agência Geral das Colónias) e o adido, Carlos Nápoles.

⁶⁸ Colocadas nas paredes interiores do Palácio de Cristal, transformado em ‘Palácio das Colónias’.

A necessidade de dispor e de usar recorrentemente expressivos meios não escritos, para as propostas de mobilização social e persuasão massiva da população adulta, converge com o contexto de iliteracia que caracteriza o público-alvo da exposição colonial de 1934, como uma tarefa de comunicação das visões de transformação radical do País, e de reorganização do Estado e da Sociedade pela emotividade estetizando e gravando estas visões nos corações e nas mentes. Paralelamente, sugere modernidade, tecnologia comercial e industrial, regalias da colonização – como meios de comunicação como o caminho-de-ferro, portos marítimos, aspectos relacionados com a higiene, com a educação, com a saúde nas colónias ou com as missões religiosas e empreendimentos de particulares. A fotografia (Alvão), os selos, os postais e outros materiais promocionais coloniais portáteis sugerem e alargam o âmbito da experiência de conhecimento colonial.

Referências

Abreu, José Guilherme Ribeiro Pinto de (1996), *A Escultura no Espaço Público do Porto no Século XX. Inventário, História e Perspectivas de Interpretação*. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. II. Consultado a 12 de junho de 2014, disponível em http://www.google.pt/url?url=http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/14510/2/2020TM01CJosGuilhermeAbreu000074877.pdf&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=wteaU-qpGsey0QXtv4HoCQ&ved=0CBMQFjAA&usg=AFQjCNH_NaVPoumQ6n6aWyXqBMmiVaa39A.

Anderson, Benedict (2005), *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

Belo, Dom Carlos Filipe Ximenes (2013), *Os Antigos Reinos de Timor-Leste. Reys de Lorosay e Reys de Lorothona, Coronéis e Dados*. Porto: Porto Editora.

Blanchard, Pascal (2011), “La longue histoire du zoo humain”, in Pascal Blanchard; Nicolas Bancel; Gilles Boetsch; Éric Deroo, Sandrine Lemaire (org.), *Zoos humains et exhibitions coloniales. 150 ans d’inventions de l’Autre*. Paris: La Découverte.

Castelo, Cláudia (1998), *O Modo de ser português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.

Cunha, Luís (2001), *A Nação nas Malhas da Sua Identidade. O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.

Eisenstadt, Shmuel Noah (1987), *Patterns of Modernity*. London: Pinter.

Farinha, Luís (2013), “A ‘Nova Atlântida’. Entre o Atlântico e a Europa – um sentido para o devir português do século XX”, in Maria Conceição Meireles Pereira (org.), *População e Sociedade. Relações Externas de Portugal* (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), n.º 21). Porto: Edições Afrontamento.

Figueiredo, Filipe André Cordeiro de (2000), *Nacionalismo e Pictorialismo na Fotografia Portuguesa na 1ª metade do século XX: o caso exemplar de Domingos Alvão*, volume 1.

Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Nova de Lisboa, Novembro de 2000, 297-302. Consultado a 11 de junho de 2014, disponível em http://documenta_pdf.jmir.dyndns.org/F.Figueiredo_Tese%20Final_PDF_abril2006.pdf.

Galvão, Henrique (1934a), *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*. Porto: Litografia Nacional.

Galvão, Henrique (1934b), *A Primeira Exposição Colonial Portuguesa. Objectivos. Organização. Disposições Oficiais. Regulamento Geral*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Galvão, Henrique *et al.* (1934c), *Livro da 1ª Exposição Colonial Portuguesa*. Porto: Litografia Nacional.

Galvão, Henrique (1935), “Primeira Exposição Colonial Portuguesa”. *Relatório e Contas*. Lisboa: Divisão de Publicação da Agência Geral das Colónias.

João, Maria Isabel (2002), *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Martins, Leonor Pires (2012), *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70.

Matos, Patrícia Ferraz de (2006), *As Cores do Império. Representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Estudos e Investigações, 41.

Medeiros, António Fernando Gomes (2003), “Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934). Representação Etnográfica e cultura popular moderna”, in Salwa El-Shawan; Jorge Freitas Branco (org.), *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 153-169.

Monteiro, Armindo (s/d), *Para Uma Política Imperial*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Moreira, João Mimoso (1932), “Uma Exposição Colonial. Considerações e sugestões sobre a necessidade e organização”, *Boletim Geral das Colónias da Agência Geral das Colónias*, Ano VII, Agosto-Setembro, 53-63.

Moreira, João Mimoso (1934a), “A 1.ª Exposição Colonial Portuguesa. O grande certame do Pôrto”, *Boletim Geral das Colónias da Agência Geral das Colónias*, Ano X, Janeiro, 76-81.

Moreira, João Mimoso (1934b), “As nossas representações coloniais no estrangeiro”, in *O Livro da Exposição*. 1ª Exposição Colonial Portuguesa. Porto, 17-21.

Mota, Francisco Teixeira da (2011), *Henrique Galvão – Um Herói Português*. Alfragide: Oficina do Livro.

Pimentel, Cristina (2005), *O sistema museológico português (1833-1991)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Pinheiro, Teresa (2008), “Memória Histórica de Portugal Contemporâneo”, in Kaleswska, Anna (org.), *Diálogos com a Lusofonia Colóquio Comemorativo dos 30 Anos do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade de Varsovia*. Warschau: Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade de Varsóvia. Consultado a 12 de junho de 2014, disponível em https://iberystyka-uw.home.pl/pdf/Dialogos-Lusofonia/Coloquio_ISII-UW_23_PINHEIRO-Teresa_Memoria-historica-no-Portugal-contemporaneo.pdf.

Pires, João Joaquim (1934), “Relatório do Reitor” *Excursões e visitas de estudo* [10-08-1934], Anuário do Liceu de Aveiro, 1933-1934: Liceu de José Estêvão.

Schriewer, Jurgen (2009), “‘Ceremony Pedagogy’ in Revolutionary Societies: Public Staging and Aesthetic Mass Inculcation in Meiji Japan, the early Soviet Union and Post-1910 Mexico” in Jurgen Schriewer (org.) *Remodelling Social Order Through the Conquest of Public Space: Myths, Ceremonies and Visual Representations in Revolutionary Societies*. Leipzig: Leipziger University Verlag.

Schroeder-Gudehus, Brigitte; Rasmussen, Anne (1992), *Les faustes du progrès. L’Expositions Universelles 1951-1992*. Paris: Centre de l’Histoire Urbaine, Farmmasion.

Vieira, Joaquim (1999), “Crónica em imagens 1930-1940”, in *Portugal Século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a Iª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português¹

Carla Ribeiro,² Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto
carla_ribeiro2@sapo.pt

Resumo: Os anos 1930 constituíram um período atribulado nos territórios ultramarinos portugueses, alvo de cobiça por parte de nações europeias. Foi neste contexto que se organizaram duas exposições de cariz colonial: a Iª Exposição Colonial Portuguesa e a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX. Procurando forjar uma consciência nacional da importância histórica e do valor político-económico do Império Colonial, e obter uma identificação das populações com a política colonial do Estado Novo, os eventos constituíram parte crucial de um projeto de legitimação imperial do regime. Em 1940, na Exposição do Mundo Português, o Império era novamente exibido na Secção Colonial. Aí, procurou-se transmitir uma única mensagem: a ideia da singularidade da colonização e a afirmação da realidade imperial de Portugal. Este texto procura esclarecer, numa proposta comparativa, o papel da História e do Império nas representações identitárias do Estado Novo.

Palavras-chave: Império colonial, história, exposições, representações identitárias, Portugal.

1. História e Império

A vitalidade e permanência da comunidade nacional e a construção (e reconstrução) do imaginário colectivo da Nação dependem em grande medida da memória, em especial da memória histórica, que desempenha um papel de âncora, fornecendo os elementos necessários à unidade e continuidade da comunidade, reafirmando, nas palavras de Maria Isabel João, “*o que os seus membros têm em comum e o que os separa dos outros, a partir da evocação do passado e da história da nação*” (2002: 503).

¹ Texto referente à comunicação apresentada no painel “Políticas e Traduções”, no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9), organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

² Doutora em História pela Faculdade de Letras da UP, com a tese “Imagens e Representações de Portugal. António Ferro e a elaboração identitária da Nação”. Investigadora do CEPESE e do InEd. Áreas de interesse: políticas e organismos culturais do Estado Novo, cinema português e estudos folcloristas portugueses nos séculos XIX e XX, em ligação com questões de identidade nacional. Docente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto desde 2005.

No Estado Novo, a visão da História adotada foi etnocêntrica e nacionalista, constituindo um quadro de referência que permitia afirmar uma identidade comum. Tratava-se de uma memória construída pelas elites políticas e culturais, servindo como um dispositivo de legitimação do poder e das opções políticas do regime. Esta conceção da História nacional foi herdeira de representações utilizadas pelos regimes anteriores, servindo-se de elementos articuladores da identidade nacional – aquilo que Maria Isabel João designa de “*fundo mítico*” (2002: 506) – mas numa reinvenção do passado, que surgiu heroicizado, paradigma de valores considerados perenes e essenciais. Desta forma, veiculou-se uma imagem histórica ‘a preto e branco’, simplificada e maniqueísta, de Portugal (e do mundo), cuja conceção base parece ter sido a ideia do território nacional como o mais antigo e estável da Europa, funcionando como argumento ideológico para a tradição da autonomia e independência do país.

No panorama nacional, e desde a segunda metade do século XIX, História e Império Colonial estiveram intimamente ligados, sustendo-se reciprocamente, uma vez que uma das mais importantes missões acometidas à Nação portuguesa era a propagação da fé cristã e, consequentemente, da civilização, nas colónias portuguesas. Neste sentido, a História oficial produziu um discurso legitimador das possessões coloniais portuguesas, territórios considerados como inalienáveis parcelas do todo nacional, por direitos históricos de descoberta e conquista, conduzindo à exaltação da época das descobertas marítimas dos séculos XV e XVI como a idade de ouro de Portugal, o período de uma série de heróis nacionais, homens de excepcionais qualidades de liderança e de patriotismo.

O Império constituiu, pois, uma das ideias-força nucleares da ideologia salazarista, em associação com o culto patriótico e mitificado do passado, onde o Estado Novo procurou a legitimação do seu presente. A questão do Império foi encarada como algo de intrínseco à própria identidade nacional, mais do que uma opção política dos governos. Com efeito, no ideário colonial, e de acordo com Fernando Rosas, subsistia a convicção “*que defender as colónias era defender a própria independência nacional [...], que a salvaguarda da soberania portuguesa metropolitana estava indissociavelmente ligada à manutenção do império*” (1995: 25), uma vez que Portugal só pelas colónias ultramarinas poderia resistir à pressão anexionista da vizinha Espanha, por um lado e, por outro, garantir um lugar de relevo no cenário geoestratégico internacional, económica e politicamente, enquanto terceira potência colonial mundial.

Desta forma, com o Estado Novo, assistiu-se desde o início dos anos trinta a reelaborações do paradigma colonial em função dos condicionalismos internos e externos. Nesta tarefa, revelou-se determinante Armindo Monteiro, ministro das Colónias de 1931 a 1935. Segundo Fernando Rosas (1995), Monteiro foi o braço direito de Salazar para as questões coloniais, principal ideólogo e defensor do novo império, de uma conceção daí em diante dominante, que o Ato Colonial de 1930 promulgou, um modelo centralista nas relações imperiais, com inteira subordinação dos interesses das colónias aos da metrópole, concentrando em Lisboa todos os poderes.

A ideia imperial tornou-se um elemento aglutinador, presente em todos os discursos nacionalistas, das elites de esquerda e de direita, durante a primeira metade do século XX português, “*um cimento ideológico*”, de acordo com Eduardo Catroga (1998: 260), produtor de consensos e unificador. Ora, face ao que se encarava como uma “*crise de consciência colonial*” dos portugueses, em especial das jovens gerações, o Estado Novo procedeu a uma “*ofensiva de sociabilização impositiva dos novos valores coloniais*” (Rosas, 1995: 28 e 31), de forma que a opinião pública, particularmente as classes sociais tradicionalmente mais indiferentes ao projeto colonial – o mundo rural e o proletariado urbano – tivessem plena

consciência da dimensão e importância desta herança histórica, criando-se uma nova mística imperial.

Todavia, os anos trinta constituíram um período atribulado no tocante aos territórios ultramarinos. Com efeito, a situação internacional mudara significativamente, com o rearmamento alemão e a expansão territorial italiana e japonesa. A isto se acrescentava uma série de acontecimentos que punham em causa a autoridade colonial portuguesa: por um lado, na Sociedade das Nações gerava-se, nesta época, um movimento no sentido de ilegalizar e eliminar os trabalhos forçados nas colónias, divulgado pelo relatório de Ross, de 1925; por outro, verificavam-se pressões de Estados europeus, em especial a Itália, relativamente às possessões coloniais africanas, no sentido de uma nova divisão do continente, além das pretensões hegemónicas da África do Sul sobre Moçambique e da Alemanha sobre Angola. Rumores relativos à venda ou arrendamento de algumas das colónias portuguesas a potências estrangeiras vieram perturbar ainda mais o clima político nacional, suscitando a publicação de notas oficiosas e desmentidos oficiais.

A difusão do imaginário imperial do Estado Novo tornava-se, neste contexto, urgente, bem como o reforço da imagem do país enquanto Nação colonial. Para atingir este fim, o da legitimação do colonialismo português, a propaganda revelou-se o principal instrumento.

2. A I^a Exposição Colonial Portuguesa

Como voltar, então, “*a transformar o império num objecto de desejo*” (Vicente, 2013)? De entre as variadas iniciativas empreendidas (como a edição de selos, livros e revistas, a realização de congressos ou a Semana das Colónias), destacaram-se as exposições com temáticas coloniais, espaços e momentos privilegiados para a sustentação de uma orientação ideológico-histórica colonialista, permitindo avaliar da receptividade da opinião pública a este tipo de discursos, e procurando suscitar o interesse da população pela questão colonial.

As exposições internacionais começaram na segunda metade do século XX, mais concretamente em 1851, com a exposição londrina, realizada no Palácio de Cristal e concebida por Joseph Paxton. Na sua maioria, estes eventos tinham como objetivo celebrar o progresso industrial e tecnológico do século, ganhando a pouco e pouco um cariz pedagógico evidente e um lado lúdico cada vez mais prevaente. Neles se apresentavam ao grande público as matérias-primas das colónias, estilos arquitetónicos e invenções recentes, artefactos arqueológicos e as artes. A partir de 1833, na Holanda, surgiram as exposições especificamente centradas na mostra das colónias europeias, seguindo-se Londres (1886), Marselha (1922), Wembley (1924-1925), Antuérpia (1930), Paris (1931) e Glasgow (1938) (Matos, 2012). No geral, procurava-se mostrar os benefícios do colonialismo e do imperialismo, considerados essenciais para o progresso e para a civilização.³

³ Esta forma de exibir os recursos humanos das colónias tinha começado em feiras ou parques públicos, como o Jardin d'Acclimatation de Paris, onde se tornou vulgar, desde 1877, a exibição de seres humanos, perçecionados como exóticos, a acompanharem a de animais e plantas igualmente exóticos (Matos, 2012). No que se refere às exposições, a apresentação de nativos das colónias para dar ‘cor local’, isto é, “*to inhabit [...], putting on displays of their arts and crafts*” (Benedict, 1991: 7), foi uma prática iniciada na exposição de 1878, em Paris, a primeira vez que populações não ocidentais foram exibidas em pavilhões construídos especialmente para o efeito. Usualmente, famílias inteiras, quando não mesmo aldeias inteiras, estavam ao dispor do visitante, executando rituais religiosos ou mostrando a sua perícia em trabalhos artesanais. Foi o que aconteceu em 1878, quando foram exibidos cerca de quatrocentos indígenas das colónias francesas do Senegal, Indochina e Taiti; na

A Iª Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto⁴ em 1934, foi o culminar natural deste projecto de legitimação imperial do Estado Novo, uma pedagogia do Império, se assim se quiser. Paralelamente, a exposição colonial portuguesa, nas palavras de Luísa Marroni, “*servia como prova irrefutável da ocupação dos domínios ultramarinos [...] junto das restantes potências colonizadoras estrangeiras, e do interesse e esforço do país na exploração dos respectivos recursos e no cuidado para com as populações*” (2013: 65).

Na Exposição Colonial do Porto encontravam-se os vetores que iriam ser estruturantes em acontecimentos futuros: o carácter prioritariamente nacional(ista) dos discursos e das imagens e o papel nuclear do Estado, representado pelo ministro das Colónias, Armindo Monteiro, e pela Agência Geral das Colónias, na pessoa do seu diretor, o tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, que assumiu o cargo de presidente da comissão executiva, e do capitão Henrique Galvão, o diretor técnico da exposição e um dos homens mais conhecedores dos territórios coloniais portugueses.⁵

Os objetivos da exposição, fundamentalmente de ordem interna, foram clarificados pelo decreto-lei que em 28 de agosto de 1933 instituíra formalmente o evento, e que apresentava como finalidades mostrar “*a extensão, intensidade e efeitos da acção colonizadora portuguesa, os recursos e actividades económicas do Império e as possibilidades de estreitamento de relações comerciais entre as várias partes da Nação*”⁶, procurando ainda “*tornar conhecidas e amadas as colónias por uma população que precisa conhecer os elementos materiais da sua grandeza e ganhar a personalidade espiritual, moral e política do seu orgulho e do seu prestígio*” (Sérgio, 1934: 57).

Num texto de divulgação da altura, afirmava-se inclusive:

Portugal. O mais antigo dos actuais países colonizadores, o país que através das suas descobertas deu novos mundos ao Mundo, vai apresentar na sua Exposição Colonial Nacional, não só os resultados brilhantes do seu esforço e actividade modernos, como também métodos coloniais originalíssimos, reorganizados e valorizados por uma Política de ressurgimento nacional que pode constituir um exemplo nas agitadas horas de crise que o mundo atravessa [tendo] imposto a ordem, a arrumação, a disciplina.⁷

Em suma, pretendia-se, com a Exposição, apresentar uma perspetiva abrangente sobre todos os benefícios que a colonização portuguesa havia levado aos territórios de além-mar, por um lado e, por outro, combater a ignorância da população metropolitana em relação aos

exposição de 1893, foi a vez dos nativos de Java, Samoa, Dahomey, Egito e América do Norte e na Inglaterra, em 1899, incluiu-se uma exibição de animais africanos e de 174 nativos de variadas partes da África do Sul (Greenhalgh, 1988).

⁴ A ideia da sua realização no Porto deve-se provavelmente ao volume e importância da emigração e da troca de mercadorias com as colónias (e com o Brasil), que se efetuava através do porto do Douro.

⁵ Com efeito, a trajetória pessoal e política de Galvão, intrinsecamente pautada pela questão colonial, justificou esta escolha: foi governador da província de Huíla, em Angola, em 1929; representante de Portugal no Congresso Colonial de Paris, em 1931; diretor das feiras coloniais de amostras de Luanda e Lourenço Marques, em 1932. Em 1934, foi eleito para a Assembleia Nacional por Angola, ocupando de seguida o cargo de funcionário do Ministério das Colónias, até chegar a inspetor superior da Administração Colonial. Paralelamente, publicou ensaios, crónicas, romances e contos que tinham a África portuguesa como cenário privilegiado, bem como obras de carácter histórico e etnográfico sobre o Império Colonial (como o conjunto de crónicas *Em terra de pretos* e *Crónica d'Angola*, de 1929; o romance *O Velo d'Oiro*, de 1932, o livro de contos *Terras do Feitiço*, de 1934 ou, já dos anos quarenta, *Outras Terras Outras Gentes*). Fundou, com o amigo Carlos Selvagem, o periódico *O Imperial*, foi diretor da revista *Portugal Colonial* e publicou com regularidade em *O Mundo Português*. Como se vê, ao longo da década de trinta, Henrique Galvão monopolizou parte substancial das atenções no que concernia a assuntos coloniais em Portugal.

⁶ *Diário do Governo*. I série, nº 194, decreto-lei nº 22.987 de 28 de Agosto de 1933, art.º 2º, p. 1580.

⁷ Folheto da *Primeira Exposição Colonial Portuguesa / Porto 1934*, 1934.

domínios ultramarinos, procurando educar os portugueses sobre os assuntos coloniais e o projeto imperial da Nação.

A exposição esteve aberta três meses e meio, entre 16 de junho e 30 de setembro, tendo sido visitada por quase um milhão e meio de pessoas, entre as quais 5.000 militares, 85.000 operários e 12.000 estudantes.⁸ Para este sucesso contribuiu de forma decisiva a máquina de propaganda do Estado, com a Agência Geral das Colónias a comandar as operações: fretaram-se 1.300 comboios, 5.000 camionetas e 2.000 camiões, e os sindicatos, unidades militares, liceus, universidades e a própria Igreja organizaram excursões com bilhetes a preços reduzidos. O subsídio governamental, de setecentos mil escudos, era, para a época, uma verba considerável, tendo em conta a saúde financeira precária do país, o que denota a importância atribuída ao evento pelo regime.

O Palácio das Colónias, nome dado para o certame ao Palácio de Cristal, foi transformado por uma fachada temporária, em estilo Art Déco, e dividido em duas partes, a secção oficial, no corpo central do edifício, e a secção empresarial, nas alas do Palácio, apresentando uma mostra industrial com 600 expositores, aí se incluindo produtos portugueses de interesse para o mercado colonial e produtos coloniais passíveis de interesse metropolitano. Enquanto a primeira secção assumiu um carácter mais propagandístico e ideológico, a segunda foi de cariz essencialmente publicitário e económico.

Na secção oficial, um pavilhão dedicado à História constituía o início do percurso do visitante, procurando-se evocar e representar a atividade de descoberta e de colonização dos portugueses desde 1415. A seguir ao passado, o presente, apresentado no segundo pavilhão, que ocupava a nave central do Palácio das Colónias, onde se expunha a obra colonial portuguesa da primeira metade do século XX. Informava-se o público sobre o povoamento nas diferentes colónias, a fundação de vilas e cidades, a ocupação e o cultivo da terra, a instrução e a assistência médica e espiritual, as instituições de crédito, os caminhos de ferro e as estradas, etc. O pavilhão seguinte era dedicado aos diferentes tipos étnicos do Império e à arte indígena, espaços que procuravam dar a conhecer aos portugueses a diversidade racial e cultural do Império.

A estes pavilhões juntavam-se a **representação missionária**, instalada na Capela de Carlos Alberto, um parque zoológico, um teatro e cinema oficiais, a livraria colonial, um salão de conferências e congressos, a assistência médica e provas de produtos coloniais. Para percorrer a exposição, para comodidade dos visitantes, foram criados um comboio turístico e um pequeno teleférico, o Cabo Aéreo, que cedo se tornou uma das atrações do certame.

Foram igualmente construídos monumentos celebrativos de forte conteúdo simbólico, como o Monumento do Esforço Colonial Português e o Monumento aos Mortos da Colonização Portuguesa, lembrando o heroísmo da obra colonial, e construídos edifícios que recordavam a passagem dos portugueses por territórios distantes – na Avenida da Índia (atual Avenida das Tílias), eixo estruturante dos jardins do Palácio, encontrava-se à entrada o Arco

⁸ O sucesso da iniciativa, patente no número de visitantes, terá levado o ministro das Colónias, Armindo Monteiro, a especular publicamente acerca de uma Grande Exposição Internacional, a realizar em 1936, um certame de largos horizontes para a propaganda das possessões coloniais nacionais. Usando a exposição de 1934, de carácter exclusivamente nacional, como modelo, para esta seriam convidados a fazer-se representar os países coloniais, como a Grã-Bretanha, França, Bélgica e Holanda, e países amigos, como o Brasil e a Espanha, aventando-se como local privilegiado a Tapada da Ajuda. Todavia, o projeto nunca se concretizou.

dos Vice-Reis da Índia e, ao fundo, uma réplica do Farol da Guia de Macau, em tamanho natural.

Finalmente, uma intensa programação de eventos acompanhou a exposição ao longo dos seus quase quatro meses, procurando exaltar o espírito colonial nacional: comemoração do aniversário da tomada de Ceuta perante o monumento do Infante D. Henrique, cerimónias de homenagem e exaltação patriótica diante do Monumento ao Esforço Colonial Português, dias específicos para celebrar a obra portuguesa em cada uma das colónias, e um conjunto de congressos – os congressos Militar Colonial, de Agricultura Colonial, de Intercâmbio Comercial das Colónias, da Colonização, do Ensino Colonial e de Antropologia Colonial.

Na secção oficial destacaram-se dois aspetos:

O primeiro ligado à política de Portugal para com os indígenas e a sua singularidade face a outras potências coloniais. Assim, as Missões eram consideradas “*uma das razões principais para a presença de Portugal nas colónias, pois elas faziam parte do conjunto de elementos que constituíam a vocação colonizadora portuguesa*” (Matos, 2012: 193), sendo os missionários vistos como anjos da bondade, produtores de progresso e civilização. A sua obra era retratada através de cinco grupos de manequins que, trajando hábitos de missionários, mostravam a ação portuguesa no ensino e na assistência médica nas colónias.

Mas a secção que atraiu de forma maciça os visitantes foi a da representação etnográfica, tendo-se criado nos terrenos e jardins do Palácio de Cristal um cenário de exotismo, um Império Colonial em miniatura, onde era possível encontrar um conjunto de aldeias e habitações típicas de todas as colónias: foram construídas tabancas e senzalas da Guiné, Angola e Moçambique, uma aldeia de Timor junto ao lago, casas típicas dos nativos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, enquanto os representantes de Goa, Damão, Diu e Macau se movimentavam em ruas orientais. Para animar as construções foram trazidos 324 indivíduos originários dos territórios colonizados para representarem o modo de viver nativo.⁹ Durante o período que durou a exposição, estas pessoas viveram nas aldeias e habitações especialmente construídas, proporcionando um retrato vivo do seu quotidiano, realizando atuações encenadas da sua (suposta) vivência diária, expostas aos olhares curiosos das populações da metrópole que, em muitos casos, contactavam pela primeira vez com as realidades coloniais.

Para Sérgio Lira (2002), estas exposições procuravam, acima de tudo, causar impacto visual nos espectadores, gravando nas suas memórias, dessa forma, as mensagens de teor ideológico-político que se procuravam passar. Foi o que aqui aconteceu, com as formas visuais a sobreporem-se claramente à função informativa e pedagógica de que falava Henrique Galvão, com os percursos expositivos, os dioramas, os cortejos a apresentarem-se, de acordo com António Medeiros, como “*experiências visuais sintéticas de grande efeito psicológico*” (2003: 158), num estilo claramente atualizado deste tipo de discurso de propaganda e doutrinação política.

Desta forma, os nativos trazidos das colónias metamorfosearam-se em apontamentos de exotismo e elementos de consumo. Em 1934, no Porto, o povo – e não a burguesia cosmopolita, como era usual nas exposições internacionais – assumiu-se como o grande

⁹ A vinda destes nativos decorreu de uma missiva enviada em 1933 a todos os governadores das colónias portuguesas pelo respetivo ministro, Armindo Monteiro. Entre eles, o grupo de balantas da Guiné-Bissau foi o mais fotografado pela câmara oficial de Domingos Alvão. Os seus retratos foram dos mais reproduzidos nos populares postais fotográficos que se compravam como *souvenirs*, bem como os que mais atenção mereceram da parte da imprensa (Vicente, 2013).

consumidor destas notas de pitoresco, como descreveu Galvão: “*Vieram com ar de festa, com o mesmo espírito alegre e desenfadado com que vão ao arraial e ao teatro, aos touros e ao football. Diziam alguns: vamos ver os pretos*” (apud Medeiros, 2003: 160).

Esta forma de apresentação dos indígenas das colónias esteve longe de ser consensual na sociedade nacional- No hebdomadário *Diabo*, referindo-se ao espetáculo proporcionado aos visitantes pelos indígenas que aí se encontravam, afirmava-se: “*Está muito bem que os tragam à Metrópole, que é ao contacto com a Vida e com o Mundo que o homem se civiliza. E isso é mérito. Mas não façamos deles – desses homens que têm cérebro e coração como nós – apenas um motivo para público em parque de atracções*”.¹⁰

Pode assim concluir-se que, no Porto, em 1934, se emularam diretamente, embora numa escala mais modesta, as técnicas de encenação de ambientes etnográficos fixadas nos circuitos das grandes exposições desde meados de Oitocentos, usando em particular o modelo da Exposição Colonial de Paris, três anos antes, que funcionou como elemento de inspiração estética e ideológica.

Construiu-se uma narrativa visual sobre a colonização portuguesa, fixando estereótipos identificadores das várias possessões e suas gentes. Esta encenação político-ideológica do passado de Portugal como nação colonial era, portanto, um balanço daquilo que se fizera recentemente e uma ode às possibilidades coloniais do futuro nacional.

3. A Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX

Em 1937, nova exposição colonial, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX. Organizada pela Agência Geral das Colónias, sob a direção do agente geral Júlio Cayola, foi acompanhada pelo Iº Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo, iniciativas levadas a cabo pelo então ministro das Colónias, Francisco Vieira Machado, que assim continuava o processo de redescoberta da grandeza imperial de Portugal iniciado três anos antes.

A exposição foi, muito provavelmente, uma resposta de Salazar aos persistentes rumores político-diplomáticos de alienação de colónias portuguesas, em especial o caso do arrendamento de Angola à Alemanha, constituindo, de acordo com José-Augusto França, uma “*afirmação categórica dos direitos portugueses além-mar e da firmeza de propósitos de os defender perante ambições ou agravos de terceiros*” (2010: 152).

O evento foi considerado de primeira importância, dentro da política colonial do governo, como se pode comprovar pela presença, na inauguração, a 19 de junho, no Palácio das Exposições no Parque Eduardo VII, do chefe de Estado, do presidente do Conselho, de membros do governo e do corpo diplomático, do Cardeal Patriarca de Lisboa e das elites socioculturais.

Constituindo uma exposição que realizou uma retrospectiva histórica geral sobre a colonização portuguesa, conferiu-se particular enfoque à segunda metade do século XIX e às campanhas de ocupação do território. Todavia, não deixava de ser contraditório que a exposição se tivesse focado exatamente num período considerado pela historiografia estadonovista como de abatimento nacional. A questão foi resolvida com uma revisão histórica, acentuando-se o papel heroico de um conjunto de chefes militares, considerados,

¹⁰ “Sete dias na semana”. *O Diabo. Semanário de Crítica Literária e Artística*. Lisboa, nº 2, de 7 de julho de 1934, p. 8.

como afirma Maria Isabel João, “*indivíduos com visão e poder de comando, que souberam interpretar os interesses nacionais e realizar uma obra notável num período de decadência*” (2002: 101).

Sendo um dos objetivos fundamentais do evento mostrar o esforço desenvolvido pelos portugueses para civilizar os nativos, através da ação missionária, bem como pela presença militar portuguesa, tornava-se claro que a intenção de Júlio Cayola não foi a de organizar a mostra como uma leitura sistemática da História mas antes mostrar o processo de uma colonização exemplar, para nela poder inscrever uma ação mais recente, a do Estado Novo, numa conceção em que o passado continuava naturalmente pelo presente dentro.

O público-alvo preferencial desta exposição era muito diferente do de 1934: tratava-se de um público mais intelectual, eventualmente mais comprometido com a ideia imperial. Tal justificou que nesta exposição colonial fossem os documentos (livros, mapas, fotografias) a ter primazia, a par de alguns objetos selecionados, e não, como em 1934, os nativos africanos ou plantas e animais exóticos. A sensação era a de um museu e não tanto a de uma exposição. Decididamente, tratava-se de um outro modelo, com outros objetos expositivos, para outro público, mais erudito e conhecedor.

Pode argumentar-se que esta mudança brusca de paradigma narrativo seria uma tentativa de reduzir os excessos do evento de 1934 em termos de mostra dos nativos, tendo-se então recorrido ao exótico como principal categoria expositiva; procurar-se-ia, pois, contrariar aquilo que era percebido pelo regime como sendo a superficialidade das mensagens então transmitidas, procurando atrair um público que se suponha ideologicamente mais motivado. O recurso a um modelo expositivo sóbrio, documental, parecia ser capaz de atingir estes objetivos.

O Palácio das Exposições encontrava-se dividido em salas e galerias alusivas à história da ocupação e da colonização portuguesas, destacando-se as salas do Drama Militar, da Fé e do Ato Colonial que, no seu conjunto, procuravam fazer passar ao público três mensagens: “*A ideia da grandeza do sacrifício que tinha sido feito para construir o Império, a da bondade da colonização portuguesa e a necessidade de dar continuidade a essa obra ‘civilizadora’, seguindo a orientação política do governo*” (João, 2002: 365).

Uma vez mais, Portugal enfatizava o argumento dos direitos históricos e de ocupação como justificativa e razão de ser da existência do Império, pelo uso de numerosos exemplares de cartografia e manuscritos coevos que documentavam as descobertas marítimas e as várias fases da ocupação portuguesa das colónias. Também em exposição estavam livros antigos, relacionados com a temática dos descobrimentos marítimos e com a missionação em África e no Oriente. A ação militar nas colónias foi ilustrada com a exposição de miniaturas envergando uniformes de várias épocas; havia também manequins de tamanho real ostentando uniformes e armamento diverso.

À pergunta “*Como poderão ser consideradas excepcionais todas estas políticas coloniais?*”, responde a investigadora Filipa Lowndes Vicente afirmando que “*todos os impérios coloniais europeus de oitocentos legitimaram as suas empresas com a afirmação do seu ‘excepcionalismo’ e da sua menor violência em relação às práticas coloniais dos outros*” (2013: s/p). E, com efeito, também esta exposição foi, no seu conjunto, a uma elegia à presença portuguesa nas colónias, encarada como um ato de civilização único: Portugal era um Império por direito histórico e pelo direito conferido pela venerável tarefa de espalhar a civilização e a fé.

4. A Secção Colonial da Exposição do Mundo Português

Em 1940, realizaram-se as comemorações mais importantes e impressionantes do regime salazarista, relativas ao Duplo Centenário que, como indica Fernando Catroga, foram “*pensadas para pôr em cena a apoteose do regime inaugurado em 1926*” (1998: 257).

Num momento da história europeia tão conturbado como foi 1940, as Comemorações Centenárias funcionaram como mecanismo de legitimação externa do regime, apresentando-se como uma forma de reafirmar a antiguidade e grandeza legítima do Império português, face a sinais de cobiça por parte de outros países, permitindo melhor situar Portugal internacionalmente. Internamente, as Comemorações foram expressão de consagração do regime, de criação e reforço de consensos, de salvaguarda da unidade interna.

A Exposição do Mundo Português, momento alto das Comemorações Centenárias de 1940, constituiu-se como o apogeu desta política. Pode assim considerar-se que esta exposição foi importante acima de tudo pelo facto de se ter constituído como um veículo de difusão e legitimação dos valores do Estado Novo. Com ela pretendia-se fazer o balanço da nacionalidade, apoteose e fundamentação histórica e ideológica do regime, que se sentia então plenamente consolidado.

Uma das secções mais visitadas e mais impressionantes da Exposição do Mundo Português foi a Secção Colonial dirigida por Henrique Galvão.¹¹

Com inauguração a 27 de junho, à qual presidiu o ministro das Obras Públicas e Comunicações, a Secção Ultramarina da Exposição do Mundo Português situava-se num plano elevado, na direção oposta ao rio, com o Jardim Colonial a mimetizar a vegetação exuberante das colónias.

Esta secção apresentava-se como um espaço etnográfico que pretendia, de acordo com a crónica de Fernando Pamplona na revista *Ocidente*, “*evocar de maneira impressionante a projecção viva do Portugal de hoje nos continentes e nos mares*” (1940: 180) tendo no extremo oposto da exposição o seu complemento, com a Secção de Etnografia Metropolitana, o Centro Regional de António Ferro.

Para a consecução deste fim, Galvão recorreu a técnicas já suas conhecidas. Assim, em 1940 foi possível ver como os dois modelos distintos de exibição do mito imperial se fundiram num só; como salienta Sánchez-Gomez, a Secção Colonial “*fundiu a exposição colonial marcadamente popular de 1934 e a exposição histórico-documental intelectualizada de 1937*” (2009: 683).

Assim, disseminados pelo espaço do jardim, encontravam-se pavilhões dedicados a cada um dos territórios ultramarinos. Porque o objetivo de Henrique Galvão era também pedagógico, este procurava, nos referidos pavilhões, apresentar as informações sobre cada colónia de forma simples e direta, recorrendo sobretudo a fotografias, dioramas e mapas em relevo, iluminados e ilustrados, com explicações que procuravam sintetizar dados geográficos, sociais, económicos e políticos.

¹¹ Em paralelo a estas exposições realizadas intramuros e dedicadas às colónias portuguesas ou com secções que retratavam o domínio ultramarino de territórios, o Estado Novo investiu fortemente no contexto internacional, com a presença nacional a fazer-se sentir em diversos eventos em que as possessões coloniais europeias eram exibidas, destacando-se em particular as participações na Exposição de Arte Colonial de Nápoles (1934), na IX Feira Internacional de Tripoli (1935) e na Exposição Internacional Colonial de Paris (1931).

*Existiam também um Pavilhão de Caça e Turismo, um Museu de Arte Indígena e um pavilhão relativo à **Arquitetura Colonial**, com maquetes de tipos de casas para as regiões coloniais. Inscritos numa arquitetura colonial, era possível frequentar restaurantes, cervejarias, pavilhões de tabaco, café e chá, de informação, livrarias, etc.*

Os monumentos celebrativos da glória portuguesa no processo colonizador reforçavam a apologia do Império feita nesta secção: o Monumento à Obra Portuguesa de Colonização do Mundo e o Monumento à Expansão Portuguesa no Mundo. Num dos pontos mais altos do terreno, orientado na direção do caminho para a Índia, foi construído um elefante monumental, servindo de miradouro, com uma bela vista para o conjunto da exposição e para o Tejo. O acesso a esta parte da Exposição fazia-se mediante uma imponente avenida, a Avenida da Etnografia Colonial, que ligava imaginariamente as raças portuguesas do Império. A ladear esta Avenida, enormes cabeças representando cada tribo do Império.

Todavia, mais uma vez, tal como em 1934, foram duas as zonas que se destacaram: por um lado, o Pavilhão de Construções e Documentações que funcionou, durante a exposição, como uma missão viva, dirigido por missionários e missionárias, tendo aí sido construída uma igreja. Foi ainda ocupada uma sala para homenagear a memória dos missionários mortos nas colónias ao serviço da apostolização dos indígenas e outra destinada a mostrar a expansão missionária portuguesa no século XX. Foi assim retomado neste pavilhão um tema fortemente presente na Exposição Colonial do Porto.

Por outro lado, as aldeias indígenas, que permitiam visualizar em miniatura a vida do Império: foram construídas três aldeias para os povos bijagóz, fula e mandinga, da Guiné, e edificadas aldeias para os indígenas de Angola e para os muchopes e macondes de Moçambique; foram ainda erigidas casas típicas para os nativos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e uma aldeia para os timorenses. Para retratar as colónias orientais, reproduziram-se ruas repletas de exotismo, seguindo o modelo de 1934: a Rua da Índia e a Rua de Macau. Em todas estas aldeias coloniais, sobressaia a presença dos nativos: macaenses que realizavam trabalhos artesanais em cedro e cânfora ou conduziam passageiros nos típicos riquexós, indianos, timorenses, bijagós, bosquímanes, landins, todos exerciam um impacto notável sobre o público, construindo, de acordo com Omar Thomaz, “um documentário vivo de usos e costumes” do Império, que pretendia “formar os espíritos e informar os indivíduos sobre as coisas coloniais” (1995: 33).

*Mais uma vez, tal como tinha acontecido em 1934, foi o semanário *Diabo* o responsável pelas críticas a esta forma de exibição das colónias:*

Teria sido preferível construir em barro os diferentes tipos das aldeias das nossas colónias, mostrando as casas e os seus habitantes ocupados nas várias indústrias e artes a fazer o que se fez [...], porque seria muito mais humano (não deve ser nada agradável para os nativos estarem a ser fitados pelos curiosos como se fossem espécies dum Zoo). (Lobo, 1940: 6)

O que Henrique Galvão idealizou nesta Secção permitiu, portanto, (re)criar o império colonial nacional, destacando-o face a outras potências coloniais europeias, quer na sua história, centenária, quer nos seus métodos, legitimando a continuidade da presença portuguesa em terras ultramarinas.

Considerações finais

Que conclusões se podem tirar destas lições coloniais patrocinadas pelo regime salazarista?

Primeiramente, a noção de que as três exposições analisadas constituíram performances, no sentido em que procuraram transmitir e materializar ideias relativas à Nação, ao império colonial e aos seus habitantes. Foram momentos, como claramente defende Patrícia Ferraz de Matos (2012), de um processo de objetificação dos valores nacionais, sendo um dos vetores da nacionalidade precisamente a ideia imperial.

Em 1934, a Exposição Colonial do Porto foi emblemática de uma nova fase do colonialismo português – mais centrado em África, interessado na emigração de portugueses para territórios africanos. A enorme extensão do espaço imperial nacional precisava de quem o ocupasse e trabalhasse, “*para que Portugal pudesse voltar a ser aquilo que já tinha sido*” (Vicente, 2013: s/p). Desta forma, o evento serviu igualmente com um objetivo de carácter mais prático, procurando conduzir a uma alteração no destino emigratório dos portugueses, do Brasil para as colónias africanas, no sentido de se criar um fluxo importante de emigrantes nacionais, que dariam maior peso e consistência às comunidades brancas locais, reforçando a presença portuguesa e a política económica adotada para as colónias pelo Estado.

No plano simbólico e ideológico, a mostra de 1934 e a Secção Ultramarina da Exposição do Mundo Português, possivelmente por terem sido dirigidas pelo mesmo homem, Henrique Galvão, tiveram como objetivo fundamental instilar o orgulho de um Império Colonial na mente dos portugueses, procurando para tal despertar a curiosidade do português médio para a vivência nativa das colónias, pelo que, em ambas as mostras, foram as populações indígenas das possessões ultramarinas a gerar atração por parte do público visitante, pela exibição de homens e mulheres considerados exóticos, primitivos, com hábitos estranhos. Assim, a apresentação material de um mundo português do qual as colónias eram parte integrante e inalienável conduzia os visitantes a saírem com a sensação de pertencerem a um universo nacional que excedia em muito o pequeno e provinciano Portugal metropolitano.

Por sua vez, em 1937, com a Exposição Histórica da Ocupação, enfatiza-se, no discurso expositivo, as ‘campanhas de pacificação’ em África, militares, obviamente, de eliminação da resistência africana à ocupação portuguesa. Neste sentido, a exposição de 1937 foi essencialmente documental, como se viu, dirigida a um público mais restrito e selecionado, mais motivado para a conceção de uma Nação Imperial, funcionando como um veículo para mostrar a justeza das reivindicações nacionais sobre as colónias, sustentadas na história, e o papel de Portugal em prol do engrandecimento da Europa e da civilização ocidental. Foi, portanto, um evento direcionado essencialmente para a afirmação externa, mais do que interna, da ideia colonialista.

Estas diversas exposições das possessões coloniais nacionais, quer a de 1934, quer a de 1937 e, obviamente, a de 1940, tiveram ainda um outro objetivo: pretendiam lembrar que o Império português era singular, relativamente às outras nações coloniais, e que “*Portugal era único no mundo – um país no qual os indivíduos nascidos em territórios sob o seu domínio tinham os mesmos direitos que os nascidos na metrópole e os de ‘raça’ branca*” (Matos, 2012: 183). A colonização nacional teria, assim, um especial sentido missionário, um espírito cristão e uma forma democrática de se relacionar com as populações nativas, assunções confirmadas pela história centenária da colonização portuguesa.

O passado, mas também o presente do Portugal Imperial, era o que estas exposições evocavam de variadas formas, para aqueles que sabiam ler e para a maioria que só sabia ver. É que a ideologia das exposições deve ser analisada centrada também nos espaços de uma cultura visual.

Referências

Benedict, Burton (1991), “International Exhibitions and National Identity”, *Anthropology Today*, 7 (3), 5-9.

Castelo-Branco, Salwa El-Shawan; Branco, Jorge de Freitas (org.) (2003), *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editores.

Catroga, Fernando (1998), “Ritualizações da História” in Luís Reis Torgal; José Amado Mendes; Fernando Catroga (org.), *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, vol. II. Lisboa: Temas Debates, 221-361.

França, José-Augusto (2010), *O Ano X. Lisboa 1936*. Lisboa: Editorial Presença.

Greenhalgh, Paul (1988), *Ephemeral Vistas: The Expositions Universelles, Great Exhibitions and World's Fairs, 1851-1939*. Manchester: Manchester University Press.

João, Maria Isabel (2002), *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Lira, Sérgio (2002), *Museums and Temporary Exhibitions as means of propaganda: the Portuguese case during the Estado Novo*. Tese de Doutoramento apresentada ao Department of Museum Studies of Leicester University.

Lobo, J.H. (1940), “A Metrópole e as Colónias na Exposição de Belém”, *O Diabo. Semanário de Crítica Literária e Artística*, 324, 6.

Marroni, Luísa (2013), “Portugal não é um país pequeno. A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934”, *História - Revista da FLUP*, 3, 59- 78.

Matos, Patrícia Ferraz de (2012), *As Côres do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS.

Medeiros, António (2003), “Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934) – representação iconográfica e cultura popular moderna” in Salwa El-Shawan Castelo-Branco; Jorge de Freitas Branco, (org.), *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editores, 155-168.

Pamplona, Fernando (1940), “Uma obra de arte: a Exposição do Mundo Português”, *Ocidente: Revista Portuguesa de Cultura*, 31, 180.

Rosas, Fernando (1995), “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”, *Revista de História das Ideias*, 17, 19-32.

Sánchez -Gómez, Luís Ángel (2009), “Imperial faith and catholic missions in the grand exhibitions of the Estado Novo”, *Análise Social*, XLIV: 671 -692.

Sérgio, Octávio (1934), “A Exposição Colonial do Porto. Ouvindo Henrique Galvão, seu director técnico”, *Civilização, Grande Magazine Mensal*, 66, 57.

(1934), “Sete dias na semana”, *O Diabo. Semanário de Crítica Literária e Artística*, 2, 8.

Thomaz, Omar Ribeiro (1995), “Viagens e Exposições: o Mundo Português de Henrique Galvão”, Comunicação apresentada no *XIX Encontro Anual da ANPOCS*. Consultada em 06 de outubro de 2014, disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7705&Itemid=362.

Torgal, Luís Reis; Mendes, José Amado; Catroga, Fernando (1998), *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, vol. II. Lisboa: Temas Debates.

Vicente, Filipa Lowndes (2013), “Rosita e o império como objeto de desejo”, *Jornal Público*, de 25 de agosto. Consultado a 15.9.2014, em <http://www.buala.org/pt/corpo/rosita-e-o-imperio-como-objecto-de-desejo>.

A Descolonização de Angola nos Jornais da Esquerda Portuguesa (de 25 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975)¹

Cristina Portella,² Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA)

Maria Melícias,³ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Verónica Leite de Castro,⁴ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
vkamug@gmail.com

Resumo: A descolonização de Angola suscitou diferentes posicionamentos entre a esquerda portuguesa, no período que vai do 25 de Abril de 1974 ao 11 de Novembro de 1975, data em que aquela ex- colónia africana se tornou independente. Nas páginas dos seus jornais oficiais – *Avante* (PCP), *Portugal Socialista* (PS), *Esquerda Socialista e Poder Popular* (MES), *Voz do Povo* (UDP), *Luta Popular* (MRPP), *Luta Proletária* (LCI) e *Combate Socialista* (PRT) –, os partidos de esquerda foram unânimes em defender a independência de Angola, mas polemizaram sobre a forma e o ritmo da sua concretização. Temas como o envio de novas tropas portuguesas para Angola; o posicionamento perante o conflito armado entre os três movimentos de libertação – MPLA, FNLA e UNITA; e a defesa do cumprimento do Acordo de Alvor dividiram a esquerda, temas que este texto problematiza, tendo em atenção as condicionantes ideológicas e políticas que os motivaram, tendo em atenção a evolução dos principais acontecimentos ocorridos em Angola e Portugal.

Palavras-chave: Angola, descolonização, imprensa, esquerda portuguesa.

¹ Texto referente à comunicação apresentada no painel “Comunicação e medias: práticas, processos e experiências de colonialismo e descolonização”, no *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

Texto editado pelos organizadores do volume.

² Mestre em História, na área de especialização em História de África, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e investigadora do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA).

³ Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP. Frequentou o curso de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (1985-1986), na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o curso de Mestrado em História de África (2001-2003), na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁴ Licenciada em Estudos Africanos e mestranda em História de África na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Interessa-se pela História Cultural, pelo estudo da Cultura Material, nomeadamente da atividade têxtil das sociedades antigas do Loango e do Kongo.

Introdução

O destino das colónias em África no pós 25 de Abril foi um tema central na agenda política de Portugal entre 1974 e 1975. Também o foi para a esquerda portuguesa, defensora de longa data da independência de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. O foco das atenções será Angola, devido ao grande número de colonos portugueses ali residentes e ao elevado nível de conflitualidade provocado pela existência de três movimentos de libertação que, já durante a guerra contra o jugo colonial português, combateram entre si.

Diversos acordos para o futuro de Angola foram estabelecidos nas mesas de negociações, formais ou informais, realizadas em África e na Europa, e nos encontros secretos de intervenientes oficiais para, às vezes de forma rápida, revelarem-se irrealizáveis (Santos, 1975; Coutinho, 1984; Correia, 1991). Do acordo mais importante, assinado em Alvor a 15 de janeiro de 1975, manteve-se apenas a data da independência, a 11 de novembro do mesmo ano, comemorada em separado pelos três movimentos de libertação: em Luanda pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); no Ambriz pela Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); e em Nova Lisboa (atual Huambo) pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

A esquerda portuguesa manifestou-se de forma unânime nas páginas dos seus jornais em defesa do direito das colónias à independência, mas polemizou em quase todos os aspetos que envolveram esse objetivo. Divergiu em temas como a manutenção de tropas portuguesas no terreno, o tempo requerido para a entrega do poder aos movimentos de libertação, o Acordo de Alvor, a participação no conflito armado instalado em Luanda a partir de março de 1975 e o reconhecimento da República Popular de Angola sob a égide do MPLA.

Conicionados pela participação dos seus partidos nos governos provisórios – caso do *Avante!*, do Partido Comunista Português (PCP), e do *Portugal Socialista*, do Partido Socialista (PS) – ou motivados por questões ideológicas – caso de todos eles –, esses jornais apresentaram análises e propostas para a resolução de um dos problemas mais complicados que a jovem democracia portuguesa teve de enfrentar, a descolonização⁵ de Angola.

Debruçamo-nos de forma exaustiva sobre títulos, representativos do que pensava a esquerda sobre o tema em questão no período proposto. Além dos já mencionados *Avante!* e *Portugal Socialista*, percorremos as páginas do *Esquerda Socialista* e *Poder Popular*, ambos do Movimento de Esquerda Socialista (MES); do *Voz do Povo*, da União Democrática Popular (UDP); do *Luta Popular*, do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP); do *Luta Proletária*, da Liga Comunista Internacionalista (LCI); e do *Combate Socialista*, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).⁶

Nas suas páginas expressaram-se, com maior ou menor intensidade e fidedignidade, as políticas travadas pelos protagonistas da descolonização, mas também o drama vivido pelos

⁵ Utilizaremos a palavra descolonização para nomear o processo que resultou na independência oficial das ex-colónias portuguesas, iniciado após o 25 de Abril e concluído a 11 de Novembro de 1975, no caso de Angola, com a retirada dos representantes do estado português do novo Estado independente.

⁶ Estes títulos, como se sabe, não esgotam a totalidade de jornais da esquerda portuguesa existentes no período abordado, mas constituem uma mostra significativa.

angolanos, e soldados e colonos portugueses em busca de uma solução satisfatória para as suas vidas. Vejamos resumidamente o que esses jornais deixaram para a história.

“Avante” mas de forma cautelosa

O jornal do Partido Comunista Português (PCP) saiu da clandestinidade imposta pela ditadura do Estado Novo, após mais de 43 anos, no dia 17 de maio de 1974.

O primeiro Governo Provisório havia tomado posse na véspera e dele faziam parte dois militantes do PCP, Álvaro Cunhal secretário-geral do partido, como ministro sem pasta, e Avelino Gonçalves, até então presidente do Sindicato dos Bancários do Porto, como ministro do Trabalho. Na primeira página dessa edição, a questão colonial já é mencionada. No editorial reconhece-se que o papel do primeiro Governo Provisório é limitado e que a sua missão especial é “*liquidar as estruturas fascistas do Estado, democratizar a vida política, pôr fim à guerra colonial e preparar e realizar eleições livres para a Assembleia Constituinte*”.⁷

Uma semana depois, o editorial aponta o colonialismo e a guerra colonial como alguns dos problemas nacionais mais agudos e reivindica o programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) como capaz de fornecer uma base para a solução política do problema colonial.⁸ O programa do MFA limitava-se a reconhecer que a solução das guerras no ultramar era política e não militar e comprometia-se a abrir um debate nacional sobre o problema de forma a obter a paz, não se pronunciando nem pela independência das colônias nem pelo cessar fogo imediato (Rezola, 2006). Isto era então o consenso possível sobre o tema nas Forças Armadas.

Nesse mesmo editorial, *o Avante!* vai mais longe e afirma que defende e sempre defendeu o fim imediato da guerra colonial e a abertura de negociações com os representantes legítimos dos povos da Guiné, Angola e Moçambique – PAIGC, MPLA e FRELIMO – com vista à autodeterminação e à independência. Duas semanas depois, a 7 de junho, *o Avante!* pede prudência nas negociações sobre as colônias, pois a forma como fossem conduzidas poderia enfraquecer a aliança de forças antifascistas.⁹ O PCP critica uma certa “*propaganda esquerdista e irresponsável*” que só prejudica a busca conjunta de uma solução para a questão colonial.¹⁰

Entre os ‘aliados antifascistas’ estava o próprio presidente da República, o general António de Spínola, defensor de uma solução federativa para as colônias africanas aliada a uma consulta referendária de contornos não muito claros (Spínola, 1974), mas que, com toda a certeza, postergaria a independência para data incerta. Quanto à crítica à “*propaganda esquerdista e irresponsável*”, muito provavelmente tinha como destino o partido que se tornaria um contendor do PCP, o MRPP, cuja política tinha como eixo as palavras de ordem de “*Nem mais um embarque*” e “*Retorno dos soldados*”.¹¹

Durante o primeiro Governo Provisório, o PCP mantém uma atitude cautelosa em relação ao problema colonial. Essa posição começa a mudar pouco antes do Governo Provisório cair,

⁷ *Avante!*, nº1, de 17 de Maio de 1974, p.1.

⁸ “Editorial”, *ibidem*, nº 2, de 24 de Maio de 1974, p. 1.

⁹ “Negociações para pôr fim à guerra”, *ibidem*, nº 4, 07-06-1974, p.4.

¹⁰ “Caminho difícil, mas imperioso”, *ibidem*, nº 4, p.1.

¹¹ “Nem mais um embarque”, *Luta Popular* nº 18, de 30 de Maio de 1974, p.1.

quando o *Avante!* passa a defender abertamente que não é possível pôr fim à guerra e encontrar uma solução política do problema colonial sem que o direito à autodeterminação e à independência seja efetivamente reconhecido e esteja presente no decurso das negociações.¹² O PCP admite que há divergências na coligação governamental e refere, pela primeira vez e discretamente, que continuam a morrer soldados portugueses nas colónias.¹³

De África para a Europa

No *Portugal Socialista*, em junho de 1974, o Partido Socialista (PS) deixa clara a sua estratégia face à descolonização: uma realocização privilegiada no seio das ex-colónias portuguesas em África, pois “a vitória total da descolonização pode garantir a Portugal uma posição chave no seio de um espaço euro-africano que se queira progressivamente independente dos blocos que dominam a política mundial”; e uma viragem para a Comunidade Económica Europeia (CEE), de quem se espera “garantias de auxílio económico e financeiro, e a descolonização constituiria um trunfo”.¹⁴

Para defender essa nova política externa de Portugal, o PS esteve representado no primeiro Governo Provisório com três ministérios: Mário Soares, nos Negócios Estrangeiros; Salgado Zenha, na Justiça; e Raul Rêgo, na Comunicação Social. Talvez mais à vontade do que os seus colegas comunistas – pois o PCP era o primeiro partido pró-soviético a integrar o governo de um país membro da NATO¹⁵ –, os socialistas demonstram-se críticos em relação aos programas do MFA e do Governo Provisório, qualificados de “muito aquém dos objetivos visados no programa do PS”.¹⁶ Um programa do qual constariam a “descolonização completa e integral” e os princípios da autodeterminação dos povos e do direito inalienável à independência, como único meio de pôr termo à guerra.

Já na edição anterior, o jornal destacara que a resolução do problema colonial passaria por negociações com os movimentos nacionalistas e pela aceitação do princípio da autodeterminação e da independência com salvaguarda dos interesses legítimos das populações de origem europeia a viver nas colónias.

Pouco antes da queda do primeiro Governo Provisório, provocada pela demissão do primeiro-ministro Palma Carlos, a 9 de julho de 1974, o *Portugal Socialista* deixa claro que a

[...] não concretização deste objetivo descolonizador – que tem forçosamente de passar pelo reconhecimento do direito à independência – e que o Partido Socialista defende intransigentemente, pode abrir a possibilidade de um retrocesso na situação política alcançada.¹⁷

Spínola ouviu o recado, vindo de vários quadrantes políticos, e, no dia 27 de julho, reconhece o direito das colónias à independência, iniciativa saudada por Álvaro Cunhal, em discurso pronunciado em Évora e reproduzido pelo *Avante!*, como uma “declaração histórica

¹² “É preciso dar novos passos no caminho da paz”, *Avante!* n° 8, de 5 de Maio de 1974, p.3.

¹³ Em abril de 1974, morreram 22 soldados portugueses em Angola *apud* Marques, 2013: 49.

¹⁴ “Descolonização em África e apoio internacional – devem ser objetivos prioritários da nova política externa”, *Portugal Socialista* n° 6, de 8 de Junho de 1974, p. 1-2.

¹⁵ Sobre os constrangimentos aos planos de integrar Portugal à CEE provocados pela presença comunista no governo veja-se Castro, 2002.

¹⁶ *Op. cit.*, *Portugal Socialista*, n° 6.

¹⁷ *Portugal Socialista*, n° 7, de 13 de Julho de 1974, p. 7.

e de um momento histórico que, (podemos estar certos) será lembrado através de séculos”.¹⁸ Cunhal concluía o fim da guerra colonial. Para demonstrar o seu apoio ao presidente da República, ao MFA e ao governo, o PCP, o PS e o Partido Popular Democrático (PPD) convocam a população a comparecer em frente do Palácio de Belém.

A esquerda maoísta

Conclusão oposta sobre a declaração de Spínola manifestou o *Voz do Povo*. Para o jornal dirigido por Pulido Valente e defensor das ideias de Mao Tse Tung, não fora nesse dia que os povos de Angola, Moçambique e Guiné conquistaram o direito à independência, mas de armas nas mãos, lutando pela expulsão do opressor.¹⁹ Mas ainda seria cedo – prosseguia o editorial – para considerar concluída esta luta, porque o exército não fora retirado e ninguém sabia quando iria sê-lo; nem se dizia para quando seria a independência. Por isso, e ao contrário de Cunhal que em Évora assegurara ao povo que poderia aguardar com confiança o fim da guerra e o regresso dos seus filhos, o *Voz do Povo* apelava para que a vigilância e a luta popular não esmorecessem.

O editorial avaliava que o colonialismo português não fora enterrado com a declaração presidencial de 27 de julho, mas que procurava novas posições defensivas, encurralado como estava pelas grandes vitórias dos movimentos de libertação.

Foi esse, de resto, o significado profundo da remodelação governamental que sucedeu à crise de meados de julho. A ala retardatária da burguesia que ainda tinha ilusões em poder sustentar as posições coloniais duras teve de ceder o lugar à corrente inovadora, disposta a jogar numa política mais hábil, que aparenta ceder às exigências de independência, para salvar o que for possível dos interesses coloniais.²⁰

O *Voz do Povo* não se limitava a descrever e analisar o que se passava na metrópole, pelo contrário, o seu correspondente em Angola enviava artigos com bastante regularidade. A violenta realidade vivida pela população de Luanda em julho daquele ano, por exemplo, foi descrita em pormenor: “*Massacres de Luanda: um crime contra o povo angolano*”²¹, “*O que se passa nos musseques?*”²², “*SACMA: os inimigos do povo não têm cor*”²³, são alguns dos títulos do jornal da esquerda portuguesa que mais refletiu o dia a dia de Angola, nos musseques e nas fábricas.

O *Luta Popular*, outro periódico maoísta com bastante expressão naquela época, também relatou o conflito entre colonos brancos e africanos em Luanda, responsabilizando a Junta de Salvação Nacional (JSN), o Governo Provisório e os partidos burgueses da coligação governamental pelo sucedido.²⁴ Desde junho que o seu diretor-interino, Saldanha Sanches, se encontrava preso, por decreto do “*ministro Cunhal*” para impedir a continuidade da campanha contra o embarque de soldados para as colónias.²⁵ Uma campanha que obtinha bastante

¹⁸ “Decisão histórica que marca o caminho irreversível para o fim da guerra colonial. Discurso de Álvaro Cunhal em Évora”, *Avante!*, de 29 de Julho de 1974, p.1.

¹⁹ “Apoiemos até ao fim a luta de libertação nacional dos povos das colónias”, *Voz do Povo*, nº1, de 6 de Agosto de 1974, p.1-2.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*.

²² *Voz do Povo*, nº 5, de 3 de Setembro de 1974.

²³ *Voz do Povo*, nº 28, de 11 de Fevereiro de 1975.

²⁴ “Os massacres de Luanda”, *Luta Popular*, nº 25, de 18 de Julho de 1974, p.1.

²⁵ “Editorial”, *Luta Popular*, nº 20, de 13 de Junho de 1974, p. 1.

sucesso: no dia 4 de maio, militantes do MRPP haviam conseguido impedir, pela primeira vez, o embarque de tropas;²⁶ e, no dia 29 de junho, milhares de familiares de soldados, em sua maioria mães, noivas e irmãs, manifestaram-se a favor do seu regresso.²⁷

O 28 de Setembro

O primeiro exemplar do *Esquerda Socialista* saiu em outubro de 1974. Neste número, o MES refere que o “*processo de descolonização de Angola vinha assumindo nos últimos tempos da presidência de Spínola*” aspetos que faziam dele um processo de ‘neocolonização’. O projeto de Spínola, aprovado a 9 de agosto pela JSN, previa um cessar fogo imediato, formação de um Governo Provisório integrado pelos movimentos de libertação e os ‘agrupamentos étnicos mais expressivos de Angola’, entre os quais estavam incluídos partidos formados pelos colonos portugueses após o 25 de Abril, a realização de eleições e a promulgação de uma Constituição, tudo isso num período de dois anos (Marques, 2013:53). Para o MES, não passava de um plano constitucional para “*tentar dar à minoria exploradora possibilidades de sobrevivência*”.²⁸

O ‘28 de Setembro’, a tentativa de golpe atribuída a Spínola e a forças de direita popularizada como ‘maioria silenciosa’, fora um primeiro ensaio para reinstaurar de novo em Portugal um regime autoritário, possível devido à forma como o programa do MFA estava a ser aplicado, ao tratamento benevolente dado aos reacionários, aos “pides” e aos colonialistas e à forma como se deixara o caminho livre aos capitalistas. Esta era a análise do diretor do *Esquerda Socialista*, Augusto Mateus.²⁹ A mobilização popular, organizada pelos partidos de esquerda, sindicatos e ala esquerda do MFA, derrotara a ‘maioria silenciosa’ e provocara o afastamento de três generais da JSN, a renúncia do general António de Spínola e a derrota da ala direita do MFA. Instaurou-se um equilíbrio de forças mais progressista, favorável à adoção de medidas antimonopolistas e à criação de condições para que os trabalhadores pudessem tomar em suas próprias mãos o seu futuro.³⁰

O *Avante!* - e a esquerda em geral – relacionou o ‘28 de setembro’ à descolonização. O alvo do golpe planeado por Spínola seria o MFA, o governo provisório, a democratização e a descolonização.³¹ Um dos objetivos seria criar uma situação caótica em Angola, como a provocada pelos conflitos racistas de junho e julho daquele ano.³²

Os prós e os contras do Acordo de Alvor

Sem o entrave spinolista, o terceiro Governo Provisório podia negociar com os movimentos de libertação um outro projeto de descolonização para Angola. A FNLA e o MPLA haviam rejeitado o plano de Spínola e da Junta de Salvação Nacional e, em consequência, não

²⁶ Veja-se Centro de Documentação 25 de Abril, “Cronologia Pulsar da Revolução”. Disponível em <http://www.I.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarMaio74>, consultada a 1 de Julho de 2014.

²⁷ “Editorial”, *Luta Popular*, nº 23, de 4 de Julho de 1974, p. 1.

²⁸ “Angola: sempre o neo-colonialismo”, *Esquerda Socialista*, nº 1, de 16 de Outubro de 1974, p. 4.

²⁹ “Um debate em três entrevistas”, *Esquerda Socialista*, nº 2, de 25 de Outubro de 1974, p. 7.

³⁰ *Ibidem*, p. 5.

³¹ “Não à manifestação contra-revolucionária”, *Avante!*, nº 20, de 27 de Setembro de 1974, p. 1.

³² “Descolonização integral”, *Avante!*, nº 24, de 18 de Outubro de 1974, p. 1.

aceitaram estabelecer o cessar fogo, ao contrário da UNITA que já o fizera em junho (Soares, 1976: 37-38; Heimer, 1980: 58). Exigiam exclusividade nas negociações com as autoridades portuguesas para os movimentos que travavam a luta armada contra o colonizador, o que deixaria de fora todos os partidos de colonos, e um prazo inferior a dois anos para a independência. Como a nova proposta apresentada pelo MFA aceitava essas duas exigências, FNLA e MPLA assinaram o cessar fogo em outubro, dando-se início às negociações (Heimer, 1980:64-65).

No dia 15 de janeiro é assinado o Acordo de Alvor, estabelecendo um governo de transição composto pelos três movimentos e o governo português a vigorar até 11 de novembro de 1975, quando seria proclamada a independência do novo país. Pelo acordo, os três movimentos comprometiam-se a não recorrer à violência, a “*respeitar os bens e os interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola*” e a reconhecer como nacionais todos os cidadãos nascidos em Angola ou que, lá vivendo, requeressem a nacionalidade.³³

O Acordo de Alvor não mereceu o apoio incondicional da esquerda portuguesa. O MES reagiu com frieza: seria um passo importante, mas modesto na caminhada para a independência real de Angola; considera positiva a presença de tropas portuguesas no terreno até à independência, mas pondera que as contradições se vão agudizar, através da política ou mesmo das armas.³⁴

A reação do PCP, expressa no *Avante!*, também é desconfiada. Apesar de classificar o acordo como “*um passo decisivo para a independência de Angola*”, salienta as divergências ideológicas que separam os três movimentos e refere que seria erróneo pensar que todas as principais dificuldades do futuro Estado ficarão vencidas.³⁵

A avaliação do MRPP parece ser mais otimista. Considera o acordo como o resultado do “*beco sem saída a que chegou o colonialismo português, acossado pela luta de libertação nacional angolana e pela luta do povo português*”. Para o MRPP, “*as conversações impostas ao inimigo são sempre uma vitória, [...] significam o começo do fim do poder colonialista*” e permitem continuar a “*luta armada pela independência nacional*”.³⁶

Igualmente positiva é a opinião do *Voz do Povo*, para o qual “*a assinatura do acordo representa um marco no fim do sistema colonial português em Angola*”.³⁷

O *Portugal Socialista* é o mais entusiasmado, dedicando uma primeira página ao Acordo de Alvor. “*Vitória do povo angolano. Vitória da paz*” é a chamada de capa, ilustrada por uma fotografia reunindo os dirigentes dos três movimentos de libertação - Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA) e Jonas Savimbi (UNITA) – e o presidente da República de Portugal, Francisco da Costa Gomes. No interior do jornal, afirmava-se:

O acordo assinado a 15 de janeiro, na Penina, constitui, no plano da descolonização, a vitória definitiva do 25 de Abril. Exprime a convergência da revolução pacífica realizada pelo MFA e da revolução violenta pela qual durante anos lutaram os três movimentos de libertação em Angola.³⁸

³³ Veja-se Centro de Documentação 25 de Abril, “O Acordo do Alvor”. Disponível em <http://www.I.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>, consultada a 5 de julho de 2014.

³⁴ “Angola – uma nova fase de luta”, *Esquerda Socialista*, nº 13, de 21 de janeiro de 1975, p. 3.

³⁵ “A cimeira do Algarve”, *Avante!*, nº 37, de 16 de janeiro de 1975, p. 9.

³⁶ “Os Acordos da Penina: uma importante vitória da luta de libertação nacional do povo angolano”, *Luta Popular*, nº 43, de 24 de janeiro de 1975, p. 11.

³⁷ “Angola a caminho da independência”, *Voz do Povo*, nº 25, de 25 de fevereiro de 1974, p. 10.

Os jornais de orientação trotskista demonstraram-se críticos ao acordo. “*Muitos suspiraram aliviados e gritaram aos quatro ventos que tinha acabado a última das guerras coloniais. Mas haverá motivo para tantas certezas?*”, questionava o *Combate Socialista*. E prosseguia:

Os nacionalistas angolanos não se bateram durante anos e anos para conseguir um governo de transição semi-português em Angola. Não lutaram para que o Exército colonial português permanecesse em Angola, a defender os mesmos interesses capitalistas que sempre defendeu. Os nacionalistas e trabalhadores angolanos lutaram e lutam por uma vitória completa e não podem trocá-la pelo Acordo da Penina.³⁹

O *Luta Proletária*, poucos dias depois da tomada de posse do Governo de Transição de Angola, a 31 de janeiro, prevê uma guerra civil.⁴⁰

De que lado ficar nos confrontos de Luanda?

A “*guerra de Luanda*”⁴¹ explodiu como uma bomba entre a esquerda portuguesa. Mesmo sendo prevista, o grau de violência envolvido parece ter surpreendido a todos. A maioria, alinhou-se ao MPLA, outros remeteram-se ao silêncio.

O *Avante!* não tem dúvidas em atribuir a responsabilidade pela guerra à FNLA e ao imperialismo, com o objetivo de dividir o povo angolano e inviabilizar o Governo de Transição. O PCP, em abril, ainda parece apoiar o Acordo de Alvor, contudo considera que “*um MPLA cada vez mais forte, cada vez mais implantado entre as massas é a melhor garantia de uma Angola progressista, revolucionária, realmente independente*”.⁴² Na edição seguinte, apela à intervenção das Forças Armadas portuguesas para lutar ao lado do MPLA. “*É preciso sabermos dizer não a um segundo Vietname em Angola*”, conclui o artigo.⁴³

Solidários com o MPLA também se manifestam o MES, a LCI, a Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR) e a Frente Socialista Popular (FSP) num comunicado conjunto divulgado pelo *Esquerda Socialista*. Neste, é condenada a atitude de neutralidade das autoridades portuguesas e apresentadas uma série de propostas, como a prisão e envio para Portugal de todos os elementos da PIDE/DGS⁴⁴ em Angola, controlo efetivo pelas Forças Armadas portuguesas dos transportes e comunicações impedindo a sua utilização por parte da FNLA, desarmamento e prisão dos elementos da FNLA que participem em ataques armados, não reconhecimento da UNITA e da FNLA como movimentos de libertação.⁴⁵

Um novo comunicado da esquerda, desta vez incorporando o PCP e o Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), é publicado numa edição de junho do *Esquerda Socialista*, a denunciar os mercenários de Holden Roberto, apoiados pelo presidente do Zaire, *Mobutu Sese Seko*, e pelos Estados Unidos, e UNITA.⁴⁶

³⁸ *Portugal Socialista*, nº 23, de 16 de janeiro de 1975, p. 16.

³⁹ “Angola: o comprido braço do neocolonialismo”, *Combate Socialista*, nº 3, 23-01-1975, p. 5.

⁴⁰ “Revolução por etapas... e apoio a Mobutu e à FNLA”, *Luta Proletária*, nº8, 05-02-1975, p. 6.

⁴¹ Conflito armado entre MPLA e FNLA, em Luanda, entre março e agosto de 1975.

⁴² “A reação conspira contra a descolonização”, *Avante!*, nº 51, de 3 de abril de 1975, p. 11.

⁴³ “A reação não passará em Angola!”, *Avante!*, nº 52, de 10 de abril de 1975, p.1.

⁴⁴ Polícia política portuguesa do período colonial-fascista.

⁴⁵ “Angola – unidade revolucionária contra o neocolonialismo”, *Esquerda Socialista*, nº 29, de 14 de Maio de 1975, p. 1.

⁴⁶ “Única posição revolucionária: apoio militante ao MPLA”, *Esquerda Socialista*, nº 32, de 4 de junho de 1975, p.3.

Em 30 de julho, o *Poder Popular*, o jornal que substituiu o *Esquerda Socialista*, critica a China por, supostamente, apoiar a FNLA, ligada ao imperialismo, trocando, desta forma, o internacionalismo proletário pelo oportunismo.⁴⁷

Os jornais trotskistas também apoiam o MPLA. Segundo o *Combate Socialista* o exército colonial teria um papel positivo se se retirasse e entregasse ao “MPLA e aos organismos representativos do povo angolano (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos e Comissões de Poder Popular) todo o armamento” que possuía.⁴⁸ O *Luta Proletária* as organizações maoistas portuguesas por não participarem nas manifestações contra os massacres praticados pela FNLA em Luanda, atribuindo essa atitude à desorientação política provocada pelo apoio da China a essas organizações portuguesas.⁴⁹

De facto, parece ter havido uma grande perplexidade entre os militantes da UDP. A partir de março, quando começam os confrontos em Luanda, o *Voz do Povo*, um dos que mais publicavam artigos sobre Angola, deixou de fazê-lo. O silêncio durou nove edições, para ser quebrado mais tarde ao defender o cumprimento integral do Acordo de Alvor e argumentar que “qualquer intervenção da UDP sobre a política interna de Angola não seria senão uma ingerência nos assuntos que só ao povo de Angola dizem respeito”.⁵⁰

O *Luta Popular* é categórico: a guerra civil em Angola é uma consequência da luta entre o imperialismo americano e o russo. Por isso, critica o primeiro-ministro português, Vasco Gonçalves, por querer colocar os soldados portugueses ao serviço do ‘social-imperialismo’, isto é, do MPLA e dos seus aliados de Moscovo. O MRPP considera que não se deve intervir nos negócios internos de Angola e defende a retirada do exército português.⁵¹

A primeira referência ao conflito de Angola nas páginas do *Portugal Socialista* surge em abril, num artigo assinado pelo Secretariado Nacional da Juventude Socialista. A Juventude Socialista segue com atenção os incidentes provocados em Angola pelo imperialismo e pelo sub-imperialismo zairense. Os jovens socialistas saúdam os camaradas da Juventude do MPLA e manifestam-lhes toda a sua solidariedade perante os ataques de que têm sido vítimas por parte das forças reacionárias.⁵²

Mais tarde, o PS reconhece a “dificuldade imensa da aplicabilidade do acordo firmado no Algarve” e insinua a responsabilidade “das forças de pressão internacionais que se afadigam em derredor de Angola”.⁵³

Angola independente

A 11 de novembro de 1975, data da independência de Angola, MPLA e FNLA já não combatiam dentro de Luanda, mas nas suas imediações. As forças de Agostinho Neto tinham conseguido expulsar as tropas de Holden Roberto da capital, mas não derrotá-las, nem às de Jonas Savimbi, no país que se formava. Era o coroar de um processo de descolonização que, mais uma vez, dividiu a esquerda.

⁴⁷ “A China e Angola”, *Poder Popular*, nº 2, de 30 de julho de 1975, p. 9.

⁴⁸ “Apoiar a revolução angolana”, *Combate Socialista*, nº 12, de 30 de maio de 1975, p. 8.

⁴⁹ “Angola, só o avanço das lutas das massas pode derrotar as manobras neo-colonialistas”, *Luta Proletária*, nº 11, de 10 de abril de 1975.

⁵⁰ “A UDP face aos acontecimentos em Angola”, *Voz do Povo*, nº 44, de 3 de junho de 1975, p. 10.

⁵¹ “Angola – contra a política de guerra dos imperialismos e da burguesia”, *Luta Popular*, nº 58, de 16 de maio de 1975, p. 1.

⁵² “Solidariedade da JS com a juventude do MPLA”, *Portugal Socialista*, nº 34, de 2 de abril de 1975, p. 3.

⁵³ “Caminhos da descolonização”, *Portugal Socialista*, nº 45, de 12 de junho de 1975, 13.

O PS manteve a opção de neutralidade frente aos três movimentos de libertação, semelhante à adotada pelo sexto Governo Provisório. A menos de uma semana do 11 de novembro, reproduz partes do discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros, Ernesto Melo Antunes, na ONU, a reconhecer como interlocutores válidos os três movimentos, e a declaração do ministro da Cooperação, Vítor Crespo. A OUA ia recomendar aos países membros que não reconhecessem nenhum dos movimentos de libertação, se declarassem a independência, e isso coincidiu com as posições assumidas pelo Governo português, referiu Crespo.⁵⁴

No dia seguinte ao da independência, o jornal oficial dos socialistas só traz um discreto artigo sobre o tema na página 15, sob o título “Angola independente”, a transcrever parte da proclamação feita pelo alto-comissário Leonel Cardoso, em nome do presidente da República, a lamentar não lhe ser possível tomar parte em qualquer cerimónia comemorativa, “*dado que, fazê-lo nas atuais circunstâncias, equivaleria da parte de Portugal a uma ingerência nos sagrados direitos que assistem àquele povo de decidir o seu próprio futuro*”.⁵⁵ O artigo lembra que UNITA e FNLA não aceitam a proclamação de independência do MPLA em Luanda, mas não menciona a guerra travada às portas da capital e noutras partes do país, envolvendo os três movimentos de libertação, mercenários de vários países e tropas da África do Sul e de Cuba (Marques, 2013:482-487).

Dias depois, Mário Soares faria publicar um balanço sobre a descolonização a admitir que Alvor não fora suficientemente realista, reafirmando, para além das simpatias e afinidades que ligariam o seu partido ao MPLA, a política de neutralidade do PS numa “*luta fratricida, soprada de todos os lados por interesses internacionais inconfessáveis que transcendem em muito os interesses angolanos e os interesses portugueses*”.⁵⁶

A manchete “Angola independente”, ilustrada por um desenho de Agostinho Neto com punho erguido, foi a reação do *Avante!* ao 11 de novembro. Nessa primeira página, o Comité Central do PCP felicita Neto como presidente da República Popular de Angola, referindo que o “*povo de Angola e o MPLA poderão contar sempre com a solidariedade ativa e fraternal do PCP na luta contra a agressão imperialista, pela libertação completa da sua pátria, pela construção de uma Angola livre, democrática e progressista*”.⁵⁷ No interior do jornal, o editorial critica a posição do governo e do PS por se negarem a reconhecer a república chefiada pelo MPLA.⁵⁸

Fora do governo, o conjunto da esquerda, com a exceção dos partidos maoistas, saudou entusiasticamente o nascimento da República Popular de Angola nas páginas dos seus jornais e exigiu o seu reconhecimento ao governo português, o que só aconteceria alguns meses depois, a 22 de fevereiro de 1976.

⁵⁴ “Última etapa para a independência de Angola”, *Portugal Socialista*, nº 69, de 5 de novembro de 1975, p. 12.

⁵⁵ “Angola independente”, *Portugal Socialista*, nº 70, de 12 de novembro de 1975, p. 15.

⁵⁶ Mário Soares, “A política de descolonização e a independência de Angola”, *Portugal Socialista*, nº 71, de 19 de novembro de 1975.

⁵⁷ *Avante!*, nº 85, de 13 de novembro de 1975, p. 1.

⁵⁸ “Viva a independência do povo de Angola! Viva o MPLA, sua vanguarda revolucionária!”, *ibidem*, p. 2.

Algumas conclusões

A esquerda, como vimos pelas páginas dos seus jornais oficiais, ficou distante da unanimidade no longo e conturbado processo de descolonização de Angola. A primeira grande divisão pode ser feita entre os partidos que participaram ou não nos governos de transição. O PS e o PCP apoiaram ou silenciaram sobre as iniciativas governamentais de acordo com a sua maior ou menor identidade com o governo provisório em curso. Se no período em que o general Spínola esteve na presidência houve uma certa sintonia entre esses dois partidos, nos governos seguintes a ‘lua de mel’ acabou e passou a prevalecer condicionantes geoestratégicas, nunca muito assumidas, mas sempre insinuadas para enquadrar o posicionamento do adversário.

Os jornais afetos a estes partidos (PS e PCP), na maior parte das vezes e principalmente o *Portugal Socialista*, foram pouco elucidativos sobre o que se passava em Angola. Essa postura só foi quebrada, no caso do PS, no curto período iniciado com as negociações do Acordo de Alvor, em finais de 1974, até ao seu desmoronamento, com o iniciar da guerra entre MPLA e FNLA em Luanda, em março de 1975. Antes dos conflitos de Luanda, o PS reivindicava a política externa do Governo Provisório, liderada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, como um caso de sucesso.

Fora dos governos provisórios, os demais partidos de esquerda demonstraram-se mais críticos à política de descolonização. Mobilizaram a população contra o envio de novas tropas para as colónias e pelo retorno das que lá estavam; exigiram uma independência mais célere e, apesar de em geral apoiarem o Acordo de Alvor, não deixaram de levantar alguns alertas à sua exequibilidade.

A segunda divisão na esquerda tem origem na Guerra Fria e na cisão entre a União Soviética e a China. Os jornais acusam-se mutuamente de defender os interesses norte-americanos, russos ou chineses em Angola, o que os levaria a apoiar determinado movimento de libertação. Todos acusavam o ‘imperialismo’ de estar por trás da guerra entre os três movimentos, o que não havia era consenso em definir quem eram os ‘imperialistas’. Para o *Avante!* e a maior parte da esquerda, tratava-se do imperialismo norte-americano; para o *Portugal Socialista* e os maoistas, haveria um confronto entre os ‘imperialismos’ americano e soviético.

Com base nessas colagens ideológicas, esses partidos vão dividir-se, quando começa a guerra entre os movimentos de libertação, entre os que advogam a manutenção do Acordo de Alvor e a neutralidade do governo português e os que pretendem um alinhamento com o MPLA e o reconhecimento da República Popular de Angola.

Curiosamente, nenhum dos jornais prescinde de manifestar algum apoio ao MPLA. Mesmo o *Portugal Socialista* e os dirigentes do PS que lá escrevem admitem, em vários artigos, que simpatizam e sempre tiveram ligações históricas com o movimento de Agostinho Neto. Inclusive o *Voz do Povo* e o *Luta Popular*, em 1974, reivindicam o MPLA, isoladamente ou em conjunto com a FNLA, como um legítimo representante do povo angolano.

Referências

Castro, Francisco (2002), “A CEE e o PREC”, *Revista Penélope*, 26, 123-157.

Correia, Pedro Pezarat de (1991), *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do império português*. Lisboa: Inquérito.

Coutinho, Rosa (1984), “Notas sobre a descolonização de Angola”, *Seminário: 25 de Abril 10 Anos Depois*. Lisboa: Associação 25 de Abril. Consultada a 3 de junho de 2014, disponível em www.25abril.org/get_document.php?id=192.

Heimer, Franz-Wilhelm (1980), *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976: ensaio de sociologia política*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Marques, Alexandra (2013), *Segredos da descolonização de Angola*. Lisboa: Dom Quixote [4ª ed.].

Rezola, Maria Inácia (2006), *Os militares na Revolução de Abril: o Conselho da revolução e a transição para a democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação.

Santos, António de Almeida (1975), *15 meses no governo ao serviço da descolonização*. Lisboa: Asa.

Soares, Mário (1976), *Portugal, que revolução? Diálogo com Dominique Pouchin*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.

Spínola, António (1974), *Portugal e o futuro*. Lisboa: Ática.

Jornais consultados

Avante!, nº 1 (17-05-1974) ao nº 89 (02-12-1975).

Combate Socialista, nº 1 (19-12-1974) ao nº 26 (23-12-1975).

Esquerda Socialista, nº 1 (16-10-1974) ao nº 38 (16-07-1975).

Luta Popular, nº 17 (23-05-1974) ao nº 141 (13-11-1975).

Luta Proletária, nº 3 (16-07-1974) ao nº 24 (18-02-1976).

Poder Popular, nº 1 (23-07-1975) ao nº 21 (16-12-1975).

Portugal Socialista, nº 5 (maio de 1974) ao nº 71 (19-11-1975).

Voz do Povo, nº 1 (06-08-1974) ao nº 67 (18-11-1975).

Génesis y empoderamiento del activismo social para la defensa de los Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans (LGBT) en el África Lusófona: El caso de la ciudad de Mindelo, Cabo Verde^{1,2}

Alfredo Pazmiño,³ Fundación Triángulo
alfredo.pazmino@fundaciontriangulo.es

Resumo: Este estudio narra, desde un enfoque jurídico-etnográfico, el desarrollo del movimiento LGBT desde 2010, donde conocimos a Tchinda y su papel en la construcción de una imagen positiva del hecho LGBT; el acompañamiento por sus frustraciones y desafíos con las administraciones públicas, hasta llegar a 2013 fecha en la que desarrolla la 1ª Semana por la Igualdad de personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans. Se documenta la génesis y el empoderamiento de una población que goza con igualdad legal pero que, con actos como los que desarrollaron, conquista el espacio público en búsqueda de igualdad social.

Palabras Clave: LGBT, transexualidad, derechos humanos LGBT, Cabo Verde.

Introducción

El presente artículo pretende presentar, en el ámbito académico, una práctica que dentro de las estrategias de Cooperación Internacional, ámbito en el que me desarrollo profesionalmente, es una constante: el nacimiento, que en este caso llamaremos ‘*génesis*’, y el ‘*empoderamiento*’

¹ Me gustaría rescatar la figura de Elvis Tolentino, vicepresidente de la Associação Gay Caboverdiana quien nos propuso llevar a cabo estas acciones que son el camino de inicio para un activismo social y político que sin lugar a dudas acompañaremos. Agradecimientos a Juliette Brinkmann, fotógrafa y activista por los Derechos Humanos de las personas LGBT alemana. Y agradecimientos sobre todo a mis chicas, pelas que tenho muita sodade: Tchinda, Anilton (Anita), Christian (Kiki), Belísima, Steffy, Derry (Luna), Elton (Jessica), Mario, Paulinho, Sabrina, Susy, Aramis, Paulo, Pashtel, João, etc.

² Texto referente à comunicação apresentada no painel “Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales, Trans e Intersexuales en África”, no *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

Texto Editado pelos organizadores deste volume.

³ Licenciado em pedagogia em História e Geografia pela Pontifícia Universidad Católica del Perú. Mestre em Desenvolvimento Regional, Formação e Emprego pela Universidad de La Laguna. Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidad de La Laguna. Presidente da Fundación Triángulo Canarias, ativista pelos Direitos Humanos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais, membro da equipa de Cooperação Internacional com África da Fundación Triángulo.

de una población particular que diversos autores se han encargado de marginar categorizándola como *'minorías sexuales'*. En Cabo Verde en general, y en Mindelo en particular, esta definición cae por su propio peso ya que, gracias a su ubicación lejana del continente y de la capital del estado, podemos afirmar que las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans, a partir de ahora LGBT, no son una minoría.

El estudio se enmarca en el África Lusófona, ya que es la región africana que mejor acepta el diálogo del hecho LGBT, en especial en Cabo Verde, que, a nivel legislativo, se encuentra en 2º lugar en el continente africano en lo referente a leyes de protección a homosexuales y transexuales, detrás de Sudáfrica.

Cuando hablamos del activismo social para la defensa de los Derechos Humanos de las personas LGBT no lo hacemos como reacción lingüística pro feminista, sino que, las personas que serán reflejadas en este estudio son *"nuevas mujeres"*, *"mujeres que conquistaron su identidad"*, *"mujeres que viven en cuerpos de hombres"* y que, por paradójico que parezca, en su Mindelo natal cuentan con prestigio social. Precisamente, ese prestigio social con el que cuentan las mujeres transexuales de Mindelo, llamadas también las "Tchindas" hace particular e impregnan de esperanza este estudio académico que se ha ido escribiendo en la medida que han sucedido los hechos que a continuación narraremos.

¿Son distintos los Derechos Humanos de las personas LGBT a los Derechos Humanos generales? Es una pregunta que surge constantemente al acercarnos a este tema. La Declaración Universal de los Derechos Humanos es una máxima extrapolable a todos los contextos de la actividad humana, pero si hablamos del hecho LGBT, en muchos casos invisibilizado, los mecanismos que hemos adoptado los miembros de la Comunidad Internacional que velamos por estos es explicitarlos para velar por su operatividad y cumplimiento.

Este ha sido un trabajo de tres años, con dos estancias en Cabo Verde, de apoyo a la formación de la primera organización legalizada como LGBT en Cabo Verde y la conquista del espacio público a través de una manifestación por la igualdad, que se desarrolló en junio de 2013. Queda la esperanza de continuar con el camino comenzado a favor de la Igualdad Social de todos y de todas.

1. Antecedentes y abordaje metodológico

En primer lugar se debe aclarar que este artículo es una aproximación académico-activista de un hecho histórico que se ha venido gestando y que se encuentra en proceso de desarrollo actual, con lo cual es el comienzo de una serie de estudios posteriores a documentar. Por tanto, se debe señalar que no responde a hipótesis concretas, que posiblemente constriñan la investigación, por lo que sólo pretende exponer una serie de hechos que han llevado a posicionar a Cabo Verde en el escenario político y social ideal para ser ejemplo de respeto de las libertades individuales. Sin embargo, la presente investigación sí plantea una reflexión en torno a amalgamar academia, activismo social y estrategias de cooperación internacional de cara a futuras formas de aprehender una realidad concreta fuera de las ya comúnmente conocidas metodologías de investigación.

Asimismo, se quiere evidenciar el desarrollo paulatino y sostenido del discurso activista y la respuesta de las Administraciones Públicas ante el ‘poder’ de la sociedad civil organizada y cómo éstos pueden gerenciar un cambio social respetuoso con todos y todas.

Mi acercamiento a este trabajo de investigación comenzó en mayo de 2010 cuando invitamos a la Directora del *Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidado do Género (ICIEG)*⁴, Dra. Claudia Rodrigues⁵ a formar parte de las *Iª Conferencia de Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans en África*.⁶ Durante las ponencias se analizaron temas como la triple discriminación que sufre la mujer, negra y lesbiana, la herencia colonial en el rechazo a la homosexualidad en África, la situación legal en diversos países del continente y las estrategias de cooperación internacional que se está llevando a cabo con personas LGBT.

Tras las conferencias, una de las mayores apuestas realizadas por mi fundación,⁷ viendo el hecho diferencial caboverdiano, fue el conocer más su legislación y aportar al desarrollo de una conciencia del respeto a los Derechos Humanos de personas LGBT, así como el fomento para la creación de una sociedad civil organizada capaz de defender los derechos humanos en la población LGBT. Estas ideas se materializaron en la *Formación de técnicos, de los ministerios de Sanidad, Educación, Juventud y Empleo del Gobierno de Cabo Verde, en Orientación Sexual e Identidad de Género*⁸ donde se sentaron las bases conceptuales a tomar en cuenta en las futuras elaboraciones de políticas públicas acorde a la legislación que el archipiélago incorporó desde 2004. En este marco se contactó con referentes sociales de la isla de São Vicente (Mindelo) para que asistieran a la ciudad de Praia al *1º Encuentro de activistas y grupos informales LGBT de Cabo Verde*, desarrollándose ambas actividades en septiembre de 2010. Fue a partir de este encuentro que conocimos a Tchinda⁹, Elvis, Edihna y Anilton (Anita), referentes ¿LGBT?¹⁰ Será a partir de este encuentro y la formación virtual de la que fueron beneficiarias, la que impulsaron que en el año siguiente conformaran la AGC.¹¹

Un segundo momento claramente definido lo representarán las negativas de apoyo por parte de las administraciones públicas; es por ello que se organizó la *1ª Semana pela*

⁴ Véase <http://www.icieg.cv/article/45>, consultado a 2 de Septiembre de 2013.

⁵ Actualmente Diputada Nacional y portavoz del grupo de trabajo interparlamentario enfocado a la mujer en la Unión Africana. La Dra. Claudia Rodrigues fue la primera en elaborar una tesis doctoral sobre “A Homoaffectividade e as relações de género na Cidade da Praia”, disponible en <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/1684> y consultado el 2 de septiembre de 2013.

⁶<http://www.fundaciontriangulo.org/noticias/76-organizan-primera-conferencia-sobre-derechos-de-lgbt-africanos>, consultado el 2 de septiembre de 2013.

⁷ Fundación Triángulo, por la Igualdad Social de Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans www.fundaciontriangulo.org organización de la que formo parte como presidente de la sede en Canarias desde 2007 y miembro del equipo de Cooperación Internacional para el Desarrollo en África.

⁸ Véase http://www.fundaciontriangulo.org/documentacion/memoria/revista_cooperacion_2011_baja.pdf Pp. 36-37, consultado el 02 de septiembre de 2013).

⁹ Actualmente me encuentro inmerso en la post-producción del documental rodado en el Carnaval de Mindelo de 2013 denominado “*Tchindas*” donde se registra la construcción de las festividades del carnaval con la características particular de estar comandado por lideresas transexuales. Producción Doble Banda y Fundación Triángulo.

¹⁰ Cuestionamos la denominación LGBT en el contexto mindelense para referirnos a ellos porque es un concepto occidental que no encuentra forma en Cabo Verde, ya que, aunque su performatividad sea femenina, desde un cuerpo masculino, lo que traduciríamos en “mujeres transexuales”, ellos conservan partes de su nombre jugando con la ambigüedad y el tránsito entre su corporalidad masculina hacia una femenina está, en muchos casos, fuera de lugar.

¹¹ Associação Gay Caboverdiana <http://associacaogaycaboverdiana.blogspot.com.es/>, Consultado el 02-09-2013)

Igualdade das pessoas LGBT em Cabo Verde, denominado “Mindelo Pride 2013”¹² como estrategia de ejercicio de ciudadanía activa.

El presente artículo combinará revisión bibliográfica, diálogos abiertos en profundidad, reuniones de coordinación, análisis documental y sobre todo un trabajo de campo de quince días en el que formé parte de la planificación, formulación, ejecución, justificación y comunicación de las actividades propuestas, siempre desde un punto de vista de apoyo, siendo un observador/participante del proceso.

Cabe destacar que no existe material académico caboverdiano que haya abordado este tema, siendo los que más se acercan a estas realidades los materiales brasileiros y españoles.

Actualmente se están desarrollando investigaciones de maestrias en la Universidad de Cabo Verde que abordan una multiplicidad de facetas del hecho LGBT en criollo.¹³

Los diálogos abiertos se han desarrollado bajo la metodología de investigación cualitativa de corte etnográfico durante los quince días de inmersión en Mindelo recogiénolas en el diario de campo y reportes que enviaba a mi equipo de cooperación internacional. Antes del viaje se desarrollaron reuniones de coordinación vía Skype con los miembros de la AGC. Durante el trabajo de campo las reuniones fueron diarias y al finalizar las acciones se realizó una evaluación final.

2. Los Derechos Humanos

La batalla por los Derechos Humanos se sustenta en dos aspectos complementarios: el primero consiste en reforzar la aceptación de normas y la capacidad de ponerlas en práctica, mientras que la segunda consiste en controlar su aplicación en la cotidianidad (Hammarberg, 2007: 6).

Desde su promulgación en 1948, la Declaración Universal de los Derechos Humanos ha marcado un hito en el lenguaje social, esta constituye el primer inventario de derechos aceptados por la comunidad internacional. Sus treinta artículos fueron desarrollados y consagrados jurídicamente en convenciones internacionales y para hacerlos más precisos en 1966 se establecieron los Pactos de Derechos Civiles y Políticos (DCP), y de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (DESC). Como lo afirma Philippe Chanial,

[...] nuestra situación ya no es la de la posguerra. Durante aquella fase de reconstrucción y de crecimiento, los artículos de la Declaración relativos a la justicia social parecían poder ser aplicados con mayor facilidad que los derechos políticos e inclusive civiles. Hoy prevalece una situación prácticamente inversa. Pese a importantes lagunas y a situaciones nacionales llenas de contrastes, los derechos civiles y políticos han progresado, principalmente gracias a la descolonización y a la caída del comunismo. Por el contrario, los derechos sociales han retrocedido por doquier, en el Norte y en el Sur. (2005: 86)

Cabe destacar que los primeros fueron más fácilmente ‘asumibles’ por los estados, mientras que los DESC siempre han corrido el riesgo de su vulneración siendo la actual situación económico-financiera excusas para desandar los logros en materia de derechos. Tal afirmación lo ratificaría Philippe Texier:

12 Véase http://www.rtc.cv/index.php?paginas=45&id_cod=26150/ y <http://videos.sapo.ao/0IaCtRb1S00qru2Dtoaq>, consultado el 2 de septiembre de 2013.

13 En Cabo Verde el idioma oficial es el portugués, pero el que se usa a nivel coloquial es el criollo que difiere en sus diferentes variantes, agrupándose el criollo de Barlovento y el criollo de Sotavento. Las investigaciones que se vienen desarrollando hacen referencia al criollo hablado en São Vicente (Mindelo).

Después de sus primeras sesiones, la Comisión de Derechos Humanos consideró que los DESC eran demasiado complejos para incorporarse a un instrumento que tratara de los DCP, y se tomó la decisión de preparar dos pactos, y no uno, a proposición del Reino Unido y de Estados Unidos [...] en definitiva, se adoptaron dos pactos y se le otorgó a los DESC un estatuto mucho menos protector que a los DCP. (2005: 113-114)

Y lo complementarán Becerra y León:

La justiciabilidad de los DESC es un asunto complejo; aún y cuando cuenta con el Pacto Internacional (PIDESC), su aplicación es progresiva para los estados partes, mientras que para los civiles y políticos es inmediata. (2005: 119)

En suma, hablar de Derechos Humanos es un asunto que atañe una multiplicidad de aspectos sociales entre los que también existe la diferenciación de éstos según el contexto socio-cultural, como veremos a continuación sobre los Derechos Humanos con perspectiva africana y, más adelante, la aplicación de los Derechos Humanos a la Orientación Sexual e Identidad de Género.

El contexto de los Derechos Humanos en África exige una reflexión en torno a la Carta Africana de Derechos Humanos. Como subraya Agbodjan (2005: 124),

En África, por ejemplo, la construcción jurídica poscolonial sigue debiéndole mucho a las soluciones normativas occidentales, consideradas en sí atributos del desarrollo. Según ha hecho notar el antropólogo y jurista Étienne Le Roy, sigue creyéndose, empecinadamente, que aquello que ha fundado el desarrollo de Occidente debe fundar el desarrollo africano.

De esta manera comenzamos una reflexión variopinta sobre la adhesión de los Derechos Humanos al contexto africano. ¿Podemos hablar de derechos particulares según la latitud donde se nace?, ¿Existen límites en los cuales podemos advertir una violación a los Derechos Humanos cuando los ‘pueblos’ africanos hablan de tradición?

Ahora bien, estas reflexiones formaron parte de la Carta Africana de Derechos Humanos y de los Pueblos (CADHP), de 28 de junio de 1981, que se gestó como una lectura lógica de las realidades africanas.¹⁴ Sin embargo, Becerra y León no dudan en criticar el cómodo papel de África en relación al argumento de la colonización legal de occidente.

Los estados y los políticos [africanos] han sido incapaces de impulsar realmente el desarrollo de África, que debería estar basado en modelos de sociedades concebidos en colaboración con las poblaciones y en pro de su plenitud [...] la llamada sociedad civil, cuando la hay, carece de capacidad suficiente para actuar como componente activo y acompañar desde abajo a las poblaciones, ejerciendo un control ciudadano que permita influir positivamente en la orientación de los gobiernos. En semejante contexto, el gran reto de África, sigue siendo el acceso a los derechos humanos en general, y a los DESC en particular. (Becerra y León 2005: 193)

Esto entra en conflicto con el ideal que plantea Diana Nanjira sobre los procesos africanos:

¹⁴ Entiéndase ‘realidades africanas’ como un constructo lingüístico ya que existe una diversidad tan amplia que no daría espacio para establecer un documento en el que se contenga todas las diversas formas de lectura de los Derechos Humanos según sus tradiciones culturales y tribales.

El sistema judicial de toma de decisiones en África favorece la orientación del pueblo y del grupo; el consenso en la resolución de disputas y otras diferencias sociales, incluida la violación de los derechos de otros; la existencia de un liderazgo justo para el bien común de la comunidad y la sociedad, y el respeto por las prácticas de libertades y derechos humanos como valores africanos, como el derecho de sucesión como derecho hereditario, y los principios del socialismo africano que han regido las vidas cotidianas de los pueblos africanos desde tiempos inmemoriales. (2005: 117)

El socialismo africano es un valor positivo en la medida que ninguno de los miembros de la comunidad sea diferente porque en ese caso, como afirma Nanjira, puede ser víctima de violaciones colectivas de los Derechos Humanos. Amplia es la casuística de lapidaciones de las mujeres por presunción de adulterio o violación, y la cárcel o pena de muerte para homosexuales. De esto conoce muy bien Didier Agbodjan (2005), que recomienda que para que los gobiernos africanos tengan mayor legitimidad en la representación de sus pueblos, deberían respetar las recomendaciones de la comunidad internacional ante la violación de derechos fundamentales y no favorecer un sistema poco transparente en el control del orden público.

La Carta Africana de Derechos Humanos se complementa con la Carta de Banjul (1981). Esta última busca aportar soluciones a los derechos humanos africanos.

El carácter único e innovador residía en su desviación respecto a las disposiciones y condiciones tradicionales y contemporáneas de los instrumentos multilaterales de derechos humanos y de la introducción en la misma, *expressis verbis*, del concepto de pueblo y derechos de los pueblos y deberes humanos [...] los autores de la Carta estaban convencidos, con razón, de que las condiciones de los derechos humanos en África no podían ni debían juzgarse ni determinarse exclusivamente con arreglo al concepto occidental de derechos humanos, inspirados en la civilización y cultura occidentales. (Nanjira: 2005: 130-131)

Por último, cabe destacar a esta reflexión que existe una gran diferencia entre Europa-Norteamérica y África en relación a los Derechos Humanos; en los primeros se encuentran más enfocados a los aspectos civiles y políticos de los derechos humanos, mientras que desde África se encuentran más centrados en la búsqueda del desarrollo de aspectos económicos, sociales y culturales.

Principios de no discriminación y su aplicación en Cabo Verde: Principios de Yogyakarta y las nuevas leyes para un nuevo Estado

Cabo Verde es el país africano donde los derechos de la población LGBT se respetan y protegen mejor. Se trata, además, de una posición asumida a nivel gubernamental y que el ejecutivo caboverdiano ha trasladado, de manera más o menos soterrada, al seno de la Unión Africana. (Pazmiño, 2013)

	Legislación de protección de la homosexualidad y transexualidad						Legislación de discriminación y condena de la homosexualidad y transexualidad			
	Actos homosexuales legales	Igual edad de consentimiento para los actos homosexuales y heterosexuales	Países que prohíben la discriminación en el empleo basada en la orientación sexual	Países donde está prohibido la incitación al odio basado en la orientación sexual	Países que permiten el Matrimonio entre personas del mismo sexo	Países que permiten la adopción conjunta de menores por parejas del mismo sexo	Países con legislación específicas en materia de reconocimiento del género tras un tratamiento de reasignación	Países con una edad del consentimiento desigual para actos homosexuales y heterosexuales	Actos homosexuales ilegales	Actos homosexuales castigados con pena de muerte
<u>África lusófona</u>										
1° Cabo Verde	2004 ¹⁵	2004 ¹⁶	2008 ¹⁷							
2° Guinea-Bisáu	1993 ¹⁸	X								
3° Mozambique			2007 ¹⁹						X	
4° Angola									X	
4° São Tomé Príncipe									X	

Elaboración propia a partir de Paoli (2012).

El joven Estado caboverdiano ha sabido sumarse a los avances legislativos apostando por principios de no discriminación que lo colocan en 1º lugar entre los países luso-africanos y 2º lugar en relación a África, cabe anotar que las modificaciones legales asumidas por el legislativo caboverdiano es bastante reciente en comparación con otros como el guineano-Bissau.²⁰ A diferencia de este, en Cabo Verde se han establecido instituciones e instrumentos para garantizar el cumplimiento de los avances legales como lo representa el *Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade do Género*.

La AGC se encuentra en proceso de construcción de una propuesta de ley para la modificación del artículo que impide el matrimonio entre personas del mismo sexo que, al igual que el caso español, la modificación a introducir es el cambio de los géneros de los

¹⁵ El código penal del 2004 no criminaliza los actos homosexuales. Hasta que entró en vigor, el artículo 71 del código anterior de 1886 proporciono, por 'medidas de seguridad' para las personas que habitualmente practicaban "el vicio contra la naturaleza". El texto del nuevo Código Penal está disponible en www.mj.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=38&&Itemid=66.

¹⁶ Véase artículo 71(4) del Código Penal, disponible en: <http://www.saflii.org/mz/legis/codigos/cp90/>.

¹⁷ Ver artículo 45 (2) y artículo 406 (3) del Novo Código Laboral Cabo-Verdiano disponible en <http://www.ine.cv/Legisla%C3%A7ao/Outras/C%C3%B3digo%20laboral%20cabo-verdiano.pdf>.

¹⁸ Los artículos 133 a 138 sobre los delitos sexuales del nuevo Código Penal de 1993, no parece penalizar los actos homosexuales más que actos heterosexuales (el texto legal está disponible en www.rjcplp.org/RJCPLP/sections/informacao/legislacao-nacional/anexos/gb-codigo-penal/downloadFile/file/GuineBissau.CodigoPenal.pdf).

¹⁹ Ver artículos 4, 5 y 108 de la Ley de Trabajo 23/2007, disponible en http://www.tipmoz.com/library/resources/tipmoz_media/labour_law_23-2007_1533EZ1_pdf.

²⁰ Cabe recordar que la independencia de ambos estados se gestaron juntas.

sujetos: ‘entre un hombre y una mujer’ a la neutralidad de los mismos, o sea ‘entre dos personas’.

Cuando hablamos de principios de no discriminación en relación a la Orientación Sexual e Identidad de Género (OS e IG) es inexcusable hablar de los Principios de Yogyakarta.

Los principios de Yogyakarta se formularon para que todos los Estados tengan la obligación de respetar, proteger y aplicar los Derechos Humanos independientemente de su orientación sexual o su identidad de género ya que cuando hablamos de derechos de Lesbianas, Gais, Bisexuales y Transexuales (LGBT) se pretende entender erróneamente una definición forzada de nuevos derechos únicos y exclusivos para nosotros. Esto es un malentendido total. La Declaración Universal de los Derechos Humanos engloban a todas las personas sin ninguna exclusión, lo relativamente nuevo es la demanda directa de su aplicación coherente ya que actualmente, en más de 80 países consideran como un crimen las relaciones sexuales libres y consentidas entre personas del mismo sexo, y en 7 países esta práctica es castigada con la pena de muerte. (Pazmiño, 2009: 88)

Llegados a este punto diremos que estos han servido como instrumento político para la defensa de los Derechos Humanos de personas LGBT y que es a partir de ellos que el trabajo en cooperación internacional e incidencia política ha saltado a la agenda de la Comunidad Internacional sustentando y dando argumentos en positivo para el ejercicio de una ciudadanía activa con cabida para los excluidos de la sociedad como lo somos las personas LGBT.

Sonia Onufer Corrêa e Vitit Muntarbhorn (2007: 12-62) elaboran un resumen de los principios de Yogyakarta relacionándolos directamente con la OS e IG en donde cada uno de los 29 principios se encuentra contextualizados teniendo en cuenta de manera explícita la OS e IG. Si vamos un paso más allá, también, estos marcan responsabilidades de los Estados en el cumplimiento y salvaguarda de estos derechos y la defensa de los Derechos Humanos LGBT. Son estos principios de no discriminación en las que se ampararán las reivindicaciones sociales del movimiento LGBT mundial y del naciente movimiento LGBT en Cabo Verde.

3. Génesis de Cambios en La Sociedad Mindelense a partir Del Hecho LGBT

Hasta ahora hemos hablado de personas LGBT y de legislación específica en relación a la defensa de la OS e IG, para definir las tomaremos a Onufer y Muntarbhorn

La orientación sexual se refiere a la capacidad de cada persona de sentir una profunda atracción emocional, afectiva y sexual por personas de un género diferente al suyo, o de su mismo género o de más de un género, así como a la capacidad de mantener relaciones íntimas y sexuales con estas personas. (2007: 8)

Entenderemos, por parte que cuando hablamos de Orientación Sexual (OS) nos estamos refiriendo a la Homosexualidad, siendo en la vertiente femenina llamadas ‘Lesbianas’, y en la masculina ‘Gais’; y la Bisexualidad. Por otra parte, Sonia Onufer Corrêa definen a la Identidad de Género (IG) como:

La identidad de género se refiere a la vivencia interna e individual del género tal como cada persona la siente profundamente, la cual podría corresponder o no con el sexo asignado al momento del nacimiento, incluyendo la vivencia personal del cuerpo (que podría involucrar la modificación de la apariencia o la función corporal a través de medios médicos, quirúrgicos o de otra índole, siempre que la misma sea

libremente escogida) y otras expresiones de género, incluyendo la vestimenta, el modo de hablar y los modales. (2007: 8)

Para relacionarlo con la nomenclatura que trabajaremos diremos que, dentro del activismo social, la IG está representada por el movimiento Trans.²¹

Llegados a este punto analizaremos cómo la sociedad mindelense se ve influenciada a partir del nacimiento, primero, de referentes positivos del hecho LGBT y posteriormente de la primera asociación abiertamente gai del estado. Este hecho se relaciona directamente con las conclusiones de la tesis de Claudia Rodríguez (2009) en la que se afirma que el único lugar en Cabo Verde donde se reúnen todas las condiciones para el nacimiento de un movimiento LGBT es la isla de São Vicente (Mindelo) debido a su apertura e historia colonial.

Cabe destacar que:

La colonización portuguesa fue muy poco racista. El presidente Salazar consideraba que las colonias portuguesas no tenían la intención de obtener la independencia, ya que se estaban constituidas como provincias portuguesas. Estando a favor de una política de asimilación total. (Baptiste, 2004: 266)²²

Es esa herencia colonial asimilacionista que ha llevado a Cabo Verde a diferenciarse con los ciudadanos del continente ya que la presencia de la inmigración y el mestizaje es una constante que se aprecia en cada rincón del archipiélago. No obstante, en los diálogos que mantuve tanto con las agentes de desarrollo local, como con población en general se referían a las personas que habitan en la isla de Santiago (Praia) como los ‘Pretos’ (negros) desmarcándose de la capital, que fue centro de tráfico de esclavos durante la colonia portuguesa, herencia que ha quedado de forma que Mindelo, por contraposición, es la capital cultural donde los mindelenses hacen gala del respeto y la apertura a lo de fuera.

El papel de Tchinda en el Desarrollo Local del hecho LGBT

Tchinda es la más distinguida de todas las trans de Cabo verde. Tiene alma de líder, como lo demostró en 1998, cuando salió del armario. Tenía sólo veinte años cuando explicó su historia a un periodista del desaparecido *O Semana*. Quería que todos supieran lo que su gente más cercana ya tenía claro: que le gustaban los hombres. El semanario donde apareció se agotó y su nombre comenzó a resonar por todas las islas del archipiélago, hasta en aquellas que nunca había estado. (Serena, 2013: 106)

Sin lugar a dudas conocer a Tchinda en 2010 supuso un camino que, desde nuestra estrategia de cooperación internacional de protección, promoción y apoyo al desarrollo de los referentes positivos LGBT marcaría un antes y un después en la apuesta por Cabo Verde como el estado africano en el que podíamos intervenir abiertamente en el apoyo de la igualdad social para personas LGBT.

Alcides, desde los 15 años adoptó el nombre de Tchinda, es una mujer transexual de la isla de São Vicente. Es la tercera de 8 hermanos, tiene actualmente 35 años y regenta uno de los bares más míticos de su humilde barrio, llamada *Coxinha da Tchinda*, un punto de encuentro de todos, ella se ha ganado un nombre en todo Cabo Verde llegando al punto de

²¹ Anótese que la nomenclatura mayoritariamente usada actualmente hace referencia a ‘realidad trans’ o ‘mundo trans’ ya que en ella se engloba a personas Travestis, Transgéneros, Transexuales, etc.

²² Las traducciones en el texto son mías.

que su nombre sirve de definición a su comunidad. Cabe destacar que ha sido una adelantada a su tiempo y sin formación ni conocimiento alguno se ha construido como referente positivo: “*La gente del barrio, en cambio, que ya veía cómo iba vestida de chica desde la escuela no se sorprende nada*” (Serena, 2013: 107).

Ese estado natural de la construcción de su género con independencia de su sexo ha llevado a plantearse cuestiones que, una vez inmersos en su realidad desde el discurso occidental, no lo tienen claro las Tchindas:

Ninguna de ellas ha salido nunca de Cabo Verde, ni tan siquiera, de su isla árida y que tiene poco menos de veinte kilómetros. Por eso, cuando le pregunto si le gustaría cambiarse de sexo responden con un sí bajito, lleno de interrogantes que no saben responder. Son trans pero en la isla esta palabra no tiene sentido y, por eso, se identifican como gais aunque viven como chicos heterosexuales. (Serena, 2013: 109)

Sin lugar a dudas, categorizándolas o no dentro de la realidad gai o trans, el papel de Tchinda en el desarrollo local de Mindelo es innegable ya que siendo un estado subsahariano han desarrollado un discurso natural de la construcción de su sexualidad y este no ha sido elemento de discriminación de ningún tipo en Mindelo. La discriminación, si acaso, viene por parte de la élite caboverdiana que, influenciada por las categorías occidentales y el significativo que tiene para nosotros la realidad trans, siente que no es ‘correcto’ un movimiento LGBT liderado por una ‘indefinición’ o, que este se geste desde la transexualidad.

Tchinda hace una vida completamente femenina, es la matriarca del movimiento LGBT caboverdiano pero es consciente que el activismo social no es lo suyo ya que considera que el salto que dio en su momento facilitó que más personas puedan estar en la lucha por la adquisición plena de los derechos para las personas LGBT. Cuando hablamos con ella en su negocio *Coxinha da Tchinda*, nos explica que desde 1998 hasta la actualidad, han sido muchas las personas de occidente que la han entrevistado e interesado por este hecho particular que da un espaldarazo al argumentario intolerante africano de que la homosexualidad es una ‘enfermedad’ traída de occidente. Tchinda afirma que no es así, que la vivencia de la sexualidad en Mindelo es bastante particular a las de las otras islas de Cabo Verde, y las de Cabo Verde ampliamente diferente a la de los países vecinos. Mindelo cuenta con una historia de tolerancia, al ser la capital cultural del estado y, en buena cuenta, el repetir ese discurso para desmarcarse de la capital administrativa de herencia africana, les ha hecho vivir su sexualidad con libertad y seguridad.

La situación es ampliamente diferente en Praia donde en el año 2000 fueron invitadas a un show de travestismo en donde fueron duramente agredidas, razón por la cual el legislativo, en 2004, incorporó leyes de protección de la homosexualidad y transexualidad.

En suma, la aparición política de Tchinda en Mindelo en 1998 marcó un precedente para el movimiento LGBT que trece años después tomaría forma bajo la AGC. La imagen positiva que Tchinda fue trabajando, sin proponérselo, ha facilitado que el estado vaya dando pasos a favor de legislar la protección a las personas LGBT y facilitado que se desarrollen acciones de cooperación internacional con Cabo Verde ya que para ellos es un ‘orgullo’ con el que se van convirtiendo en referentes para el continente.

Cooperación Internacional LGBT como estrategia de empoderamiento

Con la adhesión de España a la Unión Europea, con la que nacieron las responsabilidades de Europa para con nuestro país, la inversión en materia de subvenciones fue creciente y las

responsabilidades demandadas entró en los planes estratégicos de las nacientes Agencias de Cooperación Internacional en la década de los 90's. En este escenario muchas fueron las Organizaciones No Gubernamentales para el Desarrollo (ONGD) que establecieron políticas claras para el desarrollo de acciones de, primero, Cooperación Internacional²³ y, desde el 2005, Cooperación Internacional para el Desarrollo.²⁴ Martin Martínez Mauri y Cristina Larrea Killinger observan:

En tierras africanas, Jordi Tomàs, doctor por la Universidad Autónoma de Barcelona, también ha criticado duramente el rol de las ONG dedicadas a la cooperación al desarrollo analizando su relación con las llamadas sociedades tradicionales. Tomàs critica tanto los conceptos –desarrollo, cooperación- como los discursos – participativo, sostenible, preservación del conocimiento tradicional- que sustentan la acción de las ONG. Según este investigador, por un lado, en lugar de promover la cooperación, (del latín *cum-operare*, trabajar juntos), las ONG pretenden imponer un solo punto de vista, el occidental. (2010: 108)

En España, la Fundación Triángulo es la única ONGD que desarrolla acciones de cooperación internacional con población LGBT. Sus inicios, como es lo natural, se desarrolló en Latinoamérica desde 1996, concretamente con los estados del Mercosur²⁵ todos estos actualmente cuentan con legislación de protección a las personas LGBT y concretamente en Argentina y Uruguay leyes de avanzada para el contienen como lo son la ley de matrimonio entre personas del mismo sexo y la adopción por parejas homoparentales.²⁶

La estrategia que trabajamos desde este equipo de cooperación internacional es la empoderación de los activistas LGBT y esto pasa desde la formación legal, social, cultural y global hasta la generación de espacios de conocimientos comunes de la realidad LGBT en diferentes contextos, como lo son los Congresos de Cooperación Internacional LGBT²⁷ y, ya en el caso africano, las I y II Conferencias de Derechos Humanos²⁸ de las personas LGBT en África, organizadas en 2010 en la Universidad de La Laguna y en 2011 en la Universidad de Las Palmas de Gran Canarias.

En Cabo Verde se generó un espacio físico de reconocimiento de activistas sociales con capacidad de defensa de los Derechos Humanos LGBT formándolos en 2010 en la Ciudad de Praia, posteriormente la sede de Fundación Triángulo Canarias, que presido, mantuvo el apoyo virtual a apoyando la consolidación de un movimiento LGBT.

²³ Parte del supuesto que los técnicos con modelos occidentales llevan 'lo que el entorno necesita' para la mejora de su calidad de vida, derechos, etc. con una presencia prolongada en el tiempo para garantizar que las acciones de vienen desarrollando de manera eficiente. Existe para ello la figura del expatriado, un representante de occidente que se encarga de velar por el cumplimiento de las acciones y la 'supervisión' de los logros.

²⁴ Parte del supuesto que es necesario el apoyo, que no la ejecución en sí misma, de las acciones pero una oportuna transferencia de capacidades para que sean los propios agentes los que puedan garantizar la continuación de las acciones por sí solos.

²⁵ Argentina (FALGBT y CHAL), Uruguay (Llamáme H), Paraguay (Paragay) y Chile (MOVHIL).

²⁶ Entiéndase pareja formada por personas del mismo sexo.

²⁷ Véase <http://www.fundaciontriangulo.org/congresodecooperacion/programa.html>, consultada el 2 de Septiembre de 2013.

²⁸ En el 2010, <http://www.fundaciontriangulo.org/noticias/76-organizan-primera-conferencia-sobre-derechos-de-lgbt-africanos>, consultado el 02 de septiembre de 2013. En el 2011, <http://www.fundaciontriangulo.org/noticias/217-fundacion-triangulo-canarias-lanza-su-ii-conferencia-de-derechos-humanos-de-personas-lesbianas-gais-bisexuales-y-trans-en-africa>, consultado el 2 de septiembre de 2013.

Creación de la Associação Gay Caboverdiana (AGC)

(Marzo, 2012) Nace la primera asociación de defensa de los derechos LGBT en el archipiélago de Cabo Verde: La Asociación Gay Caboverdiana contra la discriminación. Anilton Barros es el presidente de la asociación que tendrá este sábado una reunión en la ciudad de Mindelo (São Vicente) para aprobar el plan de actividades para este año. La Asociación, que pretende combatir la discriminación y difundir la información sobre el VIH, adelante que tiene en este momento 30 miembros. En 2004 fue aprobada una ley que pone fin a la criminalización de las relaciones homosexuales. Antes el serlo, podría implicar una multa y, en caso que fuese una práctica repetida, se les llevaría a prisión. En este momento, la edad de consentimiento para las relaciones homo y heterosexuales es de 16 años.²⁹

Poco más de un año de trabajo constante llevó a Anilton Barros y Elvis Tolentino a constituir la AGC. Tchinda no la integró de manera activa argumentando que su papel en esto no es el activismo detrás de un colectivo, sino, más bien, la de apoyar las acciones que desde esta se desarrollen.

Es curioso observar en el video cuando la delegada de Morabi, organización ‘parceira’ para la constitución de la AGC, manifiesta que estos se encuentran a la espera de la habilitación de un espacio físico para el desarrollo de sus actividades. Año y medio después, tras mi segunda visita a Cabo Verde seguían esperando por ese espacio que nunca llegó, sino después de poner en marcha toda la maquinaria denominada “*Mindelo Pride*”.

Ya hemos recogido en párrafos anteriores, la diferencia en la terminología y el conflicto que genera el denominar LGBT, que no tiene significantes claros para la realidad caboverdiana, frente al término Gay con el cual se identifican.

Paradójicamente con la creación de la AGC se cumple la lógica del movimiento LGBT en el mundo entero el cual es impulsado primero por las mujeres transexuales, quienes son las que allanan el camino de igualdad e inician reivindicaciones políticas y sociales, para dar paso a un movimiento más plural que integre la realidad Lésbica y Gai, y en pocos caso, aún sigue siendo tema a integrar en España, el activismo Bisexual.

Desde su apertura en marzo de 2012 hasta junio de 2013, la AGC ha desarrollado una sola acción ya que no recibieron apoyo de las administraciones públicas. Mis Travesti:³⁰

Queremos dejar bien claro que también somos hijos de Cabo Verde y que queremos ser tratados con más dignidad porque merecemos tener nuestro espacio en la sociedad [... y] esta actividad puede ayudar a romper con los tabús sociales que aún marcan negativamente nuestro país.

Esta actividad realizada sin el apoyo de las Administraciones Públicas caboverdianas representó el primer logro de la AGC ya que generó debate político en torno a los derechos que reclamaban desde su constitución.

²⁹ Dezanove 2012, disponible en <http://dezanove.pt/317044.html>, consultado el 2 de septiembre de 2013 y <http://videos.sapo.cv/hBccEvfET7WKzSGaCgGc>, consultado el 2 de septiembre de 2013.

³⁰ A *Semana* del 1 de Noviembre de 2012, disponible en <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article82574>, consultado el 2 de septiembre de 2013.

4. La Iª semana por la igualdad de Lesbianas, Gays, Bisexuales y trans en Cabo Verde: Mindelo Pride 2013

Sin lugar a dudas he podido ser testigo y parte de un movimiento social que revolucionó la sociedad caboverdiana y luso-africana, desde que recibimos la demanda de apoyo de la AGC sabíamos que esto marcaría un hito en el movimiento LGBT africano pero la respuesta de la sociedad fue mejor de lo esperado.

La planificación de las acciones comenzaron en marzo de 2013, sin contar con líneas presupuestales para su desarrollo se apostó por apoyar esta iniciativa buscando fondos de asignación directa en las administraciones públicas cercanas, la negativa de sus respuestas para ellas fueron los recortes en materia de ayuda a la cooperación internacional. Nuestro siguiente paso fue la búsqueda de patrocinadores españoles y canarios con inversión en Cabo Verde siendo el silencio lo suyo. Finalmente asumimos con recursos propios el desarrollo de estas actividades que tuvo un coste total de 2'334,75€.

El desarrollo de las actividades se enmarcaron entre el 18 de junio y 3 de julio, período en el que me desplazé a la ciudad de Mindelo a apoyar a la AGC. Durante estas semanas se trabajaron antes, durante y después de cada una de las acciones, acudimos a medios de comunicación (radios, televisiones, prensa escrita) tanto de Cabo Verde como de África continental, Europa, Brasil y Norteamérica. Fuimos testigos de un proceso natural en la conquista de nombre propio cuando fueron las administraciones públicas, que en un primer momento no tomaron en serio la reivindicación política que se estaba gestando de mano de un puñado de 'borrachas' y 'payasas'. Y fueron ellos los que se acercaron a la AGC para brindar su apoyo.

Finalmente del 24 al 29 de junio se desarrolló la *1ª Semana por la Igualdad de las personas LGBT* integrando una serie de actividades entre las que destacan la exposición fotográfica "Amor, Juicio y Libertad" de la fotógrafa Juliette Brinkman, el *1º Festival de Cine LGBT de Cabo Verde*, con corto-documentales de Brasil, Sudáfrica, Argentina y España, el desarrollo de la conferencia sobre *Homosexualidad, bisexualidad y transgenerismo en Cabo Verde: necesidades y desafíos para el futuro* y, finalmente, se cerró la semana con la *Manifestación por la Igualdad de personas LGBT* como ejercicio de conquista del espacio público.

"O poder do Cartaz": cuando el poder político se doblega ante un cartel

(20/06/2013) Hoy quedamos con Víctor, uno de los estilistas más famosos de Cabo Verde que está montando un SPA de lujo en "Pont d'Aigua" (el centro comercial para los turistas). El ofrecerá un coctel de apertura de la exposición. Tiene muchos amigos y familiares en la Câmara Municipal (gobierno de la isla). Quedamos en Café Mindelo para que nos acompañe a las embajadas a dejar las invitaciones personalmente. Víctor entra enajenado a la cafetería y, empieza de decir que le ha llamado el alcalde de la ciudad, que es amigo suyo para preguntarle por la actividad!!!! qué cosa es? qué quiere la AGC? etc, etc.

Según Víctor, la ¿preocupación? para la Câmara es que si esto sale bien, el próximo año vendrán muchos turistas, lo que, por una parte les interesa, y por otra tienen miedo porque dicen que son los "europeos los que traen el VIH a Cabo Verde" y que por naturaleza "los caboverdianos no usan condón porque les quedan pequeños y les hacen daño ¿?" (y seguimos con los prejuicios.....) dicen, también, con estadísticas en la mano que la prevalencia de VIH en Cabo Verde es bajísima..... claro está que no se hacen campañas de prueba de VIH y ésta solo se trabaja desde la salud sexual y reproductiva no teniendo una perspectiva de trabajo con HSH.

En esta conversación con Víctor invertimos 2 horas largas y acordamos tener una reunión con representantes de la Câmara Municipal. Lo curioso es que la AGC ha intentado tener esta reunión hace meses pero nadie les hacía caso. Se han tenido que pegar unas cuantas decenas de carteles en la calle e ir

acompañado de un representante de una ONG que realiza Cooperación Internacional al Desarrollo con personas LGBT en el mundo, algunas personas se extrañaban y preguntaban "¿con personas LGBT?", para que sean atendidos.

En la tarde Morabi, su organización umbrela les llamó para ofrecerles un espacio físico para el funcionamiento de la organización. Ellos han estado MÁS DE UN AÑO INTENTÁNDOLO y no consiguieron sino evasivas.

A esto le llamamos "El poder del Cartel". Es interesante ver cómo unos papeles pegados en las paredes está movilizandando las estructuras de la ciudad y están dándoles el espacio y valor que tiene la AGC. Aquí no les matan, no les meten a la cárcel, no les dan palizas, no les insultan..... pero son considerados los que hacen "locuras" y son "escandalosas, borrachas, payasas y que, por tanto, no tienen un discurso político sólido".

Esta tarde nos hemos pateado la ciudad entera. Hemos ido a todas las embajadas y consulados, las radios, periódicos, a los negocios de los empresarios fuertes y por la calle se acercaban chicos "visiblemente" gays para pedirles información y asociarse a ellos. El sábado en la tarde tienen una reunión para informar a los nuevos miembros que quieren integrar la AGC gracias a la publicidad que ha venido corriendo en las redes sociales y gracias "al Poder del Cartel".³¹

Lo realmente sorprendente es ver a una ciudad entera expectante de las acciones que desarrollan un grupo de personas LGBT y que, pese a las negativas sufridas anteriormente, se han mostrado, por un lado, preocupados por las dimensiones que podría cobrar este tipo de actividades y por el otro, interesados en el cumplimiento de sus promesas realizadas. La figura de un observador externo, como lo fue mi caso, condicionó y forzó ese paso esperado durante mucho tiempo y el papel couché de los carteles hizo también parte de su labor, el comienzo de la conquista del espacio público.

Construcción de la dialéctica activista LGBT

Para el análisis de las notas de prensa elaboradas por la AGC, utilizaremos una serie de categorías que nos permitirán conocer el desarrollo de esta dialéctica activista y la construcción de un discurso político. Hablaremos de los ideales, los primeros logros, el posicionamiento de su activismo en relación al activismo LGBT internacional y finalmente sus reivindicaciones.

Los ideales:

Este evento es una forma de sensibilización de la sociedad caboverdiana en general en relación a la comunidad LGBT y a las diferentes maneras de verlas en aspectos fundamentales de integración social, de promoción del respeto, de lucha contra la homofobia e una contribución para la construcción de una comunidad LGBT unida y cohesionada. Nuestras actividades buscan la creación de contactos e intercambios con África a partir de una perspectiva de enriquecimiento y de cooperación internacional. Esperamos que estas iniciativas sean el comienzo de unas jornadas a favor de los derechos humanos de las personas diversas en todo el continente africano.

Podemos observar en este párrafo la medida inicial del discurso políticamente correcto y tomando elementos propios de la cosmovisión africana de integración y pertenencia a un grupo de referencia del que no reniegan y, por el contrario, desarrollan estas actividades para desmitificar, si a caso, el estereotipo que aún se encuentra presente en la población. El panafricanismo, recurrente en los discursos de organizaciones del África subsahariana, se

³¹ Texto extraído desde los Reportes del trabajo de campo realizado en Mindelo por Alfredo Pazmiño.

hace presente haciendo un llamado a otras organizaciones LGBT africanas en la toma de contacto.

Los primeros logros:

Estamos recibiendo llamadas de apoyo y reuniones con representantes políticos que hasta ahora tenían la agenda ocupada para recibimos. Confiamos de que ‘El Poder del Cartel’ ha desempeñado un papel muy importante a nuestro favor porque dejamos de ser un grupo de homosexuales y transexuales que hacemos pequeñas cosas, para ser vistas como los organizadores de un evento que posicionará a São Vicente, Mindelo y Cabo Verde en un escenario político en particular en los países de nuestra región.

El empoderamiento del que gozan antes de la inauguración de las actividades se refleja en este extracto de nota de prensa y de manera paulatina deslumbran el impacto de este para su entorno local y global. Acuñar el término ‘El poder del cartel’ denota la fuerza que se comienza a gestar como fruto de su constancia y el apoyo recibido que les ha permitido el desarrollo de las acciones.

Posicionando su activismo al activismo LGBT internacional:

A partir de hoy formamos parte, de una manera más activa de esta lucha social en busca de la igualdad legal y social que vienen emprendiendo compañeros activistas de todos los países del mundo. La defensa de los Derechos Humanos LGBT demanda políticas públicas de Estado en relación a la Orientación Sexual y a la Identidad de Género de acuerdo a los Principios de Yogyakarta como parte del programa de cooperación internacional que tienen diferentes agencias mundiales para la salvaguarda de los Defensores de los Derechos Humanos LGBT.

A través de este párrafo evidenciamos que se consolida la lectura de lo local y lo global advirtiendo que su lucha no es ajena a un sistema que se encuentra legitimado en el mundo como lo es el movimiento LGBT, de allí que veamos que el discurso ha sufrido una evolución creciente que se ve reflejado en las formas de plasmar su realidad en las notas de prensa.

La reivindicación:

No podemos esperar más, Cabo Verde tiene derechos y comenzará a exigir a nuestros representantes políticos que se cumplan y que sean coherentes con sus políticas [...]. No somos personas de segunda categoría, somos hijos de Cabo Verde y como tal pedimos respeto e igualdad real. [...] Exigimos un sistema de salud pública un programa de atención integral para las personas Transexuales, un mejor y mayor acceso a atención de mujeres lesbianas, discriminación positiva en la empleabilidad de personas LGBT en exclusión social, y, sobre todo, la creación de una cooperativa textil donde podamos ser nosotros mismo, dejar la prostitución y tener un trabajo digno.

Finalmente el climax de empoderamiento de los activistas de la AGC se refleja en el extracto de partes del manifiesto donde, reforzados con el apoyo de los medios de comunicación y los participantes de las actividades, son capaces de enfrentarse ante esa pasividad de la administración pública demandando ser tomados en cuenta en claves ciudadanas.

La conquista de las calles como incidencia política

La primera gran marcha Stonewall (28 de junio de 1969) los disturbios de Stonewall, que se iniciaron la noche del 28 de junio de 1969 y se extendieron por varios días en la ciudad de Nueva York, fueron la más importante manifestación espontánea de cohesión de la comunidad homosexual y como tal son conmemorados en las marchas del orgullo gay se celebran alrededor del mundo en esa fecha. (Hurtado, 2010: 49)

Cuando hablamos de la conquista de los espacios públicos nos referimos a un ejercicio que lleva a la tensión entre ciudadanía y respeto de la diversidad que se vivió fundacionalmente en New York a partir de 1969 tras las revueltas vividas en el bar Stonewall Inn, y que el movimiento LGBT ha tomado como propia en la construcción de una identidad y visibilidad positiva de personas con diferentes orientaciones sexuales e identidades de género. La manifestación denominada “*Mindelo Pride*”³² cumplió ese objetivo que nos planteamos concentrando a simpatizantes LGBT y heterosexuales. La concentración fue en la Praça Dom Luís, en la vía marítima de la ciudad, donde los medios de comunicación plasmaban en fotografías este hecho histórico para la ciudad. A las 17h comenzó el recorrido por las principales arterias de la ciudad como es la Rua de Lisboa, pasando frente del Palacio Municipal y dirigiéndose a la Praça Nova para finalizar en la Praça Dom Luis donde se daría lectura al manifiesto, durante el recorrido se sumaron más de 5000 personas.

Durante la manifestación se distribuyeron panfletos, carteles, banderas arcoíris. Esta primera manifestación se caracterizó por la tranquilidad y el respeto de las personas que no formaban parte de ella ya que, habiendo detenido el tráfico de la ciudad, las personas se mantenían expectantes y acompañaban al recorrido. Los carteles transmitían diversos mensajes: “*Quero um C.V mais livre com mais igualdade*”, “*Abaixo ao preconceito*”, “*Eu apoio a causa LGBT*”, “*Abaixo a hipocrisia*”, “*Viva a Associação Gay Cabo-verdiana*”, “*Comunidade LGBT Africana*”. Abriendo la manifestación se podía leer en la pancarta:

Orgulho Gay LGBT
Não ao preconceito. Contra a homofobia
Cabo verde como um exemplo de igualdade
Mindelo 2013

Conclusiones

Primero, como hemos podido observar a lo largo de este análisis, la situación de Cabo Verde es ampliamente diferente a los países de la región de África Occidental y África Lusófona, hecho diferencial que le permite dar pasos en claves de igualdad y con ello gestionar un movimiento asociativo LGBT que tiene por objetivos sensibilizar a la comunidad caboverdiana y trabajar de manera cercana con activistas de otros estados africanos.

Segundo, la realidad de los Derechos Humanos en general y los referidos a las personas LGBT en particular para la realidad africana deberá ser analizado desde una óptica cada vez menos occidentalizada. La singularidad caboverdiana es que el desarrollo del estado tiene más puntos en común con realidades socio-políticas europeas y brasileiras lo que genera un espacio legal y jurídico favorable para la defensa de la diversidad en relación a la OS e IG.

Tercero, hablar de Mindelo dentro de Cabo Verde es hablar de una *isla de igualdad* no extrapolable a todo el estado aunque se cuente con legislación de protección a favor de las

³² Disponible en <http://videos.sapo.ao/0IaCtRb1S00qru2Dtoaq>, consultado el 2 de septiembre de 2013.

personas LGBT. La conquista social que se ha venido gestando en esta isla es la búsqueda de la Igualdad Social que es capaz de conseguir tras la irrupción en el espacio público de Tchinda, la primera mujer transexual del Estado.

Cuarto, el papel que juega Tchinda para el movimiento LGBT caboverdiano, y tras el estreno del documental “Tchindas” lo será para el movimiento trans-africano, es de medidas incalculables. A escasos 500 Km, en Senegal es impensable la visibilidad y naturalidad con la que Tchinda ha construido su IG, ha dado nombre propio a lo LGBT y sentado las bases de la AGC.

Quinto, es de resaltar que el acompañamiento de las ONGD’s homónimas facilitan el empoderamiento de las nacientes y teniendo en cuenta esta lógica la Fundación Triángulo apostó por el fomento de las capacidades de la sociedad civil para la defensa de los derechos humanos LGBT. Estrategias como los congresos especializados y formaciones específicas, así como un seguimiento de sus acciones facilitaron su constitución en 2011.

Sexto, sin lugar a dudas el poder haber sido parte de la 1ª Semana por la Igualdad de personas LGBT en Cabo Verde complementó ampliamente el conocimiento que tenía del tema. Antes de su desarrollo ya podíamos ser testigos de los avances en la conquista de un nombre propio como asociación.

Séptimo, las respuestas de las administraciones públicas no se hicieron esperar ante “*O poder do cartaz*” con lo que se reforzó el trabajo que vino a ejecutarse superando las expectativas en relación a la convocatoria, la proyección nacional e internacional, la generación de debate político y la construcción de una dialéctica propia de grupos que pueden gerenciar su desarrollo y entrar en interlocución con sus autoridades.

Referencias

Agbodjan, Didier (2005), “Las instituciones en pro de la exigibilidad y la justiciabilidad de los derechos económicos, sociales y culturales”, in Manuel Canto Chac (org.), *Derecho de ciudadanía. Responsabilidad del Estado*. Barcelona: Icaria, 124-145.

Baptiste, Jean (2004), *Histoire de relations internationales de 1945 à nos jours*. Paris: Armand Colin.

Becerra, Laura; León, Emilienne de (2005), “La justiciabilidad de los derechos económicos, sociales y culturales. Los instrumentos internacionales, las leyes y las políticas públicas”, in Manuel Canto Chac (org.), *Derecho de ciudadanía. Responsabilidad del Estado*. Barcelona: Icaria, 159-200.

Chanial, Phillipe (2005), “Autonomía y solidaridad: la sociedad civil como garante de la indivisibilidad de los derechos”, in Manuel Canto Chac (org.), *Derecho de ciudadanía. Responsabilidad del Estado*. Barcelona: Icaria, 86-94.

Hammarbergt, Thomas (2007), *Les Droits d’homme en Europe: Mission inaccomplie (point de veu du commissaire aux Droits d’Homme du Conseil de l’Europe)*. Strasbourg.

Hurtado, Carlos (2010), *La marcha LGBT para ampliar el canon de la ciudadanía con las diversidades sexuales*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana de Colombia.

Martínez Mauri, Martin; Larrea Killinger, Cristina (2010). *Antropología social, desarrollo y cooperación internacional*. Barcelona: Editorial UOC.

Nanjira, Diana (2006), “Perspectiva africana sobre derechos humanos”, in José Vidal-Beneyto (org.), *Derechos humanos y diversidad cultural: Globalización de las culturas y derechos humanos*. Barcelona: Icaria, 114-131.

Onufer Corrêa, Sonia; Muntarhorn, Vitit (org.) (2007), *Principios de Yogyakarta: principios sobre la aplicación de la legislación internacional de Derechos Humanos en relación con la orientación sexual y la identidad de género*. Yogyakarta: Indonesia.

Paoli, L. (2012), *Homofobia de Estado: un informe mundial sobre las leyes que criminalizan la actividad sexual con consentimiento entre personas adultas del mismo sexo*. Bruselas: ILGA.

Pazmiño, H. J. Alfredo (2009), “Aplicación de los derechos humanos a la orientación sexual y a la identidad de género: principios de Yogyakarta”, *Revista Brújula* (Asociación de Egresados y Graduados de la Pontificia Universidad Católica del Perú), 10 (19), 87-91.

Pazmiño H. J. Alfredo (2010), “Triple discriminación mujer, negra y lesbiana: manual de buenas prácticas y responsabilidades estatales y de las agencias de cooperación internacional con las personas lesbianas, gays, bisexuales y transexuales en África”, in *Actas del 7º Congreso Ibérico de Estudios Africanos, Lisboa*. Disponible en <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2356>, consultado a 2 de Setembro de 2013.

Pazmiño H. J. Alfredo (2012), “Evolución y sostenibilidad del acceso de las mujeres y de los inmigrantes a la universidad: un estudio de casos de integración social en Senegal (Universitè Cheikh Anta Diop), Cabo Verde (Universidade de Cabo-Verde), y Canarias (Universidad de La Laguna)”. *Actas del 8º Congreso Ibérico de Estudios Africanos: Madrid*. Disponible en <http://www.ciea8.org/ocs/index.php?conference=CIEA2012&schedConf=pan45&page=paper&op=view&path%5B%5D=603>, consultado a 2 de Setembro de 2013.

Pazmiño H. J. Alfredo (2013), “África también es LGBT”, in África no es un país. Disponible en <http://blogs.elpais.com/afrika-no-es-un-pais/2013/05/lgbt-borrador-html>, consultado a 2 de Setembro de 2013.

Rodrigues, Claudia (2009), *A Homoaffectividade e as relações de género na Cidade da Praia*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Serena, Marc (2013), *Això no és Africà!: Del Caire a Ciutat del Cap a través dels amors prohibits*. Barcelona: RBA.

Texier, Phillipe (2005), “Exigibilidad de los derechos económicos, sociales y culturales en el sistema universal”, in Manuel Canto Chac (org.), *Derecho de ciudadanía. Responsabilidad del Estado*. Icaria: Barcelona, 113-121.

As autoridades tradicionais angolanas e o paradigma jurídico ocidental^{1,2}

Alain Souto Rémy,³ Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil
alainsr@gmail.com

Resumo: O artigo problematiza a integração das ‘autoridades tradicionais’ angolanas em relação ao paradigma jurídico-institucional ocidental, cuja adoção Angola constitucionalmente renovou em 2010. Por um lado, analisa dois casos extremos ligados a acusações de feitiçaria, em que ficam evidentes violações a garantias individuais, ao Estado de Direito (*rule of law*) e à separação de poderes. Por outro, apresenta o fenômeno do direito proverbial no contexto Ovimbundu, que demonstra grande correspondência entre ordens normativas de naturezas tradicional e estatal. Esboça, por fim, hipóteses e meta-hipóteses a serem utilizadas na pesquisa em andamento.

Palavras-chave: autoridades tradicionais, Angola, Estado de Direito, feitiçaria, direito proverbial.

Introdução

Este trabalho objetiva problematizar a integração das (assim chamadas modernamente) ‘autoridades tradicionais’ – ou simplesmente ‘chefes locais’ ou ‘chefatura’ no seu conjunto – na ordem jurídica estatal de Angola, questão que se repete noutros países em África, e mesmo noutros continentes, que passaram pelo duplo processo de colonização e descolonização. As sociedades angolanas tiveram suas estruturas políticas locais submetidas a uma ‘superestrutura’ europeia que efetivamente validava ou rejeitava suas práticas jurídico-culturais locais. Posteriormente libertada dessa dominação, ficou com uma complexa contradição de valores e princípios por resolver, do que é um sintoma a observação de estruturas jurídicas internas interagindo sem harmonia, na produção e na aplicação do Direito. De um lado, um poder ‘central’ (Estado); do outro, um ‘social’ (chefes). Considerando que

¹ Este trabalho reflete o estágio inicial de investigação de doutoramento realizada sob a orientação do Professor Armando Marques Guedes, a quem agradeço pelas críticas. Falhas e insistências permanecem sob minha exclusiva responsabilidade.

² Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistêmicas das transições”, no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9), organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

³ Professor no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, Brasil). Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (UNL, Portugal). Mestre pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil).

abundam manifestações jurídicas incompatíveis por partes desses atores, e que Angola renovou em 2010 a adoção de um paradigma jurídico-institucional ocidental, mas também que essa nova Constituição não regulou a questão como devia ou poderia (cf. Constituição da República de Angola, 2010: arts. 224º-225º), cumpre explicitar as principais dificuldades que caracterizam essa incongruência.

Primeiro, deixamos claro o que tomamos por paradigma jurídico ocidental. Em seguida, apresentamos dois casos extremos de manifestação do direito tradicional, ambos ligados a acusações de feitiçaria, coletados em campo por Marques Guedes (2007); e abordamos a dimensão proverbial do direito tradicional, questão carecedora de melhor atenção pela academia. Teremos feito, assim, referência a duas das facetas do fenômeno jurídico tradicional em Angola. Ao final, em vez de conclusões ou respostas, teremos apenas mais perguntas, desejáveis, aliás, considerando o estágio da presente investigação em curso.

1. O paradigma jurídico ocidental

Seria plenamente possível incluir no conceito de paradigma jurídico ocidental todo um vasto universo de princípios, mas, além de incontáveis, cada um deles estaria também sujeito a variações, na medida em que adquire diferentes formulações, a depender do local, do momento e mesmo dos autores específicos a que se recorra para compreendê-los. Não obstante, parece existir um conjunto historicamente assentado de padrões institucionais encontrados ou defendidos com alguma consistência e abrangência. Esses elementos compõem o princípio nuclear do Estado de Direito, bem entendido como regulação do funcionamento da sociedade de uma forma geral, não apenas da máquina administrativa.

Como estratégia para definir o que seria o Estado de Direito, Canotilho (1999) parte da identificação dos limites do seu oposto, o ‘Estado de não Direito’, sendo assim qualificado um Estado que impõe normas arbitrárias, cruéis ou desumanas; no qual o Direito se identifica com a ‘razão do Estado’, definida e imposta por líderes na forma de expressões como o ‘bem da nação’, os ‘imperativos da revolução’ ou os ‘interesses superiores do Estado’; e pautado por uma injusta desigualdade na aplicação do Direito, com frequentes tratamentos com ‘dois pesos e duas medidas’ consoante as pessoas ou interesses em causa. Certamente trata-se de um padrão institucional que comunga da origem histórica do Estado liberal ou, dito de outro modo, “[f]oi no ‘meio ambiente natural’ do Ocidente o local da forja de uma arquitetura de Estado baseada no consenso sobre princípios e valores que, no seu conjunto, formam a chamada *juridicidade estatal*” (Canotilho, 1999).

Sem adentrarmos a longa cadeia histórica de contribuições que constituíram a atual noção de Estado de Direito, formado especialmente no contexto das revoluções burguesas e dos conflitos ocorridos no século XX, e utilizando-se os termos empregados pelo Secretariado-Geral das Nações Unidas (em tradução livre), o princípio do Estado de Direito pode ser compreendido como:

[U]m princípio de governança segundo o qual todas as pessoas, instituições e entidades, públicas e privadas, incluído o próprio Estado, respondem a leis que são promulgadas publicamente, cujo cumprimento é isonomicamente exigido, aplicadas com independência e que são compatíveis com as normas e padrões internacionais de direitos humanos. Exige, ainda, que sejam adotadas medidas para garantir o respeito aos princípios de primazia da lei, igualdade perante a lei, responsabilidade perante a lei, justiça na aplicação da lei, separação de poderes, participação na tomada de decisões, segurança jurídica, vedação ao arbítrio, e transparência procedimental e legal. (ONU, 2004: 4)

Na expressão inglesa *rule of law*, utilizada para denotar o mesmo conceito, o termo *rule* significa não ‘regra’, mas ‘domínio’, ‘império’, ‘governo’’: trata-se do governo das leis, por

contraposição ao governo de homens. A essa noção foram sucessivamente agregadas exigências formais e materiais por força de circunstâncias históricas e desenvolvimentos teóricos, passando a exigir-se (1) leis gerais e racionais (o que implica a atração dos princípios da igualdade e da razoabilidade); (2) emitidas e aplicadas por autoridades distintas (*i.e.*, com separação dos poderes); (3) as quais devem agir em nome de interesses públicos,⁴ não privados (aqui previsto o princípio republicano); (4) com independência e imparcialidade (especialmente aquelas autoridades judiciais); (5) num contexto de pluralismo político (o que traduz um princípio democrático, permitindo-nos falar em Estado democrático de Direito); (6) em que o poder estatal seja exercido com fundamento, instrumentos e limites instituídos constitucionalmente (o que significa reconhecer na constituição nacional o instrumento jurídico-político básico); em que se incluem (7) direitos, liberdades e garantias de proteção ao indivíduo, isolada e coletivamente e, ainda, (8) a plena responsabilização de agentes públicos e do próprio Estado por atos contrários ao Direito. Como se vê, em vez de se isolar desses princípios conexos, o Estado de Direito antes abrange-os, assim formando um conjunto coeso de *standards* institucionais.

Em função da origem histórica ocidental-liberal desses postulados, é pertinente o questionamento quanto a se o Estado de Direito deveria ser considerado um modelo institucional com valor político universal, questão que conta com abundantes respostas em diversas direções (especialmente quando a controvérsia toca no sensível tema dos direitos humanos). Contudo, dado que a atividade de pesquisa consiste sobretudo do desafio de identificar e selecionar informações relevantes e irrelevantes para o esclarecimento acerca de um determinado objeto ou realidade – o que implica dizer que se trata de uma atividade de *inclusão* e *exclusão* por excelência, metodologicamente falando –, essa indagação parece de fato *não* ser relevante nos contextos de Angola e mesmo de outros países africanos, lusófonos ou não. E isto não porque alguma das respostas seja preferível às demais, mas simplesmente porque, ainda que nalguns casos apenas retoricamente, esses países adotaram expressamente o Estado de Direito – seja como for (retoricamente ou não), eles efetivamente se autoimpuseram as correspondentes cargas de expectativa de comportamento.

2. As manifestações jurídicas das autoridades tradicionais angolanas

Em contraste com esse paradigma, temos um fenômeno extremamente complexo. Um primeiro caso (Marques Guedes, 2007) ocorreu em novembro de 2002, num conjunto de aldeias na Comuna do Sambo, no Planalto Central angolano. Um residente foi acusado de feitiçaria, agredido, e provavelmente viria a ser morto se não tivesse havido uma intervenção pelo *soma*⁵ local, com a consciente intenção de evitar a eventual qualificação daquele ato como homicídio e conseqüente condenação dos envolvidos. O ‘acusado’ foi, então, levado ao Administrador da Comuna, que, no entanto, se declarou ‘incompetente’ para analisar um crime não tipificado pela lei angolana (estatal). Por outro lado, tampouco encerrou o assunto, não mandou socorrerem o agredido, enfim, nada fez: não quis ‘enviar ao povo o sinal errado’.

⁴ Interesses públicos “primários”, para utilizar a distinção entre primários (aqueles diretamente relacionados com os destinatários finais da atuação do Estado, *i.e.*, interesses-fim) e secundários (aqueles que atendem diretamente à máquina administrativa e apenas indiretamente, e eventualmente, ao povo governado; interesses-meio).

⁵ Termo que denota a autoridade local de maior grau hierárquico (literalmente: ‘rei’).

Andando mais alguns dias, o grupo levou consigo o suposto feitiçeiro para ser apresentado ao Rei do Sambo, o grande *soma inene* da região, mas este, também cauteloso, declarou-se ‘territorialmente’ incompetente: o acusado era nativo de outro Reino. Nova procissão aconteceu e, afinal, o acusado foi condenado ao degredo pelo Rei do Huambo, que baniu-o para a Comuna do Chipeio, um lugar extremamente remoto.

O segundo teve lugar no final de agosto do mesmo ano, na Província de Kuando-Kubango, conhecida como “Terras do Fim do Mundo” na época colonial. Alguns chefes locais, liderados pelo ‘Rei’ Bingo-Bingo, pediram para serem recebidos pelo então Governador, Fernando Biwango, na capital da Província. Traziam oito outros *sobas*, a quem acusavam de feitiçaria e que vinham amarrados e visivelmente agredidos com violência. O grupo pedia que fossem presos e enviados para o campo prisional de Bentiaba, isolado no norte do deserto do Kalahari. Havia numerosas supostas testemunhas de que o assassinato de pessoas era prática comum dos oito homens, que posteriormente usavam os espíritos de suas vítimas como ‘escravos’ em suas próprias atividades agrícolas ou de pesca, de forma que estariam a prosperar às custas dos demais da região. Como tanto a prática quanto sua consequência eram inaceitáveis, pediam que aqueles homens fossem removidos da região de uma vez por todas. O Governador, alegando “inconformidade das acusações com a lei em vigor” e a impossibilidade de atender a esse pedido, mas declarando “compreender” a questão e o seu alcance e implicações, decidiu criar uma “comissão”, que incluía alguns dos próprios *sobas* denunciantes e um representante de seu próprio Governo Provincial, dentre outros membros. Essa comissão julgou os oito homens e condenou-os à morte por fuzilamento. Determinou, ainda, que seus corpos fossem lançados ao rio, de modo a garantir que seus espíritos, considerados malévolos e perigosos, não continuariam a assombrar os habitantes da região. E assim foi feito, não sem antes serem exibidos em comícios pelo Governador, interessado em extrair benefícios políticos da ocasião. Os fatos se tornaram conhecidos em Luanda e a resposta do Estado foi rápida: os membros da dita comissão e os representantes do Governo Provincial envolvidos, incluindo militares, foram julgados e majoritariamente condenados, com penas chegando a 20 anos de prisão. O Governador e o Vice-Governador foram julgados pelo Tribunal Supremo, órgão constitucionalmente competente para tanto, que condenou-os, em fevereiro de 2005, a 12 anos de cadeia (Marques Guedes, 2007).

A questão da feitiçaria é especialmente sensível nesse contexto, e isto ocorre porque é uma questão sensível para as comunidades angolanas. Voltaremos a este ponto. Mas, do ponto de vista do Estado de Direito, os dois casos revelam práticas inaceitáveis. Analisemos cada um deles.

No primeiro caso, o acusado foi inicialmente agredido e corria risco de ser morto por indivíduos que praticavam justiça privada, fato que se contrapõe à pressuposição do monopólio (ainda que regulado) do uso da força pelo Estado. Além disso, a autoridade estatal a quem foi solicitada uma decisão se omitiu indevida e deliberadamente. Com efeito, mesmo tendo manifestado expressamente que o fato atribuído ao acusado era atípico, o que faria com que a simples restrição à liberdade de locomoção imposta pelo grupo ao suposto feitiçeiro passasse a configurar um crime em pleno flagrante diante de si (sem contar as agressões sofridas anteriormente), o Administrador não tomou nenhuma providência para dissipar a violação a direitos fundamentais que presenciava. Essa omissão permitiu, ainda, que o sujeito fosse afinal condenado a uma restrição definitiva no seu direito de livre locomoção, que, em última análise, constitui uma sanção não prevista em lei, aplicada por uma autoridade sem competência, por um fato não tipificado como crime, sem direito à *ampla* defesa, aí incluído um advogado e a possibilidade de contraditar as alegações e provas. Em verdade, parece não ter sido concedido direito a defesa *alguma*. E, além de não previstas em lei, a qualificação do

fato como criminoso e a sanção resultam de uma definição efetuada pela mesma instituição que as aplica.

O segundo caso é similar, mas ainda mais grave. Os acusados foram também indevidamente conduzidos à força, no que caracteriza exercício de justiça privada, e a autoridade estatal igualmente chegou a reconhecer a falta de base legal para a acusação. Contudo, foi além: criou uma espécie de tribunal de exceção ao constituir a “comissão” destinada ao julgamento, que, para piorar, incluía alguns daqueles que se apresentaram como acusadores com juízo formado acerca do fato, restando violados os princípios do juiz natural e imparcial. Como resultado, foi novamente aplicada *sanção* em razão de *tipicidade* previstas não em lei senão em costume reproduzido (e produzido) por membros do próprio órgão processante, que não possuía competência legal, sem o devido processo, havendo ainda abuso de poder no momento em que a administração da justiça foi deturpada por interesses particulares, especialmente no momento da exibição dos acusados em comícios pelo Governador.

Há, porém, outras dimensões envolvidas no fenômeno da juridicidade tradicional, e uma particularmente interessante está no chamado direito proverbial. Os provérbios, que chegam a funcionar como fonte (até certo ponto formal) desse direito, são invocados como argumentos de autoridade na definição de critérios de avaliação das condutas dos envolvidos em conflitos.

Nas deliberações, os *olossekulu* (homens que assessoram o *soma*), os *olossoma* (plural de *soma*) e os anciões em geral não só ouvem invocações de provérbios a eles dirigidas como eles próprios os invocam. São frases, fórmulas ou ditos conhecidos, que, principalmente nessas situações, refletem crenças normativas, mais que meramente convenções sociais, denotando obrigações de feição jurídica aos olhos da comunidade. Mbambi (2007) refere que existem inúmeros tipos, mas constata-se sempre a manifestação de algum padrão decorrente de experiência de vida, no sentido de os mesmos resultados costumarem ocorrer quando verificadas condições semelhantes:

[A]s condutas prescritas na linguagem proverbial servem para mostrar ao homem o caminho certo para evitar males, problemas, infortúnios e, acima de tudo, castigos! Daí o seu necessário acatamento por toda a gente. E os provérbios que encerram comandos jurídicos formam o que chamamos direito proverbial. (Mbambi, 2007: 2)

Esse direito não é criado por um órgão determinado ou um grupo específico. É objeto de tradição oral, transmitido às novas gerações pelas anteriores, especialmente na situação em que são empregados com maior solenidade, o *ekanga*, julgamento participativo realizado para resolver conflitos, presidido pelo *soma*. Dentre os *olossekulu*, que assessoram o *soma*, há os *olongandji*, que têm plena familiaridade com o direito proverbial entre o povo Ovimbundu, sendo por isso chamados a cooperar com o *soma* nos julgamentos e na solução de outras questões relevantes no contexto tradicional.

Numa demanda relativa ao pagamento de alguém a outrem que lhe tenha prestado certo serviço, por exemplo, o *ongandji* (advogado) da acusação, terminará suas alegações dizendo ao tribunal: “Não satisfazer o pedido do meu cliente é uma injustiça que brada aos céus, e o douto Tribunal deve condenar o réu no pagamento da importância devida ao Autor, porque *“essalamihõ liú lume haliendanda ngó posi!”*, ditado que pode ser traduzido literalmente como “suor de homem não verte em vão” e que significa que todo trabalho deve ser remunerado. Da mesma forma, quando um acusado de agressão pretenda alegar legítima defesa nesse contexto, seu advogado deve afirmar “O meu cliente deve ser absolvido! Se ele agrediu o queixoso, fê-lo em resposta à agressão dele, pois todos nós sabemos que *luwawa kanehã, omuele wosenga!*”. A explicação vem do fato de que *luwawa* é o nome de uma planta

que liberta um cheiro desagradável quando é sacudida, mas que não tem nenhum cheiro se não o for. Ora, se a planta usa esse cheiro como uma arma para se defender de agressores, o que mostra que até as plantas se defendem quando agredidas, com muito mais razão deve-se reconhecer que o próprio homem também há de legitimamente se defender quando agredido. O provérbio consagra, em suma, o direito à legítima defesa (Mbambi, 2007). Os exemplos acima referem-se especificamente à cultura Ovimbundu, sendo certo que há variações – inclusive linguísticas – em função da região de Angola estudada e, obviamente, mais ainda quando passa-se a contextos em outros países.

De todo modo, como se pode observar, os provérbios, ao menos nos exemplos citados, parecem não criar normas muito diferentes daquelas normalmente encontradas em Estados de Direito. Não obstante, persiste o problema da autodeterminação jurídica e da suscetibilidade a juízos de conduta imprevisíveis pelos sujeitos jurídicos no cenário angolano e, de fato, parece ser esse o problema em contextos de pluralismo jurídico. Ainda que do ponto de vista das estruturas políticas da sociedade pareça benéfico manter múltiplas dimensões de efetiva juridicidade, um problema bastante básico se mostra inexorável: é preciso que todo agente jurídico – aqui especialmente o indivíduo – possa saber qual é a qualificação (permitida, proibida ou obrigatória) conferida a uma conduta qualquer. Para isto ocorrer, a combinação das várias ordens atuantes precisa realmente gerar um único resultado. Do contrário, determinada conduta pode ser qualificada contraditoriamente – e, neste caso, qual das fontes de regulação deverá prevalecer? Nenhuma delas deseja espontaneamente ceder mais espaço à outra, o que caracteriza desde logo um problema político, ligado à distribuição e exercício do poder, o que é uma das dimensões do problema. Juridicamente, porém, é preciso conceber uma solução, o que parece ter lugar através da delimitação de espaços e, especialmente, da instituição de metarregras que orientem a harmonização de duas ordens em uma. Porém, não se trata de algo para o qual se possa apresentar um modelo simplório de forma precipitada.

3. Retroalimentação entre objetos e critérios de avaliação

Esta nossa investigação parte, portanto, de um complexo fenômeno factual e um conjunto de parâmetros de validade jurídica, que não guardam plena compatibilidade entre si. Sendo o desafio promover a congruência entre esses mundos, seria fácil afirmarmos que é o critério de validade que condiciona o objeto avaliado, não o contrário, mas isto desprezaria muitas dimensões – política, social, cultural, histórica – envolvidas na vida de qualquer povo.

Considerando que dois elementos quaisquer se *aproximam* de maneira mais eficiente quando *ambos* se movem em direção ao outro, não é de todo irrazoável cogitar a possibilidade de o próprio critério de validade estar sujeito a avaliação e eventual revisão. Essa hipótese está inclusive em conformidade com o que sucede desde sempre na evolução do conhecimento científico: os modelos que dão conta de determinada parcela da realidade (de forma descritiva ou, particularmente no Direito, prescritiva) têm seu lugar plenamente garantido até que sejam aprimorados ou simplesmente substituídos por outros que incorporem aspectos até então não considerados ou deliberadamente desprezados.

Uma possível fixação ocidental por regras, por exemplo, é uma das hipóteses a serem examinadas. Com efeito, apesar de o Estado não enxergar na feitiçaria uma questão jurídica, isto não exclui de imediato que o povo angolano não a veja (ou não possa vê-la) dessa forma, e parece ser este precisamente o caso: estaria construída em torno disso uma regra de reconhecimento comunitária e constitutiva (Hart, 1986), de natureza proibitiva, destinada a regular um aspecto coletivamente sensível da vida social. Américo Kwonokoka relata que, no encontro ocorrido em Angola em 2007 sobre as autoridades tradicionais, uma destas chegou a

desabafar, diante de juízes, advogados e outros presentes, que:

[O] governo deve resolver as questões gerais prescritas na lei, deixando para as autoridades tradicionais aquelas questões de feitiçaria, de magia e de certas crenças religiosas, porque o governo não as entende. E se recebe emolumentos judiciais em dinheiro, porque motivo se intromete na gestão da justiça tradicional quando esta pede galinha, cabrito ou boi como multa/emolumento? (Kwonokoka, 2012: 323)

Ao mesmo tempo, direitos e garantias fundamentais só são realmente fundamentais se elas têm eficácia oponível a todos, quer no âmbito estatal, quer no contexto tradicional. Isto implica, porém, algumas perplexidades e, possivelmente, algumas respostas desconfortáveis ou indesejadas. Por exemplo, haveria a feitiçaria de ser, então, devidamente tipificada legalmente, atribuindo-se às autoridades tradicionais a competência para o julgamento, também por lei formal? Por outro lado, fazê-lo não significaria (da parte das autoridades tradicionais) abdicar de sua autonomia e, portanto, de parte de seu poder, reconhecimento e legitimidade sociais? Estas são apenas perguntas, para as quais não há respostas prontas e talvez sequer haja respostas ‘certas’, mas são exatamente as que condicionam a direção da investigação.

Referências

Canotilho, Joaquim José Gomes (1999), *Estado de Direito. Cadernos Democráticos*. Volume 7. Lisboa: Gradiva/Fundação Mário Soares.

Constituição da República de Angola (2010), Consultada a 12 de maio de 2014, disponível em http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf.

Hart, Herbert Lionel Adolphus (1986), *O conceito de Direito*. Trad. A. Ribeiro Mendes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Kwonokoka, Américo (2012), “Autoridade Tradicional e as Questões da Etnicidade em Angola”, in Boaventura de Sousa Santos; José Octávio Serra Van Dúnen (org.), *Sociedade e Estado em construção: desafios do direito e da democracia em Angola nas multinacionais* (Luanda e justiça: pluralismo jurídico numa sociedade em transformação, v. 1). Coimbra: Almedina, 315-339.

Marques Guedes, Armando (2007), “The State and ‘Traditional Authorities’ in Angola. Mapping issues”, in Armando Marques Guedes e Maria José Lopes (orgs.), *State and Traditional Law in Angola and Mozambique*. Lisboa: Almedina; Leiden: Leiden University, 15-67.

Mbambi, Moisés (2007), “O Direito Proverbial entre os Ovimbundu” (anexo), *O casamento ao longo dos tempos*. Tese de Mestrado em Direito apresentada à Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa. Consultado a 20 de agosto de 2014, disponível em <http://www.fd.ulisboa.pt/Portals/0/Docs/Institutos/ICJ/LusCommune/MbambiMoises.pdf>.

ONU (2004), *The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies: Report of the Secretary-General (S/2004/616)*. Relatório do Secretariado-Geral da Organização das Nações Unidas. Consultado a 17 de agosto de 2014, disponível em <http://www.unrol.org/files/2004%20report.pdf>.

As mudanças na relação Brasil-Portugal: uma análise acerca das colônias portuguesas na África na década de 1970⁶

Bruno Santos de Araujo Fernandes,⁷ Universidade Federal do Paraná (UFPR),
Brasil
brunobsba@gmail.com

Karla Gobo,⁸ UNINTER, Brasil
karlagobo@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar as mudanças e ajustes nas relações Brasil-Portugal-Moçambique durante a década de 1970. A história da Política Externa Brasileira até então foi marcada pelo apoio à Portugal no que dizia respeito às suas colônias no continente africano. No entanto, a partir da década de 1970, assiste-se uma aproximação e apoio à independência desses territórios. Tendo isso em vista, cumpre investigar quais são as variáveis que podem explicar essa mudança na tradicional relação de apoio do Brasil no que diz respeito à esta temática. A hipótese deste trabalho é de que há aspectos na política interna de ambos os países que auxiliam nas mudanças de direcionamento nesta relação, assim como alguns condicionantes internacionais que ajudam a explicar esta questão.

Palavras-chave: Colônias portuguesas, relação Brasil-Portugal, relações Brasil-África, descolonização.

Introdução

O objetivo do presente trabalho é analisar as mudanças e ajustes nas relações Brasil-Portugal-Moçambique durante a década de 1970. A partir da análise da política externa brasileira, percebe-se que a relação que até 1970, o Brasil teria privilegiado a relação com Portugal em detrimento aos países africanos. Em outras palavras, apesar do passado colonial e da forte

⁶ Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistêmicas das transições”, no *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

⁷ Professor da Rede Pública do Distrito Federal, Formado em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em História Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

⁸ Coordenadora e professora dos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais da UNINTER. Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

influência cultural vinda do continente africano, até 1970 o Brasil apoiou a manutenção dos territórios ultramarinos portugueses na África. Entretanto a partir da década de 1970, assiste-se uma aproximação e apoio à independência desses territórios.

Este trabalho tentará responder a seguinte questão: quais fatores levaram o Brasil a redimensionar sua posição em relação à a independência das ex- colônias africanas de Portugal? É importante salientar que embora a política externa não seja o espelho da política interna, há condicionantes relativos aos interesses nacionais e constrangimentos externos que faz com que se repense essas relações.

Neste cenário de crise da Guerra Fria não faz sentido o alinhamento único, ou seja, alinhar-se a uma das potências deixando de lado as demais oportunidades. A política externa brasileira ao longo do século XX foi marcada pela busca de recursos de poder que pudessem garantir uma maior autonomia do país no cenário internacional e assim garantir o desenvolvimento.

O trabalho se dividirá em 3 partes além da introdução: as relações entre o Brasil e a África na segunda metade do século XX, a Revolução dos Cravos e para concluir nas considerações finais será empreendido um esforço com o objetivo de responder a questão proposta acima.

1. As relações Brasil-Portugal-África

Esta seção pretende analisar as relações e conexões entre Brasil, Portugal, e as então colônias e depois países do continente africano no século XX, porém antes de analisar as relações entre os países ou territórios nas duas margens do Atlântico-Sul no século passado é importante entender alguns aspectos históricos deste relacionamento.

Um dos grandes pilares formadores do Brasil foi o tráfico de escravos, o chamado infame comércio, o grande vetor do relacionamento entre o Brasil e África entre o período colonial e a metade do século XIX. O acordo de reconhecimento da independência brasileira incluía uma cláusula de proibição de relacionamento do jovem país com as possessões portuguesas no continente africano. Entre 1822 e 1850, ou seja, no intervalo iniciado com a emancipação brasileira e findado com a definitiva proibição do tráfico de escravo relações os contatos entre as duas margens do Atlântico continuaram girando em torno do comércio de seres humanos (Penna Filho, 2009: 136-37).

A partir de 1850 dois fatores contribuíram decisivamente para o afastamento do Brasil com as regiões africanas tradicionais fornecedoras de mão-de-obra: i) a penetração neocolonialista que levou ao fechamento das diversas colônias africanas; ii) a reorientação da política externa brasileira que privilegiou a imigração européia e buscou apagar da memória as relações com a África e o legado de matriz africana da cultura e identidade nacional (Penna Filho, 2009: 137).

O Brasil saiu da Segunda Guerra Mundial determinado a exercer influência regional e aumentar a sua industrialização, é neste contexto de projeto de potência brasileira que o continente africano ressurgiu na política externa brasileira. O Governo de Eurico Gaspar Dutra, entre os anos 1946-51, teve um alto grau de inserção internacional centrado nos acordos feitos durante a Segunda Grande Guerra, sendo que a principal orientação em política era o alinhamento total com os Estados Unidos e afinar-se com os outros países vencedores em 1945 (Saraiva, 2012: 26-27).

A primeira oportunidade brasileira de pronunciar-se sobre o colonialismo na África ocorreu no comitê criado pela Organização das Nações Unidas, em 14 de dezembro de 1946, com o objetivo requerer informações às potências colonizadoras sobre os seus territórios. O

representante brasileiro acompanhou os colonizadores ao acreditar que não havia nenhuma necessidade fornecer tais informações (Saraiva, 2012: 27). É importante destacar que o Brasil enxergava as colônias ou países africanos como competidores pelo mercado de produtos primários tropicais no comércio internacional.

O Segundo governo de Getúlio Vargas caracterizou-se por uma tentativa de retomada do projeto nacionalista, neste esforço foram criadas duas das instituições mais importantes do Brasil: o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1982 as temáticas sociais foram acrescentadas ao desenvolvimento e o S de social foi incorporado à sigla e ao nome do banco, passando a se chamar BNDES) e a PETROBRAS.

As condições favoráveis encontradas por Getúlio Vargas nos anos quarenta haviam desaparecido. No contexto da Segunda Guerra Mundial a América Latina e o Brasil em particular, eram prioritários na agenda externa norte americana, já na década seguinte havia um total desinteresse dos Estados Unidos em relação à região. Esta marginalidade impediu Vargas de obter vantagens com o alinhamento à política externa norte americana (Hirst, 2003, 81). Esta marginalização do Brasil e da América Latina deve-se principalmente pela reconstrução da Europa no contexto da Guerra Fria.

Apesar do alinhamento com os Estados Unidos houve uma tentativa de diversificação nas relações exteriores. Em relação à África duas passagens chamam a atenção: a primeira é a posição do governo brasileiro sobre a independência da Tunísia. Na votação no Conselho de Segurança das Nações Unidas,⁹ apesar das investidas do governo francês, o Brasil manteve uma postura de apoio aos países árabes (Hirst, 2003, 91). A segunda menção são críticas pontuais feitas pelo governo contra o ambiente internacional que ocasionava o congelamento da descolonização africana. Apesar destes avanços, a visão brasileira de que o regime do *Apartheid* requeria uma solução conciliatória, ou seja, era um problema de ordem interna da África do Sul, nutriu um grande ressentimento dos países ou colônias africanas (Saraiva, 2012: 27).

Em 1953, a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta Brasil-Portugal, foi um fator decisivo para o desenrolar das relações brasileiras com a África. O referido tratado em seu artigo primeiro que as *Altas Partes Contratantes (...) se consultarão sempre sobre os problemas internacionais de seu interesse comum* (DAÍ/MRE, 1953).

Na Prática, a assinatura do acordo internacional, em 1953, restringiu o acesso brasileiro às províncias ultramarinas, notadamente as africanas. Concomitantemente Portugal obtinha uma garantia do Brasil de que as relações especiais permaneceriam. Desta forma o governo português conseguiu através deste acordo o apoio, ou pelo menos, a omissão do Brasil no plano internacional, principalmente em relação às questões coloniais, ou seja, a principal temática do Estado luso nas relações internacionais após o término da Segunda Guerra Mundial (Penna Filho, 2001: 122).

A assinatura do Tratado foi resultado de uma decisão tomada no alto escalão do governo brasileiro, e que envolvia diretamente o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Por outro lado, encontrou várias resistências por parte de diplomatas brasileiros, que perceberam futuras dificuldades políticas a que o Brasil passaria. Apesar de terem enxergado o cerne da questão, estes diplomatas não ocupavam postos importantes e nem tinham poder para definir

⁹ Nesta ocasião Brasil fazia do referido conselho como membro não permanente. Ainda hoje, uma das grandes aspirações brasileiras no plano internacional é a obtenção de assento definitivo no conselho de segurança.

ou redefinir a política exterior brasileira. Para este grupo estava claro que alinhar-se com o colonialismo português era um grande equívoco (Penna Filho, 2001, 122).

O Governo Juscelino Kubitschek (1955-60) foi um período de grande euforia e modernização. O projeto de governo de JK chamava-se plano de metas, e tinha 31 objetivos distribuídos em 6 grandes áreas: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília,¹⁰ chamada de síntese (Fausto, 2002: 425). Tal plano foi o resultado de estudos da comissão mista Brasil - Estados Unidos. O plano de metas tinha um *slogan* ousado: crescer 50 anos em 5.

No terceiro ano de governo JK haviam sido cumpridas todas as metas, exceto a meta síntese, pois a nova capital foi inaugurada no seu último ano de governo. Este foi um período de grande euforia embalada provocada por forte crescimento econômico (Fausto, 2002: 425). O ano de 1958 foi especial pela conquista do primeiro título mundial de futebol na Suécia, e pela invenção da Bossa Nova, uma música moderna que se destinava a um país em franca modernização. Sempre se falou que o Brasil era o país do Futuro; pois bem, no quinquênio do governo JK, o Brasil tornou-se o país do presente.

A inserção internacional tinha na Operação Pan-Americana - OPA - o seu principal eixo de atuação. A OPA teve início a partir da troca de cartas pessoais entre os chefes do poder executivo brasileiro e norte americano. A partir da cooperação econômica a população latino-americana saíria da miséria e seria formado um escudo contra a penetração da ideologia soviética (Bueno e Cervo, 2014: 312). O presidente brasileiro costumava dizer que o socialismo deve ser combatido com prosperidade e não com miséria.

A política africana do presidente JK foi bastante ambígua e demonstrava as hesitações brasileiras. O Mercado Comum Europeu foi criado em 1957 e havia uma cláusula de proteção aos produtos africanos, oriundos de colônias ou territórios independentes. Tal protecionismo causou um grande receio de produtores brasileiros de café, algodão e cacau, pois estes produtos tinham lugar de destaque nas pautas de exportações de países ou colônias africanas, além da concorrência de produtos primários, havia o temor de que financiamentos internacionais deixassem de vir ao Brasil para serem realocados nos países africanos (Saraiva, 2012: 32).

Entre 1957 e 1960 ocorreram as independências de 21 países africanos, sendo que 17 destas aconteceram em 1960. O governo brasileiro reconheceu as independências e procurou estabelecer negociações para estabelecer trocas de missões diplomáticas e comerciais. Apesar das negociações, o governo brasileiro não fez nenhuma condenação explícita ao colonialismo e aproximou-se de Portugal na ONU (Bueno e Cervo, 2014: 312).

Jânio Quadros e João Goulart elegeram-se presidente e vice,¹¹ respectivamente em 1960. Quadros baseou sua campanha em um discurso moralista e de combate a corrupção. Prometeu governar a partir de medidas de impactos, as duas primeiras foram as proibições do biquíni e da briga de galo. Tais medidas o fizeram cair no ridículo e perder o apoio popular. Como nunca teve governabilidade renunciou na esperança do povo conduzi-lo ao poder sem

¹⁰ O Brasil teve até hoje 3 capitais: Salvador, próximo à costa do descobrimento e aos engenhos de açúcar, entre os anos 1549 e 1763; O Rio de Janeiro, cidade litorânea próxima a região mineradora, entre 1763 e 1960; Brasília foi inaugurada em 21 de Abril de 1960, sendo que um dos objetivos da sua construção foi o povoamento e desenvolvimento da região do Planalto Central do Brasil que era um vazio populacional.

¹¹ Nas eleições de 1960 no Brasil havia a possibilidade de eleger presidente de uma chapa e o vice de outra, e isto acabou ocorrendo.

parlamento, mas tal jogada não deu certo. O Congresso aceitou sua renúncia, porém não aceitava a posse de seu vice pelas ligações com os sindicatos e movimentos sociais. Após uma séria crise institucional Goulart tomou posse com poderes restritos. Apesar de todos estes problemas não houve ruptura na política externa brasileira durante os mandatos destes 2 presidentes.

A Política Externa Independente - PEI - foi inaugurada em 31 de janeiro de 1960, com a posse de Jânio Quadros e findada em 31 de janeiro de 1964, com o golpe Civil-Militar que culminou em 21 de ditadura no Brasil. Os principais aspectos desta política são os seguintes: mundialização das relações internacionais do Brasil; atuação sem compromissos ideológicos; a polarização do mundo em norte-sul e não em leste-oeste; ampliação das relações comerciais; a luta por maior participação nas instâncias decisórias internacionais; adoção dos princípios da não-intervenção e autodeterminação dos povos (Bueno e Cervo, 2014: 312).

O biênio 1961-62 foi extremamente importante para a política africana brasileira: a Divisão de África do Ministério das Relações Exteriores foi criada como demonstração da importância que esta região adquiria; as primeiras embaixadas foram criadas e o primeiro embaixador negro, Raymundo de Souza Dantas, foi nomeado. Porém alguns problemas aconteceram nesta aproximação: a falta de infra-estrutura de funcionamento e a concentração em temas comerciais impediram a ampliação da cooperação (Saraiva, 2012: 35-38).

Em 31 de março de março de 1964 ocorreu um golpe civil-militar no Brasil e a política interna estruturou o novo regime. A política externa inaugurada em 1964 tratou de provocar um desmonte agressivo na PEI (Gonçalves e Miyamoto, 1993: 215). O general Castelo Branco e seu chanceler Vasco Leitão da Cunha empreenderam diversas mudanças como a base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e alinharam o Brasil aos Estados Unidos no conflito leste-oeste (Bueno e Cervo, 2014: 394-95). Em relação à África houve um recuo e uma substituição da ênfase econômica para a geopolítica de combate ao comunismo (Saraiva, 2012: 41).

O segundo governo militar Brasileiro, o do General Artur da Costa e Silva, no plano interno lidou com a organização da oposição ao regime, inclusive armada. No plano externo chegou-se a conclusão de que os resultados da Aliança Para o progresso foi pífio. Neste contexto foi lançada a Diplomacia da Prosperidade, que tinha como caráter principal o econômico e eliminou alguns conceitos do ideário internacional, como a divisão leste-oeste pela norte-sul e o conceito ocidentalismo por vir carregado de preconceitos e atrapalhar a ação externa foi substituído pelo universalismo (Bueno e Cervo, 2014: 408). Em relação África a substituição do liberalismo associativo pelo desenvolvimentismo nacionalista, que tornou-se a tônica da política africana brasileira até 1990, colocou de novo a África na agenda externa brasileira (Saraiva, 2012: 41).

O Governo Médici foi o ápice da repressão brasileira, se bem que este momento de grande crescimento econômico garantisse certa neutralidade da classe média brasileira. No plano externo houve a procura pelo estabelecimento de um maior número de alianças, mesmo que ainda de maneira embrionária. Havia uma discordância veemente a respeito da forma de aproximação ao continente africano: Delfim Neto, então ministro da Fazenda e homem forte área econômica, defendia uma abordagem primeiro mundista, ou seja uma aproximação a partir de Portugal. O chanceler Mario Gibson Barbosa defendia uma abordagem terceiro mundista, ou seja, separando o ‘Portugal metropolitano’, com quem se tencionava o desenvolvimento de relações bilaterais, intercâmbios culturais e comerciais, do ‘Portugal colonialista’, de quem o Brasil deveria se distanciar e até mesmo negar o seu apoio a tese das ‘províncias ultramarinas’. Neste caso o presidente acabou por apoiar o seu chanceler, que

questiona a pretensão de intervenção no Itamaraty do então ministro da fazenda, sendo assim o terceiro mundismo suave marca a aproximação brasileira com a África (Souto, 1998: 27).

A proposta do ministro de visitar países como Costa do Marfim, Senegal, Gana, Togo, Daomé, Nigéria, Camarões, Zaire e Gabão teve por objetivo examinar primeiramente os interesses no Atlântico Sul, revigorar a presença brasileira na área, estimular a criação de correntes de comércio, além de novos modelos de cooperação cultural e assistência técnica. Enfim, a agenda do chanceler de visitas aos países africanos em 1972 não teve como objetivo somente o incremento comercial, mas também a cooperação técnica entre as partes. Essas visitas são entendidas mais como um gesto de abertura política do que como estabelecimentos de relações bilaterais. Em quase todos os países são assinados acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica. Como se pode notar, a aproximação se deu com os territórios já independentes e não com as colônias portuguesas.

O desenvolvimento da diplomacia brasileira para a África enfrenta inevitáveis atritos com a África do Sul, EUA, Portugal e potências coloniais européias. Se na ONU o Brasil votou ao lado de Portugal na questão das chamadas ‘províncias ultramarinas’, juntamente com EUA, Grã-Bretanha, Espanha e África do Sul, por outro não tomou partido nas questões gerais de condenação do colonialismo, interesses econômicos estrangeiros, apartheid e discriminação racial, o que, de certa forma, gerou um distanciamento do grupo colonialista. De acordo com o ministro Gibson, a sua visita aos países africanos moveu uma forte campanha contrária da imprensa, que contava com os setores da extrema-direita que

[...] consideravam os movimentos libertários africanos, dentro do contexto da guerra fria, perigosos agentes do comunismo internacional. Tudo isso alimentado pelo fácil discurso emocional – a que muitos eram sinceramente sensíveis – de que não era a hora de faltar com nosso apoio à ‘mãe-pátria’, quando ela se encontrava praticamente isolada. (Barboza, 2002: 349)

O grande dilema para o governo Médici é de como evitar a ruptura com Portugal sem abrir mão do relacionamento com a África. Dessa forma, a diplomacia brasileira prefere separar o Portugal metropolitano do Portugal colonialista, contanto que as declarações feitas nos países africanos pelo chanceler Gibson Barboza têm um formato quase idêntico, e nenhuma delas têm a condenação explícita ao colonialismo, mas termos mais suaves como ‘autodeterminação’ e ‘não intervenção’ (Barboza, 2002: 353).

As relações bilaterais com a África começam a ser estabelecidas durante o Governo Geisel. Este Governo, no plano interno, teve que lidar com o início de uma forte crise econômica oriunda do choque do petróleo. Para lidar com esta pressão deu início ao processo de distensão do regime a partir um processo de abertura que foi chamada de lenta, gradual e segura.

Tendo em vista esse cenário internacional, a política externa brasileira conta, no governo Geisel, com um período de inflexão em vários aspectos, como por exemplo: a aproximação dos países árabes produtores de petróleo, que modificou sua política em relação ao conflito árabe-israelense;¹² reconhecimento de independência de ex-colônias portuguesas (inclusive o novo governo de Angola, que recebia apoio militar de Cuba); estabelecimento de relações

¹² Na XXIX Assembléia Geral das Nações Unidas, por exemplo, o chanceler Azeredo da Silveira defende a desocupação dos territórios ocupados por Israel e na XXX Assembléia Geral, em 10 de novembro de 1975 o Brasil vota a favor do projeto de resolução que considera o sionismo uma forma de racismo e discriminação racial.

com a República Popular da China; obtenção de ampla cooperação nuclear da Alemanha Federal e além dos problemas com a Argentina, sobre a questão do aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná e com os Estados Unidos (energia nuclear e direitos humanos). Na área sul-americana, o principal êxito da política externa seria a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica.¹³

O reconhecimento de independência de Moçambique e Angola, além do discurso do chanceler brasileiro na abertura do debate geral da sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas no ano de 1974, no qual apoiou as reivindicações africanas com relação ao apartheid, principalmente as práticas Sul-Africanas e co-patrocinou resoluções de concessão de ajuda econômica e técnica às que se formavam naquele território. O governo brasileiro também apoiou junto à ONU a autodeterminação da Namíbia e a transferência do poder na Rodésia para a maioria negra; aceitou as medidas de implementação da Declaração sobre Países e Povos Coloniais. No ano de 1975, o Brasil estabeleceu relações com os países africanos de língua portuguesa que se tornaram independente: Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola. De referir que já mantinha relações diplomáticas com Guiné Equatorial, Alto Volta, Níger e Reino do Lesoto. Como se podem notar as relações e a presença brasileira na África aumentaram consideravelmente, com a rede diplomática brasileira a elevar-se para dez embaixadas-sede e dezenove embaixadas cumulativas.

Segue abaixo um quadro comparativo das políticas africanas dos governos Médici e Geisel:

	Governo Médici	Governo Geisel
África	<ul style="list-style-type: none"> - Relações diplomáticas com o Zaire. - Cooperação brasileira com o Senegal. - Visita do Ministro do Exterior da África do Sul ao Brasil. - Visita do Ministro das Relações Exteriores do Quênia ao Brasil. - Visita do chanceler brasileiro a nove países do continente africano com os quais assinou comunicados conjuntos e acenou o processo de abertura política através da assinatura de acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica. - Visita do chanceler brasileiro ao Quênia. - Visita do chanceler brasileiro ao Egito com a assinatura do contrato entre Petrobás e Egyptian General Petroleum Corporation. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento de independência de Guiné-Bissau. - Visita do Presidente do Gabão ao Brasil. - Abertura de linha de crédito ao Gabão. - Reconhecimento de independência de Moçambique e Angola e apoio ao MPLA (Movimento Para a Libertação de Angola) grupo apoiado pelos soviéticos e outros países socialistas. - Apoio às reivindicações africanas com relação ao apartheid junto à ONU. - Co-patrocinou resoluções de concessão de ajuda econômica e técnica. - Apoio junto à ONU da auto-determinação da Namíbia e a transferência de poder na Rodésia para a maioria negra. - Relações com países africanos de língua portuguesa que se tornaram independentes, a saber: Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola. - Relações diplomáticas com: Guiné Equatorial, Alto Volta, Níger e Reino do Lesoto.

¹³ Firmado em 1978, seu objetivo é promover o desenvolvimento harmonioso e integrado da Bacia Amazônica pelos países membros – Brasil, Equador, Colômbia, Guiana, Suriname, Venezuela, Peru e Bolívia - através desse acordo se garantiria, através do desenvolvimento da região, uma elevação do nível de vida dos povos desses países, através da cooperação entre os membros para a troca de experiência através da promoção científica e tecnológica, além da criação de infra-estrutura de transportes e comunicação, preservação dos bens culturais juntamente com o fomento do comércio local.

2. A Revolução dos Cravos e seu impacto no Brasil

No dia 25 de abril de 1974 o mundo surpreendeu-se com uma revolução socialista em plena Europa Ocidental. O chefe da delegação da CIA em Londres, Cord Meyer falou que: “*quando a Revolução aconteceu em Portugal, os Estados Unidos tinham ‘saído para almoçar’*” (Martinho, 2007). O movimento ficou conhecido como Revolução dos Cravos porque uma mulher ofereceu um cravo vermelho a um soldado que aceitou e colocou no cano de seu fuzil. A imagem rodou o mundo e tornou-se inesquecível, especialmente para os portugueses (Augusto, 2012: 12)

O movimento de Abril, ou Movimento das forças armadas (MFA), era na sua maioria por jovens capitães do exército e derrubou uma das mais longas ditaduras do século XX. O regime protagonizado por Antônio de Oliveira Salazar chegou ao poder em 1926 após os militares derrubarem a Primeira República Portuguesa, instaurada apenas 16 anos antes. Nesta ocasião Salazar foi convidado para ser ministro das finanças, porém renunciou 13 dias depois por não terem aceito suas condições para desenvolver o trabalho.

Em 1928 foi convidado mais uma vez para assumir a pasta das finanças públicas, com poderes sobre as receitas e despesas dos outros ministérios, aceitou e só deixou o poder em 1968, por razões médicas. Em 1932 foi publicado o projeto de uma nova constituição aprovado em 1933 através de um plebiscito. A partir desta carta constitucional o regime criou forma constitucional através do Estado Novo, uma ditadura antiliberal e anticomunista, que se orientava pelos princípios conservadores e autoritários: ‘Deus, Pátria e Família.

O Estado Novo Português presenciou o período entre guerras, a segunda guerra mundial e boa parte da Guerra Fria. A ditadura portuguesa sobreviveu além a morte do ditador. No dia 3 de agosto de 1968, Salazar sofreu um controverso acidente doméstico, perdeu a lucidez e faleceu em 1970, ou seja, quatro anos antes da derrubada do regime. Marcelo Caetano substituiu-o na liderança do governo de Portugal entre 1968 e 1974. O regime salazarista sobreviveu à morte do seu mentor por 8 anos.

No dia 26 de Abril de 1974 após o movimento do MFA ter deposto o regime liderado por Caetano, o secretário geral dos negócios estrangeiros, emitiu um telegrama circular a todas missões diplomáticas portuguesas conjuntamente com uma nota a todas as missões diplomáticas, referindo que o movimento da madrugada anterior havia constituído uma junta de salvação nacional (JSN), que em três semanas indicaria os membros de um governo provisório civil que em um ano prepararia eleições (Magalhães, 2000: 323).

No dia seguinte o embaixador português no Brasil entregou uma nota na mesma linha da comunicação acima refreída. Apenas 3 horas depois o Itamaraty enviou uma comunicação à embaixada lusitana no Brasil acusando o recebimento da nota; ao mesmo tempo o embaixador brasileiro em Lisboa entregou um comunicado exatamente igual ao Ministro dos Negócios estrangeiros português. Os dois comunicados foram acompanhados de uma declaração oral de reconhecimento do novo regime português (Magalhães, 2000: 323).

A esquerda e a intelectualidade brasileira comemoram muito a Revolução dos Cravos, fato extremamente compreensível, pois o no país passava por um forte regime autoritário e qualquer derrota de regimes semelhantes era visto como uma esperança, um alento (Martinho, 2007).

As similaridades entre Portugal e o Brasil certamente contribui para que a esperança fosse ainda maior, a sensação de se os cidadãos da nossa ex-metropole conseguiram derrubar a ditadura deles, no Brasil também seria possível. Chico Buarque, um dos músicos mais perseguidos pela censura brasileira, compôs em 1975 a canção *Tanto Mar* em que festejava os acontecimentos revolucionários em Portugal (Holanda, 2006: 222):

Sei que estás em festa, pá
Fico contente
E enquanto estou ausente
Guarda um cravo para mim
Eu queria estar na festa, pá
Com a tua gente
E colher pessoalmente
Uma flor no teu jardim
Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar
Lá faz primavera, pá
Cá estou doente
Manda urgentemente
Algum cheirinho de alecrim.

A letra desta canção faz menção à felicidade por conta dos acontecimentos lusitanos, logo depois refere-se à doença, que facilmente pode ser interpretada como sendo a nossa ditadura. O contentamento da oposição brasileira com os acontecimentos portugueses era extremamente natural. Sendo assim a posição mais esperada do governo ditatorial brasileiro, seria oposição, ou pelo menos uma posição de cautela. Uma pergunta importante a ser respondida surge porém: como explicar o fato de o governo brasileiro ter sido o primeiro a reconhecer o novo regime de Portugal?

As posições do governo brasileiro têm relação direta com a questão colonial. O embaixador brasileiro em Lisboa no final da década de 1950, Álvaro Lins, acreditava que o Brasil tornar-se-ia o herdeiro natural da influência portuguesa nos territórios africanos: O fato evidente e incontestável de que seremos, em tais colônias, os herdeiros legítimos e substitutos naturais de Portugal, em matéria de influência cultural e intercâmbio comercial, quando se tornarem países independentes (Lins, 1974: 275).

3. Considerações Finais

Para responder a questão proposta procura-se explorar o documento secreto n. 8 emitido pela Embaixada do Brasil em Lisboa em 31 de outubro de 1974 sobre Territórios Africanos de Expressão Portuguesa: perspectiva das relações com o Brasil. Pode-se dizer que a análise geral do documento, que supera 130 páginas, demonstra a instabilidade econômica política e institucional portuguesa que culmina com a Revolução dos Cravos, somado a divergência então presente entre as instituições portuguesas pró-democracia e a ditadura brasileira.

A Revolução dos Cravos distancia Brasil e Portugal, enquanto o primeiro iniciava a abertura lenta e gradual, de um regime baseado na Doutrina de Segurança Nacional sob a égide do AI-5,¹⁴ o segundo rompia com o regime salazarista e guina para a esquerda. Então percebe-se aqui o primeiro ponto: **o distanciamento ideológico.**

¹⁴ Os Atos Institucionais, AI, eram os decretos leis que normatizavam e tentavam legitimar a ditadura brasileira. O Ato nº 5, ou AI-5, foi o mais duro do regime, pois retirou os resquícios de democracia que ainda restavam.

Segundo o embaixador brasileiro em Lisboa existiu uma proliferação rapidíssima de Institutos de Cultura, relacionando Portugal aos países comunistas. Dois grupos de universitários foram imediatamente mobilizados para uma visita a Cuba e diversas caravanas partiram em direção ao Leste europeu. A Rússia enviou ao país, com grande publicidade, o Circo de Moscou, o *Ballet Bolshoi*, os Coros da Armada Soviética e a Exposição Permanente do Livro Russo. O editor francês Maspero, especialista em publicações do gênero, inundou as cidades do país com suas obras, muitas das quais já traduzidas para o português. O livrinho vermelho do ‘Chairman’ Mao, desconhecido no país, tornou-se o mais vendido entre maio e setembro de 1974 (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 90-91).

Ainda segundo o embaixador brasileiro em Lisboa os livros escolares tornaram-se instrumento de politização juvenil. Em um colégio de freiras do Estoril, menores do curso primário aprenderam a cantar o ‘Avante Camaradas’, o hino do Partido Comunista Português. Os professores da rede pública, tradicionalmente mal pagos, marginalizados e contestadores, aproveitaram a oportunidade para fazer propaganda esquerdista. Houve ainda o apoio de Portugal a professores exilados brasileiros de esquerda, dando-lhes emprego em solo português,¹⁵ sem contar ainda a “Semana de Solidariedade com o Chile” e a comemoração do quarto ano da morte de Carlos Marighela.¹⁶ Além disto Paulo Freire, um dos professores exilados brasileiros, foi contratado para orientar o programa alfabetização jovens e adultos (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 90-91).

Outro ponto a ser considerado: a **baixa importância das trocas comerciais** entre os países. O desmoronamento do império Português na África estimulou a emigração de capitais privados locais para vários países, como o Brasil, que passaram a ter a atenção prioritária de grandes empresários (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 39).

As indústrias portuguesas apresentavam vários problemas: profunda deficiência estrutural, predominância de empresas de pequeno porte, falta de capitais, tecnologias superadas, baixa produtividade. Tal segmento desenvolveu-se partir de estímulos especiais (elevada proteção tarifária e extra-tarifária; vantagens fiscais e creditícias; mão-de-obra barata; matérias-primas fornecidas pelas colônias a preços inferiores aos do mercado mundial, etc). Assim, ocorreram inevitáveis distorções de estrutura, com mobilização de recursos para atividades de viabilidade duvidosa e proliferação de indústrias menos exigentes em dimensão, tecnologia e qualidade, que, sem capacidade de plena competição no mercado internacional, foram obrigadas a orientar suas produções para o limitado mercado interno. (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 45)

O setor terciário da economia é colocado como ineficiente e um espelho dos **problemas sociais portugueses**, dentre eles: população em decréscimo; 62% da população no campo, problemas de solo, clima e distribuição fundiária; 35% de analfabetismo; alta concentração de renda e alta desigualdade social (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 44).

A agropecuária se defronta com obstáculos naturais graves como a má qualidade dos solos, a irregularidade climática (semestre seco e semestre úmido), estrutura fundiária inadequada (minifúndio ao norte; e latifúndio ao sul); reduzida produtividade da maior parte

¹⁵ Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Carlos Figueiredo de Sá, Plínio de Arruda Sampaio, Henrique Fiori, Marcio Moreira Alves e outros.

¹⁶ Carlos Marighella, um militante comunista brasileiro considerado o inimigo nº 1 da ditadura brasileira foi assassinado em 1969.

das atividades (baixo grau de mecanização, escasso uso de fertilizantes); deficiente infraestrutura de apoio (pesquisa agrônômica, transportes, irrigação, etc); baixa qualificação dos agricultores; insuficiente oferta de mão-de-obra; inadequados sistemas de crédito e preços mínimos; obsoletos circuitos de comercialização; baixo índice de capitalização das explorações; e tecnologia em geral rudimentar (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 44).

Estes aspectos apontados pela Embaixada brasileira em Portugal demonstram que se as condições portuguesas eram difíceis antes da revolução dos Cravos, após a Revolução e a partir do 25 de Abril é-lhe somada a instabilidade política, reação negativa do empresariado às novas propostas, administração pública pesada, obsoleta e ineficiente com uma força Armada indefinida e a inexistência de uma sociedade civil capaz de assumir os novos desafios. Somado a isso o cenário que era desfavorável parece ainda pior quando há o relato de aumento da inflação e do desemprego da força de trabalho que somava apenas 34% da população tem 93% desempregada, agravada ainda pelos processos de descolonização com o retorno imediato de aproximadamente 200 mil entre soldados e colonos, além de emigrados que retornavam ao país de origem por conta da Crise da Europa Ocidental. “*Em clima de incerteza e insegurança, com evidente instabilidade política e crescente ameaça de instabilidade social, são cada vida mais nítidos os traços de degradação da vida econômica de Portugal*” (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 56).

O documento evidencia que nas reuniões com os chanceleres a **confrontação brasileira contra o colonialismo** já se encontra presente. “*Tais reuniões, nestes últimos anos, tem-se processado em planos onde a evocação histórica se mesclava com a semi-confrontação em matéria de colonialismo*” (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 38).

O documento aponta ainda que na **relação Brasil-Portugal** os 23 tratados, acordos e convenções firmados entre Brasil e Portugal no período de 1825 até 1973, exceto o que tenciona evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos e rendimentos, os demais não têm funcionado, ou seja, apenas 1 (menos de 5%) tem reconhecido funcionamento. As entidades econômicas responsáveis por melhorar a relação econômica entre os dois países também não apresentam a eficácia desejada (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 61).

Como exemplo deste mal funcionamento a embaixada brasileira em Lisboa lista uma série entraves: o mal funcionamento da Sociedade Econômica Luso-Brasileira que não se reunia com a periodicidade desejada; o Centro Empresarial Luso-Brasileiro, que promoveu diversas viagens de empresários brasileiros aos territórios metropolitano e ultramarino (Angola e Moçambique) de Portugal, chegando mesmo a preparar alguns estudos de razoável qualidade, estava paralisado, também porque o Presidente da Seção Brasileira e seu grande orientador, Garrido Torres, faleceu e ainda não foi encontrado o seu substituto; a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira em Portugal não vem operando com a desejada eficácia e prestando qualquer colaboração efetiva para o desenvolvimento das relações comerciais entre ambos os países, servindo exclusivamente para a projeção de determinados empresários portugueses (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 61).

As relações de cooperação entre os dois países são colocadas como potenciais, mas que até o presente se encontravam muito aquém do esperado. Apesar de todos estes pontos negativos apontados pelo documento, alguns aspectos positivos passam a ser apontados, como a associação de Portugal à Comunidade Econômica Europeia (CEE) que poderia trazer benefícios à comunidade luso-brasileira: associação entre empresas brasileiras e portuguesas. Através de *joint ventures*, poderiam ser estabelecidas, no território metropolitano português, com o objetivo de competir no grande e crescente mercado proporcionado pelos países-membros da Comunidade Econômica Europeia. Desta forma, as empresas brasileiras passariam a contar com maiores possibilidades de concorrência em um mercado hoje

composto de cerca de 250 milhões de consumidores, com um Produto Nacional Bruto da ordem de US\$ 700 bilhões e importações totais pouco superiores a US\$ 140 bilhões (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 70).

Os benefícios se dariam também para os empreendimentos em território brasileiro, com a presença da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), que possui o mesmo número de consumidores, PNB de US\$ 155 bilhões e importações de US\$ 13 bilhões. No entanto, ao final desta exposição a análise da embaixada relava a improbabilidade do empresariado brasileiro de investir naquele momento em Portugal (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 71).

Na independência desses territórios africanos de expressão portuguesa, o documento atenta que tais países têm uma expressão econômica pouco significativa, mesmo na escala africana: Em relação à África como um todo, esses dados correspondem aos seguintes percentuais: 6,89% da superfície territorial; 4,00% da população; 3,38% do PNB; 3,75% do comércio exterior; 1,42% da produção de energia; e 2,58% do consumo de aço (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 128). Entretanto o relatório afirma que há potencialidades a serem desenvolvidas devido aos índices de exteriorização de suas economias, até então focadas com Portugal. Embora Angola apareça como território com maiores potencialidades, o documento aponta que

[...] para o Brasil, não será difícil encontrar o que vender a Moçambique, mas sim o que dele comprar. Se o comércio oferece poucas perspectivas, pelo menos à primeira vista, o campo para investimentos é vasto, num país caracterizado pela fraca capitalização em todos os setores (Embaixada do Brasil em Lisboa, 1974: 131).

Esses mercados são apresentados também como um trampolim para o Brasil conseguir ingressar em outros mercados africanos.

Referências

- Augusto, Cláudio de Farias (2012), *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Editora Unesp.
- Barbosa, Mario Gibson (2002), *Na diplomacia o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- Bueno, Clodoaldo; Cervo, Amado (2014), *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB. [4ª edição revista e ampliada].
- Fausto, Boris (2002), *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Gonçalves, Wilians da; Miyamoto Shiguenoli (1993), “Os Militares na Política Externa Brasileira (1964-1984)”, *Revista Estudos Históricos*, 211-246.
- Hirst, Mônica (2003), “O pragmatismo impossível. A política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)” *Cena Internacional*, 81-112.
- Lins, Álvaro (1974), *Missão em Portugal*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.

Martinho, Francisco Carlos Palomanes (2007), “ Léguas a nos separar”. Rio de Janeiro: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Consultado a 27 de novembro de 2014, disponível em <http://revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/leguas-a-nos-separar>.

Penna Filho, Pio (2001) *Do pragmatismo consciente à parceria estratégica. As relações Brasil-África do Sul (1918-2000)*. Brasília: Universidade de Brasília (Tese de doutorado).

Penna Filho, Pio (2009), *A África Contemporânea. Do Colonialismo aos dias atuais*. Brasília: Hinterlândia Editoria.

Saraiva, José Flávio Sombra (2012), *África Parceira do Brasil Atlântico. Relações Internacionais do Brasil e da África no Século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Souto, Cíntia Vieira, (1998), *A diplomacia do interesse nacional. A política externa do governo Médici (1969-1974)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (dissertação de mestrado).

Fontes Primárias

Documento secreto n. 8 emitido pela Embaixada do Brasil em Lisboa em 31 de outubro de 1974 - Territórios Africanos de Expressão Portuguesa: perspectiva das relações com o Brasil. Brasília, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Caixa 274, Documento Secreto.

Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil -DAÍ/MRE – (1953) “Tratado de Amizade e Consulta Entre Brasil e Portugal”. Consultado a 28 de Novembro de 2014, disponível em http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_50/.

Entre dilemas e escolhas: Consciência cultural e tradução cultural nas ONGD^{1,2}

Sofia Roborg-Søndergaard,³ ISCSP, Universidade de Lisboa
sofiaroborgsondergaard@gmail.com

Paulo Castro Seixas,⁴ ISCSP, Universidade de Lisboa
pseixas@iscsp.ulisboa.pt

Resumo: A área da saúde no trabalho de desenvolvimento realizado por inúmeras ONGD em África é uma área especialmente sensível, pois lida com visões muito próprias de saúde e de doença. No caso específico das doenças sexualmente transmissíveis, como é o HIV-Sida,⁵ os elementos culturais locais são muito importantes. A forma de as populações locais abordarem as questões sexuais, as questões de discriminação e estigma associadas à seropositividade, as questões da adesão ou não à testagem e ao tratamento disponibilizado nas unidades de saúde são questões com que as organizações que trabalham nesta área se confrontam diariamente e que as colocam constantemente perante dilemas e escolhas.

Este artigo parte de uma experiência pessoal vivida em Moçambique entre 2003 e 2011 e busca perceber a forma em como o trabalho de desenvolvimento realizado nesta área incorpora o conhecimento local e os processos através dos quais traduz a consciência da cultura local.

Palavras-chave: ONGD, desenvolvimento, consciência cultural, tradução cultural, Moçambique.

¹ ONGD: organização não-governamental para o desenvolvimento.

² Texto referente à comunicação apresentada no painel “Modelos alternativos de desenvolvimento para Moçambique: propostas a partir do feminismo, economia social, ambientalismo e institucionalismo radical”, no *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

Trabalho editado pelos organizadores do volume.

³ Aluna do Mestrado de Estudos Africanos pelo ISCSP (Universidade de Lisboa). Tem uma licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas pela FCSH (Universidade Nova de Lisboa). Trabalhou no mundo editorial como coordenadora editorial e atualmente é tradutora e intérprete. Em 2003 foi viver para Moçambique, onde permaneceu até 2011, primeiro ao serviço da ONGD Leigos para o Desenvolvimento e depois ao mesmo tempo em duas áreas distintas: tradução e monitoria e avaliação de projetos de combate à sida.

⁴ Professor Associado com Agregação no ISCSP-ULisboa e Presidente do CAPP - Centro de Administração e Políticas e Políticas. Centrado nos Estudos e Políticas Urbanos no Mundo Lusófono, foi coordenador de projetos de investigação e consultor em vários projetos (Ministério da Educação e Cultura de Angola; FUP / CRUP no apoio à UNTL (Timor); Médicos do Mundo Portugal para Timor-Leste em áreas da saúde). É, ainda, promotor de ONGD, avaliador de projetos, curador de exposições e autor de documentários científicos.

⁵ Utilizamos aqui a versão inglesa do acrónimo HIV e não a versão portuguesa (VIH), uma vez que em Moçambique aquela é a forma usada quer a nível institucional quer pelas populações. O acrónimo é frequentemente referido sob a forma HIV-sida.

Introdução

Na sequência do trabalho de monitoria e avaliação de duas ONGD (uma moçambicana e uma internacional) realizado no norte de Moçambique, na província do Niassa, conversámos um dia informalmente com o diretor da organização moçambicana a operar nesta província, que nos explicou a sua estratégia para levar as pessoas a aderirem à testagem e ao tratamento antirretroviral. Sendo ele próprio originário do Niassa, tinha um conhecimento profundo da forma de pensar das populações locais, usando esse conhecimento como mais-valia para contornar a resistência em aderir ao tratamento disponível para esta doença. Dizia ele:⁶

Não posso chegar a um homem que vive num lugar isolado, onde não há nada para fazer e a vida é dura, e tentar convencê-lo a aderir ao tratamento com um conjunto de proibições, dizendo-lhe que tem de se abster do sexo ou que, se quiser ter relações sexuais, deve usar um preservativo, mas que o mais importante é ir primeiro ao gabinete de aconselhamento e testagem voluntária (GATV) mais próximo e fazer o teste para saber se é positivo.⁷ O mais provável é ele olhar para mim e pensar: “Tenho uma vida difícil, vivo neste lugar totalmente isolado e vens propor-me deixar o único prazer que eu tenho, que é ter sexo?” É evidente que isto não resulta, dizia-nos o diretor. Por isso, e porque sabia como era o processo de pensamento das pessoas, usava uma estratégia diferente. Digo-lhe assim, contava o diretor: “Aquela casa é tua ou é da tua mulher?” “É minha”, responde o homem. “Já pensaste que, se não fizeres o teste e, sendo positivo, se não te tratares, podes morrer e depois a tua casa fica para a tua mulher e que ela pode depois arranjar outro homem, que vai viver na tua casa?” Isto leva o homem a pensar duas vezes se não será melhor ir ao GATV, para que a sua casa não acabe nas mãos de outro homem.

Esta consciência de que a população local tem uma forma específica de pensar e de ver uma doença tão complexa como a Sida pode parecer à primeira vista muito óbvia. Afinal, como diz Allen, “*a cultura é intrínseca à forma como olhamos para o mundo*” (apud Schech e Haggis, 2000: xiii). E, para Prah (2001: 161), o lado intangível da cultura (religião, língua, crenças, costumes e valores) é fundamental a influenciar o comportamento, pelo que deve ser tido em conta. Contudo, tal como veremos neste artigo, o aparentemente óbvio nem sempre é automaticamente tido em consideração e incluído como elemento-chave no trabalho de desenvolvimento realizado pelas ONGD junto das populações locais. Aliás, já Prah (2001) se refere à cultura como ‘o elo que falta’ no trabalho de desenvolvimento. Esta noção também a UNESCO (1998) a referiu: “*A cultura é simultaneamente o contexto para o desenvolvimento e o fator que falta nas políticas para o desenvolvimento*”. Pretende-se neste artigo defender que as ONGD vivem dilemas que são inerentes à cultura contextual, à cultura do desenvolvimento e à tradução contínua que esses processos constituem através dos dilemas linguísticos.

Entre 2003 e 2011, vivemos na província do Niassa, no norte de Moçambique. Nos primeiros dois anos, estivemos ao serviço de uma ONGD portuguesa e coordenámos um projeto de desenvolvimento na área do ensino pré-escolar. Nos seis anos seguintes trabalhámos por um lado na área da tradução, colaborando com algumas organizações internacionais, e por outro fazendo monitoria e avaliação de dois projetos de combate ao HIV-Sida financiados pela Agência Sueca para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional

⁶ Não tendo infelizmente registado as suas palavras exatas, apresentamos aqui uma descrição resumida desta conversa. O importante não são as palavras exatas, mas sim o conteúdo da situação descrita (Geertz 1993: 19).

⁷ *Positivo* = seropositivo.

(ASDI, ou SIDA na sigla inglesa).⁸ Todas estas experiências nos permitiram uma aproximação às populações locais e despertaram-nos para o trabalho de desenvolvimento realizado pelas ONGD, mas também para a perspetiva das populações locais, para a sua cultura enquanto forma de ver, pensar, agir (Rao e Walton, 2004: 9). Este despertar não foi óbvio e evidente nos primeiros anos e foi antes ocorrendo ao longo do tempo, depois de muita observação e reflexão, pelo que a presente reflexão *ex post facto* inclui a plena consciência da complexidade da área temática em análise e de que a aprendizagem e apropriação da cultura é um processo que precisa de tempo para amadurecer e ganhar o seu lugar de destaque (Appadurai em Rao e Walton, 2004: 73).

Durante quatro anos, de 2006 a 2010, trabalhámos diretamente com duas ONGD, uma moçambicana (a que chamaremos aqui ONGD 1), outra internacional (a que chamaremos aqui ONGD 2) no acompanhamento das suas atividades em geral e especificamente na monitoria e avaliação dos seus projetos de combate ao HIV-Sida financiados pela ASDI. Estas duas ONGD faziam parte do conjunto de organizações da sociedade civil que trabalhavam sobretudo na chamada área de ‘prevenção e/ou mitigação’, sensibilizando as populações locais para a adesão à testagem e tratamento, prestando cuidados domiciliários aos doentes seropositivos, mobilizando as suas famílias para o apoio aos seus próprios doentes, integrando os curandeiros e parteiras tradicionais na divulgação de mensagens. Além da área de HIV-Sida, a ONGD 1 realizava também projetos nas áreas de segurança alimentar, nutrição infantil e água e saneamento, enquanto a ONGD 2 implementava igualmente projetos de alfabetização e educação de adultos, nutrição infantil, segurança alimentar e água e saneamento. Ambas procuravam uma resposta integrada aos diversos problemas das comunidades, conjugando projetos e áreas de atuação que permitissem ir dando resposta aos problemas concretos e que fossem simultaneamente um veículo para fazer passar mensagens de prevenção e mobilização das pessoas. No período em análise, a ONGD 1 trabalhava diretamente com as populações locais, enquanto a ONGD 2 trabalhava indiretamente através de parcerias com quatro organizações locais, capacitando-as e acompanhando de perto o seu trabalho no terreno. Estas organizações locais incluíam uma organização que congregava várias igrejas cristãs, uma união de camponeses e duas associações de pessoas que vivem com HIV-Sida. O trabalho no projeto de HIV-Sida era realizado pela ONGD 1 nos distritos de Lichinga, Lago e Mandimba. A ONGD 2 trabalhava em HIV-Sida nos distritos de Sanga, Muembe, Majune, Ngaúma e Cuamba. Não se pretende fazer aqui uma comparação entre as duas organizações, mas sim usá-las como ‘casos de estudo’ e como contexto para a análise em questão, aproveitando situações ocorridas com cada uma delas para ilustrar os dilemas culturais por elas vividos e refletir sobre esses dilemas.

⁸ O trabalho de monitoria e avaliação fez parte de uma consultoria independente, encomendada pela ASDI através da Embaixada de Suécia de Maputo. Qualquer referência a esse trabalho neste documento não constitui documentação oficial destas duas entidades e é da inteira responsabilidade da autora.

1. Cultura e desenvolvimento: desafios interpretativos e conceptuais

Após décadas de trabalho realizado por inúmeras organizações não-governamentais em África em prol do desenvolvimento das populações locais, há questões que continuam a colocar-se e que continuam a ser consideradas como pouco importantes, apesar do efeito que têm no trabalho diário com as populações locais. Uma dessas questões tem a ver com a incorporação do conhecimento local no trabalho das ONGD e os processos através dos quais é feita a tradução dessa consciência cultural.

Este artigo vem na sequência de autores (Crewe e Harrison, 1998: 25; Scheck e Haggis, 2000: xii; Appadurai *apud* Rao e Walton, 2004: 60) que destacaram o facto de a cultura ser muitas vezes considerada como algo voltado para o passado, ligado a hábitos, costumes, património e tradições, esse ‘fardo’ (Esteva, *apud* Sachs, 2010: 15) que impede as populações de progredirem e de se orientarem para o futuro, ou seja, de se desenvolverem. Cultura e desenvolvimento parecem assim estar em lados opostos, em que um só pode existir em função da inexistência do outro. Pretende-se aqui refletir se será mesmo assim ou se, pelo contrário, a cultura e sobretudo a consciência da cultura não poderá ser uma mais-valia e por isso mesmo um veículo para o desenvolvimento. Esta perspetiva, que conjuga cultura e desenvolvimento, é apresentada por Tsey (2011: 1) e mostra-nos que ambos os conceitos podem estar interligados. E Rukuni (2010) vai ainda mais longe, referindo-se ao conceito de *ubuntu* e dizendo que só regressando às raízes, ou seja às tradições, e aproveitando o melhor que nelas existe se pode seguir em frente.

O conceito de desenvolvimento abarca inúmeras dimensões e tem evoluído ao longo dos tempos. Escobar (2012) vê o desenvolvimento como uma construção e uma forma de domínio cultural e social que cria dependência. Hanlon e Smart (2008) questionam se o facto de haver mais bicicletas (um símbolo da melhoria das condições de vida) significa automaticamente que haja mais desenvolvimento. Sen (2001) refere-se ao desenvolvimento como liberdade, por contraposição à tradicional identificação do desenvolvimento em termos económicos (crescimento do PIB, aumento do rendimento individual, etc.). Os objetivos de desenvolvimento do milénio definidos pelas Nações Unidas (UN, 2011) veem o desenvolvimento como uma luta pela erradicação de doenças, da pobreza e da fome, pela educação e reforço de capacidades, pela igualdade de oportunidades, em especial para as mulheres, pela garantia da sustentabilidade ambiental e pelo estabelecimento de parcerias globais. No âmbito deste artigo baseamo-nos na dimensão do desenvolvimento relacionada com o trabalho das ONGD, trabalho esse que habitualmente envolve as dimensões social, económica e humana.

A cultura é outro dos conceitos usados neste artigo. A UNESCO (2000) refere os aspetos da diversidade cultural, do património intangível e da importância da interculturalidade. Atualmente fala-se muito de cultura na perspetiva das indústrias culturais e criativas (União Africana 2008). Aqui trabalhamos com a definição antropológica de cultura como resultado de tudo o que é adquirido ao longo da vida (Tylor, 1871; Rukuni, 2007) e que influencia a forma de ver o mundo (Allen *apud* Scheck e Haggis, 2000: xiii). Mas a cultura também pode ser uma ‘espada de dois gumes’ (Tsey, 2011: 79), cuja capacidade de promover ou minar o desenvolvimento depende da forma como é usada e compreendida, sobretudo em sociedades que experimentam mudanças sociais rápidas. Tsey sugere que sejam criados ambientes onde seja possível um olhar crítico sobre os costumes e tradições, no sentido de preservar os que são relevantes para os desafios e oportunidades da vida contemporânea e identificar os que são obsoletos ou redundantes. Prah (2001) defende a relevância da cultura e associa-a

especificamente ao uso das línguas locais como fundamentais para o sucesso do desenvolvimento em África.

Integrado no conceito maior que é a cultura, temos o conceito de conhecimento local (Geertz, 1983), ao qual se chega através da interpretação e da tradução de significados e símbolos. Tsey refere-se ao conhecimento local como *‘local indigenous knowledge systems’* (2011: 5), constituídos por aspetos únicos com origem numa longa tradição que precisa de ser respeitada e valorizada. Rukuni (2007: 7) refere o conhecimento local como uma riqueza com origem nos antepassados e por eles construída para as gerações presentes e futuras. E Croll e Parkin (*apud* Grillo e Stirrat, 1997: 2) exploram a ligação entre conhecimento local, conhecimento das línguas locais e o uso dado pelas pessoas ao ambiente em que estão inseridas, considerando estes três elementos como uma das formas mais completas de compreender a ligação entre cultura, desenvolvimento e ambiente. Para poder valorizar a riqueza de cada cultura, sobretudo quando se lida com culturas diferentes da nossa e sobretudo na área da saúde, é necessário ter consciência cultural (*cultural awareness*) e fazer constantemente traduções culturais que permitam fazer a interpretação dos significados e dos símbolos referida por Geertz (1983). Oliveira (2010) refere-se à consciência cultural como *“a base da comunicação [que] envolve a capacidade de nos afastar[mos] da própria identidade cultural construída e tomar[mos] consciência dos nossos valores culturais, crenças e percepções”* (2010: 42). E acrescenta a importância de os profissionais de saúde possuírem *“o conhecimento das formas estruturais e dos padrões subjacentes à complexidade que representa a saúde”* (2010: 43). Faulhaber (2007: 1) refere a *“tradução cultural como uma forma de pensar o cruzamento de diferentes campos sociais, políticos e simbólicos”, considerando que há necessariamente uma “construção de sentido [...] entre diferentes visões de mundo”*. E Seixas (2010: 21) refere a noção da própria cultura enquanto tradução, não limitada à tradução entre uma língua de partida e uma língua de chegada, mas envolvendo igualmente *“uma tradução contínua entre vários códigos semióticos (por exemplo, língua; gestos; espaços; produtos) para criar novas coerências de tempo, espaço, relações sociais, etc., uma e outra vez”*.

2. Moçambique e a província do Niassa entre 2003 e 2011

Ao longo dos seus aproximadamente 799.380 km² (Portal do Governo de Moçambique) e das suas dez províncias, Moçambique é um país com realidades muito diversas e assimetrias acentuadas entre o norte e o sul, bem como entre as zonas urbanas e as zonas rurais. O último censo populacional realizado em 2007 registou uma população total de 20.252.223 habitantes (INE, 2007). O país é rico em recursos naturais, nomeadamente, energia hidroelétrica, gás natural, carvão, vários tipos de minerais, madeiras e produtos piscatórios, recursos estes que estão atualmente a ser explorados e que têm permitido taxas de crescimento anuais elevadas (Portal do Governo de Moçambique). Apesar destes recursos, Moçambique depende ainda do apoio de doadores internacionais, com tudo o que isso implica a nível do cumprimento de requisitos condicionais por parte dos doadores (Åkesson e Nilsson, 2006: 6-7).

O sistema político do país é constituído atualmente por uma democracia multipartidária presidencialista. Durante o período em análise, estava em curso uma reforma a que se chamou

de “*processo de descentralização administrativa, valorização da organização social das comunidades locais e aperfeiçoamento das condições da sua participação na administração pública para o desenvolvimento sócio-económico e cultural do país*” (Boletim da República, 2000),⁹ reforma esta concretizada depois através da Lei dos Órgãos Locais do Estado ou LOLE.¹⁰ Esta reforma político-administrativa veio restabelecer a relação com as autoridades tradicionais, desmantelada na altura da independência na sequência da colaboração destas com o poder colonial (Åkesson e Nilsson, 2006: 6). O distrito passou a ser considerado como o principal foco do planeamento e desenvolvimento socioeconómico do país. Através desta reforma, promoveu-se a criação de conselhos consultivos ao nível do distrito, do posto administrativo e da localidade, cujos membros são propostos pelas autoridades comunitárias e aprovados pela comunidade, à semelhança do processo de escolha dos líderes tradicionais (Åkesson e Nilsson, 2006: 38). A cada um dos distritos foi atribuído um fundo de sete milhões de meticais (cerca de 160 mil euros) para financiar projetos de geração de rendimento e promoção do emprego. Cada conselho consultivo organiza-se para propor projetos para o uso deste fundo no seu distrito, propostas essas que depois têm de ser aprovadas a nível do governo central. Entre 2003 e 2011, na província do Niassa, se por um lado esta reforma veio dar voz e trazer uma maior participação das populações locais nos processos de decisão local, por outro lado, foi também fonte de inúmeros conflitos, como por exemplo conflitos relacionados com a participação nos conselhos consultivos ou a formação de associações e candidaturas a projetos apenas para obter dinheiro e benefícios.

No ano 2000 foi criado o Conselho Nacional de Combate ao HIV-Sida (CNCS), uma instituição estatal cujo mandato é “*coordenar a resposta multi-sectorial de combate ao HIV/SIDA, de forma a parar com o alastramento desta pandemia e mitigar o seu impacto em Moçambique*” (página online do CNCS). E, em 2002, o Presidente da República aprovou a Lei n.º 5/2002 que estabelecia “*os princípios gerais visando garantir que todos os trabalhadores e candidatos a emprego não sejam discriminados nos locais de trabalho ou quando se candidatam a emprego por serem suspeitos ou portadores do HIV/SIDA.*”¹¹

A província do Niassa foi durante anos conhecida como ‘a província esquecida’ porque a aposta no seu desenvolvimento ficou estagnada durante muito tempo após a independência. Esta perceção de ‘província esquecida’ refletia-se, por exemplo, na forma de cumprimentar quem chegava pela primeira vez à capital: ‘Bem-vindo ao fim do mundo’. No período em análise, tanto a província, como o próprio país, estavam a ser alvo de uma série de projetos de desenvolvimento promovidos por doadores internacionais, nomeadamente a Suécia e a Irlanda.

De acordo com o censo populacional de 2007, a província tinha então 1.170.783 habitantes (INE, 2007) para uma área aproximada de 122.176 km², o que dá uma densidade populacional de cerca de 9,58 habitantes/km². No Niassa convivem três grupos etnolinguísticos: os ajauas a norte, os nianjas junto ao lago e os macuas a sul, todos eles integrados no grupo linguístico bantu, com elementos culturais comuns, como a matrilinearidade, as regras matrimoniais ou os mitos que atribuem a origem do seu povo e da humanidade em geral a um monte sagrado, o monte Yao para os ajauas, o monte Kapilintsiwa

⁹ Decreto n.º 15/2000, de 20 de junho.

¹⁰ Lei n.º 8/2003, de 19 de maio.

¹¹ Lei n.º 5/2002, de 5 de fevereiro.

para os nianjas e o monte Namuli para os macuas (Medeiros, 1997: 45-46). Os ajauas são maioritariamente islamizados, tendo resistido à influência missionária e de evangelização que converteu muitos nianjas ao anglicanismo e muitos macuas ao catolicismo.

Durante o período em análise, foi visível na província o efeito dos grandes investimentos estrangeiros diretos, nomeadamente na área da exploração florestal. As empresas florestais que se estabeleceram no Niassa com o apoio do governo iniciaram uma mudança social importante: a tradicional sociedade maioritariamente agrícola e seminómada começou a ter acesso a empregos assalariados, acesso a dinheiro, horários e normas de trabalho, possibilidade de despedimento, etc. Os salários eram pagos através de depósitos bancários e não em dinheiro, como era habitual até então, pelo que também aí houve mudanças, levando toda uma população, muitas vezes não alfabetizada, a ter de abrir contas bancárias e a ter de aprender a lidar com instituições deste tipo. Apesar destas alterações sociais, a maior parte da população continuou a depender da agricultura e mesmo as pessoas que tinham um emprego continuavam a ter uma pequena horta (*machamba*) que usavam para a subsistência da sua família.

3. Enquadramento metodológico

Os dados que aqui apresentamos, provenientes de uma pesquisa descritiva de lógica indutiva e métodos qualitativos, foram recolhidos em primeiro lugar através de observação direta, conversas informais e entrevistas semiestruturadas realizadas durante o trabalho de monitoria entre 2006 e 2010. Ao longo de um período desta amplitude, muitas foram as conversas tidas com diversas entidades e pessoas envolvidas em todas as atividades relacionadas com a área da saúde e do HIV-Sida, pelo que não é possível isolarmos um conjunto fixo de informantes. De qualquer forma, consideramos como informantes principais as pessoas que trabalhavam nas duas ONGD e nas quatro associações parceiras da ONGD 2 (diretores, formadores, oficiais de HIV-Sida, oficiais de desenvolvimento comunitário, oficiais de cuidados domiciliários) e junto de quem fomos obtendo a maior parte das informações ao longo dos quatro anos de monitoria. Consideramos ainda como informantes secundários as pessoas com quem fomos conversando nas várias visitas realizadas aos beneficiários dos projetos das duas ONGD, bem como as pessoas das entidades oficiais ligadas a esta área. Os dados foram recolhidos em ambientes formais e informais, e em zonas urbanas e rurais, permitindo assim expressar um leque de situações variadas que refletem as assimetrias existentes em Moçambique e especificamente na província do Niassa.

Quando se faz um trabalho deste tipo, existe necessariamente um elemento de subjetividade, pois é impossível desligarmo-nos totalmente dos nossos valores e de tudo aquilo que molda e faz a pessoa que somos, ou seja, da nossa ‘bagagem cultural’ (Callaway, 2001: 30), pelo que não negamos que ela exista e que influencie as escolhas feitas. Nós próprios fizemos um percurso evolutivo ao longo dos anos de vida em Moçambique que nos foi despertando progressivamente para as questões aqui abordadas. Agora que temos o distanciamento do tempo, procuramos fazer uma análise reflexiva que por um lado dê sentido ao vivido, numa reflexividade quase autobiográfica (Okely e Callaway, 2001), mas que por outro lado permita abrir caminhos para a criação de instrumentos que ajudem as ONGD a resolver alguns dos seus dilemas culturais, numa perspetiva de devolução do valor acrescentado que a reflexividade proporciona.

A imersão total durante este período de tempo constitui uma mais-valia, pelo que nos permitiu de absorção de uma cultura diferente da nossa, aproveitando agora para trazer à memória tudo o que aí vivemos e observámos, e usando para tal não apenas o que registámos

por escrito mas também o que registámos nos sentidos, na linha do pensamento de Bordieu (*apud* Okely e Callaway, 2001: 16) ou de Frias (2008: 8-9).

4. Dilemas culturais

Razões de dentro ('A minha cultura não deixa') versus Razões de fora ('O vírus existe dentro do preservativo')

É frequente ouvir-se no Niassa as pessoas usarem a sua cultura como forma de justificar a não adesão a alguma prática, sobretudo se esta prática tiver sido trazida de fora e não fizer parte dos seus hábitos e tradições de longa data. 'A minha cultura não deixa' parece ser uma resposta comum e uma forma de pôr fim a qualquer pergunta que seja colocada sobre o porquê de não fazer alguma coisa, ou de não o fazer de determinada forma. Esta atitude coloca as ONGD perante um conjunto de dilemas culturais que enfrentam no dia a dia do seu trabalho e aos quais não são alheias as organizações que trabalham especificamente na área da saúde em África. O primeiro dilema tem a ver com as perceções sobre doença, sobre o HIV-Sida e sobre as suas formas de tratamento. A doença é vista como fruto de um desequilíbrio espiritual e social, tendo associado a si um significado simbólico e não apenas físico ou mental (Onwuanibe, 1979: 25). Por seu lado, a Sida enquanto doença de transmissão sexual traz associada a si um conjunto de julgamentos morais em que as pessoas seropositivas são vistas como tendo tido comportamentos considerados desviantes (por provocarem o tal desequilíbrio espiritual ou social), sendo a doença uma manifestação do castigo correspondente a esses comportamentos. Daí que as formas de tratamento devam também incluir um significado simbólico e espiritual que dê resposta às crenças cosmológicas das pessoas (Onwuanibe), o que situa estas formas de tratamento no extremo oposto das formas de tratamento da medicina ocidental disponíveis para tratar o HIV-Sida e estritamente orientadas para o lado tecnológico.

Um exemplo deste primeiro dilema são as perceções ligadas ao uso do preservativo. Em conversa com um formador da ONGD 1, também ele moçambicano e originário da província do Niassa, durante uma formação com líderes comunitários (líderes políticos, líderes religiosos e curandeiros), foi referido o seguinte sobre estes líderes com quem a organização trabalha:



Fig. 1 – Apelo ao uso de (uma marca de) preservativo (Fonte: autora)

Estão muito preocupados com o preservativo, porque acham que o vírus do HIV está no preservativo, pois quando molham um preservativo veem umas coisas a nadar lá dentro (que mais não são do que o lubrificante em contacto com a água) que para eles parecem bichos, logo, são o vírus. Além de que o preservativo é um impedimento a que tenham filhos e isso não pode ser, porque eles não podem deixar de ter filhos.

Estes líderes são pessoas que representam a autoridade nas suas comunidades, que têm influência em áreas como a política, a religião e a saúde e que, por isso mesmo, interessa informar corretamente, para que possam depois passar os conhecimentos adquiridos para as outras pessoas da sua comunidade. Mas as suas perceções em relação à doença em geral e a esta doença em específico revelam uma forma de olhar o mundo muito própria, com a qual as

organizações que trabalham nesta área têm de lidar. Nas palavras do mesmo formador da ONGD 1:

A maior parte deles acha que a Sida veio dos americanos, que fizeram experiências em cadeias nos EUA, envolvendo homossexuais, cães e macacos, e que depois trouxeram a Sida para África. Acham também que, quando a mulher está doente (e para eles ‘doente’ pode simplesmente significar estar menstruada), não deve lavar-se no mesmo lugar que o homem, não deve pôr sal na comida, etc., pois isso contribui para a transmissão de doenças para o homem.

Isto significa, portanto, que as perceções culturais locais levam as pessoas a acreditar em causas exteriores que estarão na origem do HIV: o vírus existe dentro do preservativo, pelo que usá-lo é ficar doente; usar o preservativo significa não ter filhos; a Sida foi uma doença trazida de fora; e, finalmente, a mulher como transmissora de doenças ao homem. Estas perceções sobre causas exteriores, que mais não fazem do que distanciar as pessoas da culpa associada à doença, e do conseqüente estigma, enquadram-se na cosmologia acima referida em relação à doença em geral e à Sida em específico.

Por outro lado, há também causas internas, que incluem toda a narrativa ilustrada pela frase ‘a minha cultura não deixa’, ou seja, os obstáculos colocados por uma cultura voltada para as tradições é que dão origem à Sida. Curiosamente, o próprio formador acima referido considera que a cultura das pessoas locais é um obstáculo ao seu desenvolvimento: “*O grande problema são também os hábitos culturais (poligamia, discriminação da mulher, etc.), que têm um peso enorme nos comportamentos das pessoas e são extremamente difíceis de mudar.*” A narrativa da cultura como um obstáculo é transversal, tendo sido encontrada não só junto das pessoas que trabalhavam com as duas ONGD (“*As pessoas sabem que não devem, mas continuam a ter comportamentos de risco, por ignorância, por apego aos mitos, tradições e tabus, etc.*”), dizia o oficial de HIV-Sida de uma associação local que trabalhava em parceria com a ONGD 2), mas também junto dos funcionários públicos envolvidos nas comissões de combate ao HIV-Sida a trabalhar ao nível dos distritos (“*Para o representante da CDCS [comissão distrital de combate ao HIV-Sida], o analfabetismo e os aspetos culturais (sobretudo ligados aos ritos de iniciação) são os principais entraves ao combate à Sida*”), bem como por exemplo numa apresentação pública de um estudo¹² sobre “*Conhecimento das ITS/HIV/SIDA e uso do preservativo*” realizado pelo sindicato dos jornalistas do Niassa.¹³ E numa formação dada pela ONGD 2 a ativistas do distrito de Muembe, uma ‘árvore dos problemas’ desenhada pelos próprios formandos apresenta as tradições como uma das causas da Sida, estando na origem de problemas como pobreza, órfãos, mortes, entre outros (Fig. 2 e 3).

¹² Estudo não publicado.

¹³ “Aspetos culturais e individuais em relação ao sexo e à sexualidade, falta de informação correta, completa e atempada, dificuldades de acesso aos preservativos femininos e dificuldades de acesso a cuidados de saúde constituem algumas das razões que aumentam a contaminação pelo HIV-Sida”

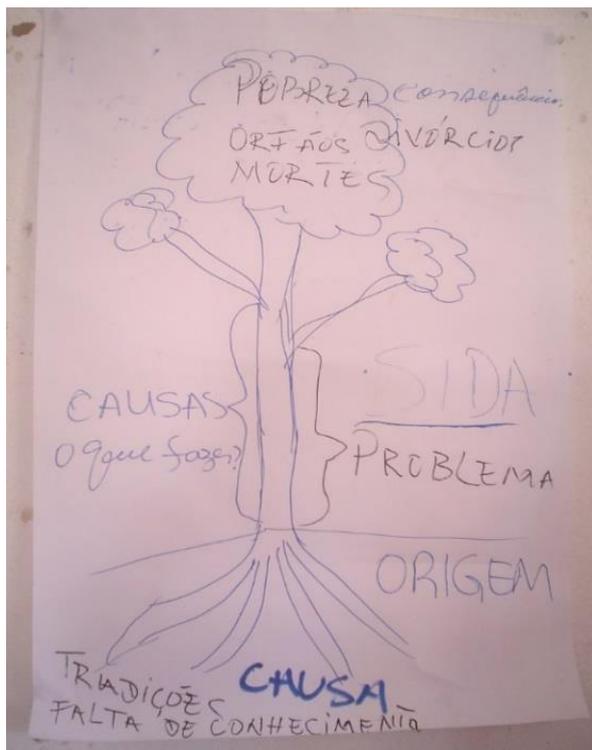


Fig. 2 – Formação de ativistas no distrito de Muembe. (Fonte: autora)

Fig. 3 – Árvore dos problemas feita pelos ativistas durante esta formação. (Fonte: autora)

O próprio CNCS, a instituição estatal responsável pela coordenação das atividades de combate à Sida, afirma, na sua página oficial *online*, que os aspetos culturais e tradicionais são um dos fatores impulsionadores da epidemia do HIV em Moçambique (página *online* do CNCS).

O que parece estar em causa é esta relação dilemática entre uma cultura local, vista como estando voltada para o passado e para as tradições e por isso constituindo um obstáculo ao seu próprio desenvolvimento, e uma cultura a que podemos chamar global, cujos agentes, entre eles as ONGD, são vistos como ‘facilitadores’ do desenvolvimento. Também se pode compreender este dilema entre local e global, passado e presente, como um dilema estrutural do duplo obstáculo: dependência e ingerência cultural.

Há um conjunto de mediadores, ou tradutores culturais, que fazem a mediação ou ponte entre estas duas culturas ou mundos, incorporando o conhecimento local e traduzindo-o de um mundo para o outro e vice-versa. Esses tradutores culturais são os líderes comunitários acima referidos (chés, régulos, curandeiros, parteiras tradicionais), os próprios agentes de desenvolvimento das ONGD (ativistas, oficiais de HIV-Sida, oficiais de cuidados domiciliários) e os representantes das entidades de saúde (médicos e enfermeiros do GATV, dos postos de saúde e hospitais). Isto leva-nos para um segundo nível de dilemas culturais que aqui queremos abordar.

A consciência cultural das ONGD e o dilema da responsabilidade social dos agentes de desenvolvimento

Mas será que a cultura é mesmo um obstáculo ao desenvolvimento, sobretudo na área da saúde e do combate ao HIV-Sida? Ou será que, como vimos na conversa com o diretor da ONGD 1 no início deste artigo, a cultura pode ser usada como veículo para o desenvolvimento, facilitando a aproximação às pessoas? Será que o conhecimento que as populações locais têm e a forma como o aplicam podem ser usados pelos programas de desenvolvimento para alcançar os mesmos objetivos, que é levar as pessoas a aderirem aos tratamentos, a reduzirem os seus comportamentos de risco e a evitarem assim a transmissão e conseqüentemente o aumento da prevalência do vírus? De acordo com a UNESCO/UNAIDS (2001: 2): “Assumir uma abordagem cultural significa considerar as características da população – incluindo estilos de vida e crenças – como referências essenciais para a criação de planos de ação.”

Uma forma de aplicar uma abordagem cultural que valorize o conhecimento local é através da colaboração com os praticantes de medicina tradicional (curandeiros e parteiras tradicionais), assumindo-os à partida como tradutores culturais e mediadores entre os dois mundos e aproveitando todas as potencialidades que daí possam advir. Numa avaliação nacional para a UNESCO sobre o Uganda, Sengendo e Sekatawa (1999: 4, 37) referem a importância desta colaboração: “Os curandeiros prestam um espectro alargado de serviços que incluem educação, aconselhamento e tratamento de infeções oportunistas. Eles são respeitados nas comunidades onde trabalham e bastante conhecedores dos assuntos de saúde.”



Fig. 4 – Formação de matronas ou parteiras tradicionais, dada pela diretora distrital de saúde e com o envolvimento da CDCS. (Fonte: autora)

Nas nossas observações ao longo do período em análise, pudemos ver que, para além de recorrerem a ativistas locais, tanto a ONGD 1 como a ONGD 2 consideram fundamental o papel dos curandeiros e das parteiras tradicionais (conhecidas como matronas), levando a cabo formações específicas de sensibilização desta população e envolvendo-os no trabalho de formação, informação, educação e comunicação (ver fig. 4). Nestas formações procura-se sensibilizar os praticantes de medicina tradicional a adotarem medidas que não ponham em risco os seus pacientes, passando por exemplo a desinfetar as lâminas ou procurando encaminhar as pessoas para as unidades de saúde mais próximas. É um trabalho longo, que não se faz do dia para a noite, mas que permite uma aproximação às populações locais e o aproveitamento do conhecimento local.

Contudo, a própria valorização da cultura depende de um quadro de consciência cultural dos agentes de desenvolvimento que por vezes existe e por vezes não existe. Um exemplo disto acontece quando a valorização do conhecimento local é feita *a posteriori*, quando as populações locais reagem a uma determinada intervenção e é necessário corrigir a situação para não criar resistência ou mesmo oposição à intervenção. Foi o caso, por exemplo, da ONGD 2, que começou por trabalhar apenas com ativistas jovens na criação de grupos de

debate nas suas comunidades, ativistas estes que encontravam resistência por parte dos membros mais velhos da comunidade, por não reconhecerem aos jovens a autoridade para liderar grupos de debate de pessoas mais velhas que eles. Acabou por se começar também a trabalhar com ativistas mais velhos, esses sim reconhecidos pelos mais velhos das suas comunidades. O conhecimento local é assim valorizado, mas apenas porque as comunidades reagem e não como atitude inicial e integrada na forma habitual de trabalhar.

Um outro exemplo disto, que aborda especificamente o dilema da responsabilidade social dos agentes de desenvolvimento enquanto tradutores culturais, tem a ver com a situação que descrevemos a seguir. Durante o período em análise, a ONGD 1 foi selecionada por uma ONGD internacional (que não a ONGD 2) para ser financiada no seu trabalho de cuidados domiciliários a doentes seropositivos. Quando a organização internacional abordou a ONGD 1 neste sentido, esta referiu o facto de já ter em funcionamento um grupo de voluntários formados que prestavam cuidados domiciliários, visitando os doentes, apoiando-os no acesso aos tratamentos e na toma dos medicamentos e trabalhando em estreita colaboração com as famílias dos doentes, para que aos poucos estas pudessem assumir esta função de cuidar dos seus próprios doentes. No entanto, a organização internacional impôs como condição do seu apoio a necessidade de formar grupos de voluntários em que todos os voluntários fossem seropositivos, pois essa era uma condição para que o seu doador disponibilizasse os fundos. O diretor da ONGD 1 decidiu aceitar esta condição, por achar que, com o tempo e depois de mostrar aquilo de que a sua organização era capaz, poderia mais tarde impor as suas próprias condições em função do que tivesse ocorrido neste primeiro projeto. Apoiou-se então uma associação de pessoas a viverem com HIV-Sida, cujos membros tinham sido eles próprios em tempos visitados pelos voluntários do projeto de cuidados domiciliários da ONGD 1, para que passassem agora a fazer visitas domiciliárias a outros doentes. A forma como a ONGD internacional conduziu o processo acabou por fazer com que as pessoas desta associação passassem a achar que, pelo simples facto de serem seropositivos, eram melhores voluntários do que os outros, que trabalhavam há anos nesta área. Isto criou dentro da ONGD 1 uma dinâmica de grande tensão e conflito, uma vez que os voluntários de longa data se sentiam agora preteridos no seu trabalho pelo simples facto de não serem seropositivos. Mais tarde, o diretor da ONGD 1 veio a descobrir que esta organização internacional atuou desta forma porque estava muito interessada em implementar um projeto nestas condições que fosse bem-sucedido e servisse posteriormente de rampa de lançamento para ter acesso a fundos de maior dimensão.

Esta forma de atuar, impondo condições próprias definidas externamente e com agendas escondidas e segundas intenções, desconsiderando na totalidade o conhecimento local e a experiência construída ao longo do tempo, infelizmente não é única e existe em muitas organizações. Já Rao e Walton diziam: “*uma intervenção que ignora as normas sociais e impõe uma perspetiva do mundo que é externa ao grupo-alvo pode ser particularmente ineficaz*” (2004: 9). Mas muitas vezes as ONGD que atuam ao nível local enquanto agentes de desenvolvimento vivem este dilema entre o que sabem que deve ser feito pelo conhecimento que têm da cultura local e as imposições dos seus doadores, que frequentemente pensam ao nível macro (das políticas e dos impactos demográficos e económicos), em detrimento do nível micro, local e pessoal. Fica a pergunta: Responsabilidade social para com quem: doadores ou beneficiários?

Perdidos na tradução: a língua, a linguagem e o discurso do desenvolvimento



Fig. 5 – Mensagem de rua em português e numa língua local sobre o tratamento antirretroviral (Fonte: autora)

Um terceiro nível de dilemas culturais vividos pelas ONGD em geral e especificamente pelas organizações da área da saúde tem a ver com a língua, a linguagem e o discurso do desenvolvimento.

É frequente, no trabalho das ONGD, o discurso do desenvolvimento incluir conceitos e mesmo palavras trazidos de fora, de realidades completamente diferentes das realidades vividas pelas pessoas a quem se destinam os projetos de desenvolvimento. Essas palavras, que na sua origem carregavam determinados significados, são agora sujeitas à tradução não apenas literal mas também cultural, ganhando os significados que as pessoas lhes atribuem conforme as suas próprias vivências e uma certa forma própria de

ver o mundo, mas também adquirindo significados conforme a vivência que fazem com cada uma dessas palavras específicas:

A língua/linguagem está no centro da cultura entendida como significados partilhados e a língua/linguagem constrói significados através da representação. Por língua/linguagem Hall não quer dizer apenas as línguas faladas [...], mas um leque de formas de comunicação e compreensão entre pessoas, incluindo linguagem corporal, imagens visuais, vestuário, etc. (Schech e Haggis, 2000: 27).

Se pensarmos que as populações locais recorrem à medicina tradicional, toda ela feita de cantos e invocações onde a palavra tem um significado de apelo a um ser sobrenatural que é chamado a intervir no processo de cura (Ganyi e Ogar, 2012), não podemos deixar de estabelecer a ligação entre as palavras e a importância que elas ganham no contexto das mensagens transmitidas pelas ONGD sobre a adesão aos tratamentos disponibilizados nos hospitais e centros de saúde. A desconfiança em relação a esta doença, às suas formas de transmissão e sobretudo em relação às suas formas de tratamento e às mensagens das organizações é grande. Depois de tantos anos de intervenções, as populações locais olham para as organizações que trabalham em saúde e especificamente na área de HIV-Sida e desconfiam das suas reais intenções. Numa visita ao distrito de Ngaúma, é-nos dito: “*Estamos à espera, a ver o apoio que nos vão dar*”. Dizem que muitas organizações vêm saber o que eles precisam, mas depois não fazem nada para os apoiar. O facto de as comunidades serem seminómadas, mudando-se sazonalmente para as terras de cultivo e regressando às suas aldeias após esses períodos, não facilita o trabalho de divulgação a longo prazo das mensagens de prevenção. Além de que alguns dos distritos (Ngaúma, Mandimba, Mecanhelas) são zonas de passagem para o Malawi, o que faz com que haja uma grande mobilidade por parte das populações e seja uma vez mais dificultada a transmissão de mensagens.

Numa província com uma população de matriz maioritariamente rural, em que cerca de 49% das pessoas não sabe ler nem escrever e em que apenas 30% fala a língua oficial (INE 2007), é importante que as línguas locais desempenhem um papel preponderante na divulgação das mensagens. E isto é feito sobretudo através da oralidade, aproveitando um meio muito usado pelas populações, sobretudo ao nível rural: a rádio. É através da rádio que,

por exemplo, a ONGD 1 promove debates e programas onde se fala sobre as várias questões ligadas ao HIV-Sida. Os próprios trabalhadores das duas organizações aqui referidas falam alguma das línguas locais e usam-nas no seu contacto com as populações com quem trabalham. O facto de ter sido formada a partir de um grupo musical local dá à ONGD 1 valor acrescentado, pois pode incluir a música nas suas mensagens, mobilizando as populações locais e chegando a elas com muito mais facilidade. Por outro lado, a representação teatral é também uma das formas usadas por ambas as organizações para transmitir mensagens na área do HIV-Sida. As populações aderem com grande facilidade e gosto e a mensagem passa assim mais facilmente do que com um discurso muito elaborado ou teórico.

Contudo, ao nível do CNCS, embora haja um esforço para produzir alguns materiais de informação, educação e comunicação nalgumas línguas locais, a língua predominante dos materiais para todo o país acaba por ser o português. Pode ser que isto se prenda apenas com o facto de ser demasiado dispendioso produzir materiais em cada uma das vinte línguas locais de Moçambique, mas não podemos ignorar que a língua é também um instrumento de poder e o português enquanto língua oficial não perdeu a sua conotação como língua colonial nem sobretudo como língua de administração, antes pelo contrário, em especial para as populações locais nas zonas rurais mais remotas, onde muito poucas pessoas o falam. O debate que opõe os defensores do uso das línguas locais aos defensores do uso do português continua a ser atual, como aliás experienciámos no terreno. Num encontro com associações locais e membros da administração estatal, um funcionário do Estado criticou um membro de uma associação local pelo que considerava ser o ‘atraso’ deste por se expressar em língua local e não usar o português. Este exemplo mostra-nos que o uso da língua – oficial *versus* local – parece servir para distinguir classes de pessoas: os funcionários da administração estatal *vs.* a população (sobretudo rural); os que estudaram *vs.* os que não estudaram; os pobres *vs.* os que não são pobres.

Apesar do uso dos meios acima referidos (rádio, música, teatro), o discurso e a linguagem do desenvolvimento são muitas vezes importados e vão ao longo do tempo ganhando conotações próprias conforme a maneira como o seu uso vai sendo feito. Como dizíamos mais acima, é comum as pessoas atribuírem significados específicos a uma palavra em função da vivência que têm com ela. É o caso, por exemplo, da palavra ‘projeto’. Esta é uma palavra que foi ganhando conotações como ‘benefícios’, ‘acesso a bens’, ‘apoios’, porque muitas organizações funcionaram numa lógica de entrega de bens, que criou nas populações a expectativa de receber apoios. E, por isso, estes significados atribuídos pelas populações locais desencadeiam expectativas às quais nem sempre todas ONGD estão atentas. Por outro lado, a relação entre gestos, línguas e narrativas locais, o português e palavras que muitas vezes resultam de uma tradução do inglês (como por exemplo a palavra *empoderamento* como tradução de *empowerment*, muito usada em Moçambique no âmbito do desenvolvimento), traduzidas pelos agentes de desenvolvimento, podem ser vistas como expressões do poder conferido a estes agentes perante as populações locais.

No contexto em que vivemos e trabalhámos, constatámos apesar de tudo que as duas ONGD em questão estavam atentas a estes significados, tendo consciência da importância de não criar dependências e procurando trabalhar a longo prazo com as populações locais para reduzir esse tipo de expectativas. Mas não são só as populações locais que criam estas expectativas, atribuindo este tipo de significados aos projetos. Também as entidades oficiais locais com quem as duas ONGD aqui referidas colaboravam, muitas delas em locais remotos e sem grandes meios por parte do Estado, as abordavam frequentemente na expectativa dos apoios, dos benefícios e do acesso aos bens. E as ONGD tinham de fazer um jogo diplomático

muito grande para não criar dependências, mas também para não cortar laços e ligações importantes para o seu trabalho em cada distrito.

5. Perspetivas para o Futuro

Ao analisarmos a consciência cultural das ONGD da área da saúde e a forma como fazem a tradução cultural vimos alguns dos dilemas culturais que estas organizações enfrentam. Vimos o dilema da externalização da cultura através de obstáculos externos, que permitem que as pessoas se distanciem da culpa associada à doença e do consequente estigma, por oposição à culturalização do compromisso através de obstáculos internos, que incluem toda a narrativa ilustrada pela frase ‘a minha cultura não deixa’. Por outro lado, falámos também do dilema entre o mundo de uma cultura global, trazida de fora pelos agentes de desenvolvimento, e uma cultura local, com as suas formas próprias de ver, pensar, agir. Entre estes dois mundos existem tradutores culturais que fazem a ponte, aqui identificados a três níveis: os líderes comunitários, os próprios agentes de desenvolvimento das ONGD e os representantes das entidades de saúde oficiais. Vimos depois o dilema da cultura como ponto de partida *versus* a cultura como emenda. Aqui olhámos para os exemplos da integração de curandeiros e parteiras na mudança de formas de atuar e no trabalho de divulgação de mensagens junto das populações locais e olhámos também para o uso da rádio e da representação teatral como forma de chegar mais facilmente às pessoas. Mas pudemos também ver a cultura local a ser tida em conta apenas como resposta a uma reação negativa de uma comunidade. No âmbito da análise da consciência cultural, vimos ainda o dilema da responsabilidade social dos agentes de desenvolvimento através do exemplo muito concreto de uma organização que procura impor a sua forma de atuar e que traz claramente uma agenda escondida, em vez de aceitar e aproveitar a experiência e o conhecimento locais já existentes, tornando-se assim na fonte de um novo problema. Este dilema fez-nos refletir sobre esta questão: Responsabilidade social para com quem, doadores ou beneficiários? Refletimos ainda sobre o dilema da língua e da linguagem própria do desenvolvimento, o dilema do uso da língua oficial *versus* o uso das línguas locais e a questão da língua como instrumento de poder. Por último, refletimos na questão da tradução cultural que é feita de determinadas palavras, como é o caso da palavra ‘projeto’.

A valorização da cultura depende de um quadro de consciência cultural dos agentes de desenvolvimento que por vezes existe e por vezes não existe. Os exemplos que aqui trouxemos fazem-nos inclusivamente ver que por vezes dentro de uma mesma organização há momentos em que a consciência cultural existe e é tida em conta e outros em que ela é pura e simplesmente ignorada, por força do peso de outros elementos desta equação, nomeadamente a questão de quem financia quem e do poder que pode exercer por essa via. O facto de ser uma organização moçambicana confere à ONGD 1 quase automaticamente uma consciência do conhecimento local. Contudo, como depende de financiamentos externos, muitas vezes internacionais, com condições impostas de fora, isso acaba por vezes por ter implicações na forma como esta organização tem (ou não) em consideração o conhecimento local e se deixa influenciar pelos condicionalismos impostos de fora. Por outro lado, vimos como a ONGD 2, apesar de internacional, tem formas de atuação que revelam uma consciência cultural, nomeadamente ao nível da integração de curandeiros e parteiras tradicionais no seu trabalho de prevenção junto das populações locais. Mas também vimos a cultura local a ser tida em conta apenas como resposta à reação negativa de uma comunidade. No contexto do que aqui vimos e do que pudemos observar no período em análise, a consciência cultural não parece

depende tanto do tipo de organização, mas mais das circunstâncias de cada ONGD específica e de cada momento em que os vários dilemas culturais se lhe colocam.

Os dilemas apresentados neste artigo permitem perceber que as ONGD estão constantemente perante dilemas que por sua vez obrigam a escolhas que, porventura, na maior parte das vezes são feitas sem a necessária reflexividade. Além disso, no mundo global em que vivemos, voltado quase exclusivamente para a produtividade, a rentabilidade, a eficácia, a eficiência, os resultados, a tecnologia e a tentativa de fazer valer uma maneira quase uniformizada de ver o mundo (do qual as ONGD são muitas vezes as representantes nos países onde atuam, mesmo que não o façam conscientemente, sendo portadoras de uma certa forma de estar e de atuar), a cultura e sobretudo a cultura local são sem sombra de dúvida o ‘parente pobre’, que não é sequer tido em conta, apesar da sua importância. Em nosso entender, falta claramente todo um trabalho para, a longo prazo, conseguir que a cultura passe a estar integrada no trabalho das ONGD. Torna-se necessário criar programas de consciência cultural de tais dilemas, obrigando a uma reflexividade ou à tradução cultural que possibilite uma atuação mais prudente, mais consciente e mais responsável. Consideramos, no entanto, que estes programas de consciência cultural não devem focar-se nas ONGD como único alvo. Os doadores, como aqui pudemos ver, têm uma forma de atuar que é também responsável por colocar as ONGD perante o dilema da escolha, impondo condições que entram em choque com a cultura local ou que a desprezam ou ignoram na totalidade. É por isso importante encontrar formas de integrar os doadores nestes programas de consciência cultural. Além deles, consideramos que também devem ser integradas as entidades oficiais locais, pelo papel que desempenham enquanto representantes do poder junto das populações locais e enquanto elementos de ligação com o trabalho das ONGD. Finalmente, deve encontrar-se alguma forma de os próprios beneficiários dos programas de desenvolvimento serem envolvidos nestes programas de consciência cultural, para que a sua voz seja ouvida e ganhe o peso a que tem direito. Acreditamos que ‘desenvolvimento é o envolvimento de todos’ (página *online* da ONGD Leigos para o Desenvolvimento), ONGD, doadores, entidades oficiais locais e beneficiários, na procura de espaços de diálogo e com o foco na consciência da cultura local. Acreditamos também que a responsabilidade das organizações, dos doadores e das entidades oficiais locais não é apenas social, mas também cultural. Daí a importância de se criarem estes programas de consciência cultural. Para que a cultura ganhe a importância e o destaque que lhe são devidos e as populações locais possam beneficiar de um desenvolvimento que tenha em conta e valorize a sua cultura.

Referências

Åkesson, Gunilla; Nilsson, Anders (2006), *National Governance and Local Chieftaincy. A multi-level power assessment of Mozambique from Niassa's perspective*. Maputo: SIDA/ASDI.

Crewe, Emma; Harrison, Elizabeth (1998), *Whose Development? An Ethnography of Aid*. London: Zed Books.

Escobar, Arturo (2012), *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.

Faulhaber, Priscila (2007), “Etnografia e Tradução Cultural em Antropologia”, *VII Reunião de Antropologia do Mercosul*, Porto Alegre. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v3n1/v3n1a02.pdf>, consultado a 28 de Outubro de 2014.

Frias, Sónia (org.) (2008), *Etnografia & Emoções*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP.

Ganyi, Francis Mowang; Ogar, Atunka Patrick (2012), “Orality and Medicine: The Efficacy of the Word in the Practice of Therapeutic Cures in Traditional African Medicines”, *Studies in Sociology of Science*, 3 (3), 31-35.

Geertz, Clifford (1983), *Local Knowledge*. London: Fontana Press.

Geertz, Clifford (1993), *The Interpretation of Cultures*. London: Fontana Press.

Grillo, Ralph D.; Stirrat, R. L. (1997), *Discourses of Development, Anthropological Perspectives*. New York: Berg.

Hanlon, Joseph; Smart, Teresa (2008), *Do Bicycles Equal Development in Mozambique?* Suffolk: James Currey.

Medeiros, Eduardo (1997), *História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836-1929)*. Maputo: Central Impressora.

Okely, Judith; Callaway, Helen (org.) (2001), *Anthropology and Autobiography*. London: Routledge.

Oliveira, Karina Ferreira de (2010), *Como Cooperar na Doença Mental nos Países em Desenvolvimento? Saúde em Tradução e Cooperação em Timor-Leste*. Tese de Mestrado. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Onwuanibe, Richard C. (1979), “The Philosophy of African Medical Practice”. *Issue: A Journal of Opinion*, 9 (3), 25-28.

Prah, Kwesi Kwaa (2001), “Culture: The Missing Link in Development Planning in Africa”, *Philosophy and African Development: Theory and practice*, 9, 155-168.

Rao, Vijayendra; Walton, Michael (org.) (2004), *Culture and Public Action*. Stanford: Stanford Social Sciences.

Rukuni, Mandivamba (2010), *Being Afrikan*. Johannesburg: Penguin Books South Africa.

Sachs, Wolfgang (org.) (2010), *The Development Dictionary. A Guide to Knowledge as Power*. London: Zed Books.

Schech, Susanne; Haggis, Jane (2000), *Culture and Development: A Critical Introduction*. Victoria: Blackwell Publishing.

Seixas, Paulo Castro (org.) (2010), *Translation, Society and Politics in Timor-Leste*, Porto: University Fernando Pessoa Editions.

Sen, Amartya (2001), *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.

Tsey, Komla (2011), *Re-Thinking Development in Africa. An Oral History Approach from Botoku, Rural Ghana*. Camarões: Langaa RPCIG.

Tylor, Edward Burnett (1871), *Primitive Culture: Researches in the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Custom*. London: John Murray.

UNESCO (1998), *World Culture Report: Culture, Creativity and Markets*. Paris: UNESCO Publishing.

UNESCO (2000). *World Culture Report: Cultural Diversity, Conflict and Pluralism*. Paris: UNESCO Publishing.

UNESCO/UNAIDS (2001), *A Cultural Approach to HIV/AIDS Prevention and Care. Field Work: Building Local Response*. Special Series Issue no. 3, Cultural Policies for Development Unit. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001255/125586e.pdf>, consultado a 28 de Outubro de 2014.

UNESCO/UNAIDS, Sengendo, J.; Sekatawa, E. K. (1999), *A Cultural Approach to HIV/AIDS Prevention and Care. Uganda's Experience, Country Report*. Special Series Issue no. 1, Kampala, Cultural Policies for Development Unit. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001206/120611E.pdf>, consultado a 28 de Outubro de 2014..

União Africana (2008), *Plan of Action on the Cultural and Creative Industries in Africa*. Segunda sessão da Conferência de Ministros da Cultura da União Africana. Argel. Disponível em: http://www.arterialnetwork.org/uploads/2011/08/Nairobi_Plan_of_Action-_2008.pdf, consultado a 28 de Outubro de 2014.

United Nations (2011), *The Millennium Development Goals Report*. Nova Iorque: United Nations.

Informações consultadas online

Conselho Nacional de Combate ao HIV-Sida (CNCS): <http://www.cncs.org.mz/>

Instituto Nacional de Estatística (INE), Portal de Dados de Moçambique, Censo Populacional de 2007: <http://www.ine.gov.mz/>

Leigos para o Desenvolvimento: <http://www.leigos.org/>

Portal das Nações Unidas sobre os objetivos de desenvolvimento do milénio: <http://www.un.org/millenniumgoals/index.shtml>

Portal do Governo de Moçambique: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/>

Velhice desamparada? A transição demográfica na região da África Subsaariana e os desafios para os sistemas locais de saúde¹

José Luiz Telles,² Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
jluiztelles@fiocruz.br

Ana Paula Abreu Borges,³ Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Resumo: A região Subsaariana do continente africano é onde se concentra a maior carga de doença do mundo e é a única região do planeta que se espera que o número de pessoas pobres irá aumentar nas próximas décadas. Os países desta região, em diferentes graus, experimentam processo lento de envelhecimento populacional mas, ao mesmo tempo, é onde a população idosa mais cresce em números absolutos. A partir de revisão da bibliografia, buscou-se destacar a situação demográfica e social em que vivem as pessoas idosas na região subsaariana e os principais desafios que se impõem aos governos locais para a superação dos complexos desafios postos a toda a sociedade. Constatou-se que as políticas públicas voltadas para este segmento populacional na região não representam prioridade e, por conseguinte, dificilmente entram na agenda atual da cooperação internacional.

Palavras-chave: envelhecimento da população, pobreza, política de saúde, África subsaariana.

¹ Texto referente à comunicação apresentada no painel “Nuevas tendencias en las políticas de desarrollo de la salud para Africa Sub-Sahariana”, no *IX Congreso Ibérico de Estudios Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

Trabalho editado pelos organizadores do volume.

² Médico, Doutor em Saúde Pública, Pesquisador Titular da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz - Brasil; Presidente do Conselho Nacional de Direitos do Idoso (2009-2010), Diretor do Escritório Regional da Fiocruz em África no período 2011-2015. Atualmente é professor visitante na Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa na área de investigação em envelhecimento e saúde.

³ Tem graduação em Serviço Social; Mestrado em gerontologia pela Universidade Católica de Brasília e é assessora na área do envelhecimento no Programa de Educação à Distância da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Coordenadora Executiva do Curso de Aperfeiçoamento em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa na modalidade à distância na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz.

Introdução

O envelhecimento populacional representa o aspecto dominante e mais visível da dinâmica da população mundial no século 21. Espera-se que, no ano de 2050, as populações de numerosos países serão compostas com mais de 30% de pessoas idosas. O Plano Madrid de Ação Internacional para o Envelhecimento, assinado pelos países membros das Nações Unidas no ano de 2002, fundamenta-se em três princípios básicos: a) participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento e na luta contra a pobreza; b) fomento da saúde e bem-estar na velhice: promoção do envelhecimento saudável; e c) criação de um entorno propício e favorável ao envelhecimento (Camarano e Pasinato, 2004).

Desde então, os países, em diferentes graus, têm buscado caminhos para que estes princípios se tornem realidade. Neste contexto, os estudos sobre o envelhecimento demográfico e suas consequências para as políticas públicas cresceram significativamente, em particular nos países desenvolvidos. No entanto, a região da África Subsaariana talvez seja aquela em que menos se estruturam estudos e pesquisas sobre envelhecimento populacional (Faye, 2010).

O objetivo desta apresentação é caracterizar demográfica e socialmente o processo de envelhecimento no continente africano, com foco na África Subsaariana, com o intuito de trazer à luz questões essenciais para a agenda da saúde global tendo por referência os princípios básicos do Plano Internacional para o Envelhecimento.

A pesquisa bibliográfica teve por referência o Portal PubMed na base de artigos Medline ao longo de 2011. A finalidade foi a de levantar a literatura publicada com descritores relacionados com envelhecimento populacional, doenças crônicas não transmissíveis, saúde do idoso, condições de saúde e de vida em África Subsaariana.

A estratégia genérica de busca foi: “Health of the Elderly” OR “Demographic Aging” OR “Chronic Disease” OR “Health Status” OR “Social Conditions” AND “Africa”.

As bases de dados como Scielo, Lilacs, Google e Google Acadêmico foram, também, visitadas a partir de artigos de referência previamente selecionados, o que possibilitou acesso à literatura não indexada ao Medline. Outras fontes foram importantes, tais como documentos e relatórios técnicos, para complementar a pesquisa.

1. Transição Demográfica e Envelhecimento Populacional

A transição demográfica é o processo pelo qual um país passa de um regime demográfico com alta mortalidade e alta fecundidade para um regime caracterizado por baixa mortalidade e baixa fertilidade (Prata, 1992). Para o estudo das populações, a transição demográfica pode ter como foco duas perspectivas. A primeira é centrada principalmente no crescimento bruto da população. A segunda centra a atenção no impacto da transição demográfica na estrutura etária de uma determinada população. Neste enfoque, outras questões ganham relevância, tais como o tamanho da população economicamente ativa, a disponibilidade de força de trabalho e o envelhecimento populacional (Francisco, 2011).

Nos anos 1960 foi observado o declínio na mortalidade em quase todos os países em desenvolvimento. Entretanto, as taxas de fertilidade ainda estavam elevadas. O resultado imediato foi o rápido crescimento populacional nestes países o que fez alguns estudiosos afirmarem que o mundo estava caminhando para uma catástrofe. Nas décadas posteriores, entretanto, o que se viu foi um rápido decréscimo nas taxas de fertilidade nas regiões da Ásia, América Latina e no Norte da África (Malmberg, 2008).

Na África Subsaariana também tem sido observado o processo de transição demográfica. A falta de dados, no entanto, dificulta precisar quando as taxas de mortalidade começaram a declinar. Os dados disponíveis apontam que a queda se deu no início dos anos 1950, quando esta região entrava na fase da transição demográfica caracterizada pelo declínio da mortalidade. A tendência de queda nas taxas de mortalidade continuou nas décadas seguintes e, com taxas de fertilidade relativamente estáveis, o resultado desta equação foi maior aceleração do crescimento geral da população (Caldwell e Caldwell, 2002; Velkoff e Kowall, 2007; Malmberg, 2008; United Nations, 2009).

Durante pelo menos três décadas, o declínio das taxas brutas de mortalidade e, também, das taxas do componente infantil (óbitos menores de um ano) manteve-se relativamente uniforme em todas as regiões da África Subsaariana. Para a Organização das Nações Unidas a África Subsaariana divide-se em quatro regiões (United Nations, 2011): a África Ocidental, a África Central, a África Oriental e a África Austral. As regiões ocidental e oriental da África têm cerca de 75% do total da população da África Subsaariana. A África Austral tem menos de 10% da população e a África Central cerca de 15%. Destas regiões, a África Austral tem liderado o declínio da mortalidade infantil.

No início de 1990 quando a mortalidade infantil no resto da África Subsaariana ainda estava acima de 100, na região Austral verificava-se taxas em torno de 50/1.000. Uma possível razão para o declínio precoce da mortalidade nesta região pode ser o fato de possuir uma economia mais desenvolvida. No entanto, medidas de saúde pública não devem ser desconsideradas. As campanhas anti-malária na África do Sul parecem ter sido mais intensas e sistemáticas do que em outras regiões da África Subsaariana, possivelmente por causa da presença de um grande contingente de população branca residente. Na verdade, tem sido sugerido que o *apartheid* primeiro foi concebido como uma política sanitária destinada a proteger a população branca da infecção por malária (Malmberg, 2008).

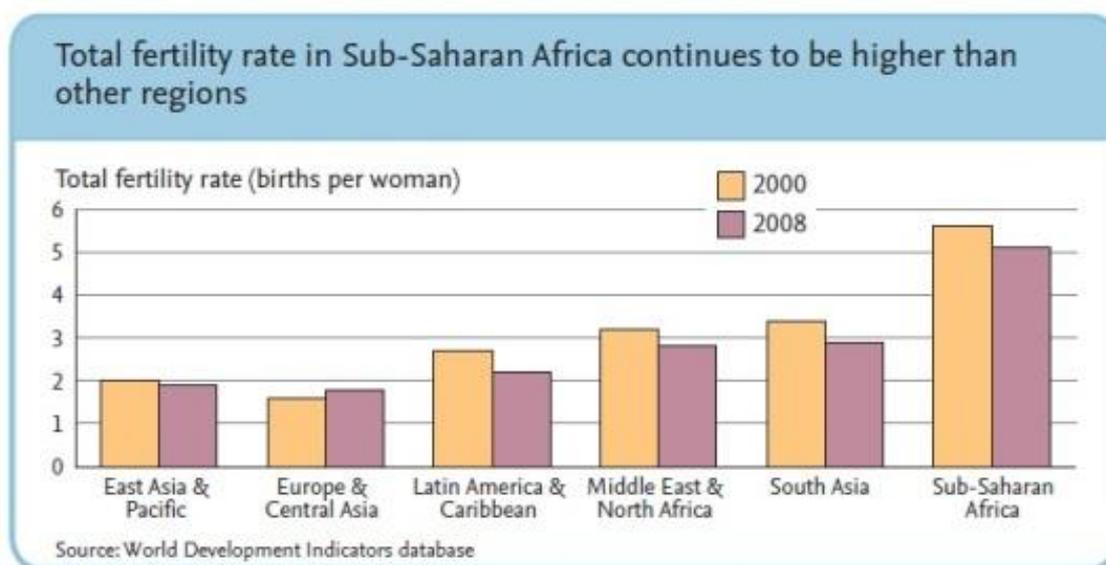
No entanto, apesar da tendência de queda das taxas de mortalidade, para o período pós-Segunda Grande Guerra, toda a situação da mortalidade na África Subsaariana era pior do que em outros países em desenvolvimento. A partir dos anos 1990 tal situação irá ser agravada em função da emergência da epidemia de HIV/Aids em fins dos anos 1980.

Pode-se afirmar, portanto, que a mortalidade infantil (MI) na África Subsaariana acompanhou a tendência mundial de declínio a partir da década de 1950. Entre os países desta região, houve diferenças no ritmo e na intensidade do declínio. Em cerca de metade dos países o declínio da taxa de MI manteve-se contínuo e significativo. Neste grupo de países, as taxas em 1950 estavam acima de 150 óbitos por mil nascimentos e em 2007 caíram para menos de 100 por mil. No restante dos países a queda da taxa de MI foi relativamente rápida até os meados dos anos 1980, a partir daí houve interrupção do declínio. Alguns estacionaram em taxas abaixo de 100, outros ficaram acima deste valor (Malmberg, 2008).

Certos fatores foram relacionados à esta estagnação. Falha das políticas implementadas nestes países aliadas à crise econômica global podem estar associadas a este fenômeno. Destacam-se, neste cenário também, as medidas de austeridade impostas em muitos países da região pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial o que obrigaram cortes governamentais e demissões significativas de funcionários públicos ao longo de toda a década de 1980 e início dos anos 1990 (Malmberg, 2008).

Com relação à fertilidade, a média geral da taxa de fertilidade na região é significativamente alta para os atuais padrões internacionais, em especial se comparadas com os países em desenvolvimento, tanto da América Latina quanto do continente asiático (Figura 1). Alguns fatores são relacionados à alta taxa de fertilidade observadas na maioria dos países da África Subsaariana. Taxas elevadas de mortalidade infantil (Bigombe e Khadigala, 2003;

Malmberg, 2008; Kreider et al., 2009); casamentos e gestações precoces (Bigombe e Khadigala, 2003); baixa utilização de métodos contraceptivos (Bigombe e Khadigala, 2003; Kreider et al., 2009); valorização social da mulher com prole numerosa (Bigombe e Khadigala, 2003; Francisco, 2011); baixa escolaridade das mulheres (Kreider et al., 2009); a prática de poligamia, muito comum principalmente nas áreas rurais (Bigombe e Khadigala, 2003); baixo desenvolvimento econômico (Malmberg, 2008; Kreider et al., 2009) e garantia de sobrevivência – ‘proteção social demográfica’ (Francisco, 2011). Há consenso nos estudos que todos os fatores relacionados às altas taxas de fertilidade estão direta ou indiretamente interligados e alguns são interdependentes.



Fonte: World Bank, 2011.

Para completar a caracterização da transição demográfica na região subsaariana, observa-se que a tendência de aumento gradativo na esperança de vida ao nascer verificada tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento não ocorreu em alguns países da região subsaariana. Em alguns deles verificou-se mesmo um decréscimo na expectativa de vida. Este fenômeno é em larga medida decorrência do impacto da epidemia de hiv/aids no continente africano em geral e nos países da região subsaariana em particular. É certo que outras situações concorreram para a estagnação ou diminuição da longevidade tais como os conflitos violentos, que ainda levam, nos dias de hoje, milhares de pessoas a se refugiarem em outros países; a escassez de recursos de atenção à saúde e as péssimas condições gerais de vida. Entretanto, em muitos países, é o HIV/Aids a principal razão para tal fenômeno.

A tendência da expectativa de vida ao nascer no Zimbabwe é um bom exemplo para ilustrar a devastação causada pela epidemia de HIV/Aids. A expectativa ao nascer caiu de 61.6 anos em 1986 para 40.4 anos em 2006, isto é, um decréscimo de 21 anos. O impacto para as mulheres foi ainda maior. A expectativa de vida para o sexo feminino neste país no mesmo período decresceu 27 anos. Tendências similares são observadas em outros países da região que tiveram sua população afetada pelo HIV/Aids (Velkoff e Kowall, 2007).

A África Subsaariana ainda tem uma participação excessiva da carga global de HIV. Embora a taxa de novas infecções por HIV tenha diminuído, o número total de pessoas que vivem com HIV continua a aumentar. Em 2009, esse número chegou a 22,5 milhões [20.9 a 24.2 milhões], 68% do total global. As taxas de incidência e de prevalência de HIV entre as mulheres são maiores do que as verificadas no sexo masculino (UNAIDS, 2010).

A fato de os países que compõem a região subsaariana da África terem as menores expectativas de vida ao nascer do mundo não quer dizer, em absoluto, que não existam pessoas idosas nesta área do planeta. É verdade que a África Subsaariana, em contraste com as outras regiões, é a que tem menor proporção de população idosa e, também, menor crescimento relativo. Enquanto que na Europa, em 2030, projeta-se uma proporção de 28% de pessoas com 60 anos e mais, na África Subsaariana esta proporção será de 5,6% (Velkoff e Kowall, 2007).

Entretanto, quando se analisa a população idosa em números absolutos o cenário se apresenta bastante diferente. As atuais projeções demográficas mostram que a região é onde se verifica o maior crescimento populacional de pessoas idosas no mundo. (DeNavas-Walt *et al.*, 2008). Em termos absolutos, se verificará um crescimento significativo deste contingente populacional nesta região passando de 42,6 milhões em 2010 para 160 milhões no ano de 2050 (U.S. Census Bureau, 2011).

As pessoas da região que conseguem alcançar os 60 anos de idade podem esperar viver mais anos quase tanto quanto as pessoas da mesma idade em outras regiões do mundo (Aboderin, 2005).

Os números impressionam ainda mais quando se correlaciona o aumento expressivo da população idosa na África Subsaariana ao atual nível de desenvolvimento econômico e social e, ainda, às transformações pelas quais a maioria dos países desta região está a apresentar.

2. Envelhecimento e Pobreza

A região subsaariana da África é a mais pobre região do mundo, o que implica que o envelhecimento de sua população é, em grande parte, vivenciado em contextos de pobreza generalizada e de profunda restrição econômica. Entre os dez países que possuem o menor rendimento nacional bruto do mundo, nove estão nesta região (World Bank, 2011).

A África Subsaariana terminou o último milênio mais pobre do que era em 1990. 23 países da região eram em 2005 mais pobres do que eram em 1975. Neste mesmo ano de 2005, mais de 50% dos habitantes desta região viviam com menos de USD 1,00 por dia, a grande maioria da população abaixo de USD 2,00 por dia e, globalmente, é a única região onde se espera que a proporção de pessoas vivendo na pobreza cresça (Aboderin, 2005).

Apesar de atingir a população em todas as faixas etárias, as crianças e as pessoas idosas são mais vulneráveis à pobreza. A incidência de pobreza agrava-se de acordo com os arranjos familiares. Residências onde há algum morador idoso, residências onde há pessoas idosas a co-habitarem com crianças menores de 10 anos e domicílios chefiados por pessoas idosas estão, em geral, mais sujeitos à incidência de pobreza se comparadas com a média geral de pobreza na população. Nos países onde a incidência do HIV/Aids é muito alta, as diferenças são maiores e estatisticamente significativas (Kakwani e Subbarao, 2005).

Uma das medidas de redução da pobreza na população idosa tem sido a adoção de pensões não contributivas para aquelas parcelas mais pobres. Evidências sugerem que a pobreza entre os idosos é baixa em países onde existem mecanismos de transferência de renda dirigida para esta parcela da população, como no Brasil, Chile ou África do Sul. Em contraste, em países onde os sistemas de pensões na velhice são inexistentes ou atingem um número

reduzido de pessoas, as pessoas mais velhas estão sobre-representadas entre os pobres (Barrientos, 2003; Barrientos, Gorman e Heslop, 2010). Além disso, nos países em desenvolvimento os efeitos positivos das pensões vão além dos beneficiários diretos (os idosos) e refletem-se para os outros membros de suas famílias. Estudos de caso no Brasil e África do Sul mostram que as crianças dentro de famílias beneficiárias têm maiores taxas de escolarização e melhor estado de saúde do que aqueles que vivem em domicílios que não recebem uma pensão (Duflo, 2003).

No entanto, apesar de um papel comprovadamente positivo, a maioria das populações do continente africano permanece descoberta por um regime de pensões. Com exceção de alguns países (África do Sul, Namíbia, Ilhas Maurícios e Botswana), quase nenhum país africano tem colocado ênfase na ampliação da cobertura dos sistemas de pensões, quando estes existem, ou na criação de um programa consistente de proteção social para a população idosa (Faye, 2010).

Tal posição pode ser explicada pela concordância da maioria dos países do continente ter assumido as recomendações do Banco Mundial no seu relatório sobre a crise de velhice divulgado em 1994 (World Bank, 1994). O argumento, então, do Banco Mundial era de que os sistemas tradicionais de apoio para os idosos nas sociedades africanas, principalmente tendo por base a família, estariam trabalhando muito bem e que os regimes de pensões formais iriam desestimular as transferências familiares e agravar ainda mais as condições de convivência para os idosos. Devido a essa recomendação, a questão da provisão de pensões tem sido raramente considerada em programas de desenvolvimento e estratégias de redução da pobreza na África (Faye, 2010).

O argumento de que as famílias tradicionais na região estão a prover os cuidados necessários às pessoas idosas não leva em consideração as transformações sociais que estão a ocorrer na maioria dos países da África Subsaariana.

Embora a África Subsaariana continue a ser predominantemente rural, verifica-se rápida urbanização. Em 1990, 28% da população vivia em zonas urbanas. No ano de 2007 este percentual subiu para 36%. Tal crescimento pressionou significativamente a demanda por serviços urbanos. Por exemplo, no ano de 2006, somente 57% da população urbana tinha acesso a instalações sanitárias melhoradas. Na área rural a proporção era 23% (World Bank, 2009).

Na medida em que as sociedades africanas, tradicionalmente caracterizadas por economias baseadas primordialmente em agricultura familiar, movem-se para um estilo individualizado e urbanizado de vida, o status tradicional das pessoas idosas torna-se ameaçado e seus papéis na família e na comunidade transformados. A urbanização altera valores, atitudes e padrões individuais e, por conseguinte, os próprios regimes culturais. Inicia-se com a repartição mais ou menos acentuada e acelerada da ordem social tradicional e termina por minar a capacidade tradicional de apoiar, integrar e dar sentido à vida nas faixas etárias mais avançadas, onde se verificam, com frequência, incapacidades (Apt, 2000).

Além do processo de urbanização, a epidemia de HIV/Aids vem desempenhando papel crucial para as mudanças verificadas nos arranjos familiares desta região.

Enquanto os dados de 2007 da UNAIDS mostravam que a epidemia de Aids parecia ter atingido seu pico e as taxas de mortalidade estavam a cair, mais de dois terços de todas as pessoas que viviam com HIV residiam na África Subsaariana, onde mais de três quartos (76%) de todas as mortes por Aids em 2007 ocorreram. Estima-se que 22,5 milhões de africanos vivem com HIV/Aids, a grande maioria deles adultos no auge da vida profissional (UNAIDS, 2007). A epidemia de HIV/Aids neste continente está a esgarçar o próprio tecido

da vida cotidiana com profundas implicações para o desenvolvimento social e econômico das gerações seguintes.

Uma das consequências da epidemia foi, ao longo das últimas três décadas, ter produzido milhares de crianças órfãs pelo continente. Estimativas apontam que cerca de 12 milhões de crianças entre 0-17 anos perderam um ou ambos os pais devido à Aids na região da África Subsaariana. Como resultado, o número total de crianças órfãs por todas as causas na região está em expansão e atingiu 48,3 milhões no final de 2005 (United Nations Children's Fund, 2006).

Análise de dados em 24 países da África Subsariana constatou forte associação entre a mortalidade relacionada à Aids dentro de um país e a probabilidade de encontrar uma pessoa idosa cuidando de uma ou mais crianças órfãs (Zimmer e Dayton, 2003).

O cuidado de crianças órfãs por pessoas idosas em geral é precedido do cuidado dos pais das crianças. Estudo da Organização Mundial de Saúde sobre cuidadores(as) idosos(as) no Zimbábue constatou que 39% afirmou ter experimentado doença física após a morte de um parente por HIV/Aids que estava sob seus cuidados e número quase igual relatou estresse emocional (World Health Organization, 2002).

Apesar de ser, muitas das vezes, experienciado como sobrecarga no dia a dia, a percepção do cuidado por parte das pessoas idosas pode ter outro significado. Em estudo realizado em área rural da África do Sul com mulheres idosas cuidadoras, houve hesitação por parte das entrevistadas ao relacionar os cuidados sob sua responsabilidade como sendo uma 'carga' na medida em que estavam simplesmente 'cuidando de seu próprio sangue' (Schatz, 2007).

A gravidade da epidemia do HIV/Aids, ainda, foi significativa e positivamente associada com aumento da proporção de pessoas idosas vivendo sozinhas (Kautz et al., 2010).

3. Envelhecimento Demográfico e Carga de Doenças

A transição demográfica é associada à transição epidemiológica, isto é, mudanças ocorridas ao longo de um determinado tempo nos padrões de morte, morbidade e invalidez que caracterizam uma população específica e que, em geral, ocorrem concomitante a outras transformações (Omram, 2001). A transição epidemiológica engloba três mudanças básicas no padrão de mortalidade de uma dada sociedade: a) substituição das doenças transmissíveis por doenças não-transmissíveis e causas externas; b) deslocamento da carga de morbimortalidade dos grupos mais jovens aos grupos mais idosos; e c) transformação de uma situação em que predomina a mortalidade para outra na qual a morbidade é dominante (Schramm et al., 2004).

Na África Subsaariana, os dados que permitem caracterizar a passagem de um estágio da transição para o próximo são escassos. Entretanto, existem evidências demonstrando que o perfil das doenças vem experimentando mudanças importantes em um contexto cada vez mais marcado pela coexistência de doenças infecciosas, de deficiências nutricionais e de doenças crônicas não transmissíveis. Os dados disponíveis apontam que a crescente urbanização está a contribuir para estilos de vida pouco saudáveis (mudanças nos hábitos alimentares, sedentarismo, tabagismo e maior consumo de álcool) levando ao aumento dos riscos para as doenças cardiovasculares (Mensah, 2008).

Os Estudos sobre a Carga Global de Doença de 1990 e de 2000 estimam que a África Subsaariana tem a maior carga de doença no mundo (World Health Organization, 2004). A região tem registrado aumento acelerado das doenças não transmissíveis (DNT), incluindo a violência e lesões, aumentando a carga já pesada das doenças transmissíveis. Projeta-se, se não houver mudanças significativas em relação ao cuidado e à prevenção, que as doenças não

transmissíveis representarão pelo menos 50% da mortalidade no continente africano em 2020. Os principais fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis estão relacionados com estilos de vida individuais e fatores de risco não-modificáveis, incluindo considerações genéticas e étnicas, juntamente com o aumento gradativo da expectativa de vida, fatores pré-natais e de gênero (World Health Organization, 2010).

As doenças cardiovasculares são as causas secundárias mais comuns de óbitos em pessoas adultas na África Subsaariana, além de ser uma das principais causas de doença crônica e de deficiência nas idades mais avançadas. Metade das mortes por doenças cardiovasculares ocorre em pessoas na faixa etária entre os 30 e os 69 anos de idade. Comparada com as regiões mais desenvolvidas, morre-se na África Subsaariana 10 ou mais anos mais jovem por doenças cardiovasculares (Baingana e Bos, 2006)

Uma proporção considerável de pessoas idosas sofre de desnutrição (Charlton e Rose, 2001), de múltiplas condições crônicas físicas e mentais (tais como as condições músculo-esquelético e cardiovascular, deficiências visuais ou auditivas, depressão e demência - (Bekibele e Gureje, 2008; Bekibele e Gureje, 2010; Lasisi, Abiona e Gureje, 2010) e, por consequência, possuem uma saúde bastante debilitada (Clausen et al., 2007; Debpur et al., 2010).

Ademais, adultos e pessoas mais velhas portadoras de doenças crônicas não transmissíveis, muitas vezes, não têm acesso a serviços necessários para procedimentos de diagnóstico precoce, de tratamento adequado e de prevenção de outros agravos e complicações (Tawfik e Kinoti, 2001; Goudge *et al.*, 2009).

4. O Envelhecimento Demográfico e Agenda dos Governos de África

No ano de 2003, como desdobramento do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento das Nações Unidas de 2002 (Plano de Madrid), a União Africana publicou o documento intitulado Plano de Ação sobre o Envelhecimento da União Africana (African Union/Help Age International, 2003). Neste propugna-se o desenvolvimento de estratégias para melhorar a prestação de serviços de saúde para pessoas idosas da África como uma maneira de realizar seu direito à saúde e de promover a sua contribuição para as famílias e sociedades. Ambos os planos atentam para dois tipos principais de medidas: (i) estratégias multi-facetadas de promoção da saúde para prevenir doenças e invalidez entre os distintos grupos etários que compõem a velhice, e (ii) políticas específicas para assegurar o pleno acesso aos cuidados curativos e de reabilitação adequados para pessoas mais velhas doentes e/ou portadores de algum grau de deficiência/incapacidade (Aboderin, 2010).

Entretanto, desde a publicação do Plano, o cenário da atenção à saúde da população idosa na África Subsaariana pouco mudou. Parece haver falta de convicção de que a ação sobre a saúde da população idosa deva ser uma prioridade dentro de um contexto de alta prevalência de doenças infecto-contagiosas com impacto direto na morbimortalidade materno infantil (Aboderin, 2010).

A postura aparentemente típica dos legisladores e dos profissionais de planejamento nos níveis centrais de governo, em especial, aqueles relacionados às finanças do país, é que os orçamentos nacionais não têm capacidade de sustentar políticas específicas para o segmento da população idosa em seus países. Tais políticas, ao contrário de programas essenciais de saúde voltados para crianças, gestantes, jovens e adolescentes, são vistas como um obstáculo, ou na melhor das hipóteses, como irrelevantes para os interesses de desenvolvimento do país. Ou, ainda, há falta de clareza sobre quais as medidas específicas necessárias para

efetivamente garantir a saúde das pessoas idosas (Aboderin, 2010). Junte-se a isso, todas as carências crônicas, materiais e humanas, dos serviços de saúde nesta região.

Considerações Finais

O processo de envelhecimento demográfico verificado na grande maioria dos países que pertencem à região da África Subsaariana dá-se de forma lenta em virtude das altas taxas de fertilidade ainda presentes nesta região. No entanto, o número de pessoas idosas está a crescer de forma intensa em toda a região. As doenças infectocontagiosas ainda são responsáveis por grande parte da mortalidade geral, com destaque importante para a epidemia de HIV/Aids que tem reconfigurado as estruturas familiares. Ademais, o processo de urbanização e as mudanças de estilos de vida tem contribuído para o aumento das doenças crônicas não transmissíveis. Assim, configura-se um quadro de dupla carga de doença que traz sérios desafios para a organização e para o financiamento dos sistemas nacionais de saúde.

Neste contexto, o acesso ao diagnóstico, tratamento e ações de prevenção por parte da população idosa é precária. Por outro lado, os governantes, apesar de instituírem documentos que firmam compromisso com a melhoria da qualidade de vida deste segmento populacional, ainda não incorporaram efetivamente nas agendas das políticas públicas as necessidades e demandas da população idosa.

A concertação em torno dos objetivos e metas do milênio, instituído pelas Nações Unidas no ano de 2000, tornou-se referência central para as iniciativas de cooperação internacional que têm como foco os países em desenvolvimento. Ainda que possam ter relação com as condições de vida da população idosa em geral, a agenda específica do envelhecimento populacional e suas consequências acabam subsumidas por outras prioridades, notadamente a redução da mortalidade infantil e materna. Tal fato terá, a médio e longo prazo, implicações profundas na capacidade dos governos que compõem a região subsaariana em enfrentar os desafios impostos pelo envelhecimento demográfico em seus países.

Referências

Aboderin, Isabella (2005), “Understanding and Responding to Ageing, Health, Poverty and Social Change in Sub-Saharan Africa: a strategic framework and plan for research”. Outcomes of the Oxford Conference on *Research on Ageing, Health and Poverty in Africa: forging directions for the future* (Oxford, 11-13 april). Oxford: Oxford Institute of Aging: University of Oxford, May, 2005. Consultado a 18 de agosto de 2011, disponível em <http://www.ageing.ox.ac.uk/system/files/StrategicPlanandFramework.pdf>.

Aboderin, Isabella (2010), “Understanding and Advancing the Health of Older Populations in sub-Saharan Africa: Policy Perspectives and Evidence Needs”, *Public Health Reviews*, 32, 357-76.

African Union/Helpage International (2003), *Policy framework and plan of action on ageing*. Nairobi: HAI Africa Regional Development Centre. Consultado a 22 de agosto de 2011, disponível em <http://www.helpage.org/silo/files/au-policy-framework-and-plan-of-action-on-ageing-.pdf>.

Apt, Nana Araba (2000), “Ageing in Africa”. Paper prepared for *World Congress on Medicine and Health* (Hanover, 21 July - 31 August). Consultado a 2 de setembro de 2011, disponível em http://www99.mhhannover.de/aktuelles/projekte/mmm/englishversion/fs_programme/speech/Apt_V.html.

Baingana, Florence K.; Bos, Eduard R. (2006), “Changing patterns of disease and mortality in Sub-Saharan Africa: an overview”, in Den T. Jamison, Richard G. Feachem, Malegapuru W. Makgoba, Eduard R. Bos, Florence K. Baingana, Rogo Hofman e O. Khama (org.). *Disease and Mortality in Sub-Saharan Africa*. World Bank: Washington DC.

Barrientos, Armando (2003), “What is the impact of non-contributory pensions on poverty? Estimates from Brazil and South Africa”, *CPRC Working Paper IDPM/Chronic Poverty Research Centre (CPRC)*. Consultado a 3 de setembro de 2011, disponível em http://www.chronicpoverty.org/uploads/publication_files/WP33_Barrientos.pdf.

Barrientos, Armando; Gorman, Mark; Heslop, Amanda, (2010), “Old age poverty in developing countries contributions and dependence in later life”, *World Development*, 31(3), 555-570.

Bekibele, Charles O; Oyewusi, Gureje (2008), “Self-reported visual impairment and impact on vision-related activities in an elderly Nigerian population: Report from the Ibadan Study of Ageing”, *Ophthalmic Epidemiology*, 15(4), 250-256.

Bekibele, Charles O; Oyewusi, Gureje (2010), “Fall incidence in a population of elderly persons in Nigeria”, *Gerontology*, 56(3), 278-83.

Bigombe, Betty; Khadiagala, Gilbert M., (2003), “Major trends affecting families in sub-Saharan Africa”, in *Major Trends Affecting Families: A Background Document, Report for United Nations*, Department of Economic and Social Affairs, Division for Social Policy and Development, Program on the Family, May. Consultado a 5 de setembro de 2011, disponível em <http://social.un.org/index/Family/Publications/MajorTrendsAffectingFamilies.aspx>.

Caldwell, John C; Caldwell, Patrina, (2002), “The Fertility Transition in Sub-Saharan Africa”. Paper presented at the *Conference Fertility and the Current South African Issues of Poverty, HIV/AIDS and Youth* (Pretoria: Department of Social Development, South Africa/Human Sciences Research Council, 24 October). Consultado a 28 de agosto de 2011, disponível em http://www.sarpn.org/documents/d0000082/P79_Caldwell.pdf.

Camarano, Ana Amélia; Pasinato, Maria Teresa (2004), “O Envelhecimento Populacional na Agendas das Políticas Públicas”, in Ana Amélia Camarano (org.), *Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 253-292.

Charlton, Karen E; Rose, Donald (2001), “Nutrition Among Older Adults in Africa: the situation at the beginning of the millennium”, *Journal of Nutrition*, 131(9), 2424S-2428S.

Clausen, Thomas; Wilson, Adrian O; Molebasti, Robert M; Holmboe-Ottesen, Gerd (2007), “Diminished mental- and physical function and lack of social support are associated with shorter survival in community dwelling older persons of Botswana”, *BMC Public Health*, 7, 144-152.

Debpur, Cornelius; Welaga, Paul; Wak, George; Hodgson, Abrahan (2010), “Self-reported health and functional limitations among older people in the Kassena-Nankana District, Ghana”, *Global Health Action*, S2, 54-63. Consultado a 8 de setembro de 2011, disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2957305/?tool=pubmed>.

Duflo, Esther (2003), “Grandmothers and granddaughters: old age pension and intrahousehold allocation in South Africa”, *The World Bank Economic Review*, 17(1), 1-25.

Faye, Ousmane (2010), “Basic Pensions and Poverty Reduction in sub-Saharan Africa”. *The WDA-HSG Discussion Paper Series on Demographic Issues*, 2010/2, University of St. Gallen.

Food and Agriculture Organization (FAO) (2001), “The impact of HIV/AIDS on food security”. *FAO Committee on World Food Security*, Twenty-seventh Session (Rome, 28 May–1 June). Consultado a 4 de agosto de 2011, disponível em <http://www.fao.org/docrep/meeting/003/Y0310E.htm>.

Francisco, António A.S. (2011), “A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique”, *Revista de Estudos Demográficos*, 49, 5-36.

Goudge, Jane; Gilson, Lucy; Russel, Steven; Gumede, Tebogo; Mills, Anne (2009), “Affordability, availability and acceptability barriers to health care for the chronically ill: Longitudinal case studies from South Africa”, *BMC Health Services Research*, 9, 75.

Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS) (2007), *AIDS Epidemic Update*. Geneva: Joint United Nations Programme.

Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS) (2010), *Global report: UNAIDS report on the global AIDS epidemic*. Consultado a 4 de agosto de 2011, disponível em http://www.unaids.org/globalreport/Global_report.htm.

Kakwani, Nanak; Subbaro, Kalanidhi (2005), *Aging and Poverty in Africa and the Role of Social Pensions*. New York: Social Protection Unit/Human Development Network/The World Bank. Consultado a 9 de setembro de 2011, disponível em <http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/SP-Discussion-papers/Safety-Nets-DP/0521.pdf>.

Kautz, Tim; Bendavid, Eran; Bhattacharya, Jay; Miller, Grant (2010), “AIDS and declining support for dependent elderly people in Africa: retrospective analysis using demographic and health surveys”, *British Medical Journal*, on line first. 1-6. Consultado a 4 de setembro de 2011, disponível em <http://www.bmj.com/content/340/bmj.c2841.full.pdf>.

Kreider, Amanda; Shapiro, David; Varner, Catherine; Sinha, Malika (2009), *Socioeconomic Progress and Fertility Transition in the Developing World: Evidence from Demographic and Health Surveys*. Philadelphia: Pennsylvania State University. Consultado a 30 de agosto de 2011, disponível em <http://econ.la.psu.edu/papers/IUSSP2009FertilityPaper-20Dec.pdf>.

Lasisi, Akeem O; Abiona, Taiwo; Gurege, Oye (2010), “The prevalence and correlates of self-reported hearing impairment in the Ibadan Study of Ageing”, *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, 104(8), 518-23.

Malmberg, Bo (2008), “Demography and the Development Potential of sub-Saharan Africa”, *Current African Issues* 38. Uppsala: The Nordic Africa Institute. Consultado a 30 de agosto de 2011, disponível em <http://www.regeringen.se/sb/d/9037/a/85210>.

Mensah, George A. (2008), “Ischaemic heart disease in Africa”, *Heart*, 94, 836-843.

Omram, Abdel R. (2001), “The Epidemiologic Transition: a theory of the epidemiology of population change”, *Bulletin of World Health Organization*, 79(2), 161-170.

Prata, Pedro R. (1992), “A Transição Epidemiológica no Brasil”, *Cadernos de Saúde Pública*, 8(2), 168-175.

Schatz, Enid J. (2007), ““Taking care of my own blood’: Older women's relationships to their households in rural South Africa”, *Scandinavian Journal of Public Health*, 35(147), 153-154.

Schramm, Joice Mendes de A. *et al.* (2004), “Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil”, *Ciência e Saúde Coletiva*, 9(4), 897-908.

Tawfik, Linda; Kinoti, Stephen N. (2001), *The impact of HIV/AIDS on the health sector in sub-Saharan Africa: the issue of human resources*. The SARA Project. Consultado a 5 de setembro de 2011, disponível em http://sara.aed.org/sara_pubs.htm.

The United Nations Children’s Fund (UNICEF) (2006), *Africa’s Orphaned and Vulnerable Generations: Children Affected by Aids*. Consultado a 5 de Setembro de 2011, disponível em http://www.unicef.org/publications/files/Africas_Orphaned_and_Vulnerable_Generations_Children_Affected_by_AIDS.pdf.

US Census Bureau (2011). *International Data Base*. Consultado a 2 de Setembro de 2011, disponível em <http://www.census.gov/population/international/data/idb/region.php?N=%20Region%20Results%20&T=2&A=aggregate&RT=0&Y=2011&R=111,112,114,115&C>.

United Nations (2011), *Composition of macro geographical (continental) regions, geographical sub-regions, and selected economic and other groupings*. Consultado a 5 de setembro de 2011, disponível em <http://millenniumindicators.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm>.

United Nations (2009), *World Population Prospects: the 2008 revision – Highlights*. Department of Economic and Social Affairs/Population Division. New York: United Nations.

United States Agency for International Development (USAID) (2009), *Moçambique: Estratégia de Assistência ao País – 2009-2011*. Consultado a 5 de setembro de 2011, disponível em http://www.usaid.gov/mz/doc/plan/eua_moz%20estrategia%20assistencia.pdf.

Velkoff, Victoria A; Kowall, Paul R. (2007), *Population Aging in Sub-Saharan Africa: demographic dimensions – 2006*. US Census Bureau, Current Population Reports P95/07-1. Washington DC: US Government Printing Office.

World Bank (2011), *Atlas Global of Development: A visual guide to the world’s greatest challenges*. Washington DC: The World Bank/Collins.

World Bank (1994), *Averting the Old Age Crisis: Policies to Protect the Old and Promote Growth*. Washington DC: University Press.

World Bank (2009), *Regional Fact Sheet From The World Development Indicators: Sub-Saharan Africa: regional data from the WDI database*. Consultado a 5 de setembro de 2011, disponível em http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/ssa_wdi.pdf.

World Health Organization (WHO) (2010), *Achieving Sustainable Health Development in the African Region: Strategic Directions for WHO 2010–2015*. Brazzaville: World Health Organization. Regional Office for Africa.

World Health Organization (WHO) (2002), *Impact of Aids on Older People in Africa: Zimbabwe case Study*. Consultado a 5 de setembro de 2011, disponível em http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/WHO_NMH_NPH_ALC_02.12.pdf.

World Health Organization (WHO) (2008), *The global burden of disease: 2004 update*. Consultado a 10 de setembro de 2011, disponível em http://www.who.int/healthinfo/global_burden_disease/2004_report_update/en/index.html.

Zimmer, Zachary; Dayton, Julia (2003), *The Living Arrangements of Older Adults in Sub-Saharan Africa in a Time of HIV/AIDS*. Policy Research Division. Population Council, 169. Consultado a 28 de agosto de 2011, disponível em <http://www.popcouncil.org/pdfs/wp/169.pdf>.

A relação entre saúde e cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ¹

Violeta Maria de Siqueira Holanda,² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil
violeta@unilab.edu.br

Márcio Luiz Mello,³ Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Brasil
mlbmello@gmail.com

Resumo: O universo religioso da Umbanda é caracterizado por sua riqueza de símbolos e complexidade ritual que envolvem uma multiplicidade de elementos socioculturais. As práticas de cura têm um lugar significativo nos rituais umbandistas, pois é o momento em que os frequentadores têm a oportunidade de serem atendidos em seus problemas particulares. Dentre as principais queixas que trazem estão problemas financeiros, situações de conflito interpessoal e emocional. Além dessas, um grande número de pessoas recorre aos cultos umbandistas por motivo de doença, em busca de alívio para as doenças do corpo e da alma. Em nossa pesquisa interessa compreender esses processos de saúde-doença relacionados aos terreiros de Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ. Como este trabalho sugere, a partir dos casos estudados, as práticas terapêuticas da Umbanda têm complementado as práticas médicas oficiais, ou seja, os terreiros são locais de promoção da saúde.

Palavras-chave: Processo Saúde-doença, religião e medicina, Umbanda, Brasil.

A Saúde no universo religioso da Umbanda

O universo religioso da Umbanda é caracterizado por sua riqueza de símbolos e complexidade ritual que envolvem uma multiplicidade de elementos socioculturais. As práticas de cura têm lugar significativo nos rituais umbandistas, pois é justamente o momento em que os frequentadores têm a oportunidade de serem atendidos em seus problemas particulares.

¹ Texto referente à comunicação apresentada no painel “Religião e Saúde: um diálogo a partir das práticas terapêuticas culturais”, no *IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9)*, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

Trabalho editado pelos organizadores do volume.

² Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Doutora em Ciências Sociais. Desenvolve pesquisa na área da Antropologia das populações afro-brasileiras e tem experiência na coordenação e desenvolvimento de projetos e pesquisas sociais com temáticas relacionadas ao Gênero, Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos Humanos.

³ Docente e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ – Brasil.

Dentre as queixas que trazem, estão problemas financeiros, situações de conflito interpessoal e emocional. Além dessas, um grande número de pessoas se dirigem aos cultos umbandistas por motivo de doença, em busca de alívio para as doenças do corpo e da alma.

Em nossa pesquisa interessa compreender esses processos de saúde-doença relacionados aos terreiros de Umbanda, tanto em Fortaleza-CE, como no Rio de Janeiro-RJ. Porém, para tal, é importante entender a cosmologia da religião, seus rituais e as práticas de seus agentes.

Muito do que a sociedade é atualmente foi constituído em suas bases fundamentais pela religião (Durkheim, 1978: 155). Isso vale obviamente para o Brasil, onde tem-se uma multiplicidade de crenças disseminadas na população, constituindo uma cultura própria e complexa. Tais características permitem ainda que não exista um ‘estilo único’ de Umbanda, principalmente em se tratando de um país continental como o Brasil. Neste contexto, é natural que a lógica de funcionamento, os rituais e, particularmente as práticas relativas à saúde e à doença apresentem variações.

O termo de origem banto ‘umbanda’ denomina uma religião brasileira que reflete a história e a sociedade do país e se trata de um conjunto de práticas capaz de acompanhar as rápidas transformações de uma sociedade cada vez mais planetária, pluralista, multicultural e inter-racial (Mello e Oliveira, 2013).

Na Umbanda, as práticas em saúde remetem às origens indígenas, africanas e portuguesas, bem como acrescidas das influências do Candomblé, do Catolicismo Popular e do Kardecismo. José Bairrão e Fábio Leme (2003) afirmam que o termo Umbanda servia na cultura banto para designar aquele que curava, o curandeiro cuja função era tratar dos males da comunidade seguindo os conhecimentos de sua tradição.

Segundo José Magnani (2002), a pedra angular da Umbanda é a comunicação entre a esfera sobrenatural e o mundo dos homens, por meio da incorporação das entidades espirituais num grupo e no corpo dos iniciados. Neste sentido, as entidades são consideradas espíritos de mortos que descem do astral, onde habitam, para o planeta terra – visto como lugar de expiação – onde, por meio da ajuda dos mortais, ascendem em seu processo evolutivo em busca da perfeição. Tal concepção é tributária da doutrina do carma (Magnani, 2002: 3).

Sendo assim, a Umbanda tem como crença a reencarnação e a divisão entre o mundo material do cotidiano dos praticantes e o mundo espiritual. Tudo que existe no mundo real possui um equivalente, uma cópia espiritual e abstrata no mundo sobrenatural; inversamente, tudo que existe no mundo sobrenatural tem uma contrapartida, uma representação material ou corporal no mundo real.

Entendemos que a religião integra socialmente, uma vez que membros de uma comunidade religiosa compartilham a mesma cosmovisão, segundo valores comuns, praticando sua fé em grupo, desenvolvendo uma rede de sociabilidades; em particular, observa-se isso nas religiões afro-brasileiras, tanto no Rio de Janeiro como em Fortaleza.

Na Umbanda, por meio do transe, é permitida a interação entre o mundo espiritual e o mundo físico. Por intermédio da mediunidade, as entidades se apresentam nos terreiros para transmitir ensinamentos, dar conselhos e orientações, recomendações no sentido de promover a cura e solucionar problemas, seguindo as *linhas* ou *falanges*⁴ que se dividem conforme as

⁴ Ortiz (1978) classifica e reconhece as *linhas* ou *falanges* dentro de um panteão característico da Umbanda. Por um lado, aproximando-se do Candomblé, o panteão é composto por orixás, que são os espíritos referentes às divindades africanas representantes das forças da natureza, como o fogo, o vento, a água, o metal; e, por outro,

fases de evolução espiritual. A riqueza do universo simbólico religioso constitui uma importante herança histórica e social.

José Magnani (2002) aponta que o transe não é nem estritamente individual nem propriamente uma representação com a profundidade dos mitos, mas a atualização de fragmentos de uma história mais recente por meio de personagens tais como foram conservados na memória popular: o caboclo Tupinambá, ou o pai Joaquim de Angola, quando descem, não são a representação deste ou aquele indivíduo em particular, mas uma representação genérica e estereotipada de índios brasileiros, escravos africanos e outros personagens liminares (Turner, 1974) presentes em diferentes contextos históricos e sociais brasileiros (Magnani, 2002: 3). Clara Saraiva afirma mesmo que “*as entidades incorporadas são arquétipos da sociedade brasileira, ligados aos aspectos históricos e culturais do país*” (2010: 343).

No campo religioso, os mitos e as crenças exteriorizam o domínio dos símbolos (Mauss, 1974). O simbólico serve de expressão total das coisas, e corresponde aos humanos que os assimilaram e a ele aderem. Portanto, os símbolos têm a ver com os códigos culturais, refletem a estrutura social em que o indivíduo está inserido. Como transmissor de cultura, são agentes socializantes. Na nossa sociedade, os sistemas simbólicos transmitem e perpetuam nas gerações seus conhecimentos e sua visão em relação à vida e ao mundo, e conseqüentemente, à saúde. Em nosso estudo podemos dimensionar, a partir de tais reflexões teóricas, que os símbolos religiosos – em especial os rituais manipulados pelos pais e mães de santo – fazem com que o social e a cultura se tornem apreensíveis pelas pessoas como algo real dentro de seu próprio sistema simbólico. Assim, a religião, enquanto sistema cultural encontra eco na teoria geral da Cultura, definida por Geertz como

[...] um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradoras disposições e motivações nos homens, através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral, e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas. (Geertz, 1989)

Nesta perspectiva, os sistemas simbólicos culturais pertencentes ao universo religioso articulam e veiculam uma rede de significados, em que por meio deles é possível compreender a própria realidade social. Tal compreensão poderá ser descrita de forma inteligível a partir da ‘descrição densa’, ou seja, uma descrição em profundidade do objeto social, que considera suas configurações internas de relações sociais, suas relações de poder, suas tensões, seus processos de reprodução permanente, suas dinâmicas de transformação. Conforme atesta Geertz,

A cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os conhecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. Estas descrições são construções que imaginamos que os atores elaboram por meio da vida que levam, a fórmula que eles usam para definir o

os espíritos desencarnados, classificados por ‘espíritos de luz’ (caboclos, índios, pretos velhos e crianças) e ‘espíritos das trevas’ (exus e pombas-gira). Esta última divisão corresponde à concepção cristã que estabelece a dicotomia entre o bem e o mal; enquanto os ‘espíritos de luz’ trabalham unicamente para o bem, os exus e sua representação feminina - pombas-gira, em sua ambivalência, podem realizar tanto o bem quanto o mal. Em sua dimensão maléfica, os exus são identificados com as práticas da Quimbanda.

que acontece com eles mesmos. Neste sentido, os textos antropológicos são construções, como uma leitura da cultura e, mais que isso, são interpretações de interpretações. (Geertz, 1989)

Por meio das narrativas e das histórias vivenciadas pelos adeptos da Umbanda e investigadas por nós, é possível perceber como se gestam nas práticas rituais e nas relações interpessoais a produção de conhecimento e seus significados (tessitura de significados), a promoção da saúde, incluindo as ações de acolhimento ou conflituosas (estigmatizadas) relacionadas ao trato com as doenças, bem como a (re)invenção de tradições diversas em meio ao universo simbólico religioso da Umbanda e suas práticas em saúde.

Pesquisadores como Maria Andréa Loyola (1984), José Magnani (1984), Paula Montero (1985), António Carvalho (1995), Miriam Rabelo *et al.* (1999), Vagner Silva (2002), Alexandre Mantovani (2006), Clara Saraiva (2010), Márcio Mello e Simone Oliveira (2013) e Violeta Holanda (2013) descrevem concepções de saúde/doença e práticas de cura características da Umbanda e ressaltam a importância que o tratamento espiritual adquire para os umbandistas e para a comunidade dos terreiros.

Em virtude de sua cosmologia, no universo da Umbanda, doenças e curas estão relacionadas significativamente ao sobrenatural, uma vez que a pessoa é o resultado da vontade da ação dos espíritos desencarnados ou orixás e de uma iniciativa individual de integração a uma comunidade. A vida é percebida como uma fonte de intensa dedicação e aprimoramento do ser humano, seja no campo físico e/ou espiritual, em uma sequência de obrigações e tarefas a cumprir junto a sua entidade protetora correspondente. Os pais e mães-de-santo, por serem considerados os mais evoluídos espiritualmente, detêm o poder superior no terreiro, tendo a responsabilidade sobre a iniciação dos adeptos e pela invocação dos espíritos desencarnados e dos orixás.

A estruturação das práticas umbandistas segue esta visão cosmológica e o desempenho da cura quase sempre fica por responsabilidade de espíritos incorporados, chamados ‘guias’, que propagam benefícios aos praticantes pelo ideal de promover a ‘caridade’ e a ajuda ao próximo. Práticas como o ‘passe’, a ‘benzeção’ e a ‘desobsessão’ são procedimentos curativos desempenhados na proximidade entre o consulente (o indivíduo que traz a queixa) e o agente da cura, que pode ser tanto um espírito ou um chefe-de-culto (Montero, 1985; Magnani, 1980).

No clássico ensaio “*O feiticeiro e sua magia*”, Claude Lévi-Strauss (1949) analisa a doença como uma situação em que um indivíduo se encontra acometido de um mal-estar ‘sem nome’, e a manipulação dos símbolos religiosos garante que o estado doente provocado por esse ‘desconhecido’ que afeta o indivíduo, possa ser compreendido e significado, resultando na recuperação da saúde do mesmo. A este processo Lévi-Strauss (1949) denominou de ‘eficácia simbólica’. O autor apresenta relatos etnográficos nos quais procura mostrar os mecanismos psico-fisiológicos do xamanismo, visto como uma expressão concreta da eficácia simbólica, implicando também processos de interação social. O Xamã é tido como uma figura social que significa alguém que sabe, ou seja, um sábio. O autor mostra, ainda, que a eficácia da magia apresenta três aspectos fundamentais: a crença do feiticeiro, a crença do doente e a crença da coletividade no feiticeiro.

Neste sentido, a dimensão da saúde-doença pode ser entendida como fenômeno individual e coletivo que emerge no interior de contextos socioculturais. Miriam Rabelo corrobora, analisando o caráter intersubjetivo de toda ‘experiência’ individual e coletiva do adoecer e do tratar-se. Neste contexto, o conceito de experiência expressa uma preocupação em problematizar e compreender como os indivíduos vivem no mundo, o que remete a idéia de consciência e subjetividade, mas também, e especialmente, de intersubjetividade e ação social (Rabelo *et al.*, 1999: 11). Segundo estes autores,

[...] implicada na idéia de ser-em-situação, não está apenas a unidade corpo-mente, mas também o enraizamento fundamental do indivíduo no contexto social, enquanto ser que é desde sempre ser-com-outros. [...]A intersubjetividade é, assim, um conceito que aponta para um 'ser-vivido', no qual o indivíduo desenvolve suas ações, procuram compreender-se mutuamente e compartilham o mesmo tempo e espaço com os outros. (Rabelo *et al.*, 1999:15)

Com base nas discussões teóricas de autores como Weber, Mead, Blumer e Garfinkel, Miriam Rabelo (1999) interpreta o social como campo permanente de toda experiência, do qual não se pode escapar, por tratar-se de um campo móvel, continuamente deslocado, ampliado e refeito pelos indivíduos no curso de suas ações/interações cotidianas.

Considerando as análises sobre rituais e práticas de cura, esta autora (Rabelo, 1994: 48) chama atenção aos estudos sobre o ritual em que vários antropólogos (Geertz, 1978; Kapferer, 1979; Csordas, 1983; Turner, 2005) têm enfatizado seu *caráter transformativo*, por meio da manipulação dos símbolos em contextos extracotidiano. Geertz (1978) explorou essa idéia ao sugerir que a briga de galos balinesa organizava experiências e sensações do cotidiano em um 'todo' ordenado, constituindo para os balineses uma espécie de 'educação sentimental'. Victor Turner (2005; 2008) escreveu extensamente sobre como os rituais operam de modo a conduzir os indivíduos a determinados estados e atitudes frente ao mundo: o isolamento de objetos e imagens de seu contexto ordinário e sua recombinação em novos contextos, a focalização em determinadas unidades simbólicas, a combinação de fortes estímulos sensoriais e intelectuais.

Sobre a questão da cura no contexto religioso e, mais especificamente, no contexto ritual, Bruce Kapferer (1979) argumenta que o ritual produz cura na medida em que permite uma mudança na perspectiva subjetiva pela qual o paciente e comunidade percebem o contexto da aflição. Por sua vez, Thomas Csordas (1983) entende a cura religiosa como dinâmica de persuasão que envolve a construção de um novo mundo fenomenológico para o doente. Ou seja, no ritual de cura, o doente é persuadido a redirecionar sua atenção a novos aspectos de sua experiência ou a perceber esta experiência segundo nova ótica. A cura consistiria, assim, não no retorno ao estado inicial, anterior à doença, mas na inserção do doente em um novo contexto de experiência.

No Brasil, Miriam Rabelo (1993) analisa, em seu estudo sobre religiosidade e cura em classes populares urbanas em Salvador-BA, a religião sob uma ótica da experiência religiosa, isto é, das formas pelas quais seus símbolos são vivenciados e continuamente re-significados por meio de processos interativos concretos entre indivíduos e grupos. Já, para Márcio Mello e Simone Oliveira,

Um efeito fundamental da religião é alterar o significado da doença; na mesma medida pode levar à modificação da visão de mundo do indivíduo doente. Isso não implica necessariamente a remoção dos sintomas, mas a mudança positiva dos significados que a pessoa atribui à sua doença, podendo resultar, ainda, em alteração no seu estilo de vida. (Mello e Oliveira, 2013: 54)

Diferentemente da percepção de Clifford Geertz, no estudo de Miriam Rabelo (1993), a relação entre símbolos religiosos e vida social não é definida *a priori* por propriedades e significados inerentes aos símbolos, mas estabelecida no curso de eventos concretos nos quais os indivíduos se apropriam, confrontam e reinterpretam os símbolos à luz de determinados fins e interesses. A partir de sua experiência de pesquisa, a autora ressalta que se os símbolos são por vezes modificados e moldados pela religião, também determinam, em grande medida, a maneira pela qual os projetos religiosos são incorporados ao cotidiano dos indivíduos. A autora problematiza, diante da facilidade dos membros das classes populares se

movimentarem em diferentes cultos, a ideia de uma convergência necessária entre projetos religiosos e práticas sociais.

Nesse sentido, conceitos como estilo de vida, visão de mundo, projeto e campo de possibilidades (Velho, 2003) poderiam ser utilizados também nas análises das escolhas feitas pelos indivíduos em busca de saúde. No entanto, esse viés não será aprofundado neste trabalho.

Relatos de cura em terreiros de Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ

A relação dos adeptos da Umbanda com questões relacionadas à saúde costuma se manifestar desde a iniciação na religião. Nos depoimentos levantados entre os umbandistas, tanto de Fortaleza como do Rio de Janeiro, é comum a associação da busca pela religião movida por questões relacionadas à saúde que não tiveram êxitos na medicina oficial. Os problemas e sintomas das doenças, muitas vezes estão relacionados às manifestações da mediunidade que precisa ser trabalhada e desenvolvida para o “controle” das manifestações físicas. Os sintomas costumam manifestar-se desde a infância e são caracterizados por tonturas, tremores, dores na cabeça, insônias, perturbações etc. Nos depoimentos abaixo, no Rio de Janeiro e em Fortaleza, respectivamente, os entrevistados narram sua experiência de aproximação e cura por intermédio da Umbanda:

Eu andava na rua e passava mal, caía no chão de repente. Eu sabia que precisava desenvolver e trabalhar minha mediunidade, mas eu deixava pra lá. Eu tenho isso desde pequena, quando frequentava o centro da minha mãe. É de família. Então depois que voltei a frequentar e vim neste centro aqui, passei a lidar melhor com isso e parei de desmaiar e cair à toa na rua. (D. Leninha, Rio de Janeiro, 2009)

Bem eu criança tinha 6 pra 7 anos de idade, meus pais muito católicos, e eu fiquei muito doente, doente mesmo levaram pra médico e tudo. E não tinha na medicina, eu não achei a cura, e achei a cura dentro da Umbanda. Pelo um preto velho chamado Pai Joaquim de Angola, foi quem me recebeu a primeira vez, foi quem me curou e nela eu fiquei até hoje, porque o problema era espiritual, era mediunidade realmente, era mediunidade porque realmente quando o preto velho passou os banhos, as folhas pra fazer os remédios, as coisas com plantas medicinais e realmente obtive a cura, e depois desenvolvi e nela eu fiquei até hoje, fui curado dentro da Umbanda. Hoje a casa que eu tomo conta o Pai Joaquim também faz parte, o Preto Velho, né. Nessa casa também já fez muitas curas graças a Deus, muitas curas mesmo espirituais pelo Preto Velho e pelo Pai Janá desenvolvido pelos caboclos, né... [...] Olha, eu sentia muita tontura, dores de cabeça, insônia certo, principalmente dor de cabeça, fiz vários exames tudo e não concretizava, realmente o médico nunca achava o problema, a doença. Eu não dormia a noite era tontura, era insônia essas coisas, muitas perturbações, e quando passei a frequentar uma casa, eu fui curado, realmente foi iniciou a minha cura, esses sintomas, era mediunidade, era mediunidade realmente hoje eu me sinto curado e realizado no mundo espiritual e fui curado. (Pai Liberdônio, Fortaleza, 2010)

Conforme visto nesse depoimento, os pais e mães de santo que são curados por determinadas entidades costumam cultuá-las quando abrem seus próprios terreiros. O sucesso nos tratamentos de cura e a crença na existência da espiritualidade fortalecem a prática religiosa da Umbanda e sua relação com a saúde, sendo intermediada pelo elo existente entre o enfermo, o médium e as entidades espirituais.

O processo de iniciação e cura vivenciada por Pai Jairo (em Fortaleza) foi conduzido pelas entidades Negro Gerson, Mãe Maria e Preta Velha Juliana. Segundo o pai de santo, o evento proporcionou sua crença na existência da espiritualidade e, conseqüentemente, em sua conversão definitiva para a Umbanda:

Eu comecei com 10 anos de idade, alias eu comecei a sofrer a minha mediunidade com 7 anos... Com problemas de saúde, mas só que eram problemas espirituais, não era doença material pra médicos resolverem... Aconteceu que a clarividência começou a ficar avançada, comecei a sentir umas fraquezas, tontura e cheguei ao ponto de um encosto, um espírito negativo encostar em mim, foi como me levaram até a ele. Ai lá tinha esse centro de Umbanda, essa casa de cura, eu me deparei com uma entidade chamada Negro Gerson, Mãe Maria e Preta Velha Juliana e foi a forma de me levarem até a ele e dar início a minha mediunidade, lá eu fiquei bom, fiquei andando porque eu já fui lá praticamente sem andar.... Esse foi o primeiro encontro que eu tive com a Umbanda, primeiro vinculo e de lá no mesmo dia, eles me mostraram por A mais B que a espiritualidade existe, que as energias realmente se encontram vestidas diante dos médiuns o qual tem os dons e de lá já sai bom, bem de saúde. Enquanto já tinha procurado vários médicos e não descobriram a minha doença, tudo começou e tá ai. Ai lá eu tinha o que? Eu tinha de 9 pra 10 anos, ai com 10 anos recebi a primeira instancia e de lá pra cá não sabia como lidar em relação a eles, alguns me maltratavam outros não. Ai uma certa pessoa me fez o convite pra minha casa, meu Pai de Santo que até já faleceu e lá foi organizado a minha espiritualidade me deu orientação, ai tudo começou daí. (Pai Jairo, Fortaleza, 2010).

Processo semelhante se deu com Pai Luiz no Rio de Janeiro. Neste caso, a doença apareceu como forma do orixá informar o caminho da religião. Para tal, não importou ter um herança religiosa afrodescendente, mas ter sido ‘escolhido’ pelo orixá. Oriundo de uma família ‘evangélica’, desde pequeno muito doente, sua saúde frágil levou seus irmãos a verem na religião afro brasileira possibilidade de cura.

Eu era criança,... na escola... e tinha uma diretora que ... era filha do axé.. Então foi através dela, ela chamando a família que viu a necessidade e que disse que os meus desmaios não eram desmaios de doença... Foi ela que foi a intermediária para eu chegar à casa de santo. [...] Aí eles tiveram que levar pra casa de santo... Não pode levar pro Salgado Filho [nome de um hospital na zona norte do Rio de Janeiro], não estavam acostumados.. eu passava dias.. em coma.. Ou me levavam pra casa de santo.. Aí, eles já tinham essa consciência.. E acabaram levando pra casa de santo.... (Pai Luiz, Rio de Janeiro, 2011)

Os problemas de doença também costumam estar relacionados a um ‘trabalho’, ‘feitiço’ ou ‘bruxaria’ demandados por terceiros. Nestes casos, a medicina convencional também não demonstra êxito em seus tratamentos de cura, devendo o pai ou mãe de santo identificar a natureza do problema e buscar a solução inspirada na intervenção das entidades espirituais junto ao enfermo. Por outro lado, a referência médica através do diagnóstico da doença por meio de exames clínicos também é considerada durante a consulta espiritual. É significativo o número de relatos que narram trajetórias de pessoas ‘desenganadas’ pela medicina convencional que alcançaram sua cura após o tratamento espiritual na Umbanda. Tal situação acontece tanto nos terreiros do Rio de Janeiro como nos de Fortaleza, como ilustram os depoimentos abaixo:

Ela tinha câncer, e nós tivemos que correr, fazer algumas situações ritualísticas nela... um trabalho espiritual. E somente com o tratamento dos odus [caminhos da vida], depois de um certo tempo, nós logicamente fazendo o trabalho espiritual e não deixando de ir ao médico, que é uma coisa que o preto velho exige, o lado médico e o lado espiritual caminhando juntos, depois de um certo tempo ela foi no hospital e o médico não soube dizer, não tinha mais nada, não soube dizer o que aconteceu com o câncer....; ela veio tratar, se cuidou, ela vem mais vezes, se cuida, faz o tratamento espiritual, dá comida a cabeça... Pode ser que ela venha a se iniciar, ou que ela fique se cuidando constantemente, fazendo suas rezas, fazendo suas orações, se dedicando o máximo de tempo possível e aguardar, cultivar o orixá, cultivar a energia da natureza, cultivar essa coisa tão bonita que é a nossa religião, que é a Umbanda e o Candomblé. (Pai Yango, Rio de Janeiro, 2011)

A pessoa chega geralmente um dia antes do trabalho (ritual). Ela relata ao pai ou uma pessoa que está lá o que está sentindo, como começou os primeiros sintomas, o que tomou, o que fez e o que deixou de fazer em termos de medicamentos. Dependendo de alguns casos a gente que é médium sente logo quando os sintomas são de fato espirituais. Quando não se tem essa sensibilidade, então, não se percebe na conversa.

É perguntado se a pessoa não procurou os médicos. Por que às vezes as pessoas sentem as coisas e por influência de terceiros acha que é feitiço, ou que é algo espiritual, mas às vezes não é, é caso de médico. Quando a pessoa diz que foi ao médico, que fez exames e deu tudo normal, e que cientificamente ela não tem nada, aí ela faz uma consulta particular com a entidade, aí ela (entidade) diz o motivo da doença e passa o material pra ser utilizado no ritual de cura ou se faz na própria gira. Já aconteceu da pessoa chegar praticamente nos braços e no ato (gira) a entidade fez um “desmanche” e a pessoa já saiu praticamente andando. Claro que não é uma única vez que a pessoa fica curada, tem todo um processo de gira, que tá sendo acompanhado mesmo, você vai tomando os banhos, toda semana indo falar com a entidade pra pessoa ficar boa por completo. (Pai Cleiton, Fortaleza, 2010)

Essas situações de ‘trabalho’, ‘feitiço’ ou ‘bruxaria’ demandados por terceiros dificilmente encontrarão êxito na medicina convencional segundo os depoimentos. Neste sentido, o pai ou a mãe de santo é quem detém o conhecimento específico, por meio de sua espiritualidade, para o ‘desmanche’ do serviço em questão. Este conhecimento faz parte de uma longa tradição, transmitido oralmente, e adquirido por uma intensa entrega do sacerdote à vivência na religião, em que são partilhadas experiências e aprendizagens (e seus segredos) por entre seus pares. O sucesso da intervenção do sacerdote é o que confere sua autoridade diante da comunidade do terreiro a que pertence e que é responsável. Sem esquecer, é claro, que a cura só terá êxito com o empenho do enfermo em seu tratamento.

Dona Iolanda é conhecida por trabalhar na Umbanda fortalezense com a linha mais antiga do Catimbó,⁵ narra sobre as características físicas encontradas no enfermo que denotam a manifestação de uma feitiçaria, segundo a sua interpretação. Durante um ritual de cura, o ambiente do terreiro é dominado por odores fortes, que ela denomina de ‘rabugem’, e por suores exalados de forma expressiva. Faz parte do processo de cura o descarte de materiais utilizados durante a sessão. A catimbozeira ainda revela durante as conversas que antigas práticas de contato direto entre o curador e o enfermo já não são mais realizadas nos terreiros, a exemplo, da sucção de feridas, muito comum entre as práticas mais antigas dos catimbozeiros.

Chegou um homem aqui com a perna... vixe Maria! já tinha andado por todo médico já ia cortar a perna... o senhor acredita em macumba? Não. Pois o senhor volte pra trás num terreiro de macumba pra tirar o que você tem e era uma macumba mesmo que botaram nele... aí eu disse toda verdade, tudo que foi passado que ele viu o caboclo disse pra ele, não sabia nem quem era, o homem ele disse... gostei, gostei porque o caboclo disse tudo que passou na minha vida mesmo, foi passado. Eu só fiz três cura... a coisa mais horrível do mundo, eu tinha recebido uma saia de macumba do Rio de Janeiro que uma mulher tinha me dado... essa saia ficou como um beiju dura no meu corpo, aí o caboclo disse assim que eu subi tinham tirado ela e botaram outra, quando foi no outro dia eu fui lavar essa saia e dei fim, mais tem uma coisa pus ele bom, quando ficou bom a senhora pode crer que esse terreiro ficava quando começava a cura dele esse terreiro ficava parecia que tinha botado uma lata d’água que tinha botado era uma catinga de rabugem mais feia do

⁵ Segundo Roger Bastide, em seus estudos sobre religiosidade afro-brasileira, “o catimbó e o espiritismo popular são um apelo aos espíritos místicos ou aos espíritos dos matos para que venham ajudar os pobres viventes a elevar-se espiritualmente e a encontrar uma solução para seus problemas cotidianos, inclusive o da saúde física. O catimbó era primitivamente, entre os índios selvagens, uma festa de colheita e da preparação da jurema, mas tornou-se pouco a pouco um culto destinado a fazer descer os espíritos da floresta, dos rios e das montanhas, os encantados, nos corpos dos catimbozeiros, para que respondessem às consultas dos infelizes e dos doentes” (Bastide, 1959: 154). Em seu estudo sobre a tradição da jurema na umbanda nordestina, Luis Assunção afirma que “adjunto de jurema, beber jurema, segredo da jurema, catimbó, não importa o nome, o que interessa é registrar a similitude dessas práticas em períodos e culturas diversas. Convém também observar que os elementos dessas práticas, vividos por meio de um processo de reelaboração e reinterpretção, estão presentes no culto da jurema dos terreiros de umbanda do nordeste brasileiro como um culto aos mestres catimbozeiros, aos caboclos indígenas e aos negros africanos” (Assunção, 2006: 22).

mundo, ali foi uma feitiçaria bem feita, ai com três curas ele chegou a mim e disse estou bonzinho ele andava de bermuda porque não podia usar calça nem sapato, mais era daqui até a ponta do pé era um lastreio só a perna do homem, não era ferido não, era aquele vermelhão e aquele aguaceiro até eu mesmo quando ele chegou pra falar comigo, eu digo eu vou fazer sua cura porque caridade é caridade... ele chorava porque tinha os filhos, os filhos passando fome passando mal porque ele não podia trabalhar, ele era pedreiro.... (Catimbozeira Iolanda, Fortaleza, 2010)

Nesse ponto, é importante ressaltar uma diferença crucial entre o que observamos no Rio de Janeiro e em Fortaleza: nos terreiros cearenses, nota-se uma influência muito maior do Catimbó e de outros elementos de religiosidade indígena do que nos terreiros pesquisados no Rio de Janeiro.

O conhecimento de uma longa tradição, o exercício da escuta e do aconselhamento, a disponibilidade de tempo e energia para o acompanhamento no tratamento diminuem as distâncias entre o enfermo e o cuidador. A relação de acolhimento vivenciada nos terreiros permite uma interação entre as subjetividades do cuidador e de quem é cuidado. Há uma troca mútua de conhecimentos e sentimentos que facilita a superação das situações de conflito. A confiança se fortalece na medida em que o pai ou a mãe de santo prioriza o exercício do ver, do tocar, do ouvir e do sentir. O adepto convalescente encontra meios para a superação de seus problemas de saúde por meio do acompanhamento do sacerdote - intermediado pela representação simbólica da 'força', da 'energia' e dos 'tratamentos' indicados pelas entidades e orixás - além da dedicação e assistência empreendidas por parte da irmandade do terreiro. Esta confiança é de fundamental importância para os sujeitos fragilizados pela situação de doença, conforme afirmou Claude Levi-Strauss.

As práticas em saúde nos terreiros fortalecem a crença na cura e são conduzidas por meio de rezas, benzeduras e passes, consultas espirituais junto aos caboclos e pretos velhos, jogos de búzios, uso de plantas medicinais por meio de chás, garrafadas e banhos de ervas, dentre outros. Pai Liberdônio e Pai Yango contam um pouco de seus segredos e destacam a importância dos pretos velhos na condução dos tratamentos de cura:

Geralmente na umbanda tem as ervas medicinais, tem as ervas quentes, as ervas do descarrego eu uso muito na minha casa, banho de tipi, dou banho de descarrego dou banho de ervas marmeleiro, dou banho misturado com alho roxo, amara chama-se a cachaça misturado com limão e sal e tal tem esse banho de descarrego que é o forte, que se chama rabo de galo, rabo de galo para o caboclo, no Preto Velho também dou banho de descarrego pra poder tirar todas as cargas negativas, é o meu primeiro processo no meu rito na minha casa, ai vou ensinar a fazer os banhos de limpeza e os medicamentos de acordo com o Preto Velho deixar, o Preto Velho é que ensina as plantas medicinais que eu vou usar, pra fazer uma garrafada pra pessoa, a babosa o alecrim, o arruda, o cipó ... ai eu faço a garrafada de acordo com cada entidade o Preto Velho me ensina os remédios para determinadas doenças e inicia o ritual... [...] dependendo também da doença, como foi feita a demanda, a demanda se materializa, trabalho de feitiçaria, bruxaria todos nós sabemos curadores o feitiço ele se materializa, o trabalho ele se materializa. Então quando tá realmente muito avançado sobre o corpo da pessoa, nós temos que geralmente uma 7, 14 ou 21 guias, ai depende na minha casa eu pego 7 médiuns já firmado pra poder ajudar na cura, pra arrear os Pretos velhos, pra fazer uma corrente uma assistência naquela cura, 7, 14 a 21 dias pra o trabalho ser concretizado nessa cura. (Pai Liberdônio, Fortaleza, 2010)

O preto velho, ele é uma entidade que é aquela luz que te dá o colo, é aquela entidade que te traz uma palavra de carinho, que te traz uma palavra de esperança, uma palavra de conforto, às vezes, uma palavra que ele fala resolve o seu problema, te dá encorajamento, faz com que você não desista da vida, não desista da sua luta, do seu projeto, daquilo que você pensa, daquilo que você quer, daquilo que você segue. Eu atendo pessoas aqui, muitas com vontade de se matar, que vêm procurar o preto velho, e na hora, sem trabalho nenhum, uma conversa assim muda a cabeça da pessoa. (Pai Yango, Rio de Janeiro, 2011)

As experiências de cura na umbanda também possuem elos com outras práticas religiosas, tanto no Rio de Janeiro como em Fortaleza. São práticas antigas e/ou mais recentes que são incorporadas ao saber dos pais e mães de santo da Umbanda, o que revela uma plasticidade e flexibilidade dessa religião. Nos relatos, ainda aparecem outras práticas como a utilização de energias do Reike e do Xamanismo. Mãe Constância, após a realização de curso⁶ por intermédio da Rede de Terreiros, percebe como um elemento positivo para sua atuação, a incorporação de saberes a partir das práticas do Reike, e de seu aperfeiçoamento no Candomblé:

Está melhor do que há 20, 30 anos atrás, certo? Melhor porque os instrumentos que eu uso hoje são mais modernos, né? Hoje eu trabalho com energias diferenciadas do que eu trabalhava há 30 anos. Eu era uma pedra que precisava ser polida. Era mais bruta, né? Agora eu já estou mais polida. Então, a energia que eu trabalho hoje já é mais útil, e como eu disse, a ferramenta que eu uso hoje é mais moderna, é melhor. Trabalho com o Reike e também com o Candomblé, estou me aperfeiçoando. São energias diferentes, mas que a gente trata. Quando uma pessoa chega na minha mão, digamos assim, com um problema, eu já tenho maior capacidade de saber o problema dela e a melhor cura espiritual. São remédios mais completos para aquela dor, né? Então, eu posso buscar num ponto diferente. (Mãe Constância, Fortaleza, 2011)

Como podemos perceber, as práticas em saúde são recorrentes e fazem parte de uma tradição no contexto da umbanda. Com o estabelecimento do Sistema Único de Saúde, instituído no Brasil a partir da constituição de 1988, a relação da umbanda com o sistema oficial, ora dialoga de forma expressiva, a partir das parcerias realizadas com os movimentos e redes populares em saúde, ora dialoga de forma conflituosa, ainda apresentando grandes entraves entre sacerdotes e os profissionais de saúde.

No entanto, grandes são os avanços recentes. Uma vez que a OMS tem reconhecido diferentes práticas culturais em relação à saúde e incorporado a medicina tradicional como estratégia importante, no Brasil houve, em 2006, a institucionalização da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS por parte do Ministério da Saúde.

Conforme afirmam, João Andrade e Liduina Costa,

As práticas integrativas e complementares no SUS, em meio a um itinerário de crescente legitimação, valorizam recursos e métodos não biomédicos relativos ao processo saúde/doença/cura, enriquecem estratégias diagnóstico/terapêuticas e podem favorecer o pluralismo médico no Brasil. Desse modo, o atual sistema público de saúde transporta para seu interior outros saberes e racionalidades de base tradicional, que passam a conviver com a lógica e os serviços convencionais da biomedicina (Andrade e Costa, 2010)

Ainda segundo os mesmos autores,

Esse campo de saberes e cuidados desenha um quadro extremamente múltiplo e sincrético, articulando um número crescente de métodos diagnóstico-terapêuticos, tecnologias leves, filosofias orientais, práticas religiosas, em estratégias sensíveis de vivência corporal e de autoconhecimento (Andrade e Costa, 2010)

Por outro lado, nunca é demais lembrar a cumplicidade que identificamos no Brasil, entre a medicina convencional e as práticas religiosas. Uma delas é que muitas vezes os

⁶ Em 2010, Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, conhecida popularmente em Fortaleza como Rede de Terreiros, em parceria com a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde, Universidade Estadual do Ceará, Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza e Ministério da Saúde realiza o curso de Reike com destaque para as temáticas de afro-religiosidade, massoterapia e reflexologia.

profissionais de saúde são membros ativos-participantes de uma crença específica, ou se favorecem de uma atmosfera que a todas acolhe em caráter solidário.

Em Fortaleza, a Rede de Terreiros tem desenvolvido ações em parcerias que estimulam o atendimento de pais e mães de santo nas próprias unidades de saúde da Prefeitura Municipal de Fortaleza, preparando as lideranças religiosas para atuação na área da saúde mental. Embora ainda possa ser considerada uma experiência pontual, a prática do Reike aliada a Umbanda e ao Candomblé adentram nos espaços dos terreiros, repercutindo nas condutas dos sacerdotes diante de sua clientela. No Rio de Janeiro, já existem parcerias entre a Secretaria Municipal de Saúde e os terreiros, inclusive culminando com cartilhas de orientação para a promoção de saúde nos terreiros.

Uma questão que se mostrou oposta, em relação ao que ocorre em Fortaleza e no Rio de Janeiro, foi a tensão e a dificuldade que os profissionais de saúde têm, de lidar com os rituais terapêuticos, que, muitas vezes, os religiosos ‘precisam fazer’ nas instituições oficiais de saúde. Em Fortaleza, embora de forma pontual, as mães de santo desenvolvem encontros terapêuticos com rezas, cânticos e bênçãos nas próprias unidades de saúde. E, aquele que desejar uma atenção mais individualizada, é convidado a ir ao terreiro. Portanto, a parceria se estabelece, o fluxo de atendimento se modifica, e o ‘bem estar’ relacionado à saúde adquire uma dimensão mais ampliada no serviço público, que incluem as tradicionais práticas terapêuticas da Umbanda. Já no Rio de Janeiro, embora, essa dificuldade venha diminuindo ao longo do tempo e já existam parcerias, a realização dessa parceria é apontada como um grande desafio pelos religiosos. Segundo nossos entrevistados, antigamente era caso de polícia e eles eram perseguidos; atualmente, eles têm a lei a seu lado. Os seguintes trechos ilustram essa situação no Rio de Janeiro:

Em algumas determinadas situações dentro do hospital você pode fazer algumas coisas, até mesmo porque a legislação já permite isso, dentro do hospital e dentro do cemitério, você pode fazer uma reza... mas tem determinadas coisas que você tem que fazer dentro do terreiro. (Pai Yango, Rio de Janeiro, 2011)

Há uma relação muito grande com a casa do candomblé e o médico. Mas é preciso que se tenha muita fé...quando meu irmão tava no hospital fizemos um ebó lá. Foi horrível tinha muita gente passando...[levamos] pipoca, canjica, e ele tava na cama do hospital. E no dia seguinte ele levantou, mas a gente não deixa muito à vista. Ele tava numa enfermaria, mas só tinha ele. Os médicos e enfermeiros não viram, só um enfermeiro que era filho de santo. (Mãe Regina, Rio de Janeiro, 2011)

Essas incompletude e tensão, onde se gesta, de um lado, uma tradição no cuidado e nas práticas curativas umbandistas; e de outro, o sistema oficial de saúde mediado pelo conhecimento da medicina oficial ainda requerem outros olhares em seus estudos, para que possam ser analisadas em diversas realidades.

Considerações finais

Destacamos as ações de acolhimento realizadas por pais e mães de santo durante o tratamento de cura na Umbanda. Há que se ressaltar o caráter acolhedor das práticas de saúde nos terreiros, que buscam a ‘solução’ de seus problemas a partir de conhecimentos de uma longa tradição que se reinventa constantemente, repassados de geração a geração, através da oralidade. Neste processo, gestam-se concepções e práticas diversas que manifestam o caráter multicultural da Umbanda brasileira.

Por meio das narrativas e das histórias vivenciadas pelos adeptos da Umbanda e investigadas por nós, foi possível perceber como se gesta nas práticas rituais e nas relações interpessoais a produção de conhecimento e seus significados, a promoção da saúde,

incluindo as ações de acolhimento ou conflituosas relacionadas ao trato com as doenças, bem como a (re)invenção de tradições diversas em meio ao universo simbólico religioso da Umbanda e suas práticas em saúde.

Com o estabelecimento do Sistema Único de Saúde, instituído no Brasil a partir da constituição de 1988, a relação da Umbanda com o sistema oficial, ora dialoga de forma expressiva, a partir das parcerias realizadas com os movimentos e redes populares em saúde, ora dialoga de forma conflituosa, ainda apresentando alguns entraves entre sacerdotes e os profissionais de saúde.

Em Fortaleza, a relação entre os terreiros e o sistema oficial de saúde se institui desde o processo de tratamento e busca da cura pelos adeptos. Os pais e mães de santo reconhecem a importância do acompanhamento médico oficial simultâneo ao tratamento espiritual encontrado nos terreiros. Ademais, parcerias entre os movimentos populares em saúde, a exemplo da Rede de Religiões Afro-Brasileiras em Saúde, e o Sistema Único de Saúde estimulam o atendimento de pais e mães de santo nas próprias unidades de saúde da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Embora ainda possa ser considerada uma experiência pontual, o diálogo estabelecido promove mudanças positivas tanto no espaço das unidades básicas de saúde, como nos espaços dos terreiros, repercutindo nas condutas de profissionais de saúde e sacerdotes diante de sua clientela. No Rio de Janeiro, embora já existam iniciativas e essa dificuldade venha diminuindo ao longo do tempo, a realização dessa parceria é apontada como um grande desafio pelos religiosos.

Uma outra diferença interessante que observamos é uma influência muito maior do Catimbó e de outros elementos de religiosidade indígena em Fortaleza do que no Rio de Janeiro.

Em relação à saúde, podemos dizer que a Umbanda se aproxima da promoção da saúde, tendo impacto nos adeptos, em seus familiares e amigos, muitas vezes se constituindo como rede social de apoio, oferecendo ‘tratamentos’ terapêuticos, atuando com seu repertório simbólico e real nas diversas classes sociais, mesmo onde se tem acesso ao sistema de saúde oficial, como é o caso das capitais estudadas neste trabalho.

Diante da dinâmica da reprodução da própria Umbanda, com seus desafios internos e externos, na (re)invenção das suas práticas culturais, no convívio permanente entre seus adeptos, bem como no desafio por seu reconhecimento diante da sociedade em geral e considerando a Política Nacional de Práticas Integrativas do SUS, aflora a necessidade de se fazer representar junto ao poder público e mobilizar as ações efetivas em parceria com o Sistema Único de Saúde no sentido de garantir a efetividade de suas ações de promoção de saúde em paralelo com a medicina oficial.

Referências

Andrade, João Tadeu; Costa, Liduina Farias Almeida da (2010), “Medicina complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da Antropologia médica”. *Saúde e Sociedade*, 19(3), 497-508.

Assunção, Luiz Carvalho de (2006), *Reino dos Mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina*. Rio de Janeiro: Pallas.

- Bairrão, José F. H.; Leme, Fábio R. (2003), “Mestres Bantos da Alta Mogiana: tradição e memória da Umbanda em Ribeirão Preto”, *Memorandum Memória e História em Psicologia*, 4, 5-32.
- Bastide, Roger (1959), *Sociologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Anhembi.
- Carvalho, António Carlos Dantas (1999), *Curandeirismo e Medicina: práticas populares e políticas estatais de saúde em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940*. Londrina: Ed. UEL.
- Csordas, Thomas (1983), “The rhetoric of transformation in ritual healing”, *Culture, Medicine and Psychiatry*, 7 (4), 333-375.
- Durkheim, Emile (1978), *Sociologia* (org. de José Albertino Rodrigues e trad. de Laura Natal Rodrigues). São Paulo: Ática.
- Geertz, Clifford (1978), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Geertz, Clifford (1997), *O Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes,.
- Geertz, Clifford (1989), *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós.
- Holanda, Violeta Maria de Siqueira (2013), *Obaluaiê : um estudo sobre o estigma no convívio com o HIV/Aids em terreiros de Umbanda na cidade de Fortaleza-Ceará*. Tese de Doutorado. Natal: UFRN/PPGCS.
- Kapferer, Bruce (1979), “Entertaining demons: comedy, interaction and meaning in a Sinhalese healing ritual”, *Social Analysis*, 1, 108-152
- Lévi-Strauss, Claude (1967 [1949]), “A Eficácia Simbólica”, in *Antropologia Estrutural I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- Loyola, Maria Andréa (1984), *Médicos e Curandeiros: conflito social e saúde*. São Paulo: Difel.
- Magnani, José Guilherme C. (1980), *Doença e cura na religião umbandista: subsídio para uma proposta de estudo comparativo entre a prática médica oficial e as práticas alternativas*. São Paulo: FIOCRUZ (texto mimeografado).
- Magnani, José Guilherme C. (2002), “Doença Mental e Cura na Umbanda”, *Teoria e Pesquisa* (Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos), 40/41, 5-23.
- Mantovani, Alexandre (2006), *A construção social da cura em cultos umbandistas: um estudo de caso em um terreiro de umbanda da cidade de Ribeirão Preto-SP*. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto: USP/PPGP.
- Mauss, Marcel (1974), “Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, in *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 185-318.

Mello, Márcio Luis; Oliveira, Simone Santos (2013), “Saúde, Religião e Cultura: um diálogo a partir das práticas afro-brasileiras”, *Saúde e Sociedade*, 22 (4), 1024-1035.

Montero, Paula (1985), *Da doença à desordem: a magia na umbanda*. Rio de Janeiro: Graal.

Ortiz, Renato (1978), *A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda, integração de uma religião numa sociedade de classes*. Petrópolis: Vozes.

Rabelo, Miriam Cristina. (1993), “Religião e Cura: algumas reflexões sobre a experiência religiosa das classes populares urbanas”, *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 316-325.

Rabelo, Miriam Cristina (1994), “Religião, Ritual e Cura”, in Paulo César Alves; M. C. S. Minayo, (org.), *Saúde e Doença: Um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 47-56.

Rabelo, Miriam Cristina, Alves, Paulo César B., E Souza, Iara Maria A. (1999), *Experiência de doença e narrativa*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Saraiva, Clara (2010) “Filhas de santo em Lisboa: rituais, terapias e diálogos afro-brasileiros em Portugal”, in Phillip Havik; Clara Saraiva; J. A. Tavim (org.), *Caminhos Cruzados em História e Antropologia. Estudos de Homenagem a Jill Dias*. Lisboa: ICS, 341-365.

Silva, Vagner Gonçalves (2002), *Caminhos da Alma*. São Paulo: Summus.

Turner, Victor (2005[1967]), “Os símbolos no ritual ndembu”, in *Floresta de Símbolos. Aspectos do Ritual Ndembu*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 49-82.

Turner, Victor (2008[1974]), “Dramas sociais e metáforas rituais”, in *Dramas, Campos e Metáforas*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 19-54.

Velho, Gilberto (2003), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro. A Cescontexto tem duas linhas de edição com orientações distintas: a linha "**Estudos**", que se destina à publicação de relatórios de investigação e a linha "**Debates**", orientada para a memória escrita de eventos.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

